

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Mateus Lazzaretti

“VENHA PARA O SINDICATO” OU “REZE PARA CHOVER”: O SINDICALISMO
DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍODO RECENTE - ANÁLISE DA ATUAÇÃO
DA FETRAF-RS ENTRE 2016 A 2022

Santa Maria, RS
2024

Mateus Lazzaretti

“VENHA PARA O SINDICATO” OU “REZE PARA CHOVER”: O SINDICALISMO
DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍODO RECENTE - ANÁLISE DA ATUAÇÃO
DA FETRAF-RS ENTRE 2016 A 2022

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Santa
Maria, como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto

Santa Maria, RS
2024

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Lazzaretti, Mateus
"VENHA PARA O SINDICATO" OU "REZE PARA CHOVER": O
SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍODO RECENTE
ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA FETRAF-RS ENTRE 2016 A 2022 /
Mateus Lazzaretti.- 2024.
179 p.; 30 cm

Orientador: Everton Lazzaretti Picolotto
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2024

1. Sindicalismo 2. Agricultura Familiar 3. FETRAF-RS
4. Estado 5. Repertórios I. Lazzaretti Picolotto, Everton
II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, MATEUS LAZZARETTI, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Mateus Lazzaretti

**“VENHA PARA O SINDICATO” OU “REZE PARA CHOVER”: O SINDICALISMO
DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍODO RECENTE - ANÁLISE DA ATUAÇÃO
DA FETRAF-RS ENTRE 2016 A 2022**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2024:

**Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Marco Antônio dos Santos Teixeira, Dr. (FUB)

Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2024

Aos lutadores e lutadoras sociais, que dedicaram e dedicam suas vidas à emancipação das classes subalternas. Especialmente àqueles e àquelas que travaram o combate ao neofascismo, nas trincheiras das ruas e também da ciência.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é um processo controverso. Ao mesmo tempo em que é uma das mais solitárias tarefas acadêmicas, não deixa de ser coletiva. Coletiva porque passa por orientações, avaliações, críticas, por debates em sala de aula, por resenhas e conversas com colegas. Além disso, ao me propor a analisar e contribuir academicamente com os movimentos sociais, estou me propondo também a contribuir com a luta coletiva. Não com propaganda, afinal isso seria infrutífero – para a ciência, para mim e para o movimento –, mas com análise crítica e reflexão da ação desde a academia.

No meu Trabalho de Conclusão de Graduação em História, optei por estudar a oposição sindical da CUT no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina/RS, minha terra natal, na década de 1980, processo do qual meu pai foi uma das lideranças. Anos depois, esse sindicalismo gestado na região deu origem à FETRAF. Seguir estudando essa organização, portanto, foi uma forma de compromisso com minha própria trajetória. Trajetória que, aliás, também foi marcada pela atuação em movimentos sociais, especialmente o movimento estudantil. Ao finalizar o texto, me dei conta de que a reflexão teórica sobre o sindicalismo que faço nessa dissertação coincide também com avaliações políticas que vinha fazendo sobre o movimento estudantil. Assim, anima a possibilidade de que tal reflexão possa ser extrapolada de seu objeto e servir de contribuição para outros movimentos.

Feita essa breve reflexão, deixo aqui alguns agradecimentos, tendo a certeza de que infelizmente algumas pessoas ficarão de fora, por questões de espaço ou de memória mesmo.

Agradeço ao professor Everton Picolotto, meu orientador, pela parceria nessa trajetória, que vem desde ao menos 2017, nos projetos de Iniciação Científica. Sua orientação foi imprescindível para o alcance do resultado final deste mestrado, bem como foi a influência para cursá-lo nas Ciências Sociais. Seguirá sendo uma inspiração acadêmica.

Aos professores Diorge e ao Marco Antonio, que gentilmente aceitaram participar tanto da qualificação quanto da banca de defesa, e contribuíram enormemente nos dois momentos.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM, pelos dois anos de debates tão qualificados e de parceria para todas as dificuldades nessa maratona que é o mestrado. Um abraço especial aos colegas Victor, Carol, Luiza e Lígia, amigadas que o mestrado proporcionou.

Aos companheiros e companheiras do Partido dos Trabalhadores e da tendência petista Articulação de Esquerda, os quais não tentarei listar para não cometer nenhuma injustiça.

Desde sempre, foram parte importante da minha escola política, onde aprendi a ver o mundo não como um acadêmico, mas como um sujeito pertencente à classe trabalhadora. Isso gerou dificuldades de adaptação ao meio acadêmico, mas também me fez ver o mundo desde uma perspectiva mais ampla, e entender a academia e seu papel na nossa luta.

Aos entrevistados e entrevistadas desta pesquisa, foram pilares fundamentais do trabalho que segue nas próximas páginas. Contribuíram com opiniões e reflexões que espero modestamente ter conseguido retribuir. Agradeço por terem emprestado um valioso tempo em meio às suas atividades políticas e sindicais, no caso das lideranças da FETRAF e ex-assessores sindicais, e em meio aos embates parlamentares, no caso dos ex-ministros e agora deputados.

Aos meus amigos, com os quais sempre tenho as melhores conversas e os momentos de descontração e descanso. O Léo e o Vini, pela convivência na 432 da rua Josué Guimarães. Ao Eduardo e Kauã, que junto com o Tulio, meu amigo mais antigo, sempre foram muito acolhedores, bons anfitriões e parceiros para tudo.

À minha companheira, a brilhante jornalista Anna Júlia, pelo amor e companheirismo compartilhados. Sem dúvidas, contribuiu enormemente para que eu me tornasse mestre em Ciências Sociais, por seu cuidado, amor e escuta atenta, domínio e brilhantismo acadêmico, sua grande dedicação e habilidade na pesquisa e que, para minha sorte, estava na mesma fase que eu. Contigo, a escrita se tornou mais fácil e leve, assim como a vida.

À minha família, onde aprendi a ser gente, a amar, respeitar e lutar. Vocês são meu porto seguro, desde sempre e para sempre. Ao pai Valdecir e a mãe Mairi, pela dedicação incansável para garantir o melhor para nós, por entenderem os meses sem ir para casa por conta das atividades acadêmicas, e sempre nos receberem com muito amor, carinho e comida boa. À mana Vanessa e ao mano Marcos, por terem sido tão boas influências na minha vida, seja politicamente ou na música, e pelas sempre boas conversas e debates. Fica a saudade do nono Domingos e da nona Maria, que partiram no último ano. Amo todos vocês!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

*[...] todo traço de iniciativa autônoma
por parte dos grupos subalternos deve ser de
valor inestimável para o historiador integral*

(Às margens da História. GRAMSCI, 2002, p. 135)

RESUMO

“VENHA PARA O SINDICATO” OU “REZE PARA CHOVER”: O SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍODO RECENTE - ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA FETRAF-RS ENTRE 2016 A 2022

AUTOR: Mateus Lazzaretti

ORIENTADOR: Everton Lazzaretti Picolotto

Esta dissertação investiga como o *sindicalismo rural da agricultura familiar*, em especial a *Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do estado do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS)*, organizou seu repertório de ação frente ao Estado no período de 2016 a 2022, que recorta a ascensão de governos de direita ao poder executivo federal e retomada do projeto neoliberal ortodoxo. Isto se dá por meio da adoção de um referencial teórico-metodológico materialista histórico, a partir das contribuições de Gramsci e Poulantzas para pensar Estado e sociedade civil, bem como da noção de repertórios de ação, de Charles Tilly, para analisar a atuação da FETRAF-RS em sua interação com o Estado. Articulado a este referencial, utilizam-se ferramentas metodológicas qualitativas, tais como análise documental e entrevistas semi-estruturadas, para a coleta de dados, e a técnica de análise de conteúdo para o tratamento dos mesmos. O *corpus* do trabalho é composto por: 13 entrevistas, realizadas com lideranças sindicais – passadas e atuais – da FETRAF e aliados que ocuparam cargos no Estado; documentos da FETRAF, como estatuto, resoluções congressuais, cartilhas, circulares de orientação, informativos, resgates históricos; divulgação das ações da FETRAF-RS entre 2016 e 2022 publicadas no perfil da Federação na rede social *Facebook*. Como resultados, identificou-se que durante os governos liderados pelo PT, os movimentos sociais experimentaram novas possibilidades de interação com o Estado, sobretudo a partir do fortalecimento de estruturas criadas em resposta às lutas sociais, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que passou a contar com a presença de lideranças sindicais e aliados dos movimentos à frente da pasta e das subsecretarias. Nesse período, conformou-se um repertório de interação marcado pela negociação anual e regular com o governo e pela implementação de políticas públicas, o que absorveu as energias das direções da FETRAF-RS e subordinou os demais repertórios a isso. A própria relação com a base girou em torno desta prestação de serviços e da apresentação de resultados da atuação sindical. Desta dinâmica, porém, resultou certa dependência do sindicalismo da FETRAF, levando à crise de atuação quando tal interação com o governo federal foi unilateralmente interrompida a partir da ascensão de governos hostis aos movimentos sociais alinhados à esquerda. O Golpe de 2016 e os governos subsequentes até 2022 restringiram os acessos das classes subalternas ao Estado, com a redução de recursos, desmonte de políticas públicas e extinção do MDA. Apesar disso, o repertório de ação da FETRAF foi difuso, pois predominaram no período tentativas de Diálogo e Negociação com os governos estadual e federal, porém sem efetividade, e os momentos de Protesto e Ação Direta foram menos numerosos e com menor adesão da base, com exceção das mobilizações contra as propostas de reforma da previdência, que foram bem sucedidas para a agricultura familiar.

Palavras-chave: Sindicalismo. Agricultura Familiar. FETRAF-RS. Estado. Repertórios.

ABSTRACT

“COME TO THE UNION” OR “PRAY FOR RAIN”: THE FAMILY FARMING UNIONISM IN THE RECENT PERIOD - ANALYSIS OF FETRAF-RS PERFORMANCE FROM 2016 TO 2022

AUTHOR: Mateus Lazzaretti
ADVISOR: Everton Lazzaretti Picolotto

This dissertation investigates how the family farming unionism, especially the Federation of Family Farming Workers of the state of Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), organized its repertoire of interaction with the State from 2016 to 2022, which covers the rise of right-wing governments to the federal executive power and the resurgence of the orthodox neoliberal project. This is done through the adoption of a historical materialist theoretical-methodological framework, drawing on the contributions of Gramsci and Poulantzas to understand the State and civil society, as well as the notion of repertoires of action by Charles Tilly to analyze FETRAF-RS's engagement with the State. Aligned with this framework, qualitative methodological tools such as document analysis and semi-structured interviews are used for data collection, along with content analysis techniques for data treatment. The corpus of the work consists of: 13 interviews conducted with past and current union leaders of FETRAF and allies who held positions in the State; FETRAF documents, such as statutes, congressional resolutions, booklets, guidance circulars, informative materials, and historical records; and the disclosure of FETRAF-RS actions between 2016 and 2022 published on the Federation's Facebook profile. As results, it was identified that during the governments led by the PT (Workers' Party), social movements experienced new possibilities of interaction with the State, particularly through the strengthening of structures created in response to social struggles, such as the Ministry of Agrarian Development (MDA), which began to include union leaders and movement allies in its leadership and subsecretariats. During this period, a repertoire of interaction marked by annual and regular negotiation with the government and the implementation of public policies was established, absorbing the energies of FETRAF-RS leadership and subordinating other repertoires to this dynamic. The relationship with the base revolved around providing services and presenting the results of union action. However, this dynamic resulted in a certain dependence on FETRAF unionism, leading to a crisis of action when this interaction with the federal government was unilaterally interrupted with the rise of governments hostile to left-aligned social movements. The 2016 Coup and subsequent governments until 2022 restricted the access of subaltern classes to the State, with reduced resources, dismantling of public policies, and the extinction of the MDA. Nevertheless, FETRAF's action repertoire was diffuse, with predominant attempts at Dialogue and Negotiation with state and federal governments, albeit without effectiveness. Moments of Protest and Direct Action were less numerous and had lower base adherence, except for mobilizations against social security reform proposals, which were successful for family farming.

Keywords: Unionism. Family Farming. FETRAF-RS. State. Repertoire.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Organização da FETRAF-SUL.....	53
FIGURA 2 – Regionais de atuação da FETRAF-RS.....	62
FIGURA 3 – Fluxograma de atuação da FETRAF-SUL.....	92
FIGURA 4 – Total de agricultores familiares na base e total de associados por ano.....	119
FIGURA 5 – Repertórios da FETRAF-RS entre 2016 e 2022 por tipo e ano.....	136

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Instâncias da FETRAF-RS.....	61
TABELA 2 – Cronograma do Mutirão da Agricultura Familiar 2008.....	91
TABELA 3 – Principais repertórios de interação da FETRAF-RS com o Estado entre 2016 e 2022.....	126

LISTA DE SIGLAS

CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTAR	Confederação Nacional de Trabalhadores Assalariados Rurais
CONTRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
COOPERHAF	Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar
COSAU	Comissão Sindical do Alto Uruguai
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	Cooperativa de Crédito e Economia Com Interação Solidária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAC	Departamento de Agroindústria e Cooperativismo
DESER	Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
DETR	Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais
DNTR	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAG	Frente Agrária Gaúcha
FETAESC	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETAR	Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais
FETRAF-Brasil	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil
FETRAFESC	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina
FETRAF-RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do estado do Rio Grande do Sul
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FPA	Frente Parlamentar Agropecuária
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MP	Medida Provisória
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PADRS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural e Sustentável
PCB	Partido Comunista do Brasil
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SC	Santa Catarina
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUTRAF	Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNICAFES	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	A TRAJETÓRIA E ESTRUTURA DO SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	34
2.1	BREVE HISTÓRICO DO SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS.....	36
2.3	O SINDICALISMO CUTISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	47
3	RELAÇÃO COM O ESTADO E ATUAÇÃO DA FETRAF DURANTE OS GOVERNOS LIDERADOS PELO PT (2003-2016).....	67
3.1	GOVERNO E MOVIMENTOS SOCIAIS: A OCUPAÇÃO DE CARGOS NA BUROCRACIA E O MDA COMO INTERLOCUTOR.....	71
3.2	A ATUAÇÃO DA FETRAF-SUL DURANTE OS GOVERNOS LIDERADOS PELO PT.....	83
4	ATUAÇÃO DA FETRAF-RS DURANTE OS GOVERNOS DE DIREITA RECENTES.....	102
4.1	“REZEM PARA SÃO PEDRO PARA ELE FAZER CHOVER”: A AGRICULTURA FAMILIAR DURANTE OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO.....	104
4.2	DEPENDÊNCIA E CRISE: BALANÇO DOS DILEMAS ENFRENTADOS PELA FETRAF-RS ENTRE 2016 E 2022.....	112
4.3	ANÁLISE DO REPERTÓRIO DE AÇÃO FRENTE AO ESTADO ENTRE 2016 E 2022.....	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
	REFERÊNCIAS.....	150
	APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS.....	159
	APÊNDICE B – REPERTÓRIO DA FETRAF-RS DE 2016 A 2022 (FACEBOOK).....	163

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação dedica-se ao tema do sindicalismo da agricultura familiar, buscando compreender como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do estado do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS) organizou seu repertório de ação frente ao Estado durante o período recente (2016-2022). Esse período recorta um cenário marcado pela ascensão de governos de direita em nível federal, pela retomada do projeto neoliberal ortodoxo, pelo fechamento de espaços institucionais e desmonte de políticas públicas, bem como de avanço material, político e ideológico do agronegócio sobre sua base social. A partir da realização de entrevistas com lideranças, levantamento de documentos da entidade e divulgação de suas ações, pretende-se analisar a trajetória da FETRAF no sindicalismo da agricultura familiar, os diferentes repertórios de interação com o Estado adotados ao longo de sua História e os desafios e alterações provocados pelo período iniciado durante os governos de direita recentes.

As populações rurais, sobretudo trabalhadores rurais e pequenos agricultores, encontraram no sindicalismo uma das principais ferramentas para o encaminhamento de suas lutas. Oficialmente instituído no início da década de 1960, com o direito à sindicalização e a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)¹, o sindicalismo rural estruturou uma grande rede de sindicatos, federações e a já citada confederação nacional, possuindo atualmente a maior rede de sindicatos do Brasil². Durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985), foi responsável por defender as pautas das populações rurais, apesar de sofrer intervenções e repressão estatal (TEIXEIRA, 2023). No período final da Ditadura, porém, começaram a ganhar força críticas a um suposto legalismo exacerbado no encaminhamento das demandas dos diversos setores subalternos do campo (FAVARETO, 2006), num embate que principalmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vinha travando com a CONTAG, afirmando que a confederação priorizava demasiadamente a estrutura sindical e os dirigentes oficiais, enquanto a pauta da reforma agrária e os crescentes conflitos por terra eram secundarizados (RICCI, 1999).

¹ Posteriormente a CONTAG adotou a denominação de Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura e, recentemente, para a denominação atual de Confederação dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares. As alterações refletem debates internos à entidade, bem como disputas com outros sujeitos pela representação das populações rurais. Um aprofundamento do debate pode ser conferido em Teixeira (2023).

² O sindicalismo dos trabalhadores rurais possui, atualmente, mais de 4 mil sindicatos, cerca de cinquenta federações estaduais, três confederações nacionais registradas e outras sem registro.

Na esteira dessas críticas, surge o chamado *novo sindicalismo*³ (RODRIGUES, 1997; SILVA, 2020), que dá origem e depois se articula em torno da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No meio rural, para se diferenciar do sindicalismo oficial e dar materialidade à sua crítica a ele, esse *novo sindicalismo* construiu um repertório marcado pelo envolvimento da base social nas ações de confronto ao Estado, entendido como opressor e também indutor do modelo de desenvolvimento excludente, que levava à crise e ameaçava a reprodução social dos pequenos agricultores de base familiar (FAVARETO, 2006; PICOLOTTO, 2022). O sindicalismo rural cutista se inseria em um “projeto mais amplo de organização popular, cujas fronteiras estendiam-se para além do mundo sindical” (SCHMITT, 1996, p. 194), articulando diversos segmentos de trabalhadores, desde os metalúrgicos do ABCD paulista⁴ até a luta dos agricultores sem-terra no Sul do Brasil. Por conta disso, esse sindicalismo consolidou-se como importante sujeito no processo de redemocratização e da elaboração da Constituição Federal de 1988, contribuindo para o que Dagnino (2004, p. 95) chamou de um “projeto democratizante e popular” que pautava a “expansão da cidadania” e o “aprofundamento da democracia”.

Na década de 1990, esse projeto democratizante e popular, concorrendo com o projeto neoliberal marcado por uma “concepção de Estado mínimo, mas também com uma concepção minimalista tanto da política como da democracia” (DAGNINO, 2004, p. 108) e que era implementado pelo governo federal nas sucessivas gestões até 2002, permitiu aos movimentos sociais – dentre eles o sindicalismo rural – atuar em canais institucionais que foram se abrindo, bem como a conquista de políticas públicas para diversos setores sociais. Dentre eles, aqui discute-se a agricultura familiar, categoria que se consolidou ao final da década de 1990 pela confluência da atuação de agentes estatais, sindicais, acadêmicos e internacionais (PICOLOTTO, 2006; NEVES, 2007).

No âmbito político-partidário, esse mesmo projeto ou campo deu origem em 1980 ao Partido dos Trabalhadores (PT), com várias de suas lideranças sendo provenientes do sindicalismo. Na década de 1990, o PT ampliou a sua presença no cenário político-eleitoral, elegendendo representantes para os poderes executivo e legislativo de diversos estados e municípios, depois de quase ter chegado à Presidência da República em 1989, e se consolidou

³ Há um grande debate na historiografia e na sociologia a respeito do *novo sindicalismo*, principalmente entre uma corrente que trata/tratou tal Movimento como uma completa ruptura com o *velho sindicalismo* (pré-1964), enquanto que outra corrente aponta tal processo como sendo de tese-antítese-síntese, isto é, uma incorporação crítica das práticas sindicais existentes e a readaptação numa prática diferenciada, nem completamente igual à anterior, nem completamente nova. Uma síntese sobre este debate pode ser encontrada em Silva (2020).

⁴ ABCD paulista refere-se à região metropolitana do estado de São Paulo composta pelas cidades industriais Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

como o principal partido da esquerda brasileira. Em 2002, resultado do crescimento da influência do Partido, Luiz Inácio Lula da Silva, ex-liderança metalúrgica de São Bernardo do Campo e principal figura pública do PT foi eleito presidente da república, numa coalizão de forças da qual o sindicalismo da agricultura familiar fez parte, ainda que em posições secundárias. De todo modo, essa participação aumentou os espaços institucionais e instâncias de elaboração e implementação de políticas públicas, o que levou o sindicalismo da agricultura familiar a adaptar sua atuação e formação de lideranças para tais demandas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; CONTI, 2016).

Depois de 13 anos de governos liderados pelo PT, porém, um rearranjo na correlação de forças no país levou à deposição da então presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016 (POMAR, 2016), num processo conturbado que iniciou com o questionamento do resultado por parte do candidato do PSDB derrotado em 2014, seguido da apresentação de um programa alternativo por parte do então vice de Dilma, Michel Temer, denominado *Uma Ponte Para o Futuro*, prevendo uma série de políticas neoliberais de austeridade. Formando maioria no Congresso, os setores políticos e econômicos interessados na destituição de Dilma, fazendo coro ao discurso de combate à corrupção alavancado pela operação judicial Lava-Jato⁵ e propagado pelos principais órgãos de mídia, deram início a um processo de *impeachment*⁶ tendo como objeto supostas “pedaladas fiscais” da então presidenta, do qual posteriormente foi absolvida, anos depois. Nas ruas, organizações financiadas por partidos e setores conservadores da sociedade, bem como entidades patronais, realizaram mobilizações que capturaram parte do descontentamento popular com a situação política e econômica do país, deram respaldo à operação político-midiática de destituição, que foi aprovada por maioria nas duas casas do Congresso e avalizada pelo Supremo Tribunal Federal. Em outras palavras,

⁵ Principal protagonista da operação, o juiz Sérgio Moro, antes dos holofotes da Lava-Jato, havia atuado na perseguição judicial a agricultores familiares do Paraná, acusados de fraude no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e posteriormente absolvidos por falta de provas. Além de destruir as vidas dos agricultores presos injustamente, a operação deu início ao desmonte e burocratização do PAA, uma das principais políticas de fomento à agricultura familiar criada no governo Lula. Depois de sua atuação na Lava Jato, inclusive tendo ordenado a prisão do ex-presidente Lula em 2018, que o retirou da disputa eleitoral naquele ano e sacramentou a vitória de Jair Bolsonaro, Sérgio Moro tornou-se Ministro da Justiça de seu governo e atualmente é senador. Ver mais sobre a operação no Paraná em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-historia-dos-13-agricultores-presos-por-moro-e-depois-absolvidos/>>. Acesso em 19 out. 2023.

⁶ Segundo a Agência Senado, a definição de *impeachment* é: “Termo inglês que significa impugnação de mandato. É a destituição legal, por meio de processo no Poder Legislativo, do ocupante de cargo de presidente da República. O impeachment propriamente dito é de responsabilidade do Senado Federal, mas a Câmara dos Deputados precisa autorizar a instauração do processo. Essa autorização precisa ter o apoio de 342 deputados. Se o impeachment for aprovado, o presidente perderá o cargo e ficará inabilitado por oito anos para o exercício de função pública. A aprovação do impeachment precisa do apoio de 54 senadores.”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/impeachment>. Acesso em 20 mar. 2024.

dispondo de maioria conservadora no Congresso e exigindo a radicalização do ajuste fiscal neoliberal no Brasil, e após Dilma recusar a proposta neste sentido apresentada por seu vice, as forças de direita iniciaram um processo acelerado de desgaste e destituição da presidenta, revestido de uma aparência legal. Por isso, devido aos vícios do processo e sua condução política, optou-se aqui por se referir a ele como Golpe ao invés da denominação legal de *impeachment*.

Como consequência, promoveu-se um progressivo afastamento entre movimentos sociais e sindicais e o Estado, devido a medidas que restringiram políticas públicas (especialmente por corte de recursos) e a extinção de seus conselhos deliberativos e de ministérios – como foi o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto em um dos primeiros atos do governo provisório de Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro - MDB), em 2016. Ainda sob a gestão de Temer, outras importantes transformações ocorreram, como a implementação da Reforma Trabalhista e da Lei de Terceirização⁷, que modificaram uma série de pontos da legislação trabalhista até então vigente, além de modificarem aspectos importantes aos órgãos de representação classista, os sindicatos (CAMPOS; SILVA, 2023). Com a eleição de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL e depois Partido Liberal - PL) em 2018, marcando expressivo crescimento eleitoral da extrema-direita, a relação com movimentos sociais e sindicais se tornou ainda mais adversa, com um discurso mais radicalizado contra eles, além de medidas como a extinção do Ministério do Trabalho e a aprovação de outras reformas de orientação neoliberal, como a reforma da previdência.

Em especial nas últimas décadas, o Brasil experimenta um processo de ampliação da hegemonia do agronegócio na sociedade civil, com a disseminação de estabelecimentos comerciais ligados a insumos e produção, difusão de campanhas publicitárias, investimentos culturais na música e eventos para enaltecer o agronegócio. Aliado a isso, esse setor ampliou sua influência nas diversas instâncias do Estado restrito e, a partir dele, reforçando seus aparelhos privados. Tal ampliação hegemônica encontra lastro na crescente importância econômica do agronegócio dentro do atual modelo de desenvolvimento brasileiro, e é levada a cabo por grandes investimentos políticos e ideológico-culturais. Nesse sentido, o agronegócio avança sobre a base da agricultura familiar - em especial sobre as frações mais consolidadas economicamente (AQUINO; GAZZOLA; SCHNEIDER, 2018) -, difundindo sua compreensão de que o “o agro é tudo”, ou, em outras palavras, de que a agricultura familiar também é agronegócio, a despeito da discrepância em termos propriedade fundiária e de

⁷ Trata-se, respectivamente, da Lei 13.467/2017 e Lei 13.429/2017.

investimentos estatais, por exemplo (BRUNO, 2017; NEVES, 2018). Além disso, em outra “frente”, a bancada do agronegócio no Congresso Nacional deu maciço apoio à chamada Reforma Trabalhista de 2017, que fragilizou os sindicatos e travou sua atuação (PICOLOTTO; LAZZARETTI; HÜBNER, 2020; CAMPOS; SILVA, 2023), além de ter poder suficiente para pautar politicamente o Executivo, indicar nomes para ocupar cargos estratégicos e ministérios, reivindicar crescentes volumes de investimentos e dominar as pautas de exportação. Essa situação, conforme apontado por liderança da FETRAF⁸, tem gerado crescentes dificuldades aos órgãos de representação da agricultura familiar para fazer frente à ofensiva política e cultural do agronegócio.

Além do massivo apoio dado pela bancada ruralista no parlamento ao Golpe contra Dilma, diversos setores patronais rurais foram apoiadores de primeira hora de Jair Bolsonaro⁹ no pleito em que foi eleito presidente. Além disso, em 2022, após a derrota deste nas eleições que deram vitória a Lula, setores do agronegócio convocaram, apoiaram e financiaram diversos atos golpistas que tinham como objetivo negar o resultado das urnas e impedir que Lula assumisse a presidência¹⁰.

O Rio Grande do Sul possui forte tradição sindical e foi marcado por experiências governamentais participativas, mas também pela frequente alternância de partidos no governo, sobretudo entre a centro-direita (MDB e Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) e esquerda (PT). O último governo de esquerda foi o de Tarso Genro (PT), que esteve à frente do executivo gaúcho entre 2011 e 2014, e que manteve práticas como a do Orçamento Participativo, projeto do qual Genro participou da formulação e execução pioneira em Porto Alegre, quando Olívio Dutra (PT) foi prefeito (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). O governo e suas práticas de participação popular tiveram forte apoio dos movimentos sociais e sindicais.

⁸ A fala em questão foi realizada em evento de lançamento do livro *A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação*, de Everton Picolotto, realizado no auditório do Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar na Universidade Federal de Santa Maria, em 2022, assistido pelo autor.

⁹ Uma identificação dos principais sujeitos do agronegócio no Brasil, bem como o apoio que a “bancada ruralista” (Frente Parlamentar Agropecuária, que representa os interesses do agronegócio no Congresso) prestou ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, pode ser conferido no artigo de Caio Pompeia na edição de janeiro de 2022 da Revista Piauí, intitulado “O agrobolsonarismo”. Link: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo/>>. Acesso em 12 de jan. 2022.

¹⁰ Relatório da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) aponta para a participação de empresários e entidades do agronegócio na convocação e financiamento de ações de caráter golpista durante o governo do ex-presidente Bolsonaro, bem como de contestação ao resultado das eleições presidenciais de 2022, quando Lula saiu vitorioso. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/07/30/com-apoio-logistico-e-doacoes-serie-b-do-agro-articulou-golpe-desde-2019.htm>>. Acesso em 05 ago. 2023.

Porém, a partir dos pleitos seguintes, o governo estadual passou a ser dirigido respectivamente por José Ivo Sartori (MDB), de 2015 a 2018, e Eduardo Leite (PSDB), de 2019 a 2022¹¹. Ambos os governos, ainda que com algumas diferenças, foram de orientação neoliberal e empenharam-se em um projeto de redução da capacidade de operação do Estado em políticas públicas e sociais, além de promoverem um afastamento em relação aos movimentos sociais, comparado ao governo de Tarso Genro. No estado gaúcho, embora tenha se mantido nas margens em relação à direita “tradicional” (MDB e PSDB), a extrema-direita mais alinhada à figura de Jair Bolsonaro - ou *bolsonarista* - experimentou um grande fortalecimento, aumentando o número de parlamentares na Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado Federal, com a eleição de um tradicional representante do patronato rural, Luis Carlos Heinze (Partido Progressista - PP). Além do poder legislativo, políticos gaúchos alinhados com a extrema-direita se tornaram ministros do governo Bolsonaro, como Osmar Terra (MDB)¹² no Ministério da Cidadania, e Onyx Lorenzoni (Democratas - DEM e depois PL), figura bastante próxima à Bolsonaro, tendo atuado em diferentes ministérios durante seu governo¹³.

Na relação com a agricultura familiar, durante o governo Tarso o setor foi tido como prioritário, de forma que os movimentos sociais e sindicais do campo eram frequentemente recebidos pelo próprio governador, e tinham a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) do estado como principal órgão de interlocução no governo, sendo ela comandada por Ivar Pavan, agricultor familiar que possuía longa história de atuação entre os rurais da CUT e ligação com os movimentos sociais. Já durante o governo de Sartori, a pasta foi dirigida por Tarcísio Minetto, aliado mais próximo da FETAG. Embora a FETRAF tivesse diálogo com ele, a relação com o restante do governo era de afastamento. Depois disso, na primeira gestão de Eduardo Leite, a SDR foi extinta e suas funções absorvidas pela Secretaria da Agricultura, sob direção de representantes do agronegócio. Com a ascensão de governos hostis aos movimentos de perfil popular e identificados com a esquerda, tanto no Rio Grande

¹¹ Nas eleições de 2022, Eduardo Leite foi eleito novamente para o cargo. Pode-se considerar o primeiro caso de reeleição na História democrática do estado, porém, meses antes do fim de seu primeiro mandato, Leite renunciou ao cargo para disputar a indicação de seu partido para ser candidato à presidência do Brasil, empreitada a qual não obteve êxito.

¹² Osmar Terra é figura tradicional do MDB e chegou a ocupar o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário do governo Temer. Durante as eleições de 2018 e depois no governo de Jair Bolsonaro, assumiu posições condizentes com a extrema-direita e alinhadas ao então presidente, tendo ocupado o cargo de Ministro da Cidadania.

¹³ Lorenzoni foi ministro-chefe do Gabinete de Transição Governamental (entre o final de 2018 e 1º de janeiro de 2019), ministro-chefe da Casa Civil (2019-2020), ministro da Cidadania (2020-2021) e ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência.

do Sul quanto no governo federal, as mudanças nas relações com o Estado impuseram ao sindicalismo a necessidade de adaptar a sua atuação frente ao novo cenário.

Salienta-se que nesta dissertação é feita uma opção por se referir aos governos Temer e Bolsonaro como “governos de direita”, sem desconsiderar as diferenças e inflexões do segundo em relação ao primeiro. Ambos se localizam dentro do espectro da direita e, na conjuntura recente, dentro do bloco golpista, sendo seus governos fruto do Golpe. Porém, faz-se necessário, antes de prosseguir, estabelecer algumas diferenças entre os governos Temer e Bolsonaro. O primeiro, embora sendo vice de Dilma Rousseff, a partir do momento em que assume a presidência interina altera os ministérios e passa a atuar fortemente na implementação do projeto neoliberal, com medidas impopulares blindadas pela maioria do Congresso Nacional, sem preocupação com cálculos eleitorais, resultando numa enorme reprovação de seu governo ao término do mandato. O núcleo central do governo foi formado por partidos da “direita tradicional”, sem caráter ideológico tão forte. Este governo funcionou, assim, como uma espécie de transição, realizando mudanças institucionais e reformas neoliberais para preparar terreno para um novo governo que pudesse aprofundar tais mudanças.

Nesse sentido, Armando Boito Jr (2020) afirma que em 2015 iniciou-se um movimento de massa reacionário, e após depuração, surgiu um movimento propriamente neofascista, o bolsonarismo. Como já dito anteriormente, a extrema-direita cresceu em força social e eleitoral durante estes anos, culminando – junto a manobras golpistas – na eleição de Jair Bolsonaro para a presidência, buscando transmitir uma ideia de tal governo como tendo sido “democraticamente eleito” e, sendo assim, contando com certo apoio popular, aprofundar as políticas iniciadas por Temer. Este governo contou com um núcleo central formado por militares e políticos de extrema-direita. O referido autor definiu tal governo como “predominantemente neofascista, baseado num movimento neofascista, mas [...] no que diz respeito ao regime político, é uma democracia burguesa, embora deteriorada”, pois o Congresso Nacional seguiu funcionando e influenciando no processo decisório, porém com a criação pelo judiciário de “um filtro político para impugnar candidaturas de esquerda ou de centro-esquerda com chances de vitória” e com a tutela das instituições políticas pelas Forças Armadas (*Ibid.*, p. 112). Assim, ressalta-se que, sem desconsiderar as diferenças entre um governo e outro, a opção por referir o contexto como de ascensão de “governos de direita” é metodológica e, ao longo do texto, ao tratar da relação do movimento social com tais governos, as diferenças vão sendo marcadas.

Isto posto, é dessa adaptação que nos ocuparemos nesta dissertação, tomando por objeto o sindicalismo da agricultura familiar durante os governos de direita entre 2016 e 2022, e tendo como unidade de análise a FETRAF-RS. Essa Federação surge como tal em 2014, a partir da estadualização da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), fundada em 2001, e que congregava grande parte do sindicalismo rural cutista do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Apesar da fundação da FETRAF-RS ser relativamente recente, o estado sul-rio-grandense foi um dos berços desse sindicalismo e é, desde então, uma de suas principais áreas de atuação (SCHMITT, 1996; PICOLOTTO, 2022). Atualmente, a FETRAF-RS tem aproximadamente 40 mil agricultores e agricultoras familiares em sua base, sendo aproximadamente 8 mil associados aos seus sindicatos, além de um corpo de cerca de 40 dirigentes com liberação financeira para atuar em nível local, estadual e nacional (BAGNARA, 2021).

Diante disso, o problema de pesquisa que se coloca é: como o sindicalismo da agricultura familiar - em especial a FETRAF-RS - organizou seu repertório de ação frente ao Estado no período de 2016 a 2022, marcado pela ascensão de governos de direita no Brasil? O objetivo geral, que busca responder ao problema de pesquisa, é entender como a FETRAF atuou entre 2016 e 2022, frente aos governos de direita instituídos após o Golpe e que restringiram o acesso dos movimentos sociais ao Estado. Em seus objetivos específicos, esta dissertação se propõe a: 1) apresentar a trajetória e estrutura sindical da agricultura familiar e como a FETRAF-RS se insere nela e a sua relação com o Estado; 2) compreender a atuação da FETRAF e a relação com o Estado durante os governos liderados pelo PT; 3) mapear e analisar os repertórios de ação utilizados pela FETRAF-RS durante os governos de direita de 2016 a 2022.

Para efetivar tais demandas, a pesquisa articula um referencial teórico-metodológico marxista, a partir da compreensão de Estado e Sociedade Civil em Antônio Gramsci, e da teoria elaborada por Nicos Poulantzas para a compreensão da estrutura de Estado imbricada à luta de classes no capitalismo, com a noção de repertórios, elaborada por Charles Tilly e discutida, problematizada e reformulada por Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba para melhor compreensão do caso brasileiro, ao que denominaram repertórios de Interação Estado-Sociedade.

Poulantzas, pretendendo contribuir para o preenchimento de lacunas da teoria marxista, buscou elaborar uma teoria geral do poder, do domínio da política e das classes sociais sob o capitalismo (BOITO JR, 2023). Segundo estudiosos de sua obra, as produções do pensador grego passaram por três distintas fases. De forma geral, Boito Jr (2023) afirma

que a primeira fase seria marcada pela influência do existencialismo de Jean-Paul Sartre; a segunda fase, onde o referido autor localiza uma das principais obras de Poulantzas, *Poder Político e Classes Sociais* (publicado em 1968), tendo como principal referência a leitura estrutural de Marx elaborada por Althusser; por fim, a terceira fase seria marcada pela publicação de *O Estado, o poder, o socialismo* (publicado em 1978), quando aproxima-se da corrente eurocomunista que começava a se constituir na Europa Ocidental.

Por outro lado, Codato (2014), embora faça a mesma divisão em três fases, compreende que a primeira seria aquela da publicação de *Poder Político e Classes Sociais*, em que se destacou o conceito de Estado como *estrutura*, tendo uma função *política* de coesão social e cuja superação do Estado capitalista se daria por meio da *destruição* do aparelho do Estado. A segunda fase seria marcada pela publicação de *Fascismo e Ditadura*, em 1970, em que o Estado aparece como *aparelho* ou conjunto de aparelhos (repressivos e ideológicos) com uma função *político-ideológica* de coesão de uma formação social dividida em classes. Já a terceira fase, coincidindo com Boito Jr, foi marcada pela publicação do já referido *O Estado, o poder, o socialismo*, onde o conceito de Estado é apresentado como *relação*, sendo “uma espécie de registro físico do estado presente nas lutas da sociedade” (*Ibid*, p. 73), e sua função passa a ser *econômica* na constituição das relações de produção, e o autor passa a falar não mais da destruição do Estado, mas de sua transformação a partir de uma *nova correlação de forças em favor das massas, dentro e fora do Estado*.

Poulantzas (1986) afirma que o Estado no capitalismo representa principalmente os interesses políticos das classes dominantes, mais do que seus interesses econômicos imediatos. Assim, é capaz de garantir os interesses econômicos de certas classes dominadas – impostos pela luta destas –, mesmo que contrários aos interesses econômicos imediatos das classes dominantes, mas compatíveis com seus interesses políticos, ou seja, com sua dominação hegemônica. Por conta disso, as classes populares e suas lutas estão fundamentalmente no interior do Estado e lhe atravessam de lado a lado, fazendo parte da ossatura material do Estado. Desta forma, Poulantzas entende o Estado como uma condensação material de uma relação de forças entre as classes sociais e frações de classe, tanto entre as classes e frações do bloco no poder, quanto a relação entre estas e as classes dominadas. Neste Estado, cada aparelho e setor possui focos de poder real e formal, correspondentes aos interesses das diferentes frações de classe do bloco no poder (POULANTZAS, 2000).

O autor afirma ainda, como convém compreender para o presente estudo, que tal organização institucional faz com que, mesmo que a esquerda ocupe o governo, não quer

dizer que automaticamente controlará de fato o conjunto ou mesmo alguns aparelhos de Estado (POULANTZAS, 2000). Afastando-se criticamente daquelas compreensões segundo as quais o Estado seria possuidor de poder político próprio, Poulantzas compreende que o poder é sempre um poder de classe que atua *no e através do Estado* (*Ibid*, 2000; CODATO, 2014).

Tendo sido uma das referências nas elaborações de Poulantzas, Gramsci foi responsável por uma ampliação do conceito de Estado. Operando uma divisão de caráter metodológico (diferente dos liberais com os quais polemizou), o autor italiano compreendia o Estado como sendo integrado pela *Sociedade Política* (os órgãos de governo, jurídicos, coercitivos, etc) e a *Sociedade Civil*, onde estariam os aparelhos privados (partidos, sindicatos, jornais, etc). À primeira corresponderia a função de domínio direto e coerção, a partir do qual a classe dominante exerce seu comando sob as demais classes. Já à segunda corresponderia a função de *hegemonia*, isto é, de direção política e cultural, onde a classe dominante obtém o consenso das grandes massas através da cultura e dos intelectuais. Para Gramsci (2001, p. 20-21), “os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”, sendo que o consenso é “espontaneamente” dado pelas grandes massas às ideias do grupo dominante devido ao “prestígio” e confiança obtida por esse grupo por causa de sua posição e sua função no mundo da produção. Assim, o governo político por meio do aparelho de coerção estatal é a forma “legal” do grupo dominante para assegurar a disciplina dos demais grupos quando o consenso espontâneo desaparece ou torna-se frágil.

Portanto, para o estudo dos movimentos sociais, as formulações deste Estado ampliado possibilitam compreendê-lo não mais como uma instância específica e isolada, mas como um conjunto de instituições e funções que se diluem entre sociedade civil e sociedade política, sendo que a primeira “possui mecanismos e organismos que forçam as alterações na correlação das forças em luta” (GOHN, 1997, p. 188). Desta forma, a sociedade civil seria por excelência onde se constrói a hegemonia das classes dominantes, o ambiente de criação de consenso em torno de suas ideias, enquanto que a sociedade política ou Estado restrito, ocupada pela classe dominante, exerceria o domínio direto, a coerção. A hegemonia na sociedade civil se efetiva a partir dos aparelhos privados de hegemonia (igrejas, partidos, sindicatos, imprensa, etc) rumo à ocupação do Estado restrito, porém, também a partir do Estado restrito em direção aos aparelhos privados de hegemonia, reforçando assim o papel dirigente da classe ou fração de classe dominante na sociedade civil, no desempenho de suas práticas ideológico-culturais (DAGNINO, 2004; MENDONÇA, 2012; COSPITO, 2017).

Empresta-se de Gramsci, ainda, a noção teórico-metodológica de *classes subalternas*, entendendo que ao estudar trabalhadores na agricultura familiar, esta dissertação se debruça ao estudo dos subalternos do campo. Para o autor sardo, enquanto que a unidade das classes dominantes ocorre essencialmente no Estado, a das classes subalternas está entrelaçada com a História da sociedade civil. Ele aponta que a unidade destas classes, embora aconteça ou comece a acontecer em diversos momentos, é “continuamente rompida por iniciativa dos grupos dominantes” (GRAMSCI, 2002, p. 135-136). Assim, defende que todo e qualquer traço de iniciativa autônoma dos subalternos deve ser atentamente estudado pelo pesquisador, a partir de um acúmulo de numerosos materiais, geralmente difíceis de recolher. Compreende-se que o sindicalismo da FETRAF, desde seu surgimento enquanto departamento da CUT, até a constituição da FETRAF-SUL e FETRAF-RS, inserem-se no que o autor indica como “novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros” (*Ibid*, p. 139-140), justificando, assim, seu estudo por esta pesquisa.

Destaca-se, aqui, que dentro do referencial adotado, Estado e Governo não são a mesma coisa. O Estado, como já citado, é entendido como a condensação material da relação de forças na sociedade, além de ser a estrutura permanente. O Governo, por outro lado, possui um caráter transitório, consiste na gestão ou administração do Estado, materializado em sujeitos. Se é correto afirmar, portanto, que Estado não se reduz a Governo, também é certo que o Governo constitui o Estado. Portanto, quando nesta dissertação analisa-se a relação dos movimentos sociais com o Governo ou Poder Executivo, trata-se de focar em uma das formas possíveis de relação entre movimentos sociais e Estado. Como identificado no desenvolvimento da pesquisa, em momentos de maior afastamento e confrontação entre movimentos sociais e governo federal, os mesmos lançaram mão de estratégias como a busca por maior interação com os Poderes Executivos estaduais e municipais, bem como com o Poder Legislativo Federal e estaduais (CARVALHO *et al.*, 2022). Portanto, o problema de pesquisa manteve a relação com o Estado, para dar conta das interações com os demais poderes, porém identificando como central na estratégia da FETRAF a relação com o Poder Executivo federal, isto é, com o Governo.

Cumpram-se ainda sublinhar que, ao se falar em divisão de poderes dentro do Estado capitalista, esta não “constitui uma simples distinção jurídica formal, antes corresponde simultaneamente a relações precisas entre as forças políticas e a diferenças reais no funcionamento das instituições do Estado” (POULANTZAS, 1986, p. 300). Segundo este autor, assim como o Estado é uma condensação da relação de forças, na prática a divisão dos poderes reflete esta mesma relação, sendo que um destes poderes – para ele quase sempre o

executivo ou o legislativo – exerce papel central na unidade interna do Estado, decorrente do “fato de representar de representar a unidade política do povo-nação, e do fato de constituir a unidade política do bloco no poder sob a égide da classe ou fração hegemônica”, e arremata dizendo que na “relação entre o Estado e as classes dominadas, essa instância constitui o lugar onde se reflete a soberania popular” (*Ibid*, p. 300-301). De fato, no Brasil, os únicos dois poderes eleitos pelo voto popular são o Poder Executivo (presidente e vice-presidente) e o Poder Legislativo (senadores e deputados), e nas últimas décadas tem sido no Executivo onde a esquerda tem conseguido algum protagonismo. Além disso, no caso das instâncias municipais do Estado, a agricultura familiar frequentemente elege prefeitos e vereadores nos municípios onde possui força mais expressiva. No nível estadual, já elegeu deputados, compôs o Executivo, e em outros momentos contava com parlamentares próximos, filiados ao PT sobretudo.

Desta forma, a compreensão de Estado de Gramsci e Poulantzas contribuirá para a compreensão e análise da atuação da FETRAF-RS – aparelho privado de uma fração das classes subalternas na sociedade civil – e sua interação com o Estado brasileiro, um Estado no qual e por meio do qual as classes dominantes exercem seu poder. Conforme Boito Jr e Berringer (2013) e Boito Jr (2016; 2023), nos dois principais períodos que serão aqui analisados – 2003 a 2016, durante os governos liderados pelo PT, e 2016 a 2022, marcado por governos de direita –, houve duas distintas configurações no bloco no poder. No primeiro período, a hegemonia política foi da grande burguesia interna, formando junto à representação das classes populares – o PT – uma frente neodesenvolvimentista¹⁴, reunindo também a baixa classe média, o operariado urbano e a agricultura familiar. Já no período seguinte, tal frente enfrentou fissuras e foi derrotada, a partir do Golpe, pela frente neoliberal ortodoxa, composta pelo grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia brasileira integrada a ele, a maior parte dos grandes proprietários de terra, bem como a alta classe média dos setores público e privado. A FETRAF-RS, entende-se, fez parte da primeira frente e, quando esta foi desestruturada, a partir da remoção do elemento popular da chefia do Executivo, encontrou dificuldades para organizar sua ação.

Neste sentido, o foco do estudo é investigar como a Federação atuou frente ao Estado nesta nova configuração da correlação de forças. Para tal, utiliza-se, em articulação a este

¹⁴ Boito Jr e Berringer adotam a noção para indicar que “esse programa busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país”, por isso a adoção do prefixo *neo*, pois trata-se de “um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor [o desenvolvimentismo de 1930-1980]”, sendo “a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal” (2013, p. 32).

referencial, a noção de *repertório*. O conceito de *repertório* elaborado principalmente por Charles Tilly empresta da música tal noção “para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p. 22). Tilly (2006) define, então, o conceito de repertório como sendo as várias formas de reivindicação disponíveis para qualquer conjunto específico de *atores*, o que inclui também o governo e as prováveis consequências de tais reivindicações. Os movimentos sociais interagem com os regimes¹⁵ – ou condensação material de uma relação de forças – a partir de um determinado repertório de performances¹⁶, que influencia e é influenciado pelo regime. Essa relação cria repertórios que prevalecem em tempos e lugares específicos, tornando-os uniformes dentro dos regimes e assim distinguindo os regimes uns dos outros (TILLY, 2008). Em outras palavras, conforme o regime, alguns repertórios são mais presentes do que outros, devido às possibilidades dadas para o seu uso e a comunicação entre os reclamantes (e também por aprendizado histórico) do que é mais efetivo naquele regime:

Por um lado, as instituições políticas distintas de um regime promovem a emergência de um repertório adaptado a essas instituições e amplamente disponível em todo o mesmo regime. Por outro lado, essas mesmas instituições políticas distintas diferenciam regimes e, portanto, seus repertórios uns dos outros [...] A uniformidade dentro dos regimes e as diferenças entre os regimes resultam de duas influências interativas: 1) ações dos governos centrais que impõem limites às reivindicações coletivas dentro do regime e 2) comunicação e colaboração entre os reclamantes (atuais ou potenciais) que compartilham informações, crenças e práticas sobre quais formas de reivindicação funcionam ou não (TILLY, 2008, p. 149).

Enquanto os detentores de poder geralmente são mais conservadores quanto aos repertórios, apegando-se àqueles desempenhos comprovados (também porque possuem meios de torná-los efetivos), incluindo a repressão aos adversários, os desafiantes buscam novos meios para enganar os concorrentes e adversários (TILLY, 2008). Discorrendo sobre este conceito tillyano, Sidney Tarrow (2009, p. 51, grifo do autor) afirma que se trata de um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, “envolvendo não apenas o que as pessoas *fazem* quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas *sabem sobre como fazer* e o que os outros esperam que façam”. O repertório adotado pelos movimentos sociais inclui formas de ação que foram criadas por eles devido às características dos regimes que experienciaram, mas também inclui performances desenvolvidas por outras organizações em outras épocas. Exemplo disso é a estratégia das ocupações de terra, amplamente utilizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas cuja forma de ação não foi

¹⁵ Para Charles Tilly (2006; 2008), um *regime* se caracteriza por interações repetidas e fortes entre os *atores* políticos mais destacados, dentre os quais um governo, entendido por ele como uma organização que exerce a coerção e tem prioridade sobre todas as outras organizações.

¹⁶ As performances, como explicou Alonso (2012), são as menores unidades do repertório, aqui entendidas também como formas de ação.

criada propriamente por ele, e sim herdada do antigo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), fundado na década de 1960 e desarticulado logo após o Golpe Civil-Militar de 1964.

Segundo Abers, Serafim e Tatagiba (2014), ao se estudar os movimentos sociais no Brasil, em especial a partir da chegada do PT ao governo federal em 2003, o conceito de Tilly de *repertório de contestação* é tensionado e apresenta limitações, pois privilegia as ações de confronto entre movimentos e Estado¹⁷. No Brasil, porém, diversos movimentos sociais importantes foram criados por meio de alianças entre indivíduos dentro e fora do Estado, sendo que no período dos governos liderados pelo PT os movimentos passaram não só a negociar frequentemente com o Estado, mas também atuaram *por dentro* de suas instituições, seja em espaços participativos, seja indicando militantes e aliados para cargos na burocracia.

Diante destas novas formas e combinação de repertórios, as autoras propõem complementar a noção original tillyana através do conceito de *repertório de interação* entre Estado e sociedade civil, abrindo espaço para analisar não apenas aquelas ações de confronto e contestação, em especial em momentos de maior permeabilidade do Estado, como durante os governos liderados pelo PT (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Entende-se, assim, em complemento às autoras e articulado às contribuições de Gramsci, Poulantzas e Boito Jr, que no período dos governos liderados pelo PT, os movimentos sociais atuaram como aparelhos privados de hegemonia, num momento em que tal hegemonia política era da frente neodesenvolvimentista, e os poucos momentos de confronto e contestação mais explícitos ocorriam em relação à determinados aparelhos de Estado, ocupados por diferentes frações de classe.

Criticando o que chamam de *agenda relacional*, Trindade e Bugiato (2020) afirmam que ainda que este debate tenha superado as visões maniqueístas que viam os movimentos sociais como externos e opostos ao Estado, passando a uma compreensão de que eles e outros sujeitos da sociedade civil passaram a disputar posições no Estado e, assim, o próprio Estado “travando uma verdadeira batalha pela hegemonia em seu interior”, os autores e autoras ligados a esta agenda passam “longe de categorias marxistas fundamentais – como ‘Estado capitalista’, ‘burguesia’ e ‘classes sociais’” (*Ibid*, 2020, p. 428). Assim, apontam para a

¹⁷ Marco Antônio Teixeira em sua análise da atuação da CONTAG entre 1963 e 2023, faz uma separação metodológica entre as ações coletivas, referindo-se às maneiras como os movimentos atuam publicamente, e o que chama de *ações de reprodução social* dos movimentos, para identificar as atividades “que criam as condições necessárias para o desenvolvimento das ações coletivas e a própria existência dos movimentos sociais” (2023, p. 29). Em Carvalho *et al* (2022) também é feita uma discussão a respeito das distintas possibilidades e aplicações da noção de repertórios e formas de ação, tanto em relação com o Estado quanto com a sociedade/população e entre militantes. Porém, nesta dissertação, por seu foco específico na relação com o Estado, privilegiou-se o repertório de interações.

fragilidade da discussão relacional quando ela se furta a problematizar teoricamente o que é o Estado na sociedade capitalista, em especial em momentos como foram os governos de direita recente (em especial o de Bolsonaro).

Feitas estas considerações, nesta dissertação optou-se pela utilização da noção de *repertórios de interação* entre Estado e sociedade, ao tratar da relação entre os movimentos sociais e o Estado durante os governos liderados pelo PT, levando em conta a indicação de Abers, Serafim e Tatagiba (2014), ao passo que é retomada e problematizada a noção original tillyana de repertório de confronto no capítulo seguinte, na análise sobre o repertório de ação durante os governos de direita. Seguindo a proposta de Tatagiba e Galvão (2018) de articular teorias do confronto político à teoria marxista, aqui parte-se da compreensão de que a sociedade brasileira divide-se em classes, e que, como defende Poulantzas (1986, p. 186), o Estado é “o Estado de uma sociedade dividida em classes”. Portanto, ainda que o repertório empregado pelos movimentos não seja especificamente de confronto, ocorre num contexto de divisão de classes em luta. Por isso, entende-se que nos governos liderados pelo PT a luta de classes não desapareceu, mas adquiriu contornos diferentes pelo fato de um partido de esquerda e de origem na classe trabalhadora ocupar parte do governo, abrindo algumas brechas maiores na estrutura do Estado para as classes subalternas, na chamada frente neodesenvolvimentista, ao mesmo tempo em que se intensificou e experimentou uma alteração na correlação de forças na sociedade, com o aumento da atuação de segmentos dominantes e da alta classe média nos protestos, bem como de novas pautas a partir sobretudo de junho de 2013 e com as manifestações golpistas de 2015-2016 (POULANTZAS, 2000; BOITO JR; BERRINGER, 2013; TATAGIBA; GALVÃO, 2018).

Desse modo, acredita-se que a relevância e justificativa do presente trabalho encontram-se no fato de que os processos a serem analisados estão em curso e impactam na representação classista dos agricultores familiares e na sociedade. O sindicalismo, como já exposto, historicamente constituiu-se como importante ferramenta das classes subalternas – ainda que não só delas¹⁸ –, seja na representação de demandas dos grupos sociais aos quais se ligava, seja em pautas societárias mais amplas, como no processo de redemocratização. O trabalho também pretende contribuir academicamente com os estudos dos movimentos sociais e sua relação com o Estado, na esteira do que outros trabalhos já fizeram. Picolotto (2011; 2022) investigou a trajetória dos grupos de agricultores de base familiar no Sul do Brasil, reconstruindo sua experiência político-organizativa e ferramentas constituídas. Conti (2016)

¹⁸ O sindicalismo é expressão do capitalismo, de forma que não apenas as classes subalternas organizam sua luta econômica desta forma, mas também as classes dominantes, através dos sindicatos patronais.

dedicou-se a compreender as transformações no interior da FETRAF-SUL geradas por sua participação na formulação e implementação de políticas públicas. Silva (2021) voltou sua tese de doutorado à trajetória e memória coletiva de agricultoras familiares, em especial as mulheres dirigentes da FETRAF-RS em sua luta por reconhecimento social. Na pesquisa que mais se aproxima do trabalho aqui apresentado, Bagnara (2021) analisou os enquadramentos interpretativos da FETRAF e as mudanças na atuação sindical da Federação na relação com o Estado, com as políticas públicas e com a base social após o *impeachment* de Dilma Rousseff. A dissertação de Bagnara traz conclusões que, no que se refere à relação com o Estado, o repertório de ações da FETRAF-RS teria sido de protesto e confronto durante os governos Temer e Bolsonaro. Adotando referencial majoritariamente distinto e foco reduzido às interações com o Estado, o presente trabalho apresenta conclusões também um tanto distintas.

Por tratar de um tema ainda pouco estudado, porque recente, as mudanças ocorridas na relação entre movimentos sociais e Estado durante os governos de direita recentes e a forma como responderam a este contexto, espera-se que o trabalho possa fornecer uma contribuição em dupla direção: tanto para os estudos acadêmicos e para a literatura que versa sobre tais relações, bem como para a sociedade em geral e particularmente para os movimentos sociais.

Para perseguir os objetivos da pesquisa, articulado ao referencial teórico-metodológico exposto, além de revisão bibliográfica, optou-se pela adoção de ferramentas metodológicas qualitativas, visando aprofundar o conhecimento a respeito do grupo social estudado, os agricultores familiares, em especial aqueles que desempenham atividades sindicais. Como explicado por José Paulo Netto, para Karl Marx o método implica “uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”, processo no qual Marx lançou mão das diversas técnicas de pesquisa oferecidas pelas ciências sociais (2011, p. 53, grifos no original). Nesse sentido, tendo como unidade de análise a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do estado do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), uma das áreas de atuação mais antigas e representativas do sindicalismo rural cutista, utilizaram-se técnicas de coleta de dados, como a análise documental (CELLARD, 2008); e o recurso de entrevistas semi-estruturadas visando colher os dizeres de suas lideranças (COTANDA *et al.*, 2008; POUPART, 2008). Como técnica de análise/tratamento dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, buscando extrair informações codificadas nas mensagens (ARÓSTEGUI, 2006; GERHARDT *et al.*, 2009; BARDIN, 2016).

O *corpus* documental desta pesquisa se caracterizou por cartilhas, jornais, pautas de reivindicações, resoluções congressuais, documentos de orientação sobre ações, obtidas em sua maioria no formato digital, e postagens em redes sociais da FETRAF-RS. As lideranças entrevistadas foram mapeadas e selecionadas segundo alguns critérios, como tempo de atuação (no caso de militantes históricos da entidade), atuação no período foco de nossa análise, lideranças e aliados que tenham ocupado cargos em alguma instância do Estado, especialmente no poder executivo federal e estadual, seja em ministérios, secretarias ou conselhos consultivos e deliberativos. Foram realizadas 13 entrevistas semi-estruturadas, sendo 5 delas com atuais dirigentes da FETRAF-RS: Alcemir Antonio Bagnara, Cleonice Back, Douglas Cenci, Rui Valença e Vilson Alba; o ex-dirigente da FETRAF-SUL e ex-deputado estadual pelo RS Altemir Antônio Tortelli; o ex-assessor sindical do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) Amadeu Bonato; dois ex-ministros do MDA: Miguel Rossetto e Gilberto José Spier Vargas (conhecido como Pepe Vargas); três ex-servidores do MDA: Carlos Mário Guedes, José Ademar Batista e Valter Bianchini; e o ex-secretário da SDR/RS e ex-deputado estadual pelo PT Ivar Pavan.

Com exceção de uma entrevista presencial, as demais foram realizadas de forma virtual a partir da ferramenta de videoconferência *Google Meet*, tendo sido gravadas com o consentimento dos entrevistados e transcritas a partir do *software Whisper*. Posteriormente, as transcrições foram tratadas e formatadas. Para cada conjunto de entrevistados, o roteiro de perguntas sofreu algumas adaptações, com perguntas mais apropriadas à posição ocupada, como descrito acima. As entrevistas foram realizadas entre 31 de agosto e 14 de outubro de 2023, e quando citadas no corpo do texto terão a indicação de informação verbal. Além disso, outras alterações foram sendo feitas no decorrer da realização das entrevistas e a partir de reflexões da pesquisa.

A análise dos documentos oficiais da entidade, bem como a realização entrevistas com seus dirigentes, tem por objetivo compreender as discussões, posicionamentos e formulações da FETRAF durante o período de 2016 a 2022, pois entende-se que é em tais materiais que se cristalizam as posições e os debates coletivos da entidade, e seus dirigentes são aqueles sujeitos responsáveis por implementar a sua política e efetivar as deliberações de espaços como reuniões, assembleias e congressos. A coleta das notícias veiculadas na página da FETRAF-RS na rede social *Facebook* tem como objetivo o mapeamento das interações da Federação com o Estado, como forma de analisar o repertório utilizado durante o período. Entende-se que, pelo caráter da coleta, não são necessárias profundas problematizações a respeito da natureza da plataforma, acessada por meio eletrônico assim como são os demais

sítios de internet. O sítio da FETRAF, que naturalmente seria o local de procura de tais informações, encontrava-se fora de circulação durante a realização da pesquisa, e o novo sítio da entidade ainda não está em pleno funcionamento. Questionado informalmente sobre a localização das informações, um assessor da entidade informou que, de fato, as notícias e divulgação de ações encontrava-se na página do *Facebook*.

Além desta introdução, a presente dissertação organiza-se em três capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo, de caráter mais histórico, tem por objetivo apresentar a trajetória e estrutura sindical da agricultura familiar, explicitando como ocorre a representação sindical deste setor no estado do Rio Grande do Sul e como a FETRAF-RS se insere nela. O segundo capítulo busca compreender a relação da FETRAF com o Estado durante os governos liderados pelo PT, evidenciando o papel desempenhado pelo MDA como interlocutor das pautas da agricultura familiar junto ao restante do governo e a ocupação de cargos na burocracia por aliados da FETRAF, bem como o repertório de interação utilizado pela entidade nesse período. O terceiro capítulo analisa a dinâmica entre o sindicalismo da FETRAF e o Estado durante os governos de direita recentes (2016-2022), sob a chave analítica dos repertórios de ação, para compreender a atuação da FETRAF frente àquele contexto, explorando os elementos da crise pela qual passou este sindicalismo no período de retomada do projeto neoliberal ortodoxo e de hostilidade com os movimentos sociais. Por fim, as considerações finais, onde é feita uma síntese dos principais resultados da pesquisa.

2 A TRAJETÓRIA E ESTRUTURA DO SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Brasil tem toda sua História atravessada pela questão agrária. Desde a invasão portuguesa e o avanço sobre o território ocupado por populações originárias, passando pela criação das enormes capitanias hereditárias e sesmarias, a criação da Lei de Terras¹⁹ que instituiu a propriedade fundiária privada e “preparou o terreno” para a abolição da escravidão décadas depois, deixando o enorme contingente de ex-escravizados sem direito ao acesso à terra e reforçando a estratégia de urbanização e industrialização nascente no país. O Brasil construiu-se enquanto país agrário, com a marca distintiva do poder de classe e da estruturação do capitalismo no país alicerçado no domínio territorial (STÉDILE, 2011), condição que sofreu poucas alterações estruturais até hoje, o que reverbera na dificuldade de implementação de projetos de reforma agrária e na persistência de casos de trabalho análogo à escravidão, predominantemente concentrados no meio rural²⁰.

Se por um lado a classe patronal rural concentrou em si enormes parcelas de terra e poder, utilizando-os diretamente na neutralização de qualquer coisa que ameaçasse seu domínio e a estrutura fundiária na qual ele é baseado, por outro lado a maior parte da população do campo, famílias que ocupavam pequenas parcelas de terra praticando uma agricultura de subsistência, desenvolveram distintas formas de resistência e luta por sua reprodução social ou por melhores condições. No âmbito político e intelectual, a questão agrária²¹ organizou-se principalmente em torno de duas diferentes análises. Uma delas entendia o Brasil como passando por uma etapa feudal, da qual o latifúndio e as relações sociais no campo seriam um sintoma, enquanto a outra afirmava a natureza capitalista da sociedade no Brasil, estando as relações no campo subordinadas à reprodução capitalista, e não em antagonismo a ela. Destas duas compreensões originaram-se distintas propostas políticas, que apontavam como principal eixo a realização de uma reforma agrária que distribuisse terras e levasse ao fracionamento dos grandes latifúndios, e outras defendiam a urgência de implementar uma legislação trabalhista no campo (PRADO JR, 1979; PICOLOTTO, 2006).

¹⁹ Lei nº 601 de 1850.

²⁰ Segundo o Portal de Inspeção do Trabalho, da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de 1995 até 2023, a Inspeção do Trabalho encontrou 61.711 trabalhadores em condições de trabalho análogo à de escravo. Destes, 55.429 ocorreram em situação de trabalho escravo rural. Disponível em: <<https://sit.trabalho.gov.br/radar/>>. Consultado em 06 ago. 2023.

²¹ Referindo-se ao termo aqui “para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra” (STÉDILE, 2011, p. 15).

A superação deste debate, com a afirmação da natureza capitalista da agricultura brasileira ocorre, como aponta Wanderley (2011), ao final da década de 1960. No início desta década, outros marcos relevantes para a questão agrária foram as legislações referentes aos trabalhadores rurais, como o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964), que consolidaram direitos trabalhistas e referentes à reforma agrária e oficializaram a possibilidade de sindicalização dos trabalhadores rurais e, a partir disto, a criação de uma entidade sindical nacional que pudesse aglutinar os sindicatos municipais e federações estaduais. A partir do início do sindicalismo rural de forma oficial, confluíram para ele diversas organizações camponesas e de trabalhadores rurais, algumas com atuação mais regionalizada, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul, ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao então governador Leonel Brizola, as Ligas Camponesas no Nordeste, passando por organizações vinculadas a diferentes setores da Igreja Católica, até a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB).

No Rio Grande do Sul, dois projetos de desenvolvimento protagonizavam a disputa política. De um lado, desenvolvimentistas nacionalistas ligados ao PTB e PCB, de outro a ala representada pelo Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), de caráter mais conservador, defendendo um projeto de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro (PICOLOTTO, 2022). No meio rural, grosso modo, essa disputa entre nacionalistas e conservadores se desenrolava entre o MASTER e a Frente Agrária Gaúcha (FAG), esta criada por bispos católicos e responsável por tentar conter a atuação de seu concorrente, considerado subversivo (RICCI, 1999; PICOLOTTO, 2022). Com diferentes objetivos, estratégias e sujeitos prioritários a serem organizados, estas duas forças tiveram papel de grande relevância na constituição do sindicalismo rural no estado sul-rio-grandense.

O presente capítulo dedica-se a apresentar um histórico do sindicalismo da agricultura familiar e analisar a estrutura de representação sindical desta categoria, com foco no Rio Grande do Sul. Num primeiro momento, será apresentada a trajetória do sindicalismo rural tendo como marco a fundação da CONTAG em 1963, passando pelo surgimento do *novo sindicalismo* no campo e a criação da CUT, e avançando no sindicalismo rural cutista até a fundação da FETRAF-RS. Num segundo momento, abordando o período dos governos liderados pelo PT e imediatamente anterior ao início do ciclo de governos de direita recentes (2016-2022), colocar-se-á em evidência como ocorre a representação sindical do setor da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, formado por diferentes organizações sindicais.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS

O sindicalismo de trabalhadores rurais tem sua origem oficial no início da década de 1960, três décadas depois da conquista deste direito pelos trabalhadores urbanos da indústria e serviços. Ainda assim, construiu uma História bastante rica, com a confluência de diversas lutas anteriores - que giravam em torno principalmente da reforma agrária e dos direitos trabalhistas no campo - e levou a que atualmente se constitua como a maior rede sindical do Brasil, com mais de quatro mil sindicatos, cerca de cinquenta federações estaduais e três confederações nacionais²². É relativamente abundante também a literatura que analisa esse período²³, de modo que o objetivo aqui é realizar apenas uma síntese dos principais aspectos relacionados ao sindicalismo desse período e que são fundamentais para a compreensão do surgimento e desenvolvimento do sindicalismo rural cutista.

A sindicalização rural no país foi regulamentada pelo Ministério do Trabalho por meio da Portaria nº 209-A/25, de 25 de junho de 1962, e consolidada no Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, atendendo a uma demanda antiga dos setores organizados politicamente no meio rural e que já concorriam entre si pela legitimidade de representação dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores, ou dos camponeses, categoria que ganhou força a partir do início da década de 1960 como capaz de sintetizar “um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo” (TEIXEIRA, 2023, p. 62). A referida Portaria tornou legal a possibilidade de organização e reconhecimento de sindicatos, federações e confederação tanto de trabalhadores quanto de empregadores, porém colocou pequenos produtores na categoria de empregadores, o que foi corrigido com a Portaria 355-A em novembro do mesmo ano (*Ibid.*, 2023). Tal mudança foi importante para as forças políticas que disputavam a direção política das populações rurais, pois possuíam em suas bases tanto trabalhadores assalariados quanto pequenos produtores.

Das forças que atuavam no período anterior pelo reconhecimento das lutas dos trabalhadores do campo por parte do Estado, destacam-se o Partido Comunista do Brasil

²² As três confederações reconhecidas são a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (CONTRAF) e a Confederação Nacional de Trabalhadores Assalariados Rurais (CONTAR). Existem ainda outras duas confederações, porém não possuem registro sindical. São elas: Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER), fundada em 2011, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil (CONFETRAF-Brasil), fundada em 2013.

²³ Ver, por exemplo, Grzybowski (1983), Grynspan (1987), Medeiros (1989), Ricci (1999), Dalla Nora (2002), Picolotto (2011; 2022) e Teixeira (2023).

(PCB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), as Ligas Camponesas e organizações vinculadas a diferentes setores da Igreja Católica, como a Frente Agrária Gaúcha (no RS), mais conservadora, e a Ação Popular (AP), mais alinhada à esquerda. O PCB, que já havia criado ligas camponesas na década de 1940, atuava desde então por meio da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), por onde exercia grande influência entre os trabalhadores rurais. O PCB, assim como as demais forças políticas, adotava uma estratégia de criação do máximo de sindicatos e federações estaduais, que eram reconhecidas mais facilmente quanto mais alinhamento possuíam com o titular do Ministério do Trabalho em cada período (PICOLOTTO, 2022; TEIXEIRA, 2023).

Em 1963, como aponta Dalla Nora (2002, p. 42), ocorreu um “surto de reconhecimento de sindicatos rurais pelo governo”, com cerca de 130 tendo sido reconhecidos entre abril e outubro daquele ano. Em dezembro de 1963 é fundada então a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e das 26 federações de 18 estados que participaram da assembleia de fundação, a maioria estava sob influência do PCB, que ficou com a presidência da Confederação, a partir de um acordo com a AP, que ficou com a secretaria (*Ibid.* 2002). As Ligas Camponesas mantiveram divergências com o PCB, pois defendiam uma proposta mais radical de reforma agrária, ao passo que o Partido defendia uma transição mais gradual (não sem divergências internas), e por isso optaram por não fazer parte do sindicalismo oficial, mantendo-se independentes e, em alguma medida, isoladas.

Em abril de 1964 ocorreu o Golpe Civil-Militar que depôs o então presidente João Goulart e instaurou uma Ditadura que viria a durar 21 anos. Esse Golpe contou com apoio massivo do patronato rural e suas entidades representativas, como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), que posteriormente também pressionaram os governos militares contra a implementação das já tímidas propostas de reforma agrária (MENDONÇA, 2010). A historiadora Sônia Mendonça (2020, p. 183) classifica a participação destes setores como um “duplo golpe no campo”, por seu apoio ativo no Golpe e impedindo a aplicação do Estatuto da Terra em sua formulação original de 1964. Em oposição a isso, o Estado ditatorial levou a cabo um pacto político entre burguesia e a oligarquia latifundiária, que promoveu mudanças técnicas nas atividades agropecuárias sem alterar a estrutura fundiária (PIRES; RAMOS, 2009), processo que muitos intelectuais

brasileiros convencionaram chamar de *modernização conservadora*²⁴. Segundo Moacir Palmeira (1989, p. 87),

a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão "modernização conservadora"

Ainda, segundo este autor, deve-se prestar atenção ao fato de que, com a criação de legislações como o Estatuto da Terra, abriu-se espaço para diferentes vias de desenvolvimento da agricultura, bem como múltiplos instrumentos para a intervenção do Estado, tendo sido priorizada aquela via defendida pelas classes dominantes do campo, a da modernização dos latifúndios, que foi escolhida por influência do “lugar estratégico atribuído à especulação financeira e a importância atribuída à exportação de produtos agropecuários e agroindustriais como fonte de divisas para o país, no modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar” (PALMEIRA, 1989, p. 96). Desta forma, “as vantagens oferecidas pelas políticas de *modernização*”, além do benefício gerado aos latifundiários tradicionais, atraíram capitais de outros setores da economia, colocando o campo como alternativa de investimento, de forma que estes capitais “entraram na produção agrícola ou agroindustrial e passaram a imobilizar capitais em terras, contando não apenas com a sua valorização, mas também com a perspectiva de captação de recursos públicos para a realização de aplicações financeiras” (*Ibid*, p. 99).

Depois do Golpe, o Executivo Federal interveio fortemente nas organizações sindicais rurais, chegando a atingir cerca de 90% dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) criados entre 1963 e 1964 (RICCI, 1999). A intervenção recaiu também sobre a CONTAG, que teve sua diretoria destituída, sendo nomeado como interventor José Rotta, dirigente da Federação de Círculos Operários de São Paulo²⁵. Esta entidade era orientada pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)²⁶, um dos principais responsáveis pela elaboração estratégica e articulação para a derrubada do então presidente João Goulart, e que contava com a participação de entidades do patronato rural (MENDONÇA, 2020). Rotta dirigiu a entidade

²⁴ Murilo José de Souza Pires e Pedro Ramos (2009) chamam a atenção para o fato de que a utilização do termo por muitos dos pensadores nacionais ocorreu sem as devidas mediações históricas e críticas, uma vez que o conceito foi originalmente cunhado por Barrington Moore Jr para analisar os casos da Alemanha e do Japão. Em que pese as similaridades destes casos com o caso brasileiro, aqui as elites dominantes não tiveram a preocupação de expandir a cidadania para classes subalternas, enquanto que nos outros dois casos houve a incorporação de parcelas destas classes à sociedade, somado ao fato destacado pelos pensadores nacionais de que o Brasil preservou, ao longo dos séculos, a estrutura fundiária concentrada em grandes e médias propriedades.

²⁵ Os Círculos Operários tiveram origem em 1932 e foram uma das principais forças dos setores conservadores da Igreja Católica, com atuação no eixo Centro-Sul do Brasil (RICCI, 1999).

²⁶ Criado em 1961, o IPES recebia investimentos nacionais e internacionais e articulava uma ampla rede de intelectuais, militares, políticos e empresários.

até 1968, quando a oposição saiu vitoriosa, fruto de articulação entre sindicalistas de Pernambuco e Rio Grande do Norte com setores da FAG no RS, marcando o retorno de alguns dos sindicalistas que haviam sido destituídos anteriormente (RICCI, 1999; MEDEIROS, 2014).

Além da destituição de diretores, outros dois aspectos principais marcaram a relação intervencionista do Estado com os sindicatos nesse período. Um deles foi a implementação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) no início da década de 1970, que passou a atribuir um papel marcadamente assistencialista aos sindicatos de trabalhadores rurais, buscando abrandar as reivindicações de outros pontos do Estatuto da Terra, como a reforma agrária (DALLA NORA, 2002; MATTOS, 2009). A prática assistencialista incorporada pelo sindicalismo, porém, serviu também em alguns casos como uma porta de entrada para o diálogo com os associados a respeito de seus direitos e como conquistá-los (MEDEIROS, 1989). Outro aspecto, com períodos mais intensos e outros de distensão, mas sempre constante, foi o da repressão aos camponeses e suas lideranças. Esta repressão não foi exclusividade do pós-64, como indica o Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade (CCV, 2014), que analisa violações de direitos no campo no período de 1946 a 1988. Durante a Ditadura Civil-Militar, porém, adquire traços de sistematicidade e maior participação estatal na repressão, culminando na desarticulação de diversas organizações, como o caso do MASTER no RS, com diversas lideranças perseguidas, presas, torturadas e mortas, ou ainda “desaparecidas”.

Esse período marcado pelo terrorismo de Estado (PADRÓS, 2012) frente aos movimentos sociais e sindicais durante a Ditadura consolidou um repertório de ação do sindicalismo rural marcado pela moderação, com reivindicações legalistas com base na legislação vigente, na tentativa de evitar novas intervenções e repressão (RICCI, 1999; DALLA NORA, 2002; PICOLOTTO, 2022; TEIXEIRA, 2023). Tal moderação suscitou críticas de outros agentes que atuavam junto às populações rurais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), para quem a CONTAG privilegiava apenas a própria estrutura, seus dirigentes e pautas de apenas alguns setores do campo, críticas acompanhadas também por segmentos dessas populações, devido ao foco da atuação do sindicalismo oficial não abranger suas demandas (RICCI, 1999). Destaca-se, porém, que graças a essa atuação, manteve-se relativamente organizada a estrutura sindical de trabalhadores rurais, além de manter presente a reivindicação por reforma agrária, direitos trabalhistas e política agrícola para pequenos produtores, ainda que possa se questionar sua efetividade.

No Rio Grande do Sul, MASTER e FAG disputavam a direção do movimento de trabalhadores rurais²⁷ até o período pré-Golpe. Criado em 1960, o MASTER foi a primeira associação de *sem-terras* e vinha ganhando projeção por adotar a estratégia de buscar apoio institucional para suas pautas, usando para isso o repertório de acampamentos em beiras de estradas e próximo a fazendas para pressionar, além de fazer um apelo ideológico ao nacionalismo do PTB do então governador Leonel Brizola, contando também com a adesão do PCB no estado, o que levou o MASTER a compor a primeira diretoria da CONTAG (DALLA NORA, 2002; PICOLOTTO, 2022). A influência trabalhista e comunista na condução e concepção do Movimento levou a que este priorizasse inicialmente a organização de assalariados, posseiros, arrendatários e colonos sem-terra ou com pouca terra, muitos destes identificados pela categoria *caboclo*, que “mais do que vinculada a uma forma de trabalho, era uma categoria de recorte étnico-cultural usada para designar um grupo social miscigenado entre brancos, negros e índios, na relação geralmente com os colonos” (PICOLOTTO, 2022, p. 119). Os colonos, por sua vez, eram aqueles pequenos proprietários oriundos das colônias de imigração alemã e italiana, sendo eles o foco de atuação da FAG.

A FAG, como já citado, foi criada em 1961 por iniciativa do bispo da Arquidiocese de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, um dos principais expoentes e ideólogos da ala conservadora da Igreja Católica no RS. Sua atuação era baseada na Doutrina Social Cristã e evocava a Carta Encíclica *Mater et Magistra*, assinada pelo Papa João XXIII, em 1961, e que pregava a paz e a harmonia entre as classes no campo e buscava resolver seus conflitos à luz da doutrina cristã (DALLA NORA, 2002; GALVÃO, 2020). Buscando preservar a fidelidade dos colonos ao catolicismo, as propostas de reforma agrária, educação rural e incentivo ao cooperativismo por parte da FAG eram orientados pelo combate aos *agentes da subversão* no campo, identificados pela Igreja no RS como sendo o MASTER (RICCI, 1999; PICOLOTTO, 2022). Desta forma, a atuação da FAG a aproximou muito da concepção anticomunista do setor patronal rural.

No mesmo sentido das disputas nacionais pela representação dos trabalhadores rurais, em solo gaúcho MASTER e FAG também buscaram criar o maior número possível de sindicatos, além de ambos terem empreendido esforços para criar uma federação de nível

²⁷ É preciso frisar, aqui, a pluralidade de distintas realidades presentes no campo, com posseiros, sitiantes, pequenos proprietários, assalariados, etc. O uso da denominação de “trabalhadores rurais” busca acompanhar o uso corrente da época. Buscando conter a organização política as populações subalternas do meio rural, a Ditadura “unificou” a enorme diversidade destas na categoria *trabalhador rural*, por meio da legislação sindical e trabalhista, coibindo o uso de termos com maior conotação política como a de *camponês*. Porém, autores destacam a sagacidade do movimento sindical em “desneutralizar” a denominação *trabalhador rural*, remetendo a uma posição na relação capital-trabalho, além de buscar dar representação unitária frente a tentativas patronais e governamentais de segmentar o sindicalismo (PALMEIRA, 1989; MEDEIROS, 2014; PICOLOTTO, 2022).

estadual. Em 1962 foram realizados dois encontros estaduais de organização do MASTER, que culminaram em um forte impulso à campanhas pela sindicalização em todos os municípios do estado, a consolidação de uma diretoria definitiva para o Movimento com quadros políticos do PTB, PCB, do governo estadual e associações locais, bem como se buscou transformar o MASTER em Federação das Associações dos Agricultores Sem Terra, Pequenos e Médios Proprietários (PICOLOTTO, 2022). A FAG, por outro lado, criou através dos sindicatos que dirigia, em 1963, a Federação dos Pequenos Proprietários e Trabalhadores Autônomos do Rio Grande do Sul, reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 1965 como Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS) (DALLA NORA, 2002).

Aproveitando-se da legitimidade da Igreja Católica junto aos colonos (principalmente, mas não só) e da consonância entre seus objetivos e os da Ditadura Civil-Militar, a FAG adotava métodos simples para a criação de sindicatos e obtinha reconhecimento rápido por parte do Ministério do Trabalho, o que ocorreu também no caso da FETAG. Devido a isso, a FAG foi responsável pela criação da grande maioria dos STRs do Rio Grande do Sul. O MASTER, por sua vez, passou a sofrer perseguições e repressão principalmente após o Golpe de 1964 e encerrou suas atividades (DALLA NORA, 2002; CCV, 2014; PICOLOTTO, 2022). Durante os primeiros anos de existência da FETAG, esta manteve grande dependência da FAG em termos de estrutura, dirigentes e formação, porém foi progressivamente tornando-se independente.

Seguindo as concepções predominantes na FAG, a atuação da FETAG nas décadas de 1960 e 1970 foi marcada sobretudo por ações de apoio à modernização tecnológica da agricultura e formação técnica dos agricultores, bastante próximo do projeto da Ditadura. Com uma diretoria composta principalmente por pequenos produtores, a principal bandeira defendida pela Federação na prática foi a da política agrícola para este setor, mantendo a pauta da reforma agrária muito mais na esfera discursiva e em segundo plano. Além disso, a FETAG teve alguns atritos com a CONTAG no que diz respeito ao enquadramento sindical, defendendo que os pequenos e médios agricultores pudessem estar em sua base independentemente do tamanho da propriedade, enquanto que a CONTAG, dirigida principalmente por assalariados e outras categorias do Norte e Nordeste, defendia o limite de até 02 módulos (PICOLOTTO, 2022).

O contexto geral de crise vivido no Brasil no final da década de 1970, com o esgotamento do chamado Milagre Econômico da Ditadura, que se assentava na concentração de capitais em torno dos grandes grupos monopolísticos, nos investimentos públicos em

grandes obras de infraestrutura e no arrocho salarial e superexploração da força de trabalho (MATTOS, 2009), e ao qual estava associada a modernização da agricultura, causou uma crise em amplos setores da sociedade. No Planalto Gaúcho, os pequenos agricultores - sobretudo os mais empobrecidos - lidavam com a falta de novas terras próximas às suas regiões de origem para assentar as novas gerações e tentar evitar o fracionamento das pequenas propriedades. Aliado a isso, a expulsão de colonos de algumas reservas indígenas em processo de retomada por seus habitantes originários fez emergir um grande contingente de sem-terras (CARINI, 2005). Diferentemente do período anterior ao Golpe, quando esse setor era formado principalmente por caboclos, no final dos anos 1970 foram os colonos que passaram a protagonizar a luta pela terra (PICOLOTTO, 2022).

Nesse período de retomada das ocupações de terras, a CONTAG deu apoio e se envolveu em algumas situações pontuais e quando tais ações tinham respaldo das federações estaduais, o que não ocorria no caso do Rio Grande do Sul quando surgiu o MST (MEDEIROS, 2014). Essa situação gerou forte pressão sobre os sindicatos e seus dirigentes, tidos como imobilistas e ineficientes, ressoando as críticas que vinham sendo feitas pela CPT à CONTAG. O acirramento dessas críticas e o aporte organizativo dado por agentes pastorais deu impulso ao surgimento do que ficou conhecido como *novo sindicalismo* no campo e que culminou com a criação de *oposições sindicais* e movimentos que se organizaram por fora da estrutura sindical, cuja principal expressão foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizações que figuram entre as principais responsáveis pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Rio Grande do Sul, em 1984, que já neste ano passou a contar com uma Secretaria Rural (SCHMITT, 1996; FAVARETO, 2006; MEDEIROS, 2014; PICOLOTTO, 2022).

O sindicalismo rural, quando regulamentado, organizou-se sobre a mesma formatação do sindicalismo urbano, trazendo características como a *investidura sindical* ou necessidade de reconhecimento pelo Estado, a *unicidade sindical* que permite o reconhecimento de apenas uma entidade sindical por categoria numa mesma base territorial, o *imposto sindical* obrigatório, e, no caso específico do sindicalismo no campo, a unificação da pluralidade de realidades sob a categoria de *trabalhador rural* (PICOLOTTO, 2022). Essa espécie de atrelamento ao Estado²⁸, seja para obter reconhecimento legal, seja para obtenção de recursos

²⁸ Discorrendo sobre a proposta de reforma sindical e trabalhista então proposta pelo primeiro governo Lula, Ariovaldo Santos (2003) recupera um debate histórico no sindicalismo brasileiro e afirma que no século passado, a defesa da *pluralidade* sindical contra a *unicidade* foi uma questão tática, dadas as condições da época. Atualmente, porém, ele entende que a situação se inverteu, e que a questão tática agora é a defesa da *unicidade*, impedindo uma fragmentação e fragilização do movimento sindical, ainda que reconhecendo que o debate deve se dar em torno de questões políticas mais do que nas formalidades. Outros autores, como é o caso de Armando

e também pela apropriação da categorização imprimida à sua base social colocou o movimento sindical sob certa ambiguidade. Permitiu sua existência e a canalização de recursos assistenciais durante a Ditadura Civil-Militar, período em que movimentos reivindicatórios e contestadores foram severamente reprimidos, além de permitir que algumas pautas permanecessem no debate público, ainda que de forma protocolar. Pensando sob a luz da teoria de Poulantzas e Gramsci, nesse período a hegemonia das classes dominantes foi preservada a partir do domínio direto a partir da coerção estatal contra aqueles que se colocavam como ameaças ou refratários a tal hegemonia, possibilitando apenas aquelas ações que não a questionassem (GRAMSCI, 2001). Estes movimentos não estavam, assim, em condição de disputar a hegemonia do Estado (TRINDADE; BUGIATO, 2020), uma vez que sua única inserção em tal estrutura se dava de forma secundária, a partir dos sindicatos, à época mais estreitamente vinculados ao Estado e que, mesmo aí, suas posições não eram hegemônicas.

Desta forma, conformou-se um *repertório* de ação do movimento sindical que precisava se equilibrar na linha tênue entre reivindicar e levar adiante as demandas de seus representados, mas fazê-lo dentro de rígidos limites para evitar intervenções ou repressão por parte do Estado. Esta é a outra face da ambiguidade, que passou a ser mais exposta a partir do final da década de 1970 com o esgotamento do Milagre Econômico. Um exemplo pode ser encontrado no assistencialismo, que adquiriu papel importante nos sindicatos a partir da implementação do FUNRURAL (DALLA NORA, 2002; MATTOS, 2009; RODRIGUES; LADOSKY, 2015). Se, por um lado, fazia parte do projeto da Ditadura de revalorização das entidades sindicais como correias de transmissão das políticas públicas e parte da estratégia para controlar as reivindicações da base social e criar consensos, por outro foi apropriada pelo movimento sindical como estratégia para capilarizar sua atuação, como uma porta de entrada e forma de se legitimar junto aos agricultores, tornando mais fácil o debate político e sua inserção na base (PICOLOTTO, 2022; TEIXEIRA, 2023), realizando assim uma disputa de hegemonia.

Nos estertores da Ditadura, porém, com o aguçamento da crise e, no caso do Rio Grande do Sul, a iminência da questão agrária com os efeitos da *modernização*, o empobrecimento de pequenos agricultores, a escassez de terras para novas gerações e o grande contingente de sem-terras que se formava, aliado à atuação de agentes pastorais, sobretudo aqueles ligados à CPT, deu novo tom às vozes de sujeitos que eram secundarizados

Boito Jr (2023), afirmam que a *unicidade*, junto a outros elementos como a investidura sindical, representam uma profunda intervenção do Estado na vida sindical.

pela atuação do sindicalismo oficial (RICCI, 1999; PICOLOTTO, 2022). O sindicalismo oficial passou a ser acusado por estes sujeitos como sendo imobilista e ferramenta de manipulação dos trabalhadores frente ao modelo excludente levado a cabo pelo Estado (SCHMITT, 1996; FAVARETO, 2006). Surgiram, portanto, entre os subalternos, críticas ao sindicalismo oficial como reprodutores da hegemonia das classes dominantes. Nesse contexto, se processou o que Leonilde Medeiros chamou de “reordenamento do lugar político dos *pequenos agricultores* na sociedade” (2002, p. 20, grifos no original), com uma série de mobilizações e aumento da sua importância no interior do sindicalismo rural:

Vários foram os fatores que contribuíram para isso, entre eles a crescente descrença no potencial da modernização da agricultura como forma de melhoria de suas condições de vida; o efeito acumulado de experiências localizadas de incentivo às formas associativas, através da ação de organizações não governamentais ou do Estado, para buscar saídas para o que se passou a chamar “questão da produção” e que refletiam as dificuldades em competir comercialmente com as grandes empresas agroindustriais e cooperativas; o germinar de um conjunto de novas lideranças, com forte influência da Igreja ligada à teologia da libertação (mesma matriz de diversas lideranças do MST), questionadoras da ação da CONTAG também em relação às ações junto aos *pequenos produtores*. Nesse contexto, surgiram diversas experiências de *oposições sindicais* em diferentes regiões do país. (MEDEIROS, 2002, p. 20, grifos no original).

Essas oposições sindicais ao sistema CONTAG²⁹, por meio das lideranças fomentadas pelo trabalho da CPT e das Comunidades Eclesiais de Base (RODRIGUES; LADOSKY, 2015; PICOLOTTO, 2022) foram progressivamente se aproximando das críticas que vinham sendo feitas também no sindicalismo urbano, sobretudo pelo chamado *novo sindicalismo* que ganhava projeção nas grandes greves e mobilizações metalúrgicas do ABCD paulista. Esse movimento foi composto principalmente pelas oposições sindicais metalúrgicas de São Paulo e pelo *sindicalismo autêntico* de São Bernardo do Campo, que já dirigia o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos daquela cidade, cuja liga era dada pela atuação de grupos operários católicos e setores progressistas da Igreja Católica e Luterana. Extrapolando as fronteiras da esfera sindical, reunia diversos segmentos e movimentos de trabalhadores em todo o Brasil e confluuiu para a criação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que acabou por aprofundar a divisão entre o *velho* e o *novo sindicalismo* (ANTUNES, 1980; SCHMITT, 1996; RODRIGUES, 1997; RICCI, 1999; PARANHOS, 2011; ANTUNES; SILVA, 2015).

No I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) realizado em 1981, que criou uma comissão para discutir a criação da CUT e foi dividido entre os *sindicalistas autênticos* ou *combativos* e o bloco da Unidade Sindical, que contava com dirigentes sindicais

²⁹ Por “sistema CONTAG” leia-se o sindicalismo rural oficial, composto pela CONTAG, FETAGs e pelos STRs municipais.

ligados ao PCB, ao PCdoB³⁰ e ao PMDB/MR-8³¹, e que dirigiam as principais entidades sindicais, os dirigentes da CONTAG optaram por alinhar-se a este último bloco, intensificando os atritos no interior da categoria dos trabalhadores rurais. Estes atritos atingiram um novo patamar dois anos depois, com a realização de congresso convocado pelos *combativos* para fundação da CUT em 1983, quando a CONTAG decidiu não referendar a fundação da Central o optou por fazer parte da iniciativa convocada em seguida pelo bloco da Unidade Sindical, a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT)³², devido às resoluções que aprovavam a participação de oposições sindicais, entendido pela Confederação como uma afronta ao princípio da unicidade sindical (FAVARETO, 2006; RODRIGUES; LADOSKY, 2015). Além disso, segundo o jornal *Informativo Sindical*³³, editado pelo sindicalismo rural cutista na região do Alto Uruguai (RS), na semana anterior à realização do congresso de fundação da CUT, CONTAG e FETAGs teriam emitido orientação a todos os sindicatos para que não se fizessem presentes (COSAU, 1983; MEDEIROS, 2014).

Apesar disso, o congresso de fundação da CUT contou com a participação de 1.658 delegados rurais, número que representou 44,7% do total de delegados presentes e 38,9% dos sindicatos, e aprovou a criação de uma secretaria específica para tratar da questão agrária, que foi substituída no 2º CONCUT³⁴ pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) e os respectivos Departamentos Estaduais (DETR) (RODRIGUES; LADOSKY, 2015). Essa expressiva participação e criação de instâncias internas renderam à CUT uma forte representatividade junto ao segmento de trabalhadores rurais, demonstrando também o peso deste setor no sindicalismo.

A literatura destaca que as oposições sindicais rurais e os sindicatos que foram sendo conquistados pela CUT, buscando diferenciar-se do sindicalismo oficial, além de apoiar movimentos que se organizaram por fora da estrutura (como o MST), se empenharam em organizar novas entidades a partir de outros critérios, como base territorial e ramo de produção, e não mais por categoria profissional. Em 1984 foi criada a Articulação Sindical Sul, aglutinando tanto as oposições sindicais quanto os movimentos de luta pela terra. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990 surge o Fórum Sul dos DETRs reunindo os Departamentos dos três estados do Sul, e no Rio Grande do Sul, nas duas principais regiões de

³⁰ Partido Comunista do Brasil, que se reorganizou em 1962, adotando a sigla PCdoB. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/apresentacao-do-partido/>>. Acesso em 31 dez. 2021.

³¹ Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Organização que havia participado da luta armada contra a Ditadura.

³² A CONCLAT viria a se transformar em Central Geral dos Trabalhadores (CGT) após 1985 (RODRIGUES; LADOSKY, 2015).

³³ Ver mais sobre o *Informativo Sindical* em Schmitt (1996).

³⁴ Congresso Nacional da CUT.

atuação da CUT, são criadas a Comissão Sindical do Alto Uruguai (COSAU) e a CUT Missões. Além disso, destacaram-se por imprimir um novo repertório de ação, identificado por Abers, Serafim e Tatagiba (2014) como de protesto e ação direta e pautado na conflitividade e ações de reivindicação, como trancamento de estradas, portas de agências bancárias e órgãos públicos (SCHMITT, 1996; MEDEIROS, 2002; FAVARETO, 2006; MEDEIROS, 2014; PICOLOTTO, 2014, 2022).

Acompanhando e alargando a progressiva democratização do Estado, esses novos repertórios de ação diferenciaram-se daquele predominante no regime da Ditadura Civil-Militar, criando a oportunidade política para consolidar o sindicalismo rural ligado à CUT e a criação de novas entidades representativas do segmento dos pequenos agricultores (TILLY, 2006, 2008; TARROW, 2009; PICOLOTTO, 2014). O processo mais amplo do qual o sindicalismo rural cutista participou foi parte fundamental da construção, já desde o início dos anos 1980, de um “projeto democratizante e participativo, construído [...] ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia” e em luta contra a Ditadura (DAGNINO, 2004, p. 95-96).

Como nem tudo é criação quando se fala em repertório, parte das ações foi incorporada em novos formatos, como por exemplo a questão do assistencialismo. Em entrevista com um antigo dirigente sindical da região do Alto Uruguai que participou da fundação da CUT, este relatou que ao realizar reuniões e campanha em comunidades do meio rural de seu município com vistas à eleição do sindicato, as demandas por assistência médica e odontológica seguiam sendo reivindicações dos pequenos agricultores. Dessa forma, optaram por adotar criticamente a pauta, trazendo junto dela o debate a respeito da saúde, de práticas integrativas, sobre os atendimentos sem cobrança, visitas e atendimentos dos profissionais em todas as comunidades (LAZZARETTI, 2022). Como explica Schmitt (1996, p. 210), a resposta dada pela maioria dos dirigentes sindicais “combativos” foi a “manutenção de uma estrutura híbrida, onde os momentos de luta coexistem com a rotina do atendimento individualizado no balcão do sindicato”.

As mudanças desencadeadas pela nova conjuntura e pelo avanço do sindicalismo rural cutista influenciaram também a FETAG-RS, que acabou incorporando algumas das pautas dos rurais da CUT (e de sua base, sobretudo), passou a adotar uma postura mais crítica em relação aos governos em suas reivindicações e operou uma renovação e descentralização em sua estrutura organizativa (PICOLOTTO, 2022).

2.3 O SINDICALISMO CUTISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A década de 1990 aprofundou a crise do setor agropecuário. No âmbito do sindicalismo, o ímpeto de transformação da estrutura oficial que vinha sendo construído pela CUT esfriou após os embates em torno do processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, que manteve alguns dos pilares fundamentais da estrutura sindical, como o imposto sindical obrigatório, a unicidade sindical, o monopólio de representação e o poder normativo da Justiça do Trabalho (MATTOS, 2009).

Um exemplo do balde de água fria pode ser percebido a partir do jornal *Informativo Sindical*, editado pela já citada COSAU³⁵ entre 1983 e 1988³⁶. Com publicação bimestral, o jornal trazia colunas de autoria de dirigentes da CUT estadual e do setor rural, bem como de assessores da CPT, além de matérias sobre as lutas das oposições sindicais, dos sindicatos já dirigidos por cutistas, a demanda por política agrícola para os pequenos agricultores, a luta por reforma agrária e o MST, e de outras pautas, como a dos agricultores atingidos pela construção de hidrelétricas. Desde o final de 1985 até o final de 1987, período de debates e mobilizações em torno do processo constituinte, a tiragem do jornal aumentou de 5 mil para 8 mil exemplares, com diversas passagens debatendo a importância do processo e da participação dos trabalhadores rurais nele. Com o resultado da Constituinte, em 1988 a tiragem do *Informativo Sindical* retorna aos 5 mil exemplares, e algumas matérias expressam o descontentamento da CUT e relatam os votos contrários à aprovação da Constituição por parte de deputados do PT ligados ao sindicalismo (COSAU, 1988). Neste sentido, na edição nº 23 do *Informativo Sindical* (COSAU, 1987), o economista do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) Rolf Hacbart faz um balanço dos direitos conquistados e dos pontos da estrutura sindical que permaneceram, buscando exaltar a luta sindical e a necessidade de manter o repertório de mobilização e ação direta para garantir a atenção às suas reivindicações

[...] Certamente esta não será a Constituição, a lei que o povo quer, muito menos que realmente precisa para melhorar suas condições de vida. Mas é bom lembrarmos de uma coisa: existe a Constituição formal (a lei no papel) e a Constituição real (a que

³⁵ No expediente do jornal, consta a frase “Informativo Sindical é uma publicação da COSAU e pretende ser uma voz representativa dos trabalhadores rurais do RS.”

³⁶ A partir de pesquisa, foi possível localizar 28 edições, de 1983 a 1988, no acervo digital do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV). Neste acervo não consta a edição no 1 de 1983, e o arquivo da edição no 8 de dezembro de 1984 está corrompido. Não foram também encontradas informações sobre as razões da interrupção da publicação, que, levando em conta o acervo, terminou em novembro de 1988. “O CPV é depositário de um acervo importante, composto da memória dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, principalmente. Nesse período, o CPV contribuiu na criação e organização das oposições sindicais na cidade e no campo, que redundou na criação da CUT”. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/quemsomos.php>>. Acesso em 30 de jan. 2021.

se faz na prática). Não há dúvidas que temos que jogar peso na prática, fazer acontecer, com inteligência, habilidade política e organização, a nossa Constituição, que obteve milhões de assinaturas.

Na direção do Estado, somente a partir de 1992, durante o governo Itamar Franco (Partido da Reconstrução Nacional - PRN³⁷), é que se abriram alguns canais oficiais de diálogo para organizações de trabalhadores (PICOLOTTO, 2022). Em 1989, numa disputa eleitoral acirrada, Lula, pelo PT e apoiado pela maioria dos movimentos sociais e populares, havia sido derrotado por Fernando Collor, responsável pela implementação do receituário neoliberal no Brasil, projeto que foi mantido e aprofundado durante as gestões seguintes de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (este filiado ao PSDB). Esse ano marca também a queda do Muro de Berlim, seguida do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, acontecimentos que, aliados à reestruturação produtiva e as políticas neoliberais, empurraram os movimentos sociais e trabalhistas para a defensiva e promoveram uma progressiva transformação política-ideológica da maior parte de suas direções (FILGUEIRAS, 2006; POMAR, 2016). Durante os governos de Cardoso também foram criados o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, em 1995) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, em 1998) responsável por tratar de questões relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária, além de outras políticas públicas, canais e conselhos que contavam com a participação de organizações sindicais (PICOLOTTO, 2022).

Esse período marcou o que Dagnino (2004) chamou de *confluência perversa* entre um *projeto democratizante e participativo*, oriundo das lutas dos movimentos sociais e da redemocratização, que aumentou a participação da sociedade civil e ampliou a cidadania, e o *projeto neoliberal*, que operou um encolhimento do Estado e terceirizou muitas de suas funções para organizações da sociedade civil, sobretudo as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs). Ambos os projetos teriam similaridades e usos de conceitos em comum (como participação, cidadania, democracia e sociedade civil), porém com compreensões muito distintas dos mesmos.

Se no âmbito político o neoliberalismo impôs expressivas mudanças ao Estado e sua relação com a sociedade civil, no âmbito produtivo o final da década de 1980 e início da década de 1990 foram marcados no Brasil pela reestruturação produtiva do capital. A reestruturação produtiva foi uma resposta do capital frente à crise estrutural do capitalismo da década de 1970, porém atacando apenas seus aspectos superficiais. Ela manifestou-se em mudanças nas formas de gestão do trabalho a partir do *toyotismo* ou *modelo japonês*, bem

³⁷ Franco deixou o PRN em 1992, tendo retornado ao seu partido de origem, o PMDB, em 1997.

como no padrão produtivo, com a produção sob demanda, terceirização de atividades entre diferentes empresas de menor porte – e portanto, com menos trabalhadores –, adoção de controle de qualidade por parte dos trabalhadores, intensificação e precarização do trabalho, dentre outras mudanças (ROSSO, 2008; ANTUNES, 2009; RAMALHO, 2018), que buscaram retomar as taxas de acumulação, mas também recuperar a hegemonia em diversos âmbitos e esferas de sociabilidade, não apenas aqueles propriamente produtivos, produzindo uma *captura da subjetividade* dos trabalhadores (ALVES, 2010) ou “culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (ANTUNES, 2009, p. 50).

No campo, a reestruturação produtiva deu impulso ao agronegócio, que passou a ser entendido como um complexo de cadeias que envolvem não apenas atividades propriamente rurais, mas também aquelas relacionadas aos suprimentos agrícolas, processamento, armazenamento, serviços financeiros, transporte, marketing, dentre outros (MAFORT, 2018). A associação entre a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais, por um lado, mudou a correlação de forças entre as classes dominantes, e por outro fragilizou o movimento sindical, a partir das novas configurações nos mundos do trabalho e da redução do peso dos sindicatos, vistos como entraves à acumulação. Em paralelo, o *novo sindicalismo* passou a adotar uma postura *participativa*, frente ao surgimento de uma corrente sindical concorrente, fortemente adepta do neoliberalismo e propondo um sindicalismo de *resultados*, a Força Sindical (ANTUNES, 2009).

Assim, o movimento sindical de trabalhadores rurais adentrou a década de 1990 apontando para uma crise do sindicalismo. As transformações socioeconômicas promovidas pela implementação do projeto neoliberal e pela reestruturação produtiva causaram impactos diretos na ação sindical. Tanto cutistas quanto contaguianos debatiam os motivos da crise, apontando questões como o esfriamento da reivindicação por reforma agrária devido à postura do governo, uma política agrícola que não favorecia os pequenos produtores, a dificuldade de mobilização das bases e queda do número de associados aos STRs, decorrente da falta de conquistas econômicas concretas. Em especial entre os rurais da CUT, falava-se da necessidade de passar do sindicalismo *reivindicatório* predominante na década de 1980 para um sindicalismo *propositivo* exigido pela conjuntura dos anos 1990, a partir do que passam a defender a elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento, organizando diversas propostas - antigas e novas - num programa único, com vistas a viabilizar a agricultura familiar e apresentá-la como modelo de organização e desenvolvimento para o campo brasileiro. Buscavam, ainda, formas de reorientar a ação sindical, por meio da

horizontalização da organização, de repensar a base social do sindicalismo e criação de organizações diferenciadas (para agricultores familiares e assalariados), ou, em outras palavras, de construir a unidade na diversidade, além disso, conceberam iniciativas de organização da produção e criação de cooperativas (SCHMITT, 1996; FAVARETO, 2006; PICOLOTTO, 2022).

No âmbito sindical a CUT possuía uma postura ambígua, em que ao mesmo tempo que construía organismos por fora da estrutura sindical oficial (como o DNTR e DETRs), diversos sindicatos e algumas federações haviam sido conquistados e eram dirigidos por cutistas (PICOLOTTO, 2022). No início da década de 1990, no entanto, a CUT abandonou tal posicionamento ambíguo e passou a reconhecer a importância da estrutura sindical oficial, defendendo a conquista e transformação da CONTAG (FAVARETO, 2006), além de ser parte da estratégia mais geral da CUT de ampliar sua força atraindo para dentro de si a Confederação, frente às disputas com outras centrais, como a já citada Força Sindical (MEDEIROS, 2014). Além disso, ambas - CUT e CONTAG - vinham convergindo na prioridade à agricultura familiar e atuando juntas em mobilizações como o Grito da Terra Brasil, momento de protesto e ação direta com vistas a pressionar o governo e defender o projeto alternativo de desenvolvimento. Esse processo culminou na filiação da CONTAG à CUT em 1995 e a extinção do DNTR (FAVARETO, 2006; MEDEIROS, 2014; PICOLOTTO, 2022; TEIXEIRA, 2023).

A unificação apareceu como uma das soluções para a situação de crise do sindicalismo, mas buscou também reforçar o caráter propositivo, levando à elaboração do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PADRS) em 1998, fruto de um processo de pesquisa e formação nos anos anteriores, conhecido como Projeto CUT/CONTAG, e que pautou desde então a atuação do sindicalismo rural (PICOLOTTO, 2022; TEIXEIRA, 2023). Apesar do processo de unificação das duas vertentes sindicais, várias divergências foram mantidas, em especial a questão da unicidade sindical e o reconhecimento das organizações diferenciadas, defendidas pelos cutistas do Sul e negadas pela CONTAG. No mesmo sentido, o acordo pela extinção do DNTR não foi acompanhado pela extinção de alguns DETRs, sobretudo os dos três estados do Sul, além da negativa da CONTAG em aceitar a filiação de entidades diferenciadas de alguns estados, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAFESC) (PICOLOTTO, 2022; TEIXEIRA, 2023).

Herdeiros da organização regional iniciada ainda nos primeiros anos da CUT, como a Articulação Sindical Sul (formada não apenas pelos sindicatos e oposições sindicais cutistas,

mas também pelo MST e outros movimentos), com a criação dos DETRs, manteve-se no Sul do país uma organização sindical paralela à estrutura oficial, denominada naquele momento de Fórum Sul dos DETRs, que buscou se construir enquanto alternativa às FETAGs, também por encontrarem dificuldades em disputar e dirigir as mesmas, pois no Rio Grande do Sul e Paraná os cutistas participaram das Federações em posições minoritárias, enquanto que em Santa Catarina não conseguiram chegar a um acordo e investiram na criação da FETRAFESC e alteração da razão social de seus STRs para Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFs). Por conta disso, e como o Fórum Sul manteve-se enquanto um espaço de elaboração coletiva, a possibilidade de transformá-lo numa federação da agricultura familiar seguiu sendo discutida (SCHMITT, 1996; PICOLOTTO, 2022).

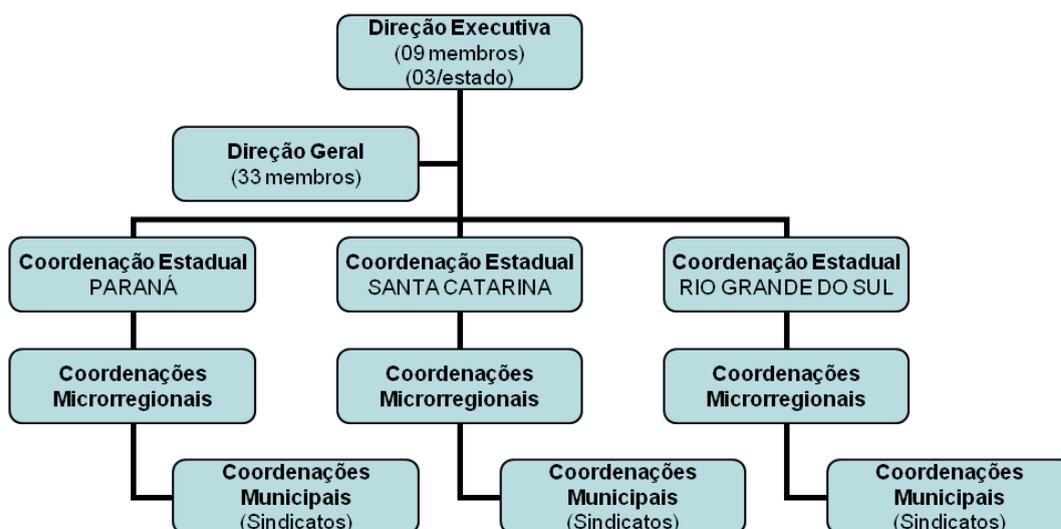
Além da organização sindical propriamente dita, o Fórum Sul promovia uma articulação mais ampla com outras entidades para o fortalecimento da agricultura familiar e para viabilizar seu projeto alternativo de desenvolvimento. Nesse sentido, ao final da década de 1990, encabeçou a criação da Frente Sul da Agricultura Familiar, que envolvia organizações sindicais, cooperativas de crédito, de leite, de produção, associações, setores religiosos e ONGs de assessoria, e tinha por objetivo o reconhecimento e valorização da categoria agricultura familiar (PICOLOTTO, 2022).

Esse setor do sindicalismo cutista no Sul do Brasil seguiu no caminho da diferenciação e da criação de instâncias sindicais específicas de agricultores familiares e por fora da estrutura sindical oficial. Picolotto (2022) destaca, porém, que esta não foi uma posição unitária no interior da CUT-RS. Durante a década de 1990, ao menos três posições diferentes quanto à organização dos rurais surgiram no interior da entidade. Enquanto a corrente majoritária e com maior presença na região do Alto Uruguai, Articulação Sindical, apostou na construção de uma federação paralela, a corrente CUT pela Base, cuja atuação mais forte localizava-se na região das Missões, optou por permanecer na FETAG e disputá-la por dentro, criticando a criação de organismos paralelos. Além disso, em 1996 uma fração da Articulação Sindical rompeu com a corrente e criou o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), seguindo os moldes organizacionais e de ação do MST, a partir de uma leitura crítica da unificação entre CUT e CONTAG e a moderação da atuação sindical e forma de encaminhamento das lutas. Enquanto o sindicalismo operava a partir da lógica da representação de toda a categoria, as lideranças envolvidas na criação do MPA defendiam o envolvimento da base na luta por suas demandas e que apenas os agricultores mobilizados deveriam ser beneficiados pelas conquistas, com vistas a reforçar nos demais a necessidade de organização e mobilização.

Os sindicatos ligados à Articulação Sindical, por meio do Fórum Sul, decidiram então pela criação de uma federação específica de representação dos agricultores familiares. Nesse sentido é que foi fundada em 2001, em Chapecó/SC, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL). Segundo alguns autores, os principais elementos que proporcionaram a criação da oportunidade política para viabilizar a criação de uma organização sindical específica de agricultores familiares na região foram os Encontros e Mutirões da Agricultura Familiar realizados entre 1997 e 1999, a formação da já citada Frente Sul da Agricultura Familiar (1999), a efetivação do Projeto Terra Solidária de educação, formação profissional e sindical com foco na agricultura familiar, as transformações limitadas na estrutura sindical com a CONTAG filiada à CUT, bem como uma forte articulação e empréstimo de capital político de lideranças da Central e do PT, como o caso de Lula, liderança histórica do sindicalismo e principal nome do Partido em nível nacional, e do também ex-sindicalista e naquele momento governador do RS, Olívio Dutra (CONTI, 2016; BAGNARA, 2021; PICOLOTTO, 2022).

Constituindo-se enquanto organização paralela, por fora da estrutura sindical oficial, a FETRAF-SUL diferia também em sua estrutura organizativa, rompendo com alguns aspectos como o fato de ser regional e não estadual em sua base territorial, e de optar por coordenações coletivas nos espaços de direção, em lugar do presidencialismo vigente no sistema CONTAG. Assim, a Federação foi organizada da seguinte forma: Direção Executiva com 9 membros (3 por estado); Direção Geral com 33 membros; uma Coordenação Estadual para cada estado; Coordenações Microrregionais (ex.: Microrregião do Alto Uruguai-RS); Coordenações Municipais dos sindicatos (estes municipais ou regionais) (CONTI, 2016; PICOLOTTO, 2022). A organização da FETRAF-SUL pode ser melhor visualizada na Figura 1 abaixo:

Figura 1 - Organização da FETRAF-SUL



Fonte: FETRAF-SUL (2014).

O objetivo principal da Federação, definido em sua fundação e aprofundado em seu I Congresso, era o de elaborar e implementar um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário na região Sul, aliado a eixos de ação como a consolidação da organização sindical orgânica à CUT como protagonista da luta da agricultura familiar em todos os níveis (locais, municipais, estaduais, regionais e nacional), a articulação de outros atores (como cooperativas de crédito e produção, ONGs) para o desenvolvimento de ações com vistas a fortalecer a posição da agricultura familiar como elemento fundamental do desenvolvimento sustentável e solidário, bem como a luta pela democratização do Estado e no processo de elaboração e implementação de políticas públicas para o setor (PICOLOTTO, 2022). Além disso, buscavam assumir o papel de negociação com governos municipais, estaduais e federal, e, no âmbito da organização sindical, ter uma prática que não se limitasse ao assistencialismo e que demarcasse uma posição classista e de mobilização, pressão, proposição e negociação com Estado e sociedade (FETRAF-SUL, c2023, n.p.). Desta forma, embora se apresentando enquanto representativa dos estados do Sul, a FETRAF-SUL acabava por assumir um papel nacional de representação dos agricultores familiares, intensificando os atritos com a CONTAG, que naquele momento seguia filiada à CUT.

Ainda no ano de sua fundação, a FETRAF-SUL promoveu a chamada Caravana da Agricultura Familiar, parte de uma agenda maior de caravanas com Lula com vistas a promover sua futura candidatura para as eleições do ano seguinte. A Caravana da Agricultura Familiar percorreu grande parte da região Sul do Brasil em nove dias, promovendo e fortalecendo o debate sobre o tema regional e nacionalmente, e deu um enorme saldo político à Federação. Com a eleição de Lula em 2002, a FETRAF-SUL logrou ampliar sua

participação na formulação e implementação de políticas públicas, além de facilitar um maior compromisso do novo governo com a pauta (CONTI, 2016; PICOLOTTO, 2022).

Em 2003, iniciou-se um ciclo de governos liderados pelo PT que se estendeu até 2016, tendo à frente do executivo federal Lula por dois mandatos, seguido de Dilma Rousseff por um mandato e meio. Segundo Boito Jr e Berringer (2013), esse período foi marcado pela hegemonia política da grande burguesia interna, em aliança com setores populares que levaram adiante um projeto neodesenvolvimentista. Como já citado, Lula foi uma liderança sindical metalúrgica e esteve à frente do *novo sindicalismo*, atuou na formação da CUT e do PT. Com ele, a identificação do sindicalismo da FETRAF-SUL era grande, e vários dirigentes sindicais faziam parte também do PT. Como afirmou Conti (2016, p. 128)

No caso do sindicalismo se trata de uma relação que começou a ser cimentada vários anos antes, pela identificação e proximidade do projeto político-sindical, gestado pela CUT e a FETRAF-Sul, com o projeto político defendido pelo Partido dos Trabalhadores, mas que encontrou na Caravana da Agricultura Familiar um marco referencial que a alçaria a um novo patamar de relações com o Estado no campo das políticas públicas que se alargou nas duas últimas décadas.

Assim, mesmo que a FETRAF-SUL em si tenha ocupado posições secundárias, o sindicalismo cutista teve lideranças participando em diversos ministérios. Houve, portanto, uma mudança na configuração do poder executivo federal, com a chegada de um partido de esquerda ao governo, com expressiva participação de sindicatos e movimentos que haviam ganhado proeminência desde a redemocratização, no caso específico aqui estudado, o sindicalismo da agricultura familiar. Como lembra Poulantzas (2000), o fato de um partido de esquerda chegar ao governo não significa, por si só, uma mudança na ocupação do poder ou dos aparelhos do Estado. Prova disso é a presença de setores antagônicos e representantes da burguesia interna em outros ministérios, como o caso do Ministério da Agricultura, historicamente comandado por representantes do agronegócio. Ainda assim, os governos liderados pelo PT sempre demonstraram interesse em fortalecer a agricultura familiar (MEDEIROS, 2014)³⁸.

Esse período reforçou o caráter propositivo do sindicalismo da FETRAF, fruto do acúmulo de elaboração política desde os anos 1990. Embora mantivesse algumas divergências e críticas em relação aos governos liderados pelo PT (BAGNARA, 2021), os cutistas lograram avançar em suas pautas e também fortalecer a organização sindical da agricultura

³⁸ A autora avalia que durante os governos liderados pelo PT se criaram “duas frentes distintas da relação sindicalismo (e movimentos): uma delas marcada pela perspectiva negocial, que é o campo da agricultura familiar, outra marcada pela tensão e dificuldade de estabelecer negociação que é a frente do acesso à terra, seja por meio de desapropriação e compra, seja por meio de demarcação de terras para populações tradicionais” (MEDEIROS, 2014, p. 277).

familiar. Se durante a já referida crise do sindicalismo os rurais da CUT apontavam, dentre outras coisas, as poucas conquistas econômicas para sua base como elemento causador, no período dos governos liderados pelo PT foram diversas as conquistas do setor e apropriadas pelo sindicalismo, como um grande aumento no volume de recursos destinados ao PRONAF, bem como alterações que facilitaram seu acesso pelos agricultores; a participação de quadros dirigentes no MDA, que passou a contar com uma Secretaria da Agricultura Familiar³⁹; além disso, em 2006 foi criada a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), fruto do reconhecimento obtido pelo setor, e passou a definir oficialmente a agricultura familiar como categoria profissional (MEDEIROS, 2014; RODRIGUES; LADOSKY, 2015; PICOLOTTO, 2022). Picolotto (2022, p. 296-297) aponta uma série de políticas públicas criadas nesse período:

Nos governos Lula e Dilma foram criadas várias políticas públicas para a agricultura familiar que vão além das que já existiam relacionadas ao crédito, tais como: Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), o Programa Garantia de Safra, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), programas de educação e capacitação (Programa Arca das Letras e Educação do Campo), Talentos do Brasil (incentivo de artesões e outras atividades culturais rurais), entre outras.

O protagonismo alcançado pela FETRAF-SUL, concomitantemente com a criação de FETRAFs em outros estados (especialmente no Nordeste) deram origem a um debate sobre a necessidade de nacionalização das lutas e ao futuro da organização sindical da agricultura familiar. Diante disso, fomentado pela região Sul, foi realizado em Brasília em julho de 2004 o 1º Encontro Nacional Sindical da Agricultura Familiar, contando com a participação de 2 mil agricultores familiares de 22 estados.

Este processo de reorganização do sindicalismo rural iniciou-se pela região Sul, com a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF – Sul, nos estados de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Posteriormente vieram as Federações da Agricultura Familiar – FAF's em São Paulo, Mato Grosso do Sul; e as FETRAF's na: Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Pernambuco, Distrito Federal e Entorno, Minas Gerais e Maranhão. Sendo que nos estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins está em fase de consolidação. Todas essas Federações se organizam a partir da base, incorporando e articulando STR's, Associações, Cooperativas, Assentamentos, grupos de produção de jovens e mulheres agricultoras familiares (FETRAF-BRASIL, 2005, n.p.)

³⁹ Medeiros (2014) aponta que no governo Lula, um técnico ligado ao Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) foi chamado para ocupar a Secretaria da Agricultura Familiar do MDA. O DESER foi uma entidade criada pelo sindicalismo cutista do sul do país, dirigida por sindicalistas e que prestava assessoria por meio de pesquisas e orientações políticas.

O 1º Encontro decidiu pela criação de uma entidade específica de nível nacional que representasse o sindicalismo da agricultura familiar, o que se efetivou no 1º Congresso Nacional da Agricultura Familiar, realizado em novembro 2005 com a criação da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF-Brasil). A Federação nacional nasceu como estrutura orgânica à CUT num momento em que a CONTAG também estava filiada à Central e militantes cutistas dirigiam diversas FETAGs, acentuando as divergências internas que levaram à desfiliação da CONTAG à CUT em 2009, numa articulação de FETAGs independentes ou filiadas à CTB, como no caso das Federações dos estados do Sul, que sempre haviam se posicionado contrárias à filiação na CUT e mantinham fortes atritos com a FETRAF-SUL (MEDEIROS, 2014; RODRIGUES; LADOSKY, 2015; CORRÊA, 2021; PICOLOTTO, 2022; TEIXEIRA, 2023). Posteriormente, em 2016, durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, deliberou-se pela transformação da Federação em Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, adotando a sigla CONTRAF-Brasil (CONTRAF BRASIL, c2023, n.p.)⁴⁰.

No interior da FETRAF-Brasil, no entanto, também havia divergências. Segundo relatos dos entrevistados, houve uma certa disputa entre o Sul e o Nordeste quanto à estratégia a ser seguida para a nacionalização das lutas da agricultura familiar. Segundo o entrevistado ex-assessor do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), Amadeu Bonato, no Sul havia uma concepção de criar a FETRAF-Brasil em moldes similares à organização do MST, num processo organizativo que se diferenciasse do sistema CONTAG de Confederação, Federações e Sindicatos. No Nordeste, por outro lado, havia a preferência por seguir o modelo contaguiano, mas sendo uma entidade específica da agricultura familiar. De todo modo, “todo mundo apostou de uma forma mais forte ou menos forte no processo de nacionalização das lutas, do processo organizativo, acho que esse foi um ponto de unidade que houve nessa dinâmica” (BONATO, 2023, informação verbal). Explicitando mais a concepção da região Sul, o ex-dirigente e à época coordenador geral da FETRAF-SUL, Altemir Tortelli, explica que

Nós tínhamos uma opinião no sul do Brasil que a gente não tinha que sair criando a

⁴⁰ Segundo dados encontrados no sítio eletrônico da entidade, atualmente organiza-se nas seguintes coordenações: Coordenação Geral; Coordenação de Gestão e Finanças, Políticas Públicas e Sociais; Coordenação de Política de Acesso à Terra, Organização da Produção, Meio Ambiente e Cooperativismo; Coordenação de Gênero, Geração, Diversidade e Igualdade Racial; Coordenação de Relações Internacionais, Formação e Organização Sindical. Possui 18 entidades filiadas e “está organizada em 20 Estados, com mais de 900 Sindicatos e Associações sindicais em mais de 1000 municípios em todo o Brasil, com aproximadamente 500 mil agricultoras e agricultores associados” (CONTRAF BRASIL, c2023, n.p.). Disponível em: <<https://contrafbrasil.org.br/>>. Acesso em 26 jul. 2023.

FETRAF no Brasil naquele momento. Nós tínhamos que sair criando FETRAF dos estados e nós tínhamos que manter os encontros nacionais, com a coordenação nacional de liderança de todo o Brasil, mas a estratégia para cinco anos, seis anos, como a gente fez aqui no sul, era criar as bases nos estados e depois viria a entidade nacional. Aí, de certa forma, nós fomos atropelados pelas outras regiões e quiseram começar pelo telhado a construção. E talvez essa decisão ela comprometeu também, comprometeu bastante um projeto, uma estratégia que eu acho que hoje está bastante fragilizada, na minha opinião [...] O povo do nordeste veio com uma fúria muito grande que foi criar uma ferramenta nacional de imediato. Percebe? Nós fizemos o primeiro e o segundo encontro nacional com a presença do presidente da república, com o Lula, com vários ministros, com um exército de deputados, senadores, mas várias dessas tinham compromisso com as FETAG. Diferente daqui do que é no sul, no norte, por exemplo, as FETAG foram constituídas pela esquerda. No Acre, em Rondônia, no Amapá, no Pará, nós tínhamos conquistado a FETAG, o nosso povo da CUT, nosso povo da esquerda tinha conquistado a FETAG. Então eles não tinham um acúmulo suficiente para romper com a estrutura oficial e vir para construir uma nova organização naquele momento (TORTELLI, 2023, informação verbal)

O processo de criação de uma Federação de nível nacional, portanto, não foi unanimidade no interior da CUT. Os dirigentes do Sul buscavam uma estratégia de ampliar o número de FETRAFs e progressivamente operar rupturas nos estados, realizando uma transição das FETAGs dirigidas por cutistas para FETRAFs, num processo de dissociação. A decisão de criação imediata defendida sobretudo por dirigentes do Nordeste, porém, impediu tal estratégia, uma vez que os cutistas que dirigiam FETAGs importantes, como o caso do Pará com lideranças históricas como Avelino Ganzer e Airton Faleiro, decidiram permanecer na CONTAG. Essa divergência, segundo o ex-coordenador da FETRAF-SUL, levou a que nem FETRAF nem CONTAG consigam ter até hoje uma representação ampla e efetiva da agricultura familiar. Ainda assim, na seção de avaliação política da FETRAF-SUL na tese do 2º Congresso da Federação, realizado em Francisco Beltrão (PR) em 2007, afirmou-se que “Diante dos objetivos e das prioridades estabelecidas, podemos afirmar, com tranquilidade, que a grande marca do período, em termos de organização sindical, foi à criação da FETRAF-BRASIL/CUT” (FETRAF-SUL, 2007a, p. 20).

Desta forma, se por um lado o momento de avanço nas lutas da agricultura familiar familiar, encabeçadas principalmente pela FETRAF-SUL potencializaram naquele momento a nacionalização das lutas, por outro lado, as divergências na estratégia de viabilização de tal demanda acabaram por reduzir a efetividade da nova ferramenta nacional. Além disso, com a criação da FETRAF-Brasil, a FETRAF-SUL, que antes tinha um caráter de representação dos estados do Sul em nível nacional, perdeu funções para a nova entidade, passando a assumir cada vez mais o papel de articulação em meio aos debates sobre a criação de Federações estaduais. Apesar disso, a FETRAF-Brasil representou um fortalecimento deste sindicalismo na relação com o governo na mediação de políticas públicas, já que a representação nacional lhe dava um peso maior no momento de negociação, ao passo que também exigia maiores

esforços na elaboração de pautas unificadas frente às grandes diferenças na realidade e nas demandas das regiões Sul, Norte e Nordeste.

Com a nacionalização da estrutura da FETRAF e criação da FETRAF-Brasil (CONTRAF-Brasil), esta entidade assumiu o papel de coordenar e formular projetos e pautas em nível nacional, além de ser a responsável por negociar com o governo federal, reduzindo assim o protagonismo da FETRAF-SUL, que cumpria tais funções até então. A partir de 2014, teve início um processo de estadualização da FETRAF-SUL e desmembramento em FETRAFs estaduais (RS, SC e PR) (CONTI, 2016;). Segundo os dirigentes entrevistados, além desta perda de função da FETRAF-SUL, outros dois fatores também influenciaram a decisão de criar a FETRAF-RS: 1) a dificuldade de relação e negociação com o governo do estado na gestão de Tarso Genro (PT), pelo fato da sede da FETRAF-SUL ser em Santa Catarina, o que dificultava o intento da FETRAF de pautar mais fortemente os governos estaduais. Esta questão será melhor abordada no próximo capítulo; e 2) Denúncia de corrupção por parte da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), motivada pela disputa pela representação da agricultura familiar no estado.

Nós íamos fazer um convênio com o governo Tarso, lá em 2011, 2012. Aí, nós não conseguimos fazer um convênio da FETRAF-SUL com o governo do estado, porque a FETRAF-SUL era de Chapecó, nosso endereço, CNPJ, era lá. Então, operacionalmente era isso [...] outro fator é que, na época lá, teve denúncias contra a FETRAF-SUL de corrupção, que depois disso tudo virou em nada... Foi só perseguição política mesmo, mas, na época, isso nos atrapalhou. Então, foi também uma forma de entender a gente, deixar a FETRAF-SUL para resolver os problemas lá e criar as FETRAFs estaduais para começar com uma, vamos dizer assim, uma situação nova e diferente do que tinha lá (VALENÇA, 2023, informação verbal)

Este depoimento revela que a disputa pela representação legal da categoria de agricultores familiares ainda é forte entre cutistas e contaguianos, em especial no Sul do Brasil. Destaca-se, ainda, que a disputa em questão, como diversas outras ocorridas na História do sindicalismo brasileiro, foi intermediada pelo Estado, por meio de denúncia da FETAESC na Justiça contra a FETRAF-SUL. Discorrendo sobre a estrutura sindical e seus efeitos sobre a prática sindical, Boito Jr (2023, p. 382) afirma que grande parte das intervenções do Estado sob os sindicatos “são motivadas por ações legais movidas por um grupo sindical contra outro, ou seja, são intervenções solicitadas pelo próprio movimento sindical”. No caso citado acima, segundo relatou o dirigente, a investigação do Ministério Público Federal não comprovou irregularidades e, assim, o órgão não fez a denúncia à Justiça. Porém, todos os trâmites legais e o desgaste gerado pelo processo, com “todo mundo falando

mal”, teria prejudicado a atuação da Federação e acelerado o processo de estadualização (VALENÇA, 2023, informação verbal).

A FETRAF-RS, dessa forma, embora seja uma entidade relativamente nova, partiu de um legado bastante extenso na organização sindical de agricultores familiares num dos estados onde tal categoria teve maior protagonismo ao longo da história recente. Surgiu ainda durante os governos liderados pelo PT, mas num momento em que já estavam tornando-se mais evidentes as movimentações para o Golpe que levou à destituição de Dilma Rousseff, em 2016. No Rio Grande do Sul se passava o último ano do governo Tarso Genro (PT, 2011-2014), único governo de esquerda no estado desde a gestão de Olívio Dutra (1999-2002) e até o presente.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS) foi fundada em assembleia geral realizada em 15 de agosto de 2014 em Sananduva-RS. Conforme o processo de estadualização, sua base territorial passou a ser exclusivamente o Rio Grande do Sul. Constitui-se como estrutura orgânica à CUT, tendo por fim a representação sindical dos trabalhadores na agricultura familiar, demarcando um posicionamento classista num setor que, no caso daqueles que são proprietários, frequentemente era disputado por entidades patronais (MEDEIROS, 2014; PICOLOTTO, 2022). Em seu estatuto, a FETRAF-RS caracteriza sua base de representação como

[...] categoria específica dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, proprietários ou não de imóvel rural, incluindo os aposentados ativos e inativos, os assentados arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, posseiros, possuidores ou usufrutuário que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar assim entendido o trabalho de membros da mesma família indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme Decreto Lei nº 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais. (FETRAF-RS, 2023, p. 2)

A vinculação com a CUT e a opção pelo termo *trabalhadores* como posicionamento de classe é reforçado nos princípios da FETRAF-RS descritos em seu estatuto, onde a entidade se afirma como tendo “caráter classista na representação, defesa e promoção dos direitos e interesses imediatos e históricos da categoria específica dos trabalhadores na agricultura familiar e do conjunto da classe trabalhadora”, além de defender “um modelo de desenvolvimento que tenha por base a sustentabilidade, a solidariedade, a democracia política e social e a contribuição na construção do socialismo” (FETRAF-RS, 2023, p. 2). Canha (2020) aponta explica que os chamados *interesses imediatos*, no caso da CUT, seriam as lutas salariais e econômicas, enquanto que os *interesses históricos* seriam aqueles de caráter mais

político e de transformação da sociedade e, conforme o estatuto da FETRAF-RS, pode-se entender como sendo a construção do socialismo.

Como finalidades, a entidade aponta para funções de organizar, dirigir e representar a categoria dos trabalhadores na agricultura familiar, visando a transformação do modelo agrícola e construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário. Fala também em unificar a ação sindical no estado, bem como fortalecer a relação do movimento sindical com outros movimentos sociais, associações, ONGs e outras organizações que atuem pelo fortalecimento da agricultura familiar, mas também que contribuam na luta por uma sociedade “justa, democrática e socialista”, que tenha a agricultura familiar como base para o novo modelo de desenvolvimento. Se propõe a estimular o cooperativismo como forma de aumentar a renda dos agricultores familiares, e em especial na área de crédito, produção, comercialização e de habitação, a lutar por políticas públicas para a categoria, além da luta pela “democratização do acesso à terra, organizando agricultores e agricultoras familiares sem-terra e com pouca terra” (FETRAF-RS, 2023, p. 3-4). Aqui chama atenção um indicativo de possível disputa por bases com o MST, como já demonstrado em outros momentos (PICOLOTTO, 2022).

Outro elemento que aparece no estatuto da FETRAF-RS e que já havia sido apontado por Picolotto (2022) no caso da FETRAFESC e FETRAF-SUL é o empenho por realizar uma transição dos STRs para Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), que passariam a ser específicos desta categoria e não mais ecléticos, além de alterar sua base territorial de municipais para regionais. Tal objetivo, no entanto, apresentou dificuldades, conforme relatado por lideranças, obrigando a Federação à recuar, como pode ser observado na Resolução do III Congresso da FETRAF-RS em 2021, quando diz que “Os sindicatos podem se organizar da forma que entenderem mais adequada para melhor atender às necessidades, podendo ser de base local (municipal) ou regional (intermunicipal)” (FETRAF-RS, 2021a, p. 13). Quanto à filiação na entidade, o estatuto prevê que poderão se filiar, além dos SINTRAFs, os Sindicatos Unificados de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SUTRAF) e as Associações Sindicais de Trabalhadores na Agricultura Familiar (ASSINTRAF). Estas últimas podem ser constituídas e se filiarem à FETRAF-RS nos municípios onde o Sindicato existente não seja filiado, prática adotada já pela FETRAF-SUL para se expandir no RS (PICOLOTTO, 2022; FETRAF-RS, 2023).

Em termos de estrutura orgânica e instâncias, a entidade está assim dividida (Tabela 1), por ordem de hierarquia deliberativa: 1) Congresso; 2) Assembleia; 3) Direção Geral; 4) Direção Executiva; 5) Regionais da Federação; 6) Conselho Fiscal.

Tabela 1 - Instâncias da FETRAF-RS

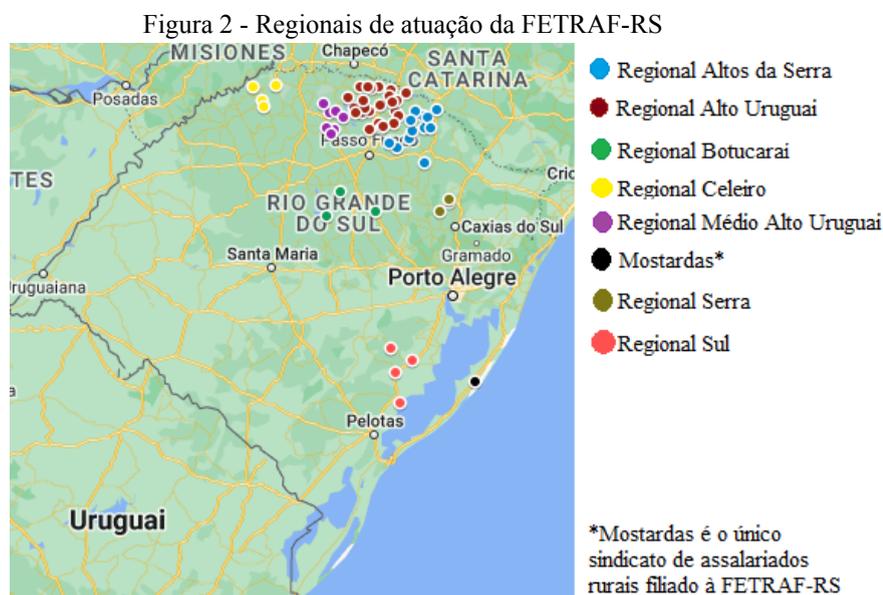
NOME	DESCRIÇÃO
Congresso	Ocorre ordinariamente a cada três anos e avalia a atuação da Federação, aprova diretrizes, plano de ação e lutas e o projeto político da entidade e dos sindicatos filiados
Assembleia	A Assembleia Geral <i>ordinária</i> tem por finalidade analisar e aprovar prestações de contas, avaliar a atuação da Federação, aprovar o planejamento anual de atividades. As assembleias gerais <i>extraordinárias</i> podem também rever e reorganizar diretrizes de ação e plano de lutas, conforme demandas conjunturais, bem como aprovar alterações no estatuto.
Direção Geral	É composta pelos membros da Diretoria Executiva e mais seis membros efetivos e os dirigentes do estado que ocupam cargos na CONTRAF-Brasil e CUT, ou em entidades parceiras como a Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (COOPERHAF) ⁴¹ , e fica responsável por garantir a implementação das ações deliberadas pelo Congresso e Assembleia Geral, além de elaborar o plano de ação da FETRAF-RS para o ano seguinte, dentre outras incumbências
Direção Executiva	É composta por seis membros efetivos com mandato de três anos, reunindo-se no mínimo duas vezes por mês, sendo subdividida em: a) Coordenação Geral; b) Coordenação de Finanças; c) Coordenação da Secretaria Geral; d) Coordenação de Juventude; e) Coordenação da Mulher Agricultora Familiar; f) Coordenação de Formação. Esta diretoria é responsável por dirigir e representar a Federação, convocar assembleias, elaborar relatório anual das atividades realizadas
Regionais da Federação	As Regionais reúnem entidades filiadas por área de abrangência, ficando responsáveis por ali implementar as políticas da Federação, unificar a política sindical em sua respectiva área e servir como instrumento para o avanço da regionalização dos sindicatos e expansão da atuação da FETRAF
Conselho Fiscal	É composto por três membros efetivos e três suplentes, e acompanha e fiscaliza a gestão financeira da entidade

Fonte: Elaboração própria com base no Estatuto Social da FETRAF-RS (2023)

Quanto às regionais, a FETRAF está presente em oito regiões do RS, com atuação em 58 municípios, sendo que alguns de seus sindicatos são de base regional, enquanto outros são municipais (Figura 2). A região de maior presença é a do Alto Uruguai, berço da FETRAF no RS, com 21 sindicatos e 2.220 associados. Em seguida, a região de Altos da Serra, com 12 sindicatos e 1.607 associados. A região do Médio e Alto Uruguai, com 4 sindicatos (sendo dois deles regionais), possui 1.411 agricultores familiares associados. A região Celeiro tem 4 sindicatos e 1.156 associados. Região Sul 4 sindicatos e 944 associados. Serra com 2 sindicatos e 384 associados. Botucaraí com 2 sindicatos e 277 associados. Por fim, Mostardas, no litoral do estado, possui um sindicato com 40 filiados. Este município enquadra-se como

⁴¹ A COOPERHAF foi fundada em 2001, sendo uma cooperativa orgânica à FETRAF-SUL.

uma exceção e que merece ser melhor explorada por outros estudos, pois trata-se de um sindicato de assalariados rurais filiados à FETRAF.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pela FETRAF-RS.

Do ponto de vista financeiro, o estatuto descreve que as receitas da entidade serão oriundas de contribuição sobre arrecadação dos sindicatos, com percentual definido em assembleia. Dentre as outras formas de arrecadação, destaque para a contribuição sindical oficial e outras taxas conforme legislação vigente (FETRAF-RS, 2023). A contribuição sindical oficial sempre foi um ponto de polêmica entre o sindicalismo cutista e o sindicalismo oficial, mas foi sendo incorporado ao longo da trajetória da Central após a já citada manutenção deste ponto na Constituinte de 1988. Além disso, segundo um membro da direção executiva da FETRAF-RS entrevistado, atualmente a Federação não consegue se manter apenas com o recurso do imposto sindical, sendo complementada pela parceria com cooperativas aliadas, como a Cooperativa de Crédito e Economia Com Interação Solidária (CRESOL) (ALBA, 2023, informação verbal).

Outro ponto antes questionado e combatido pelo sindicalismo vinculado à FETRAF-RS e que agora parece estar pacificado é o que diz respeito à estrutura sindical. Se antes este setor defendia o rompimento com o sindicalismo oficial e as amarras de sua estrutura, sendo a própria FETRAF-SUL uma consequência prática disso, atualmente fala-se em “Buscar o registro sindical para o máximo das organizações como condição para a representação no contexto da atual estrutura sindical do País” (FETRAF-RS, 2021a, p. 12). Ou seja, após o período dos governos liderados pelo PT em que se estabeleceram negociações periódicas e oficiais com os movimentos, legalizar o sindicalismo – no sentido de adequá-lo à

legislação sindical ainda vigente – parecer estar sendo avaliado como algo positivo para a reprodução de sua atuação por parte da direção da FETRAF-RS. No sentido do que aponta Boito Jr (2023), porém, trata-se de subordinar-se à intervenção do Estado, a partir da aceitação – e não mais o combate – à estrutura sindical reconhecida por ele.

Percebe-se que a criação da FETRAF-RS marca uma continuidade da estratégia presente na FETRAF-SUL de representação específica dos agricultores familiares, porém operando um processo de nacionalização, com a criação da FETRAF-Brasil/CONTRAF, e depois de estadualização, com o desmembramento da FETRAF-SUL em Federações estaduais. Muito do legado político e organizativo, inclusive de quadros dirigentes, manteve-se na FETRAF-RS nesse processo, o que a torna uma entidade representativa do sindicalismo rural cutista e, mesmo com sua fundação recente, lhe confere relevante força política e capacidade de disputar a representação dos agricultores familiares. A FETRAF-RS herdou também os repertórios de interação construídos pela entidade regional ao longo das últimas décadas, apresentando capacidade de negociação, um *saber-fazer* organizativo e de mobilização, assim como de elaboração de políticas públicas.

Atualmente no Brasil a representação das categorias componentes das classes subalternas do meio rural ocorre por diferentes organizações. Em 2015 a CONTAG fez uma opção pela representação do setor da agricultura familiar, promovendo uma dissociação da categoria dos assalariados e dando suporte para a criação da Confederação Nacional de Trabalhadores Assalariados Rurais (CONTAR), bem como de suas federações estaduais e sindicatos locais. Isso foi possível graças a decisões judiciais e do Ministério do Trabalho desde 2014, que passaram a considerar a categoria *trabalhador rural* como sendo eclética e passível de ser segmentada em categorias mais específicas como as de assalariados rurais e agricultores familiares, sem que isso altere o legalmente a unicidade sindical, mantida na legislação mesmo após a Reforma Trabalhista de 2017. Foi esse processo que também contribuiu para a estadualização promovida na estrutura da FETRAF-SUL e que deu origem à FETRAF-RS. Em 2023, a CONTRAF-Brasil logrou obter o certificado de registro sindical do Ministério do Trabalho e Previdência, podendo representar legalmente a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar em nível nacional⁴² (PICOLOTTO, 2018; CORRÊA, 2021; PICOLOTTO; LAZZARETTI, 2023).

⁴² A CONTRAF Brasil recebeu o registro sindical pelo Ministério do Trabalho e Previdência nos primeiros dias de janeiro de 2023, poucos dias após a posse do novo governo Lula, o que aponta para nova mudança de regime num cenário mais favorável a este sindicalismo, com antigos aliados novamente assumindo postos de governo. Matéria disponível em: <<https://contrafbrasil.org.br/noticias/contraf-brasil-conquista-registro-sindical-pelo-ministerio-do-trabalho-e-previde-99d0/>>. Acesso em 27 jul. 2023.

No Rio Grande do Sul hoje três federações atuam na representação sindical rural, sendo uma delas de assalariados e duas de agricultores familiares: 1) a FETAG-RS, integrante do sistema CONTAG, representa cerca de 280 sindicatos, com prioridade para agricultores familiares, mas mantendo ainda diversos sindicatos ecléticos; 2) a Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais (FETAR-RS), vinculada à CONTAR, representando oito sindicatos de assalariados; 3) a FETRAF-RS, ligada à CONTRAF e orgânica à CUT, representa cerca de 50 sindicatos, sendo alguns deles regionais, como o caso do SUTRAF da região do Alto Uruguai. Embora sem constituir federação e atuando principalmente por fora da estrutura sindical, o MPA também dirige alguns sindicatos no estado.

Deve-se ressaltar que tais números não são estáticos, pois num cenário de concorrência por bases e pela representação sindical (e política) da categoria, alguns sindicatos acabam mudando de lado. Algumas mudanças decorrem também da adequação legal, da dissociação para representação de alguma categoria específica e da regionalização dos sindicatos. É relevante destacar também, conforme indica Picolotto (2022), que a FETAG-RS, por um lado, não possui alinhamentos político-partidários mais explícitos, tendo dirigentes da Federação e sindicatos filiados a distintos partidos, de todos os espectros, permitindo a este sindicalismo uma amplitude maior e, possivelmente, menor rejeição em determinados lugares e mesmo em diálogos e negociações junto ao Estado, em diferentes relações de forças dirigentes do mesmo, elemento bastante valorizado pela FETAG. A FETRAF-RS, por outro lado, por sua formação histórica e trajetória enquanto estrutura orgânica à CUT, apresenta maior proximidade com o PT, tendo já eleito representantes seus para cargos dos legislativos municipais, estaduais e federal por este partido. Tal aspecto pode conferir maior coesão à atuação da entidade, fator que tende a equilibrar a disputa em relação ao fato de ter um menor número de sindicatos filiados. Porém, por este mesmo motivo, pode encontrar maiores dificuldades de relação com o Estado, a depender das forças que estejam na direção dele, ou mesmo entre segmentos de sua base.

O processo de estadualização promovido pela FETRAF a partir de 2014 teve como objetivo também a adequação a aspectos formais, como a possibilidade de legalização da representação das categorias específicas. Em períodos anteriores o sindicalismo rural cutista buscava construir alternativas por fora da estrutura sindical oficial, que era vista como ineficaz e muitas vezes como intermediadora dos interesses do Estado junto aos agricultores, além de vincular o sindicalismo oficial a um repertório legalista que não garantia a atenção às demandas da base (FAVARETTO, 2006; PICOLOTTO, 2022). Durante os governos liderados pelo PT, por outro lado, com o Estado passando a assumir certo compromisso com a pauta,

com a abertura de espaços de participação e barganha junto ao governo e com aliados políticos assumindo postos-chave no Estado, as demandas passaram a ser mediadas e resolvidas em âmbito institucional, sem necessariamente ter de lançar mão de repertórios de ação confrontacionais para abrir negociações.

Desta forma, o encaminhamento legal e negociado tornou-se o repertório principal, ao passo que ações de pressão foram utilizadas de forma complementar, como no caso do MDA, quando o sindicalismo aliava marchas à negociação, visando, mais do que pressionar o Ministro, dar respaldo a ele para que pleiteasse junto aos demais ministérios os recursos necessários para atender as reivindicações, num processo que tornou-se rotinizado, com realização anual. A interação diferenciada entre Estado - em especial o MDA - e sindicalismo durante os governos liderados pelo PT, portanto, fez emergir um repertório adaptado às mudanças na configuração institucional do Estado (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; TRINDADE; BUGIATO, 2020).

O sindicalismo da agricultura familiar, portanto, apresenta uma trajetória de forte relação com o Estado. Durante a Ditadura Civil-Militar, com forte controle do Estado sobre os sindicatos, por meio de intervenções diretas, repressão e de tentativa de utilizá-los como aparelhos de difusão da hegemonia das classes dominantes no poder, com a criação de consensos a partir da mediação de políticas públicas por meio das entidades sindicais, o Estado ditatorial buscou orientar – direta e/ou indiretamente – que os sindicatos tivessem uma atuação estritamente assistencialista, permitindo apenas reivindicações legalistas. Após a redemocratização, o *novo sindicalismo* ganha destaque com suas críticas ao atrelamento com o Estado e ao assistencialismo e, no meio rural, principalmente na região Sul, esforçou-se para um efetivo rompimento com a estrutura sindical oficial, o que levou à criação de uma Federação paralela de representação específica dos agricultores familiares em 2001. Porém, logo abriram-se brechas para acessar o Estado de forma distinta, a partir da chegada pela primeira vez de um partido de esquerda ao governo federal, o que foi prontamente aproveitado pela FETRAF-SUL, dando impulso à criação e/ou fortalecimento de políticas públicas para a agricultura familiar.

Além disso, logrou expandir sua estrutura sindical orgânica à CUT, com a criação da FETRAF-Brasil, entidade nacional que tornou-se então a principal responsável pelas negociações com o Estado. Em meio a esse processo, a CONTAG optou por desfilial-se da CUT e, posteriormente, operou uma dissociação com a criação da CONTAR e elegendo como prioridade a representação da agricultura familiar, reposicionando a disputa com o sindicalismo da FETRAF/CUT. A dinâmica de interação com o Estado e a ampliação dos

espaços de participação e disputa no interior dele, bem como as disputas entre estas duas vertentes do sindicalismo da agricultura familiar (intermediada pelo poder judiciário) resultaram no desmembramento da FETRAF-SUL em 2014 e a criação da FETRAF-RS, que teve como propósito também aprofundar as relações e os espaços abertos na esfera estadual do poder executivo durante governo liderado pelo PT.

Assim, feita esta apresentação da trajetória do sindicalismo da agricultura familiar, em especial aquele ligado à CUT, o próximo capítulo dedica-se a aprofundar o estudo sobre a relação da FETRAF-SUL e FETRAF-RS com os governos liderados pelo PT, destacando a atuação das entidades e o papel desempenhado pelos aliados que ocuparam cargos no MDA para a interlocução de suas pautas no interior do Estado.

3 RELAÇÃO COM O ESTADO E ATUAÇÃO DA FETRAF DURANTE OS GOVERNOS LIDERADOS PELO PT (2003-2016)

A chegada do PT ao Executivo Federal em 2003 marcou a primeira vez na História do Brasil em que essa instância seria dirigida por um partido de esquerda e com forte lastro na classe trabalhadora. Em especial para os setores organizados dessa classe, como os movimentos sociais, que trabalharam fortemente para eleger Lula, abriu-se um período de enormes expectativas no que se refere às suas pautas e demandas, tendo como base experiências de gestão municipal como a de Olívio Dutra (PT) em Porto Alegre e depois sua gestão à frente do Governo Estadual do RS, quando foi implementado o Orçamento Participativo (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). O caráter de coalizão do governo, no entanto, com a presença e apoio de setores da burguesia (BOITO JR, 2016), produziu uma série de contradições. Uma parcela das frações da classe dominante que havia se oposto à Lula, pressionava por fora, a partir sobretudo dos órgãos da grande mídia e do Congresso Nacional, e outra parte por dentro do próprio governo, simbolizada nas figuras, por exemplo, de José Alencar⁴³ (Partido Liberal - PL e Partido Republicano Brasileiro - PRB), grande empresário do ramo industrial têxtil e vice-presidente durante os dois mandatos de Lula, e Roberto Rodrigues, uma das principais lideranças do agronegócio no Brasil, tendo ocupado o cargo de Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no primeiro governo Lula⁴⁴.

Nesse período, entende-se que a luta das classes subalternas impôs uma configuração ao Estado capitalista brasileiro que tornou possível atender a certas demandas políticas e econômicas daquelas classes, sacrificando parcela dos interesses econômicos e até parte do poder político da classe dominante, porém preservando a ordem e, por isso mesmo, atendendo majoritariamente a essa última (POULANTZAS, 1986), uma vez que mudanças mais estruturais - e demandadas por parcela dos movimentos sociais - como a reforma agrária ocorreram apenas parcialmente ou não foram levadas adiante.

Por outro lado, Maria Celina D'Araujo (2009, p. 117) chama a atenção para a grande presença de sindicalistas nos governos Lula o que, segundo ela, além de expressar coerência por parte do PT, uma vez que o partido foi criado majoritariamente por militantes do movimento sindical, também evidenciou uma “maior incorporação de trabalhadores no sistema político, não apenas através do voto, mas também através de posições de mando”. No

⁴³ Biografia disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/jose-alencar.htm>>. Acesso em 24 out. 2023.

⁴⁴ Dentre outras coisas, Rodrigues foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG) e dirigente da SRB e SNA. Biografia disponível em: <<https://agro.fgv.br/node/49>>. Acesso em 24 out. 2023.

primeiro mandato de Lula, 26,2% dos ministros eram oriundos do sindicalismo, e no segundo mandato 15,8%, números bastante significativos em relação aos governos anteriores (*Ibid.* p. 118). A proporção é ainda maior quando a autora analisa a presença de ministros que tiveram alguma experiência de participação em movimentos sociais: 43,8% no primeiro mandato e 45,9% no segundo (*Ibid.* p. 120). A coalizão governante, portanto, reuniu diversos interesses, até mesmo antagonônicos, mas buscou - nas condições daquele período - acomodar e atender a todos, ainda que o acesso aos recursos públicos tenha sido desigual.

Por outro lado, conforme Boito Jr (2023), o período dos governos liderados pelo PT teve na direção hegemônica a grande burguesia interna, tendo o sindicalismo aderido ao neodesenvolvimentismo desta fração da burguesia, porém sem ter conseguido introduzir com força neste programa as demandas específicas dos trabalhadores assalariados. Tal subordinação, segundo o autor, teria ocorrido também pelo fato de que muitos dos dirigentes passaram a ocupar grande número de cargos na cúpula do Estado.

O caráter participativo da administração de Lula manifestou-se igualmente na criação e fortalecimento de espaços participativos, tais como conselhos de políticas públicas em diversas áreas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Além disso, ministérios voltados às políticas sociais e políticas públicas para as classes subalternas, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tiveram aumento expressivo de orçamento e peso político (RODRIGUES; LADOSKY, 2015).

Do ponto de vista da agricultura familiar, categoria que vinha se consolidando desde a década de 1990 (PICOLOTTO, 2022), os governos liderados pelo PT foram os de maiores avanços em termos de incentivo institucional e político, recursos e políticas públicas, como apontam os sujeitos entrevistados nesta pesquisa⁴⁵, que afirmam que a agricultura familiar foi eleita como uma das prioridades desses governos, sobretudo pela produção de alimentos e o combate à fome. Para além das já mencionadas criação de políticas públicas e aumento de recursos para elas e para o MDA, criou-se uma estrutura específica no interior do Ministério para atender a agricultura familiar, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), que contou com a indicação de representantes do sindicalismo desse segmento para a direção da subpasta.

Como citado anteriormente, nos anos 1990, os agricultores familiares alcançaram grande protagonismo no interior do sindicalismo de trabalhadores rurais, tanto a partir do sindicalismo da CUT quanto daquele desenvolvido pela CONTAG e, sobretudo, a partir da entrada da Confederação na Central, em 1995 (PICOLOTTO, 2022; TEIXEIRA, 2023). Outro elemento que convém novamente destacar e que contribuiu para o fortalecimento da

⁴⁵ Estes serão devidamente referenciados mais adiante neste mesmo capítulo.

agricultura familiar nos governos liderados pelo PT foi a realização da Caravana da Agricultura Familiar, em 2001, organizada em conjunto pela FETRAF-SUL e a coordenação da campanha de Lula, onde o então pré-candidato percorreu dezenas de regiões de agricultura familiar nos três estados do Sul e teria se convencido da importância da pauta. A proximidade estabelecida, facilitada pela ligação da entidade com a CUT e o PT, transformou-se em um significativo peso político dentro do sindicalismo e na interação com o Poder Executivo após a vitória de Lula no ano seguinte.

No Rio Grande do Sul, os movimentos sociais tiveram uma primeira experiência mais intensa de participação com o governo Olívio Dutra (PT), entre 1999 e 2002, com a implementação do Orçamento Participativo em nível estadual e também com a indicação de quadros dirigentes de suas fileiras para estar à frente de cargos no governo, em especial na Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), no caso dos movimentos sociais e sindicais do campo. Tanto no MDA quanto na SDR, a escolha dos governos liderados pelo PT era por indicar um nome que possuísse trânsito com todos os movimentos, enquanto que as indicações de cada organização se destinavam às subpastas. Depois desse mandato de Dutra, o PT só voltou ao governo do estado em 2011 com Tarso Genro, seguindo diretrizes muito similares. No restante do período (e após o mandato do petista) o Rio Grande do Sul foi governado por partidos de direita, porém ainda assim, gozando de apoio e aliados no governo federal até 2016, os movimentos sociais conseguiram ter certa incidência ou maior poder de pressão e negociação com o governo estadual, pelo fato de que parcela importante das políticas e recursos eram oriundos da instância federal.

Este capítulo pretende analisar a relação da FETRAF-SUL e FETRAF-RS com o Estado no período que compreende os governos federais liderados pelo PT, de 2003 a 2016. Priorizou-se a relação da entidade com o Poder Executivo em suas esferas federal e estadual, evidenciando a partir disso o repertório de ações da FETRAF durante este período. Para as 13 entrevistas das quais se vale este capítulo, a escolha dos sujeitos entrevistados deu-se por seu papel de dirigentes, entendendo serem estes os principais responsáveis por encaminhar e fazer cumprir as decisões coletivas da entidade, bem como serem representantes da mesma nas negociações com o Estado. Os aliados que ocuparam cargos no Estado (ex-ministros, ex-secretário e servidores) foram escolhidos por terem relações com os movimentos sociais do campo em geral, e/ou com a FETRAF em particular, o que permite pensar na atuação *nos* e *através* dos cargos na burocracia estatal.

Dentre os dirigentes entrevistados, Wilson Alba possui longa trajetória que passa desde as oposições sindicais da década de 1980, a fundação da FETRAF-SUL em 2001 e da

FETRAF-RS em 2014, sendo ainda hoje membro da direção da entidade. Alcemir A. Bagnara faz parte da diretoria executiva e tem um destacado papel organizativo ao longo dos últimos anos. Os outros três foram coordenadores-gerais da FETRAF-RS desde sua fundação: Cleonice Back (2014-2017), Rui Valença (2017-2021), Douglas Cenci (2021-). Altemir Tortelli foi um dos principais formuladores do sindicalismo rural cutista, tendo ocupado o cargo de vice-presidente nacional da CUT, coordenador do DNTR e um dos fundadores da FETRAF-SUL, sendo dirigente desta entidade e posteriormente tendo sido deputado estadual por dois mandatos. Os ex-ministros do MDA Miguel Rossetto e Pepe Vargas foram selecionados pelo fato de que durante os governos liderados pelo PT, foi este ministério o principal canal de acesso e interlocução dos movimentos sociais do campo e, dadas as características destes governos, eram indicados por terem contato ou bom relacionamento com os movimentos sociais, sendo que no caso dos dois entrevistados, são ambos do Rio Grande do Sul. Já os ex-funcionários do Ministério possuem relação mais próxima com a FETRAF-RS, com exceção de Carlos Guedes. Dos outros dois, Valter Bianchini prestava assessoria à FETRAF-SUL por meio do DESER, e José Batista fora militante da Federação, tendo ocupado cargos nos governos estaduais de Olívio Dutra e Tarso Genro, e nos dois governos Lula. O ex-assessor Amadeu Bonato, também membro do DESER, foi indicado pelos próprios dirigentes sindicais, por ter acompanhado todo o processo até recentemente. Por fim, completa o quadro Ivar Pavan, ex-secretário da SDR no governo de Tarso Genro, também com forte ligação com a CUT Rural e com os movimentos sociais do campo. A SDR, de maneira semelhante ao MDA, era a principal ponte entre governo estadual e movimento social do campo.

A hipótese que será verificada é de que durante os governos liderados pelo PT, a FETRAF-RS adaptou seu repertório de ações para uma rotina de interação com o Estado marcada pela participação e possibilidades de diálogo, negociação e avanço em suas pautas, diferindo qualitativamente de sua relação com o Estado nas décadas de 1980 e 1990, quando o sindicalismo que dá origem à Federação adotava um repertório de maior confrontação com vistas a exigir do Estado a abertura de diálogo e atendimento de suas pautas. Consolidou-se, entre 2003 e 2016, um repertório organizado em torno da negociação e acompanhamento de políticas públicas, com o fortalecimento de canais institucionais permanentes e de acesso facilitado pelos movimentos, dentre os quais merece maior destaque o MDA. Ainda, entende-se que o fortalecimento deste ministério corresponde ao que Poulantzas (2000) aponta como adaptação da estrutura de Estado em resposta à luta das classes subalternas, fato

pelo qual sofreu constante oposição dos setores patronais da agropecuária, dentro e fora dos governos de coalizão liderados pelo PT (POMPEIA, 2021).

3.1 GOVERNO E MOVIMENTOS SOCIAIS: A OCUPAÇÃO DE CARGOS NA BUROCRACIA E O MDA COMO INTERLOCUTOR

O Estado, segundo Poulantzas (2000), é a condensação material de uma relação de forças entre as classes sociais e frações de classe. De acordo com este autor, o Estado concentra a relação de forças entre as distintas classes e frações de classe do bloco no poder, mas também a relação de forças destas com as classes dominadas. Dessa forma, as lutas das classes populares não estão fora do Estado, ou apenas em oposição a este, mas fundamentalmente estão em seu interior. Mais que isso: elas atravessam o Estado de lado a lado. Por conta disso, a ossatura material do Estado traduz “a presença específica, em sua estrutura, das classes dominadas e sua luta” (POULANTZAS, 2000, p. 163).

O autor aponta ainda que cada setor e aparelho de Estado possui seus focos de poder real e poder formal, afastando a ideia do Estado piramidal em que bastaria ocupar seu cume para dominar o restante. Cada aparelho e setor corresponde aos interesses das frações de classe do bloco no poder e, portanto, possuem distintas configurações, sendo que à burguesia é permitido deslocamentos e substituições de seu poder entre diferentes aparelhos do Estado (por exemplo, do Executivo para o Legislativo, deste para o Exército, etc), o que no entanto não ocorre de maneira fácil e rápida e pode permitir a abertura de espaços para a esquerda no poder. Porém, destaca Poulantzas, por conta dessa organização institucional, “o fato da esquerda ocupar o governo não significa forçosa nem automaticamente que a esquerda controle realmente os, ou mesmo alguns, aparelhos de Estado” (POULANTZAS, 2000, p. 159).

Nesse sentido, como já apontado, os governos liderados pelo PT tiveram a marca de levar a esquerda pela primeira vez a ocupar o governo federal, embora a correlação de forças mais geral não tenha se alterado consideravelmente, uma vez que a agenda neoliberal na economia seguiu exercendo a principal influência macro-econômica (BOITO JR, 2016), que o Congresso tenha sido majoritariamente formado por partidos de direita e que a coalizão governante comportasse partidos de centro-direita e direita, que passaram a ocupar alguns dos ministérios. Desta forma, entende-se que a luta das classes subalternas permitiu à esquerda ocupar parte do governo, mas sem lograr ocupar o poder político⁴⁶, ou ao menos parcelas

⁴⁶ O poder, no capitalismo, é sobretudo poder econômico e social, que se traduzem também em poder político.

maiores dele, visto que a correlação de forças nos demais aparelhos e setores do Estado praticamente não se alterou. Além disso, durante estes governos, foi constante a tensão entre diferentes ministérios, ocupados por diferentes frações de classe, como nas disputas entre o MAPA e o MDA.

Concordando que o Estado não está à parte das disputas mais gerais da sociedade, sendo antes um catalisador delas, Carlos Guedes, ex-assessor especial do MDA e superintendente nacional e estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), destaca que enquanto o MDA é recente, criado em 2000⁴⁷ como resposta à enorme tensão com os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, o MAPA é um dos ministérios mais antigos do Estado brasileiro e historicamente ocupado pela fração agropecuária da burguesia.

Então, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, como um ministério relativamente novo, se você comparar com o Ministério da Agricultura, que é um dos primeiros ministérios criados na institucionalidade do estado brasileiro, você tem lá o FUNCafé, onde se reúne o Conselho do Café, que é o mesmo conselho, são as mesmas entidades que participam desde que o Brasil se conhece como Brasil. Então, obviamente, o Ministério relativamente novo, nascido do cerne dessa contradição social, que é a sociedade compreender que o espaço rural e a agricultura, como não é uma unidade, pelo contrário, é a formação de diversas composições e relações sociais. E o Ministério se propõe a ser um espaço que recepcione essas contradições demonstradas ao extremo. É um ministério que, obviamente, não só no período do governo presidente Lula, quando ele foi criado no período do presidente Fernando Henrique, à luz de uma tensão brutal com os movimentos sociais, de luta pela reforma agrária, pelo protagonismo da agricultura familiar, o que nasce dessa síntese de tensão, no governo do presidente Lula e da presidenta Dilma, as relações internas se alteram, porque o núcleo de poder, ele se altera significativamente a uma outra concepção (GUEDES, 2023, informação verbal)

Ainda segundo Poulantzas (1986), o Estado capitalista representa principalmente os interesses políticos das classes dominantes, mais do que seus interesses econômicos. Neste sentido, o autor afirma que por sua própria estrutura, esse Estado permite “as garantias de interesses econômicos de certas classes dominadas [...] eventualmente contrárias aos interesses econômicos a curto prazo das classes dominantes, mas compatíveis com seus interesses políticos, com a sua dominação hegemônica” (POULANTZAS, 1986, p. 185). Ao dizer isto, contudo, não deve-se incorrer no erro de ver as classes dominadas apenas como passivas diante das classes dominantes, uma vez que tal característica do Estado capitalista é

⁴⁷ A data de criação do MDA é bastante confusa, refletindo as disputas em torno da pauta: Em 1985 foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, por meio do Decreto nº 91.214, tendo sido extinto em 1989. Em 1996 foi recriado como Ministério Extraordinário de Política Fundiária, a partir do Decreto nº 1.889 de 29 de abril, em resposta ao Massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, quando dezenove sem-terras foram brutalmente assassinados em ação da polícia num acampamento do MST. Posteriormente, em 1999, por meio da MP nº 1911-12, passou a se chamar Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Em 2000, a partir do Decreto nº 3.338 o Ministério é reconfigurado e denominado finalmente como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Como apontam Medeiros e Grisa (2019, p. 12), tratou-se de “uma histórica divisão na estrutura política e administrativa e no espaço rural brasileiros”.

também imposta pela luta das classes dominadas. Desta forma, a criação de políticas públicas para a agricultura familiar na década de 1990, como o PRONAF e a criação do MDA, foram imposições da luta das classes trabalhadoras do campo, contrárias aos interesses econômicos a curto prazo das classes dominantes brasileiras, mesmo limitando em certa medida seus interesses políticos.

Porém, como aponta Medeiros (2023, p. 265), embora o PT tenha historicamente se colocado ao lado das reivindicações do MST por reforma agrária, durante os governos liderados por este partido, ao mesmo tempo em que o Estado passa a reconhecer a questão agrária e institucionaliza-la em seu interior, “os seus caminhos eram disciplinados de forma a que ela se fizesse por parâmetros que não eram exatamente os que apareciam como demandas das representações políticas dos trabalhadores do campo”, com constante oposição do setor patronal. Em relação à agricultura familiar, por outro lado, houve menores dificuldades políticas, “uma vez que não estava em jogo o questionamento da propriedade, mas a criação de condições para consolidá-la” (MEDEIROS, 2023, p. 266). Assim, entende-se que a pauta da reforma agrária defendida sobretudo pelo MST representaria uma afronta aos interesses políticos (sobretudo, mas também econômicos) das classes dominantes cujo poder, no Brasil, está historicamente lastreado na propriedade da terra. Já a destinação de fatias do orçamento e ação do Estado para atender a demanda por fomento da agricultura familiar está inscrita nas garantias de interesses econômicos das classes dominadas e em oposição aos interesses econômicos de curto prazo das classes dominantes, sobretudo sua fração agrária, mas com menor impacto sobre seu poder político.

Com o investimento do governo Lula no MDA (RODRIGUES; LADOSKY, 2015; PICOLOTTO, 2022) este ministério tornou-se o principal interlocutor dos diversos movimentos sociais e sindicais do campo, obtendo notável êxito no desenvolvimento de políticas públicas de apoio à produção da agricultura familiar. O aumento de seu orçamento e influência despertou o descontentamento de “núcleos dominantes do campo do agronegócio, que passariam a questionar, enfaticamente, a existência do MDA” (POMPEIA, 2021, p. 243). Colocava-se um embate de projetos que se expressava em três posições distintas: os movimentos sociais apontavam para a oposição entre a agricultura familiar e o agronegócio; os núcleos patronais (incluindo a mídia e o MAPA) defendiam a agricultura familiar como parte do agronegócio; e o governo Lula falava em distinção e complementaridade (*Ibidem*, 2021, p. 234-235).

O embate com outros ministérios e a disputa por recursos foram destacadas pela liderança histórica do sindicalismo rural cutista, ex-dirigente da FETRAF-SUL e ex-deputado

estadual, Altemir Tortelli. Ele relembra que importantes conquistas como o PRONAF e a própria criação de um ministério específico para a agricultura familiar, foram obtidas ainda no governo FHC, fruto da pressão dos movimentos sociais e a necessidade de o governo responder às tensões. Nesses governos, na visão do entrevistado, os movimentos sociais estiveram de fora ou sem espaços de participação, necessitando realizar fortes mobilizações para ter acesso ao governo e ministérios, enquanto que nos governos do PT conseguiram ter espaços importantes, mas também fizeram embates com outros setores no interior da coalizão

Então, eu diria assim, as diferenças de governos, nos governos não-petistas, nós temos a ferramenta principal que é utilizada é a mobilização para forçar sentar na mesa. Nos governos de esquerda, nós sentamos na mesa, temos um espaço bastante importante, bastante aberto para os diálogos, as reuniões, os conselhos, o governo nos ouve. Nós temos embates fortes onde? No centro econômico do governo. Em vários momentos nós temos que fazer mobilizações fortes para fazer com que, o presidente concorda, o ministro concorda, mas tem um problema no setor econômico que diz que não dá para fazer, e aí bloqueia. Muitas negociações foram bloqueadas pela Fazenda, pelo Ministério da Economia, então também exigiu de nossa parte mobilizações (TORTELLI, 2023, informação verbal)

Tal tensão foi endossada pelo ex-ministro do Desenvolvimento Agrário dos governos Lula e Dilma, Miguel Rossetto, quando disse que “Por óbvio, a maior tensão era com a Fazenda, a Fazenda do dinheiro” (ROSSETTO, 2023, informação verbal). Neste sentido, evidencia-se que o Estado não pode ser compreendido como apartado da luta de classes e da relação de forças na sociedade, e que, como defende Poulantzas (2000), a chegada da esquerda ao governo não necessariamente significa que esta chegou ao poder. Assim compreende-se, também, que os governos liderados pelo PT não foram um todo homogêneo, mas sim permeado de disputas e tensões nas mais diversas áreas, evidenciando a disputa entre o projeto da agricultura familiar defendido pelos movimentos, bem como o papel que reivindicavam para o Estado neste projeto, e aquele implementado pelo modelo econômico neoliberal, vigente desde a década de 1990 (BOITO JR, 2002; 2006). Diante disso, os movimentos, de forma geral, compreendiam o governo como seu, mas não se furtaram de fazer críticas ou protestos, ainda que se questione sua forma, frequência e método, o que será discutido posteriormente.

Apesar dos embates com setores e ministérios mais antigos e influentes dentro do governo, diversos entrevistados destacaram o relevante papel do MDA durante os governos do PT. Especialmente durante os governos Lula, quando a agricultura familiar ascendeu a um novo patamar de importância política e econômica, fruto da organização sindical e do apoio institucional recebido por parte de um governo que tratava o tema como prioridade, o Ministério foi peça central do acesso dos movimentos sociais ao Estado:

a diferença de um governo nosso para os outros governos, é que *os nossos governos têm pessoas mais ligadas ao nosso meio, ou são do nosso meio, têm comprometimento estratégico com nossos projetos, com nossas pautas, nos subsidiam com informações estratégicas*, para nós fazermos as pressões também nos focos onde está travando as questões, e também fazem a disputa interna no governo, disputa estrategicamente o espaço no governo (TORTELLI, 2023, informação verbal, grifos nossos)

E o MDA, eu digo, foi muito mais que um ministério, era um projeto de país. Organizamos administrativamente em todos os estados de ministério, colocamos nossas superintendências, delegacias, organizamos o ministério que virou uma porta de entrada, eu diria assim, aos movimentos sociais e aos movimentos populares (ROSSETTO, 2023, informação verbal, grifos nossos)

Para os movimentos do campo *era o principal o local de interlocução* (VARGAS, 2023, informação verbal, grifos nossos)

[...] *normalmente você entra pelo pelo canal que é o MDA, mas normalmente a gente forçava o Ministério a criar um núcleo do governo que recebesse, porque embora a gente tivesse uma relação muito mais com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, nós tínhamos pautas vinculadas à educação, à saúde, à habitação, que também dialogava com o ministério, então a porta de entrada muitas vezes era isso. Mas nesses governos, principalmente o Lula, foram várias audiências com ele. Então o Ministério canalizava para o diálogo, inclusive com o presidente da república, mas normalmente era um processo que você entra por um canal, você dialoga, vai muitas vezes - é comum ser assim - encaminha para o Ministério ou junto com a Secretaria-Geral do governo absorve tudo aquilo, encaminha para os ministérios, os ministérios dão retorno, o governo nos dava um retorno numa mesa de negociação que tinha lá, às vezes era mais ministros, às vezes era menos, dependendo muito das questões que estavam em discussão, mas muito assim, 80% do canal de negociação era sempre Ministério Desenvolvimento Agrário* (BAGNARA, 2023, informação verbal, grifos nossos)

Muitas vezes a resolução ou a política pública não está sob o comando do ministério da agricultura familiar ou do MDA, porém é a nossa referência, e a partir do Ministério você articula então com os ministérios afins, o próprio Ministério da Agricultura, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Fazenda, que ele passa a ser um aliado teu. O ministro quer também, da categoria do desenvolvimento agrário, atender o seu público, e para isso então há muitas vezes uma aliança junto com a FETRAF, com a própria CONTAG, com o MST, para conversar com o presidente da república, o vice-presidente e com um determinado ministro (VALENÇA, 2023, informação verbal, grifos nossos)

O MDA, portanto, desempenhou um importante papel de interlocutor das demandas da agricultura familiar e dos movimentos sociais, como articulador e responsável pela disputa interna do governo frente aos demais setores pois, como definiu Carlos Guedes, ministérios mais recentes e alvos de controvérsias por parte das classes dominantes dentro e fora do governo, precisam “acelerar o passo para constituir a sua legitimidade e apresentar a sua pauta e ter a sua participação no orçamento e na estrutura do Estado brasileiro para justificar sua existência”, e que a melhor forma de viabilizar esta defesa do ministério era “saber que a base social de interlocução do ministério está viva, está presente, ela existe, ela é real e ela tem que estar no orçamento” (GUEDES, 2023, informação verbal). Coincide neste sentido o que apontaram Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba:

Funcionários do MDA viam os protestos bastante publicizados dos movimentos sociais rurais como uma forma de ganhar apoio político para seu setor de política pública e negociar dentro do governo: “A capacidade de negociação interna no governo se utiliza da força destas mobilizações. Isso empodera o ministro na negociação interna”. Essa afirmação, feita por um funcionário de alto escalão entrevistado, sugere que repertórios de interação são influenciados não apenas por relações entre Estado e sociedade, mas também por relações internas em um governo heterogêneo. Essa noção desafia a ideia de que tais práticas podem ser compreendidas simplesmente como um reflexo de confrontos entre Estado e sociedade (2014, p. 342)

O repertório de interações entre os movimentos sociais e o Estado, especialmente no caso do MDA e os movimentos do campo, fez com que o Ministério tivesse estes movimentos como aliados fundamentais desde a disputa orçamentária do governo, a negociação, até a elaboração, aprimoramento e execução das políticas públicas. Como bem colocado pelas autoras (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014), o MDA desde a sua constituição foi influenciado pelo repertório de protestos dos movimentos sociais, e seus funcionários - como afirmou um dos entrevistados nesta pesquisa - viam de forma positiva tais tensões, pois eram capazes de gerar sínteses e respaldo ao Ministério, ao mesmo tempo em que também permitiam aos movimentos acumularem força social, pois não deixavam de realizar protestos e mobilizações, e com os resultados positivos nas negociações, transmitiam às suas bases uma mensagem agregadora para futuras mobilizações e buscavam demonstrar a efetividade de suas ações e, desta forma, a razão de existir do movimento e o respaldo às suas lideranças.

Além disso, a necessidade de manter o repertório de protestos, mesmo que de forma adaptada - não mais para abrir negociações com o governo, mas disputá-lo por dentro - é reveladora da relação e luta de classes de que fala Poulantzas (2000) e como ela se dá não apenas contra o Estado, mas também no interior dele. Explica também a oposição constante dos setores patronais da agropecuária à existência do MDA, o que levou à sua extinção como primeiro ato do governo de Michel Temer (MDB) após o Golpe que destituiu Dilma Rousseff (PT) e retirou do governo o partido que, conforme afirma Caio Pompeia (2021, p. 299), “era considerado pelos líderes do agronegócio como seu principal inimigo”. Pode-se compreender, ainda, que o fato apontado tanto por Abers, Serafim e Tatagiba (2014) quanto pelo ex-assessor entrevistado nesta pesquisa, do envolvimento ativo tanto do chefe de gabinete de Lula e depois Ministro-Chefe da Casa Civil de Dilma, Gilberto Carvalho, quanto da participação pessoal dos ex-presidentes na articulação das pautas da agricultura familiar, reforçou os atritos e discordâncias daquele setor patronal em relação aos governos liderados pelo PT, atuando como trava ao fortalecimento do MDA, tanto política quanto financeiramente.

Comentando sobre o terceiro governo Lula, iniciado em 2023 – mas também representando uma avaliação retrospectiva –, alguns entrevistados ponderaram sobre certas

fragilidades do MDA, demonstrando que a retomada atual do Ministério se dá sob maiores dificuldades que as enfrentadas durante o primeiro ciclo de governos liderados pelo PT. Reconhecendo o Ministério como fundamental para acessar e disputar o governo, o entrevistado ex-coordenador da FETRAF-SUL diz que “o MDA é um espaço fragilizado, estruturalmente e com a questão orçamentária” (TORTELLI, 2023, informação verbal). Indo mais além, o ex-assessor do DESER afirma que desenvolveu-se nos bastidores da FETRAF um questionamento quanto aos limites do Ministério no atendimento das pautas da agricultura familiar. Segundo Bonato, “tem setores internos que já tão com pé atrás. O MDA é bom, é importante, mas nunca tem dinheiro, é sempre um ministério pobre, um ministério de segundo plano, então por que não se ter uma boa secretaria da agricultura familiar dentro do MAPA, onde tem dinheiro?” (2023, informação verbal). A existência deste debate se confirma com a fala de um do dirigente da FETRAF-RS, Vilson Alba, o qual afirma que “hoje ficaria mais contente se o MAPA assumisse a pauta da agricultura familiar do que o MDA, porque tem mais dinheiro e influência” (2023, informação verbal).

Ou seja, se na década de 1990 e 2000 o debate era sobre a necessidade de criação de um ministério específico para a agricultura familiar, que não estivesse subordinado aos interesses do agronegócio, a avaliação da fragilidade enfrentada pelo MDA durante os governos do PT levou a posições segundo as quais seria mais positivo que o MAPA, historicamente hegemonizado pelos setores patronais, absorvesse a pauta da agricultura familiar, o que sem dúvidas acentuaria as contradições entre estes distintos projetos: por um lado, a FETRAF aponta em seus documentos e por meio de seus dirigentes a existência de uma hegemonia política do agronegócio na pauta da agricultura e na disputa do Estado, por outro, a fragilidade econômica da agricultura familiar a torna mais suscetível a tal hegemonia. O debate em tela, ao que parece, configura-se entre manter parcela do poder político concentrada no MDA, ainda que com orçamento aquém do demandado, ou abrir mão disso em favor de incremento orçamentário considerável, sob pena da fragilização ainda maior do movimento sindical e captura de sua base pela ideologia do agronegócio, o que ocorreu fortemente durante os governos de direita, quando o MDA foi extinto.

Como já mencionado no estudo de Maria Celina D’Araujo (2009), foi grande o número de militantes dos movimentos sociais que ocuparam cargos nos governos liderados pelo PT. A presença destes sujeitos em cargos da burocracia estatal reforçou a rotina de interação Estado-sociedade que Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p. 333) denominaram como *política de proximidade*, em que a presença de militantes e aliados dos movimentos sociais aumenta as possibilidades destes de avançarem “suas bandeiras e objetivos através da

negociação direta com os tomadores de decisão”. De fato, como definido por Tortelli, a presença destes sujeitos no governo foi o grande diferencial dos governos liderados pelo PT em relação aos anteriores, pois são “pessoas mais ligadas ao nosso meio, ou são do nosso meio, [que] têm comprometimento estratégico com nossos projetos, com nossas nossas pautas, nos subsidiam com informações estratégicas” (TORTELLI, 2023, informação verbal). Segundo Medeiros (2014, p. 270), exemplo disso se deu quando “no governo Lula, foi chamado para ocupar a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário um técnico do DESER⁴⁸”, entidade esta criada pelo sindicalismo cutista do sul do país e dirigida por sindicalistas para prestar assessoria técnica e política aos sindicatos e oposições sindicais.

A mesma autora, porém, revela que a própria CONTAG já havia indicado um de seus principais assessores para uma secretaria no INCRA em 1985. No caso dos governos liderados pelo PT e dos movimentos cutistas, um dos grandes laboratórios de participação popular havia sido a gestão de Olívio Dutra à frente da prefeitura de Porto Alegre (1989-1993) e depois como governador do estado do Rio Grande do Sul (1999-2002). Foi o caso de Guedes, que trabalhou em um programa municipal de abastecimento alimentar durante a gestão de Dutra na prefeitura e continuada por seu sucessor Tarso Genro, tendo posteriormente trabalhado na Secretaria de Estado da Agricultura no governo Dutra e, logo em seguida, fez parte da primeira equipe do MDA do primeiro governo Lula. Segundo ele, porém, sua indicação para tais cargos não se deu por um ou outro movimento, porque a “composição de cargos acaba sendo uma convergência de diferentes entradas, vamos chamar assim. É o movimento, mas não é só o movimento. Então, tem relação com o partido, tem relação com os partidos que acompanham a base” (GUEDES, 2023, informação verbal). O técnico do DESER referido por Medeiros (2014) e entrevistado no âmbito desta pesquisa, Valter Bianchini, também dá indicações neste sentido ao falar de sua trajetória e convite para

⁴⁸ Sobre a importância do DESER nesse período, o ex-assessor do DESER e ex-servidor do MDA, Valter Bianchini afirma que “o DESER nasceu a partir do movimento sindical e teve o apoio do Movimento Sem Terra. Inclusive, o primeiro empréstimo para a gente organizar o DESER, acho que lembro até hoje, deve ser uns 5 mil dólares, que o João Pedro [Stédile] fez, para a gente, enquanto não tivesse um projeto e tal, para a gente organizar inicialmente o DESER. Então, o papel dele foi basicamente esse, de acompanhar e assessorar, propor o monitoramento das principais políticas públicas. Então, à medida que ia surgindo uma determinada política, como foi a própria criação do Mercosul, monitoramos as negociações, os impactos, os desenhos, esse movimento que veio com a integração do Mercosul, mas já acompanhado de uma política mais liberal. Mas ajudamos a construir sempre as principais frentes de luta, o próprio início do Grito da Terra, em 1995, onde nasceu o PRONAF, nós estávamos juntos, na elaboração com o José Eli da Veiga dos primeiros trabalhos para dar base na criação dessa política da agricultura familiar. A partir de 1995, nós participamos juntos de alguns movimentos históricos, da própria FETRAF, para organizar essa ideia da concepção, da criação do PRONAF. Então, nós estivemos muito juntos nessa [...] O DESER se constituiu no principal espaço de assessoria do movimento sindical” (BIANCHINI, 2023, informação verbal).

o Ministério

a partir de [19]89, a gente trabalhou muito essa assessoria, do movimento sindical e nas bases teóricas até para a construção de programas, como o próprio PRONAF e outros programas que surgiram aí na sequência. Eu sempre, desde o final dos anos 80, sempre acompanhei a elaboração dos programas de governo do presidente Lula, todos eles, todos os programas. Em 2002, junto com o [José] Graziano, nós construímos o Vida Digna no Campo. Foi uma proposta que deu base já na transição de governo. Em 2002, ir pensando as principais linhas que o governo teria para a agricultura, principalmente para a agricultura familiar. Fiz um conjunto de trabalhos para a FAO. Em 2002, participei da transição. Daí fui Secretário de Agricultura Familiar, no primeiro governo Lula, em 2003 e 2007. Em 2007 [...] o [Roberto] Requião me convidou para ser secretário de Agricultura do Paraná. Daí em 2007 e 2010, eu fui secretário de Agricultura no Paraná. Depois voltei para começar as bases no escritório da FAO⁴⁹, na região sul. Mas já em 2013, o ministro Pepe [Vargas] me convidou para voltar à Brasília como secretário do governo Dilma. 2013 e 2014, no primeiro mandato do governo Dilma, eu participei novamente como secretário de Agricultura Familiar. A partir dali, eu fiquei prestando alguns trabalhos eventuais, fazendo algumas pesquisas para a FAO, que eu estou até hoje [...] *A minha ida para o governo Lula teve, logicamente, apoio, principalmente da FETRAF, mas eu fui mais porque eu era muito amigo do Graziano, também o presidente Lula me conhecia já de muito tempo. Então, fazer o programa de governo, depois ir para a transição e, na sequência, ser convidado para ser secretário, foi um processo quase que natural. Lógico que foi importante o apoio dos movimentos sociais, mas eu fui porque eu já tinha uma participação muito por dentro, na caravana do presidente Lula, antes de 2002, pelos estados do Sul, eu acompanhei a caravana praticamente inteira.* Então, eu tive sempre uma proximidade com o Graziano, com o pai do Graziano, que foi o José Gomes, na construção de políticas para o Lula, em 1989, 1994 e depois de 1998, 2002. *Então, eu ir para a Brasília foi algo quase que natural* (BIANCHINI, 2023, informação verbal. Grifos nossos)

Esse caminho “natural” em direção à ocupação de postos no Estado foi, portanto, construído pela proximidade política entre diferentes sujeitos coletivos (lideranças, partidos, organizações) e pelo reconhecimento de capacidade técnica. Esta passagem é reveladora de que o PT se serviu de muitos dos quadros e intelectuais ligados aos movimentos (e ao próprio PT) para elaborar suas propostas e depois pensar suas políticas. Além disso, demonstra que não se tratou de simples cooptação dos movimentos pelo Estado, mas de um “caminho natural” de aparelhos privados na sociedade civil rumo à ocupação de espaços no Estado estrito, abertos pela luta de setores das classes subalternas que chegaram ao Executivo a partir do PT e da rede de movimentos sociais a ele vinculados e/ou aliados.

O entrevistado Carlos Guedes destaca que o Estado brasileiro constituiu mecanismos que impedem a simples escolha por afinidade política na composição de cargos e que, ao menos nas gestões do PT, levava-se em conta a capacidade técnica e de articulação. Na escolha dos ministros do MDA, segundo demonstraram Rossetto e Vargas, havia uma consulta ao conjunto dos movimentos sociais, em especial as três principais organizações

⁴⁹ FAO é a sigla para *Food and Agriculture Organization*, no Brasil Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Foi um dos órgãos internacionais que contribuiu com seus estudos para a consolidação da categoria agricultura familiar no país (PICOLOTTO, 2022).

(FETRAF/CUT; CONTAG; MST/MPA/Via Campesina), mas o convite era sempre do próprio presidente (Rossetto à frente do MDA em duas ocasiões, tendo sido convidado por Lula em uma e por Dilma em outra), levando em conta sua capacidade de diálogo com os movimentos, além da experiência anterior. Rossetto, antes de assumir o MDA, além de ser um quadro dirigente antigo no PT, fora vice-governador e deputado federal pelo RS. Pepe Vargas, antes de sua indicação, havia sido deputado estadual e prefeito de uma das maiores cidades do RS. Ambos já haviam tido contato próximo com os movimentos no estado enquanto parlamentares, segundo relataram (ROSSETTO, 2023; VARGAS, 2023, informação verbal)

Já para a indicação dos demais escalões do Ministério, a participação dos movimentos era maior. Como destacou Medeiros (2014), o então assessor do DESER possuía grande proximidade com a FETRAF-SUL quando foi indicado para ocupar o cargo de Secretário de Agricultura Familiar do MDA, conquista bastante importante para a Federação num momento em que estava avançando na sua luta para consolidar um sindicalismo da agricultura familiar fora da estrutura da CONTAG, processo que também gerou tensionamentos na relação da Confederação com a CUT, central na qual esteve filiada de 1995 até 2009 (PICOLOTTO, 2022; TEIXEIRA, 2023). A CONTAG indicou nomes para duas outras secretarias: Eugênio Conolly Peixoto, ex-assessor da Confederação, para a Secretaria de Reordenamento Agrário, e Humberto de Oliveira para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MEDEIROS, 2023). Segundo Medeiros (2023), o MST preferiu não ter nenhum quadro seu em cargos do governo, porém, segundo o ex-assessor do DESER que atuou no MDA, o Movimento direcionou alguns assessores e aliados para o INCRA (BIANCHINI, 2023, informação verbal). Retomando o que afirmou Altemir Tortelli, esses aliados nos cargos da burocracia estatal cumpriam uma dupla função de subsidiar o movimento “com informações estratégicas, para nós fazermos as pressões também nos focos onde está travando as questões” e de fazerem “a disputa interna no governo” (2023, informação verbal). O dirigente da FETRAF-RS e CONTRAF-Brasil, Rui Valença relata, nesse sentido, que

a gente tinha [...] uma relação institucional, sempre se faz isso, mas também ia se criando relações, vamos dizer, institucionais, mas também a partir do conhecimento das pessoas, então era normal a gente ter, de certa forma, pedir para um deputado, dizer ‘ó, precisamos conversar com o ministro’, vai lá de uma forma informal, fazer uma conversa com o secretário, construímos nada que deixasse de ser institucional, mas uma conversa muito facilitada, muito tranquila (VALENÇA, 2023, informação verbal)

No mesmo sentido, José Batista, que foi um dos fundadores da FETRAF-SUL e que atuou na SAF/MDA durante os governos Lula, afirma que eram frequentes as visitas dos movimentos em seu departamento

Os sindicatos da CUT, da FETRAF, sempre estavam, iam pra Brasília, iam lá pra conversar, bater um papo com a gente, né? As cooperativas também. Cooperativas mais pequenas, algumas grandes, como na época a Cotrimaio, eles não perdiam uma vez que iam pra lá, que um diretor que não ia lá conversar comigo. O MST também ia, sempre tinha gente que ia pra lá, mas o MPA ia muito também. Inclusive eles tinham um escritório lá em Brasília na época, que era o Romário Rossetto, de Palmeira [RS], que ficava lá, que cuidava do escritório, então eles estavam lá também seguido, eles não tinham muito o que fazer, iam lá ver pra conversar, né? *Então acho que isso influencia também, influencia porque a gente vai, conversa, na conversa informal acaba saindo uma ideia, né? E essa ideia... trabalha-se essa ideia pra ela virar realidade* (BATISTA, 2023, informação verbal)

Tal rotina de interação entre os movimentos sociais e o Estado, com a presença de aliados em cargos da burocracia fortalecia a rotina de *política de proximidade* dos movimentos (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Todos os entrevistados, no entanto, quando questionados se a proximidade com o PT gerou alguma facilidade na relação com o MDA ou com o governo, afirmaram não haver qualquer privilégio neste sentido. De toda forma, pelo fato de pessoas conhecidas dos movimentos estarem ocupando cargos nos mais diversos escalões do ministério, havia um diálogo facilitado e até informal que acabava contribuindo na elaboração estratégica e organização das ações dos movimentos. Esse diálogo facilitado, no entanto, não significou privilégio de um movimento ou outro, mas sim uma forma distinta - em relação aos governos de direita - de interlocução do Estado com tais organizações classistas.

Ainda no tocante à ocupação de cargos por aliados, um dos principais destaques levantados nesta pesquisa foi o caso do ex-dirigente da CUT Rural com atuação na SAF/MDA, José Batista. Com longa trajetória no sindicalismo rural cutista no Rio Grande do Sul, chegando a ter sido vice-presidente do DETR e um dos fundadores da FETRAF-SUL, foi convidado pelo secretário de Agricultura do governo Olívio para compor a pasta, no Departamento de Agroindústria e Cooperativismo (DAC), eixos nos quais a CUT rural vinha construindo importantes acúmulos. Segundo ele, por determinação do governador, o secretário foi orientado a fazer ajustes na Secretaria da Agricultura para comportar uma indicação do MST e outra da CUT, e que a partir da liderança indicada pela CUT, o então militante da CUT Rural foi convocado para o DAC (BATISTA, 2023, informação verbal).

Segundo Picolotto

Com esta participação na administração estadual passaram a ser criadas condições favoráveis aos movimentos e foram gestadas políticas voltadas ao desenvolvimento das potencialidades locais, privilegiando-se como beneficiários os atores populares que já tinham atuação junto aos públicos marginalizados (dentre eles o MST, MPA, MAB, MMTR, o sindicalismo cutista, entre outros.). Dentre as políticas para este segmento destacam-se: a instalação e qualificação de agroindústrias de pequeno porte; o fomento a experiências de economia popular solidária; a reordenação fundiária (em áreas indígenas); a reforma da estrutura agrária (com assentamentos de sem terras); o seguro agrícola a algumas culturas da agricultura familiar; o programa

de moradia rural; a educação de jovens e adultos (que teve forte ênfase entre os trabalhadores rurais); os terminais de comercialização; o incentivo à produção agroecológica (e orgânica) ao passo que também foi proibido o cultivo da soja transgênica; entre outras. Aparentemente os movimentos e a administração popular buscaram articular um sentido para estas novas políticas no projeto de viabilização da agricultura familiar, através dos elementos já definidos nos períodos anteriores. Ou seja, estabeleceram-se políticas para viabilizar ou fortalecer os projetos ensejados pelos movimentos sociais (2006, p. 167)

Depois de atuar no governo estadual, com a vitória de Lula em 2002, Batista foi convidado pelo técnico do DESER, já na condição de Secretário da Agricultura Familiar do MDA, para fazer parte da equipe da secretaria, num debate que passou tanto pela FETRAF quanto pelo gabinete do então deputado estadual Ivar Pavan (PT), que havia sido dirigente sindical rural da CUT e possuía ligação com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Segundo descreve, havia um debate entre estes setores sobre a necessidade de nacionalizar a experiência de governo construída com o governo Olívio Dutra no RS. Citando o referido deputado, afirma que o debate era de que “a gente tem que mandar alguém para lá para levar esse projeto nosso, tem que transformar em nacional, das agroindústrias, dessas políticas, desse jeito de criar política”, de forma que aceitou a tarefa e assumiu cargo na Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA) “incumbido lá de levar o projeto de agroindústria”, onde permaneceu durante os 8 anos de governo Lula. Em 2010 com a vitória de Tarso Genro (PT) para o governo do RS, Batista foi convidado para atuar como chefe de departamento da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), tendo como secretário o ex-deputado Ivar Pavan (BATISTA, 2023, informação verbal). O “jeito de criar política” a que se refere este ex-dirigente e ex-servidor da SAF/MDA pode ser entendido como o de participação popular e inserção dos movimentos sociais nas estruturas de Estado, em conselhos participativos e auxiliando a definir as pautas e políticas do governo, o que em certa medida se logrou alcançar com os governos federais liderados pelo PT. Ou seja, a partir da conquista de novas posições no Estado brasileiro, este setor das classes subalternas do campo, atuando tanto por meio dos movimentos sociais quanto por meio do PT, empenhou-se em disputar espaços para reforçar suas posições na disputa hegemônica.

O trânsito destas lideranças pelos mais diversos cargos no Executivo Federal e Estadual revelam a influência direta e indireta dos movimentos sociais nos governos liderados pelo PT. Direta porque participaram ativamente da indicação de nomes, ainda que não dependesse exclusivamente deles a nomeação. Indireta porque o respaldo necessário e os atributos buscados pelos ministros e secretários na escolha dos nomes foram construídos, na maioria dos casos, a partir da atuação e/ou interação destes sujeitos com os movimentos

sociais, seja via assessoria, seja atuando diretamente em suas fileiras, de onde se depreende que possuíam amplo conhecimento da base social que seria beneficiária das políticas. Mais do que uma simples representação dos interesses de uma ou outra organização no interior dos governos, estes aliados nos cargos da burocracia possuíam comprometimento estratégico com o projeto mais geral da agricultura familiar, e realizavam a interlocução com os movimentos na medida em que estes buscavam acessar o MDA. O Ministério, então, atuava como aglutinador das demandas dos movimentos sociais, na produção de sínteses, como articulador das pautas da agricultura familiar para a disputa do governo, ao mesmo tempo em que, como parte do governo, deveria “pensar no todo” e, assim, atendia o que era possível, dentro das diretrizes mais gerais do governo (GUEDES, 2023, informação verbal). Assim, criou-se a imagem de que, como afirmou um dos ex-ministros, o MDA “muito mais que um ministério, era um projeto de país” (ROSSETTO, 2023, informação verbal). Projeto este antagônico ao das classes dominantes do rural brasileiro, que opuseram constante oposição ao Ministério, e fruto de seu apoio ao Golpe de 2016, levaram à extinção do mesmo durante o governo de Michel Temer.

Em outras palavras, pensando a partir do conceito de Estado ampliado de Gramsci, formado pelo Estado estrito e pela sociedade civil, frações das classes subalternas do campo avançaram rumo à ocupação de espaços na burocracia estatal e, a partir deles, possibilitaram também um movimento no sentido de fortalecer seus aparelhos privados, nesse caso de contra-hegemonia (MENDONÇA, 2012). Essa ameaça contra-hegemônica despertou a oposição das classes dominantes, que operaram por meio de outros aparelhos de Estado, como o judiciário no caso da operação contra agricultores familiares no estado do Paraná que levou ao desmonte de uma das principais políticas públicas do setor, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵⁰, mas também a partir de seus aparelhos privados de hegemonia, numa persistente campanha anti-sindical e anti-movimentos.

3.2 A ATUAÇÃO DA FETRAF-SUL DURANTE OS GOVERNOS LIDERADOS PELO PT

Revisando a tradição tillyana sobre ação coletiva, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) apontam que, para o estudo da ação coletiva dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo durante os governos liderados pelo PT, o conceito de Tilly de *repertório de contestação* é

⁵⁰ Ver mais sobre a operação no Paraná em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-historia-dos-13-agricultores-presos-por-moro-e-depois-absolvidos/>>. Acesso em 19 out. 2023.

desafiado e seus limites são expostos, pois tal conceito privilegia as ações de confronto entre movimentos e Estado, de um como contraponto do outro. O caso brasileiro, no entanto, apresenta diversos movimentos sociais importantes que foram criados por meio de alianças entre indivíduos dentro e fora do Estado. Segundo as autoras

os movimentos sociais brasileiro não apenas negociam frequentemente com o Estado (o que nos permitiria trabalhar com o conceito original de Tilly) mas também investiram pesadamente em ações *por dentro* das instituições do Estado, tanto através de novas arenas participativas como assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 331, grifos no original)

Diante disso, as autoras propõem complementar a noção original tillyana através do conceito de *repertório de interação* entre Estado e sociedade civil, o que permitiria “incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 331-332). Os autores identificam quatro rotinas comuns de interação Estado-sociedade no Brasil durante os governos liderados pelo PT: 1) *protestos e ação direta*: quando os movimentos protestam para pressionar os agentes estatais a negociar através de demonstrações de sua capacidade de mobilização; 2) *participação institucionalizada*: se caracteriza pelo uso de canais de diálogo oficiais, sendo guiados por regras previamente definidas e aceitas pelos envolvidos; 3) *política de proximidade*: que funciona através de contatos pessoais entre agentes do Estado e sociedade civil, por vezes levando a prescindir de mediações institucionais; e 4) *ocupação de cargos na burocracia*: quando representantes ou aliados dos movimentos sociais logram ocupar cargos no Estado, possibilitando o avanço de seus objetivos, facilitação de negociações e retroalimentação sobre outras rotinas de interação.

De fato, pensar apenas em repertório de confronto pode limitar a apreensão da relação entre os movimentos sociais e o Estado durante os governos liderados pelo PT. Porém, na presente dissertação, parte-se da compreensão de que a sociedade brasileira divide-se em classes em luta, e que o Estado, como defende Poulantzas (1986, p. 186), mais do que um “utensílio de classe” é “o Estado de uma sociedade dividida em classes”. Desta forma, mesmo que o repertório empregado pelos movimentos não seja especificamente de confronto, insere-se num contexto maior de luta de classes, bem como nos governos liderados pelo PT a luta de classes não desapareceu, mas sim adquiriu contornos diferentes pelo fato de um partido de esquerda e de origem na classe trabalhadora ocupar o governo. Ainda, a partir da ampliação da noção de Estado promovida por Gramsci, compreende-se que tanto o Estado estrito quanto os aparelhos privados (nesse caso os movimentos) fazem parte do Estado

(GOHN, 1997). Nesse sentido, o conceito de repertório é operacionalizado para a análise desta interação de forma mais específica.

Portanto, sem substituir ou perder a dimensão do conflito inerente a uma sociedade e Estado divididos em classes sociais, a presente pesquisa adota a noção de repertório de interação para analisar a atuação da FETRAF-SUL e posteriormente FETRAF-RS em relação ao Estado, com foco nos executivos federal e do RS. Cumpre destacar também que, embora o título da seção faça menção ao período dos governos do PT no âmbito do governo federal (2003-2016), no RS durante esse período teve outras agremiações partidárias à frente do poder executivo e, somente entre 2011 e 2014 teve à frente o PT, período o qual será tratado com mais ênfase.

Tal ênfase encontra justificativa na própria trajetória da FETRAF-SUL. Tendo sido construída por fora da estrutura sindical oficial, organizou a representação sindical da agricultura familiar dos três estados do Sul do Brasil a partir de regiões desses estados que possuíam características de população e produção muito similares, inovando em termos organizacionais (PICOLOTTO, 2022). Em seu período inicial, a Federação desempenhou um papel de representação dos três estados frente principalmente ao governo federal, pois, como explicou o ex-coordenador da FETRAF-SUL, “a grande pauta, a grande mesa de negociação não era em Porto Alegre, a grande mesa era Brasília” (TORTELLI, 2023, informação verbal). Em outras palavras, o fato de o PT ter conquistado a presidência da república e, portanto, poder político e econômico muito maiores que aqueles possíveis nos governos estaduais isoladamente, a FETRAF-SUL direcionou a maior parte de seus esforços para esse aparelho do Estado.

Fundada durante o 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul, realizado em Chapecó/SC, a organização passou a ter nesta cidade sua sede principal, chamada por dirigentes de “capital da agricultura familiar”. Falando a respeito da ideia de criar uma federação que representasse os três estados, o ex-coordenador da FETRAF-SUL explicou porque tal cidade foi escolhida como sede:

Então, na verdade, acho que a construção da FETRAF-SUL, ela é um pouco uma síntese de um processo de aprendizagem das lutas feitas conjuntamente no Sul do Brasil, da compreensão de uma identidade muito forte e comum das nossas realidades econômicas, culturais, familiares, geográficas, de proximidade, Chapecó ficava uma distância de, num raio de 200 quilômetros, de toda a nossa atuação no Sul do Brasil, por isso nós nos tornamos a capital, e nós até demos esse nome, a capital da agricultura familiar do Brasil (TORTELLI, 2023, informação verbal)

No mesmo ano em que foi fundada, a FETRAF-SUL organizou aquilo que seria a marca da sua interação com o Estado durante os governos liderados pelo PT: a Caravana da

Agricultura Familiar, realizada entre 25 de julho e 02 de agosto de 2001, percorreu diversos municípios dos três estados do Sul, abordando diferentes temas concernentes à agricultura familiar⁵¹, com uma comitiva composta por Lula, à época ainda como provável candidato do PT à presidência, lideranças sindicais como o ex-coordenador da FETRAF-SUL, Altemir Tortelli, e membros do DESER. Nas palavras do ex-assessor do DESER

Acho que foi uma das decisões mais acertadas que teve a organização, que teve lá em Chapecó em que o pessoal levantou essa ideia, porque o Lula começava a falar em realizar umas caravanas em nível nacional e alguém propôs ‘vamos fazer isso aqui’, e foi um negócio que pegou na hora e já se começou a discutir como fazer essa organização com o Lula. Ela foi importante por vários motivos: primeiro, ela provocou um debate temático de elaboração muito importante, eu nem lembro quantos foram os locais, mas em cada local tinha um tema específico. Então você precisava elaborar esse tema, se chamou assessoria para elaborar, em nível local houve uma discussão, houve um processo de elaboração muito forte. Então a caravana foi um momento de elaboração e sistematização com alguns avanços de elaboração. Segundo, foi um processo altamente mobilizador. As mobilizações foram muito boas, muito grandes. Claro que o Lula chama, já chamava muito na época, mas o pessoal se envolveu e aderiu ao processo de debate, que apareceu como caráter sindical. Então aqui em alguns lugares com uma composição, participação do sistema CRESOL em alguns lugares, as cooperativas... Mas os sindicatos apareceram de uma forma muito forte. Então mergulhou para a base e fortaleceu do ponto de vista de comando e de direção o processo da FETRAF, esse foi um segundo aspecto. O terceiro aspecto, acho que deu conteúdo para o governo, do ponto de vista da agricultura familiar, tanto é verdade que quando Lula assume, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e tal, a questão da agricultura familiar sempre teve um peso grande, o PRONAF era uma das políticas, uma das não sei se dez políticas que o governo Lula analisava em termos de andamento para ver qual era o nível de avanço do governo, o PRONAF era uma delas. Isso deu um grande peso da agricultura familiar para dentro do governo, enquanto elaboração de governo, e fortaleceu de uma forma fantástica a FETRAF-SUL e depois o sistema FETRAF nessa lógica, você teve durante muito tempo um bom crédito da caravana para a FETRAF posicionar em termos de proposição de políticas públicas. Outra coisa, acho que potencializou a entrada nos ministérios, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir da FETRAF, do DESER, várias pessoas passaram a compor o governo e isso deu um peso. Acho que a caravana teve uma dinâmica nesse sentido, foi um dos momentos históricos da FETRAF-SUL, se tirar a caravana da história acho que ficaria como um vazio. Lula poderia ganhar, ganharia independente disso, mas a lógica da agricultura familiar seria completamente outra se não tivesse havido a caravana (BONATO, 2023, informação verbal)

Fica evidente, portanto, que a Caravana contribuiu imensamente para fortalecer a recém criada FETRAF-SUL em diversos âmbitos. A proximidade política entre o futuro candidato à presidência e diversos dirigentes da Federação possibilitou a articulação de

⁵¹ Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo no dia anterior ao início da Caravana, a programação envolvia 9 cidades e um tema em cada uma delas: Blumenau (SC) discutindo agricultura familiar; Santa Maria (RS) discutindo pesquisa e extensão rural; Santo Ângelo (RS) sobre produção de grãos livre de transgênicos; Erechim (RS) sobre cadeia produtiva do leite em sistema cooperativo; Caçador (SC) tendo como tema a reconversão produtiva do modelo tradicional para o agroecológico; São Mateus (PR) sobre biodiversidades e agroflorestas; Guarapuava (PR) sobre os posseiros, questão agrária e crédito fundiário; Francisco Beltrão (PR), cooperativismo de crédito e educação rural; por fim, o encerramento em Chapecó (SC) abordando o tema agricultura familiar e organização sindical. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u22697.shtml>. Acesso em 14 jan. 2024.

interesses, uma vez que também dava respaldo a Lula junto à numerosa base da agricultura familiar no Sul do país e, ao mesmo tempo, consolidava a FETRAF como representante desta categoria, diante da disputa por representação com o sistema CONTAG. Como já dito, nesse momento a Confederação ainda estava filiada à CUT, mas no Sul a disputa permanecia entre FETRAF e FETAGs. Com 20 anos de acúmulo político e organizativo em oposição ao sindicalismo oficial, a Caravana foi aproveitada como uma oportunidade de consolidar a nova iniciativa cutista na região, levando a um processo de avanço nas elaborações e proposições da FETRAF, que, somado à viabilidade eleitoral e reais possibilidades de eleição de Lula, poderia abrir novos espaços para o fortalecimento da agricultura familiar. O petista, que já havia participado do Congresso de fundação, mais uma vez potencializou a mobilização das bases da Federação, fazendo com que ela tivesse maior respaldo. O contato próximo e trabalho de mobilização exigido para a realização da caravana possibilitou um “mergulho na base”.

Esses fatores somados deram enorme relevância para a pauta da agricultura familiar, que, como já discutido, passou a ser uma das prioridades do governo Lula, que fora eleito no ano seguinte. Além disso, possibilitou a indicação de aliados e militantes para cargos no MDA, aumentando o “crédito” que a Caravana propiciou à FETRAF-SUL, dotando-a do *status* de porta-voz da agricultura familiar junto ao governo. Como relatado por Tortelli,

Nós conquistamos o Lula, por exemplo. A caravana da agricultura familiar foi um momento histórico extraordinário. O cara se dispôs a ficar 9 dias conosco no inverno de 2001. Nós tivemos um congresso de fundação da FETRAF em março, em julho foi a caravana de 2001. No avião de volta a São Paulo, eu conversei com ele e ele ficou bastante emocionado com o teatro que a gurizada fez lá na abertura do congresso da FETRAF em Chapecó. E na volta eu entrei na mente dele e convenci ele de fazer uma caravana no sul. E ele compreendeu, nós ganhamos o cara porque ele compreendeu, ele vivenciou, ele tocou, sabe, ele não ouviu do Tortelli, do Wilson Alba, do Celso Ludovic [todos dirigentes], ele ouviu as pessoas falarem daquilo que nós falávamos. Aquilo que nós falávamos pra ele, ele sentiu, ele tocou, ele vivenciou (2023, informação verbal)

O fato de a FETRAF ter “conquistado Lula”, em outras palavras, efetivou através da luta de uma fração das classes subalternas o fortalecimento de espaços para o atendimento de interesses desta no interior do Estado, ao mesmo tempo em que viabilizou à esquerda, por meio do PT, a ocupação do Executivo federal pela primeira vez. Um processo expressivo de mobilização que resultou em conquistas, as quais a FETRAF pôde apresentar à sua base como resultado da mobilização, uma forma de educá-la para a luta, ou seja, fortalecer e apoiar a atuação sindical como meio para melhorar sua condição de agricultores familiares, ao mesmo tempo em que dava legitimidade ao governo por ter atendido suas demandas e efetivamente fomentar a agricultura familiar. Dentre os principais resultados estavam a ampliação dos

recursos destinados ao PRONAF, a elaboração do Plano Safra com atenção maior ao setor, o fortalecimento do MDA e sua atuação como interlocutor dentro do Estado. Além disso, o documento elaborado a partir da Caravana reivindicava, dentre outras coisas, a “Garantia de que os diversos conselhos existentes sejam efetivamente co-participantes na elaboração das políticas públicas e, especialmente, exerçam o seu caráter deliberativo” e “Destinação de recursos públicos para a capacitação das entidades e pessoas que participam dos diversos conselhos que atuam na definição de políticas públicas” (FETRAF-SUL, 2001, p. 13). De fato, durante os governos Lula, os espaços de participação institucionalizada (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) foram fortalecidos e ampliados, bem como a formação de dirigentes para elaboração de políticas públicas se potencializou (CONTI, 2016).

Pode-se compreender, assim, que a Caravana deu respaldo ao repertório que marcou a interação da FETRAF-SUL com o Estado durante os governos liderados pelo PT, com a entidade tendo acesso facilitado aos canais do governo e privilegiando a negociação, proposição e acompanhamento da execução das diversas políticas públicas conquistadas no período. Assim, para além do caráter propositivo que esse sindicalismo buscou adotar desde a década de 1990 (PICOLOTTO, 2022), mostrou para sua base que também era um sindicalismo de resultados. Para além do crédito obtido com o sucesso da Caravana, o novo momento permitiu a adaptação do repertório de protestos e mobilizações, que passou a ser utilizado para fazer avançar os processos já iniciados e rotinizados de negociação, ao passo que buscava educar sua base, mostrando as conquistas como frutos principalmente da mobilização, mais do que apenas da vontade política do governo, bem como fortalecer sua estrutura sindical com campanhas de sindicalização e de contribuição financeira.

Com o início do ciclo de governos liderados pelo PT em âmbito federal, o caráter propositivo que o sindicalismo rural cutista apontava desde a década de 1990 ascendeu a um novo patamar. Na existência de um governo aberto ao diálogo e com forte presença e influência dos movimentos sociais em determinados ministérios, e que havia sido “conquistado” para a pauta da agricultura familiar a partir da realização da Caravana da Agricultura Familiar, as energias não precisavam mais ser direcionadas em demonstrar força através de protestos e mobilizações para forçar a abertura de negociações ou diálogo com o governo. Tais rotinas de interação, contudo, não desapareceram, mas foram ressignificadas no repertório de interações da FETRAF-SUL com o Estado. Segundo Batista, o presidente orientava expressamente os movimentos: “o próprio Lula dizia ‘mas vocês tem que se mobilizar pra me dar força aqui, pra mim poder fazer as coisas, vocês tem que fazer o protesto também’” (2023, informação verbal). Tal orientação foi reconhecida também pela atual

dirigente e ex-coordenadora geral da FETRAF-RS, Cleonice Back: “nunca esqueço a fala do presidente Lula na primeira gestão dele, ‘vão para as ruas, façam mobilização, isso me dá a força para eu poder atender a pauta de vocês’, então eu acho que esse é o recado que o Lula deu para nós no primeiro mandato” (2023, informação verbal).

A leitura presente nos diversos documentos políticos da FETRAF-SUL e em entrevistas com suas lideranças era de que os governos liderados pelo PT, por seu caráter de coalizão, eram governos em disputa. Com base na orientação que Lula passava aos movimentos sociais, percebe-se que ele próprio compartilhava da mesma leitura. Da mesma forma que os entrevistados que ocuparam cargos no governo reconhecem que os movimentos foram parceiros fundamentais na implementação de políticas estatais, eles funcionaram também como forma de o presidente e ministros demonstrarem para as forças que compunham a coalizão de que também tinham poder e respaldo de uma ampla base social. Assim, a disputa do Estado a partir das políticas públicas tornou-se o centro da atuação da FETRAF e de outros movimentos sociais. A partir disso, estruturou-se um repertório que envolvia a mobilização da base para a elaboração das pautas, a abertura de negociações com o governo, a realização em simultâneo de protestos e mobilizações nos estados e em Brasília, com vistas a fazer as negociações avançarem, mas também fornecer respaldo ao governo para justificar o atendimento das pautas. Uma vez conquistadas algumas das pautas reivindicadas, a FETRAF, seja por meio de seus representantes em conselhos de políticas públicas, seja por meio de seus sindicatos de base ou cooperativas orgânicas à sua estrutura, atuavam na qualificação, implementação e fiscalização das políticas públicas, reforçando para sua base a importância e efetividade de sua atuação.

A centralidade estratégica atribuída às políticas públicas e o processo de elaboração e negociação foi expressado em documentos oficiais da FETRAF-SUL, como na tese do 2º Congresso:

O mérito da estratégia da Federação consiste na capacidade que tem de elaborar políticas, disputá-las nos espaços públicos e implementá-las em suas bases, estruturadas e embasadas a partir de concepções gerais de um projeto político de sociedade, alicerçado em convicções ideológicas que revelam o desejo e a necessidade em promover profundas mudanças na atual ordem social [...] *Foi, seguramente, nesse eixo temático, que a FETRAF-SUL/CUT mais avançou no último período.* A questão da elaboração, da disputa, da negociação e da implementação de políticas públicas para potencializar e fortalecer a agricultura familiar fez parte do núcleo estratégico do nosso planejamento (FETRAF-SUL, 2007, p. 20, grifo do autor)

O grande investimento realizado nesse repertório fica mais evidente quando se analisa todo o procedimento de elaboração das pautas, uma vez que colocava os dirigentes da

Federação e dos sindicatos em movimento e em constante contato com a base social. Os dirigentes da FETRAF realizavam uma elaboração prévia da proposta de pauta e faziam a distribuição aos sindicatos de base. Estes ficavam responsáveis pela realização de debates locais, que tanto serviam para politizar a base, como também para colher contribuições que pudessem tornar a pauta mais robusta. A partir desses processos de base, a direção da Federação buscava realizar uma síntese das principais propostas, que seriam encaminhadas para compor a pauta nacional da FETRAF-Brasil na mesa de negociações com o governo federal. Uma das dirigentes da FETRAF-RS explica o processo:

Então no processo de elaboração, se ouve a base e depois, junto com um conjunto de dirigentes, através de plenária, seminário, enfim, nós construímos a pauta de reivindicações. Construída a pauta de reivindicações, a gente faz a entrega oficial. Nos governos Lula, Dilma, enfim, nós sempre entregamos essa pauta de reivindicações através de CONTRAF para o governo federal, através de audiências. Teve anos que a Dilma nos recebeu, o Lula nos recebeu, entregamos a pauta e se iniciou um processo de rodada de reuniões, negociações com os ministérios, de diálogo (BACK, 2023, informação verbal)

Durante os governos liderados pelo PT, tal processo de negociação, à medida que foi se consolidando, passou a ocorrer de forma rotinizada (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014), acompanhando o que Bonato nomeou como “data-base da agricultura familiar” (2023, informação verbal), o período anterior ao anúncio do Plano Safra pelo governo. Da mesma forma que a CONTAG realizava uma série de mobilizações referentes ao chamado Grito da Terra Brasil (TEIXEIRA, 2023), a FETRAF-SUL iniciava ainda em janeiro o que chamava de Mutirões da Agricultura Familiar, processo de mobilização e discussão junto à base que buscava fortalecer a organização sindical, discutir a sindicalização e a sustentabilidade financeira da entidade, além de discutir a proposta de pauta de reivindicação e enriquecê-la com novas contribuições. Esse processo ocorria durante os meses seguintes até culminar nas chamadas Jornadas de Luta da Agricultura Familiar nos meses de abril e maio, que combinava mobilizações regionais nos diversos estados e simultaneamente em Brasília, enquanto uma comissão reunia e negociava com o governo. A organização detalhada pode ser vista na Tabela 2, elaborada pelo autor a partir do documento intitulado FETRAF em Mutirão (FETRAF-SUL, 2007b):

Tabela 2 - Cronograma do Mutirão da Agricultura Familiar 2008

Mês	Atividades
JANEIRO	Elaboração de materiais de apoio; Planejamento nos sindicatos sobre a execução do mutirão em nível local;
FEVEREIRO - MARÇO	Visitas às famílias e reuniões nas comunidades; possíveis atividades específicas definidas a partir da realidade local e realizadas em nível de municípios ou microrregiões;
MARÇO	Plenárias estaduais para fechamento das pautas, com indicativo de realização de plenárias microrregionais para “afunilar a pauta proposta nas comunidades e municípios” previamente às plenárias estaduais; avaliação do mutirão; debate sobre as eleições municipais; plenárias municipais da COOPERHAF com tema da habitação;
ABRIL	Jornadas de Luta da Agricultura Familiar, com atos e negociações; realização de plenárias estaduais e da Plenária Sul da FETRAF-SUL;
MAIO	Jornadas de Luta da Agricultura Familiar, com atos e negociações; ações massivas locais/regionais e comissão nacional de negociação em Brasília, conjuntamente com organizações parceiras, como a COOPERHAF e CRESOL.

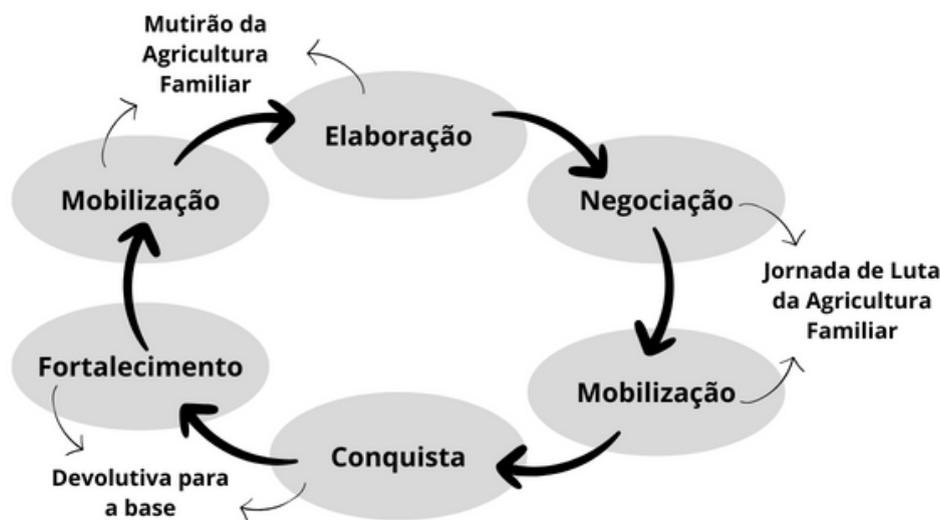
Fonte: Elaboração própria com base no documento FETRAF em Mutirão (2007)

A partir do cronograma apresentado, percebe-se a dimensão assumida pelo processo de negociação com o governo federal, uma vez que a FETRAF-SUL punha em marcha um grande processo de elaboração, discussão com as bases e mobilização para a entrega da pauta de reivindicações que dava início ao processo de negociação. Nesse sentido, é ilustrativa a fala do dirigente Rui Valença, de que as e os agricultores familiares, “diferente do trabalhador urbano, a gente não tem um patrão, não tem um empresário, a nossa pauta é, geralmente, quase 100% voltada para governos, políticas públicas, então é uma relação bastante com o governo” (2023, informação verbal). O processo de interlocução com o Estado e a intermediação de políticas públicas era entendido como central e estratégico para a agricultura familiar e, portanto, também para o movimento sindical deste setor.

Desta forma, temos que: tendo no horizonte a negociação com o governo e a data de anúncio do Plano Safra, a FETRAF-SUL iniciava um processo de mobilização de sua base (sindicatos e agricultores familiares) com vistas a estruturar a pauta de reivindicações. A proposta inicial de pauta partia da direção, era incrementada ou alterada nos Mutirões junto à base, o que dava um respaldo social maior para o momento de negociação. Após elaboradas as propostas, plenárias estaduais e regionais de dirigentes faziam a sistematização e davam o desenho final à pauta de reivindicações. A partir disso, tinha início a rodada de negociações junto ao governo, contando com o apoio do MDA e Secretaria-Geral para a interlocução. Entre a primeira rodada de negociação e a reunião devolutiva, eram realizadas mobilizações e ações de protesto tanto em Brasília, onde ocorria a mesa de negociações, quanto nos estados,

com atos regionalizados para aumentar a visibilidade. Feito o anúncio do Plano Safra com a incorporação - total ou parcial - das proposições, a FETRAF retornava à base informando das conquistas e auxiliando na operacionalização das políticas, fazendo crescer seu prestígio junto aos agricultores familiares, inclusive para futuras mobilizações (Figura 3).

Figura 3 - Fluxograma de atuação da FETRAF-SUL.



Fonte: Elaboração própria.

Chama atenção, porém, que tal forma de atuação voltou-se quase exclusivamente ao Estado (especificamente ao Governo Federal), ainda que através de feiras e algumas outras ações pontuais dialogasse mais com a sociedade em geral. O processo de diálogo com a base tornou-se condicionado à demanda de elaboração de pautas e negociações, isto é, consulta-se a base sobre temas específicos, não tanto para ouvi-la cotidianamente, como apontou criticamente um dos entrevistados. A partir dessa dinâmica que tinha como objetivo entregar e - sempre que possível - implementar as políticas públicas para sua base, o sindicalismo da FETRAF cumpria funções de Estado, confundindo-se - ainda que sob uma intenção democratizante - com representantes do governo. Isto pode ser visto, desde uma ótica gramsciana, como a ampliação do Estado, ao passo em que, com os movimentos assumindo tais funções, foi secundarizada a disputa hegemônica da sociedade civil. Sob o olhar privilegiado do presente, é visível que tal atuação não ocorreu de forma tão harmônica, haja visto as dificuldades encontradas pela FETRAF na relação com sua base nos anos subsequentes ao Golpe de 2016.

Além desse processo, a FETRAF atuou em relação às políticas públicas em outros três âmbitos: a) nos conselhos participativos, etapa de elaboração e qualificação das políticas; b)

na fiscalização e acompanhamento da implementação, bem como na orientação aos agricultores; c) na execução de projetos e programas, via cooperativas orgânicas à estrutura da Federação. Praticamente todas as energias da Federação foram, assim, direcionadas para a participação nos espaços institucionais abertos pelos governos liderados pelo PT e para os processos de negociação, o que embora tenha sido importante, acabou sugando as lideranças para esta parte específica da vida sindical.

No âmbito dos conselhos, o ex-coordenador da FETRAF-SUL Altemir Tortelli contou que após eleito, Lula o convidou para participar do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), onde atuou por 8 anos, e também do Conselho Econômico Social (CES), conhecido como Conselhão, por 4 anos (2023, informação verbal). Como apontam Abers, Serafim e Tatagiba (2014), o governo Lula buscou fortalecer e politizar o modelo de conselhos nas políticas setoriais para o meio rural, com a reestruturação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF) e a criação do CONSEA, vinculado ao Programa Fome Zero. Atuando no Comitê de Juventude Rural do CONDRAF durante os mandatos de Dilma, o coordenador-geral da FETRAF-RS Douglas Cenci explicou que se tratava de um espaço de elaboração específica que subsidiava tanto o Conselho quanto o MDA, organizando um processo de qualificação da demanda, construção de propostas e monitoramento de políticas públicas (CENCI, 2023, informação verbal). Nesse sentido, compreende-se que de certa forma o intento relatado anteriormente, com a indicação de nomes próximos aos movimentos que atuaram no governo Olívio Dutra para ocuparem cargos no MDA e outras áreas do governo federal, foi bem sucedido, com a criação e fortalecimento de conselhos participativos e a possibilidade de acompanhamento da elaboração de políticas públicas, o que permite aos movimentos reforçarem suas pautas por estes canais, uma vez que as lideranças que compunham tais conselhos eram oriundas das fileiras dos movimentos ou de seus órgãos de assessoramento, ficando encarregados de levarem os acúmulos do movimento na elaboração de pautas e políticas estratégicas para seu projeto⁵².

No segundo âmbito de atuação, os entrevistados destacaram a importância das entidades sindicais como “facilitadoras no acesso às políticas públicas” pelos agricultores, desempenhando tanto o papel de “reivindicar, mas depois também ajudar o seu associado, o seu público, o seu agricultor familiar, a acessar essa política pública” (VALENÇA, 2023, informação verbal). Além disso, coube aos sindicatos a função de cobrar órgãos públicos para

⁵² Olívio Dutra inclusive assumiu o Ministério das Cidades no primeiro governo Lula, tendo gerido projetos de habitação em parceria com a cooperativa de habitação da FETRAF-SUL.

a implementação de recursos oriundos do governo federal, como no caso da assistência técnica junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), pois “a participação do movimento social, mobilizado, fazendo protesto, ou não, ou através de reuniões, de diálogo, é fundamental para a execução das políticas públicas” (BATISTA, 2023, informação verbal). Esta seria uma das funções mais tradicionais dos sindicatos, de informação e reivindicação, mas qualificada naquele período devido ao intenso contato com o governo federal e a crescente capacitação que as lideranças receberam para a intermediação das políticas públicas.

Em relação à execução de projetos e programas, o grande destaque da FETRAF-SUL foi em relação à habitação rural. A Federação criou em outubro de 2001 a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF), com atuação inicial nos três estados do Sul e, a partir de 2006, tendo se expandido para outros 10 estados. A COOPERHAF logo ganhou protagonismo, tendo recebido diversas premiações nacionais e internacionais no tema da moradia e, em 2009, passou a trabalhar também com habitação urbana, a partir de demanda apresentada pelo Ministério das Cidades (FETRAF-SUL, 2014). Segundo apresentado por Conti (2016), a Cooperativa executou mais de 34 mil contratos habitacionais na região Sul entre 2001 e 2015. O ex-assessor do DESER Amadeu Bonato, afirma o reconhecimento da atuação da FETRAF-SUL na pauta da habitação, pois segundo ele “no setor ligado à habitação a FETRAF sempre foi muito bem vista, no Ministério das Cidades e na Caixa Econômica Federal, em função da COOPERHAF, pela atuação que teve tinha um trânsito muito fácil” (BONATO, 2023, informação verbal). Tal protagonismo foi reconhecido também pelo ex-ministro Miguel Rossetto, para quem o tema da habitação rural “sempre foi uma marca muito forte” da FETRAF (2023, informação verbal).

O ex-coordenador da FETRAF-SUL explica que a ideia de um programa de habitação para a agricultura familiar nasceu no governo Olívio Dutra, sendo depois nacionalizado com a eleição de Lula (TORTELLI, 2023, informação verbal), assim como já relatado sobre temáticas envolvendo cooperativas e agroindústrias familiares. As experiências construídas na relação entre movimentos sociais e o governo estadual liderado pelo PT, portanto, serviram como laboratório para diversas iniciativas, mas também para o modo de se relacionar com o Estado. Daí o papel desempenhado pela Caravana da Agricultura Familiar em demonstrar a capacidade de elaboração e mobilização social da FETRAF-SUL e de seus órgãos de assessoria, como o DESER, o que facilitou a entrada de assessores e militantes em cargos no MDA. A própria Caravana também foi fruto do acúmulo não apenas sindical, mas também

das experiências dentro dos executivos municipais e federais do PT e que tiveram participação de militantes e dirigentes rurais cutistas.

O período dos governos liderados pelo PT, em especial os dois mandatos de Lula, foram de grande acúmulo de forças do sindicalismo da FETRAF, ainda que atrelado ao processo das políticas públicas e da rotina de negociação com o governo. Como afirmou o ex-servidor do MDA e superintendente do INCRA, “por mais que os movimentos sociais achassem que o que tinha era pouco, mas o que o outro lado estava abrindo mão era muito, frente ao que historicamente teve que abrir mão” (GUEDES, 2023, informação verbal), ou seja, o avanço da luta das classes subalternas, seja chegando à chefia do executivo federal e cargos ministeriais, seja aumentando a sindicalização e alcançando novas oportunidades de atuação institucional e acesso à recursos, o fortalecimento dos subalternos impôs às classes dominantes alguns sacrifícios, mesmo que tenham sido mínimos ou apenas a interesses econômicos de curto prazo (POULANTZAS, 1986). Tal acúmulo ocorreu de maneira contraditória, já que concentrou as energias da organização, bem como direcionou a formação das lideranças para a participação institucional e mediação de políticas públicas (CONTI, 2016). As conquistas econômicas foram muito escassamente acompanhadas de um processo de politização e disputa ideológica sobre o sentido das conquistas, sobre a disputa de projetos, de modo que quaisquer turbulências no fluxo de resultados poderia afetar a relação com a base, como de fato demonstrou-se no período seguinte.

Como apontou Pompeia (2021), os setores patronais rurais seguiram avançando e realizando forte oposição - por dentro e por fora do governo - às pautas relativas às classes subalternas do campo. As resoluções tanto do 1º (2004) quanto do 2º (2007) Congressos da FETRAF-SUL apontaram para a disputa com o agronegócio, mesmo com os avanços no governo Lula:

No entanto, o Governo Lula, diferentemente do que chegaram a sonhar diversos setores das organizações populares, não se caracteriza com a antiga proposta de construir um governo democrático-popular. Lula é um governo que se decidiu por ser de ampla composição, assumindo os conflitos inerentes dessas composições e buscando articular e conviver com projetos e propostas, muitas vezes, diametralmente opostas. [...] No campo da agricultura, esse conflito está muito evidente na questão de definição das prioridades e dos recursos, na política de reforma agrária e na questão dos transgênicos. Os setores vinculados ao agronegócio, à agricultura patronal, às grandes agroindústrias e às cooperativas empresariais, representados no Ministério da Agricultura e Abastecimento, até o momento têm mantido a hegemonia política (FETRAF-SUL, 2004)

O cenário social do Brasil rural é, atualmente, hegemônico pela ideologia do agronegócio, que se afirma no imaginário coletivo como “o Brasil que dá certo”, em contraposição a outros setores considerados “ineficientes” da economia brasileira. Os compromissos históricos assumidos pelo capital financeiro-industrial com o latifúndio e com as grandes empresas agroindustriais, e sedimentados por meio de

políticas governamentais e de incentivos internacionais que favoreceram esses interesses sociais, estabelecem as condições para a hegemonia do atual modelo de desenvolvimento rural no Brasil (FETRAF-SUL, 2007a)

Nesse sentido, com o fortalecimento do setor do agronegócio econômica, social e politicamente, aliado a um movimento mais amplo de desgaste dos governos do PT por parte das classes dominantes, os governos Dilma, em especial seu segundo mandato, enfrentaram crescentes dificuldades que reverberaram também na interação com os movimentos sociais. Durante os governos Lula, outras ofensivas políticas já haviam ocorrido, principalmente a partir dos poderes Judiciário e Legislativo, hegemônicos pelas classes dominantes. Além disso, os efeitos de uma grave crise econômica mundial ocorrida em 2008 passaram a atingir o Brasil durante o primeiro mandato de Dilma (2011-2014), fazendo com que importantes frações das classes dominantes pressionassem por mudanças visando manter intacta a taxa de lucros, sobretudo o capital financeiro (POMAR, 2016; KONRAD, 2020). Este cenário se prolongou e aprofundou durante o segundo mandato, levando a fissuras na coalizão governante e o crescimento da frente de classes e frações de classe neoliberal, com o ingresso da alta classe média em suas fileiras como força social ativa e militante, engrossando manifestações de rua, processo político que culminou no Golpe que depôs Dilma Rousseff na metade de seu segundo mandato (BOITO JR, 2016).

No que diz respeito à relação com os movimentos sociais do campo, a já citada operação judicial levada à cabo contra agricultores familiares no Paraná em 2013 promoveu o desmonte e burocratização do PAA, um dos programas mais importantes no fomento à agricultura familiar. Com a crescente pressão judicial, o governo federal diminuiu as parcerias com os movimentos sociais para a implementação de políticas como o PAA, o que, segundo o ex-servidor do MDA e superintendente do INCRA, foi uma forma de evitar a inviabilização completa de tal política (GUEDES, 2023, informação verbal). Por parte dos dirigentes da FETRAF-RS, no entanto, havia uma relação de maior conflito com a então presidenta, de quem reclamavam ter uma postura dura e de pouca capacidade pessoal de diálogo com os movimentos (CONTI, 2016; BAGNARA, 2021). Nas palavras de um dos dirigentes da FETRAF-RS,

A Dilma usa esta operação para estabelecer um processo mais de relação institucional, de fortalecer as prefeituras, né? Na relação de Estado mesmo. Então ela passa a ter um olhar muito mais voltado para repassar recursos para os municípios e para os estados, e não mais repassar projetos e coisas para movimentos sociais e para entidades. Então, acho que este é um dos pontos fortes que lá talvez tenha seus motivos, mas eu diria assim: este é um motivo do conflito. Se pegar o documento que cria a Federação do Rio Grande do Sul, as críticas são essas: a falta de diálogo, de não abrir as portas. Era uma das questões que eram pontuadas como centrais. Como forma que a gente queria aprimorar o processo da democracia, mas a

Dilma fechava as portas. Então, tem muita crítica ao governo da Dilma (BAGNARA, 2023, informação verbal)

O ex-secretário da SAF/MDA reconhece que entre as figuras de Lula e Dilma haviam “estilos diferentes”, mas que outros fatores também explicam a situação vivida pela agricultura familiar sob um e outro governante, bem como entre o primeiro e o segundo mandato de Dilma

A presidente Dilma já era mais dura, já tinha suas concepções, tinha pouca paciência de ouvir, era muito inteligente, também bastante comprometida, mas o estilo bem diferente do estilo que tinha o presidente Lula. São estilos bastante diferenciados. É lógico que também os primeiros oito anos do governo Lula nós pegamos uma área boa, país em crescimento, recursos em caixa. Então, a gente pode não só propor políticas públicas, como executar um conjunto grande de políticas, os recursos para reconstruir uma política nacional até cresceram bastante, se criou o seguro da agricultura familiar, se criou o programa de compra da agricultura familiar, em 2009 se criou o PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], o programa de compra da merenda. Então, o PRONAF cresceu em taxas geométricas e ampliou muitos recursos para o PRONAF. O governo Dilma, principalmente no primeiro mandato, também acho que a gente avançou, criamos a ANATER [Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural], criamos o Programa Nacional de Água e Ecologia, ampliou muito o orçamento para a política da ATER [Assistência Técnica e Extensão Rural], chegou a ter perto de 800 milhões, acho que em 2013, 2014, para a política da ATER também foi um período... Depois, já no segundo governo Dilma, com a crise, com os desencontros políticos, e com as dificuldades dela própria também de liderar um processo, foi bastante complicado (BIANCHINI, 2023, informação verbal)

Portanto, já no final do primeiro mandato de Dilma e o terceiro liderado pelo PT, a interação entre Estado e movimentos sociais começa a se alterar, como consequência da crise política e econômica, mas também da ofensiva política da fração neoliberal das classes dominantes contra um governo de esquerda (BOITO JR, 2016), o qual a FETRAF sempre foi apoiadora ativa e manteve estreitas relações. Houve, é certo, uma decisão também política do governo de ceder ainda mais terreno na busca de atenuar tal ofensiva, em detrimento de buscar maior apoio nos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que estes também já enfrentavam dificuldades para mobilizar suas bases em defesa do governo. Ainda assim, como relatado por Bianchini, houve significativos avanços em políticas públicas para a agricultura familiar, em especial no primeiro mandato. O segundo mandato, seguindo a estratégia de conciliação de classes (KONRAD, 2020), buscando contemporizar interesses antagônicos, elevou o grau das tensões e contradições até o limite, fazendo com que a gestão da petista fosse abreviada pouco mais de um ano depois de sua reeleição.

Em meio a esse contexto de desgaste nas relações entre governo federal e movimentos sociais, avançou na FETRAF-SUL um debate que esteve presente em sua origem: a criação de Federações estaduais no Sul. O ex-dirigente rural cutista e ex-servidor da SDR/RS e SAF/MDA, participou ativamente dos debates para a fundação da FETRAF-SUL. Batista

contou que à época defendeu a posição de manter a Articulação Sindical Sul e criar FETRAFs estaduais no RS e PR, a exemplo da FETRAFESC criada anos antes em SC, “porque a gente tinha muitas das lutas nossas que tinham que ser disputadas no estado”. Derrotada sua posição e criada a FETRAF-SUL, afirmou também que foi contrário à definição da sede da Federação ser em Chapecó/SC: “eu sempre dizia assim, mas não pode ser Chapecó, a gente está longe do centro das disputas, do centro que é os estados, então tem que ser numa capital” (BATISTA, 2023, informação verbal).

Com a criação da FETRAF-BRASIL em 2005, o papel da negociação da FETRAF-SUL junto ao governo federal foi se esvaziando (CONTI, 2016), e com isso retomou-se a discussão sobre a estadualização. Em 2011, com o PT novamente à frente do governo do RS e a retomada da aproximação com os movimentos sociais, o debate ganhou força, culminando na fundação da FETRAF-RS em 2014. Segundo dirigentes da FETRAF-RS, além do esvaziamento do papel da FETRAF-SUL com criação da FETRAF-Brasil e das disputas com federações da CONTAG, como referido no capítulo anterior, um dos fatores que também influenciou na decisão de criar a FETRAF-RS foi a necessidade de pautar mais fortemente os governos estaduais, o que tornava-se difícil por a FETRAF-SUL ter sua sede em SC.

Na relação com o governo Tarso, mais do que uma questão legal/burocrática para a realização de convênios e intermediação de políticas públicas, haviam arestas políticas na relação com a FETRAF. Nos dizeres da dirigente da FETRAF-RS, “nós chegamos a ter um período que nós não era muito reconhecido pelo governo do estado, que era do PT” (BACK, 2023, informação verbal). Nesse mesmo sentido, o ex-dirigente da CUT Rural, ex-deputado estadual e então Secretário da SDR, Ivar Pavan, afirma que já havia sugerido a criação de uma Federação estadual, não apenas para facilitar a negociação da FETRAF ao governo, mas também para que a entidade desse maior suporte aos embates políticos do governo Tarso

Eu fui um dos que sugeriram que eles deviam ter estruturas estaduais na capital do estado, para poder vincular-se com o governo do estado. Se você não tem uma estrutura na capital, ao lado do governo, para entrar permanentemente, estar presente nos eventos do governo, e também chegar com as pautas depois. Porque se você não está lá no momento que o governo precisa do apoio, só chegar quando o movimento precisa do apoio, é uma dificuldade a mais, ainda que se crie para aqueles que são pequenos, aqueles que têm limites. Então, eles enfrentaram todo esse tipo de limitações, e com isso, seguramente, eram os que tinham mais dificuldade, inclusive, de acessar os próprios recursos, embora a vontade do governo, a disposição do governo fosse de privilegiar este setor também. [...] Enquanto secretário, eu percebia que o fato deles estarem em Chapecó, e Chapecó não é nem a capital de Santa Catarina, e muito menos do Rio Grande do Sul, eles estavam praticamente ausentes na relação com o governo, e só chegavam de tempos em tempos, trazendo as pautas. Mas aí tu não estabelece uma relação de caráter permanente de diálogo com os secretários, com os deputados, com o próprio governador. Os outros movimentos

faziam isso. E quando o governo precisava de presença de público para as pautas que eram de interesse do governo, a FETRAF não conseguia chegar, porque, bom, eles não tinham condições de estar. E este, para mim, foi um dos limites que a FETRAF teve, e dificultou eles um pouco por essas questões da distância de estarem em Chapecó e o fato de ter uma máquina muito pequena (PAVAN, 2023, informação verbal)

A fala de Pavan demonstra, por um lado, a visão estratégica de um ex-dirigente sindical que passou a ocupar um cargo na burocracia estatal, bem como a importância para o movimento de ter aliados nestes cargos, fornecendo informações estratégicas e a visão de quem está por dentro da estrutura do Estado, de forma a subsidiar as decisões da Federação. Evidencia, ainda, certa cobrança enquanto representante do governo frente ao que, segundo ele, era considerado pelo governador como falta de apoio da entidade às pautas de interesse do governo, depreendendo-se disto que havia - ou se buscava - uma relação de ajuda mútua entre governo e movimentos ou, aplicando a lente gramsciana, de reforço das posições ocupadas no Estado a partir de aparelhos privados de classe, e reforço destes aparelhos a partir do Estado (MENDONÇA, 2012). Tanto o PT quanto a FETRAF-RS compartilhavam de um mesmo projeto político (DAGNINO, 2004), o que levou o governo a priorizar a agricultura familiar como projeto para o desenvolvimento rural, bem como levou a FETRAF a envolver-se na campanha para eleger Tarso, e ter na Assembleia Legislativa a eleição de um deputado estadual com fortes laços, como foi o ex-coordenador da FETRAF-SUL, bem como a entidade - com mais ou menos força - buscou defender este governo.

Apesar destes ruídos na relação entre governo Tarso e FETRAF, o governador chegou a participar do Congresso de Fundação da FETRAF-RS ocorrido em Sananduva/RS em 2014. Dentro dos objetivos de maior aproximação com a base no estado e pautar mais fortemente o governo estadual, a presença do governador Tarso Genro deu à FETRAF-RS um grande respaldo e reconhecimento oficial da entidade como representante da agricultura familiar, num contexto histórico de disputa por bases com a FETAG. A importância deste fato é reafirmada pela dirigente da FETRAF-RS, primeira coordenadora-geral da FETRAF-RS

a partir do encontro que nós fizemos, encontro massivo, três mil pessoas, a presença do governador, ele mostrou pro estado que a FETAG não era a única federação da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, né? Mas tinha uma outra federação com propostas, enfim, diferentes na organização da agricultura familiar (BACK, 2023, informação verbal)

A íntima relação entre o sindicalismo da FETRAF e o PT se traduziu nos diversos compromissos assumidos pelos governos liderados por este partido nas três esferas do Estado (municipal, estadual e federal). O diálogo facilitado com o governo e a presença de aliados em cargos importantes permitiu um salto qualitativo em sua ação sindical, em especial naquilo que se tornou o repertório de interação predominante durante 2003 e 2016, a negociação de

políticas públicas com os governos. Para além disso, tal repertório, ora sozinho, ora acompanhado de ações de protesto, foi amplamente utilizado nas chamadas pautas conjunturais, relativas a demandas imprevistas e que necessitam resposta rápida, como estiagens, enchentes, alterações no preço de produtos (leite, fumo, etc)⁵³.

Nas eleições de 2014 Tarso Genro foi derrotado em segundo turno por José Ivo Sartori (PMDB), o que do ponto de vista da FETRAF-RS representou um freio na relação crescente que vinha desenvolvendo com o governo estadual. Se durante o governo do PT as lideranças da Federação eram recebidas frequentemente pelo próprio governador, no governo de direita de Sartori as negociações se deram quase que exclusivamente com a SDR. Na avaliação do coordenador-geral da FETRAF-RS, durante o governo Tarso houve um bom processo de diálogo e negociação, enquanto que com Sartori o diálogo diminuiu, as negociações aconteciam, mas houve dificuldades para as pautas avançarem (CENCI, 2023, informação verbal).

De toda forma, durante os dois primeiros anos de existência da FETRAF-RS⁵⁴, o governo federal ainda era presidido por Dilma. Apesar da deterioração nas relações e na situação do governo, este representava ainda a possibilidade de diálogo. Ainda havia recursos para as políticas públicas, e o MDA ainda cumpria o papel importante de interlocução dos movimentos para dentro do governo. Em 2014, no entanto, os atritos com o governo Dilma aumentaram em decorrência da postura mais favorável aos indígenas que estavam em confrontos por terra com agricultores familiares no RS. Segundo lideranças da FETRAF-RS, o governo não estava dialogando com os agricultores, o que levou a Federação a uma dura ação de protesto

eu era coordenadora da FETRAF Rio Grande do Sul, a Dilma veio para o Rio Grande do Sul para uma formatura do Pronatec em Novo Hamburgo, e nós fizemos uma ocupação do espaço lá de manhã, e nós dizíamos ‘nós não vamos sair daqui, nós não vamos deixar a formatura acontecer se a presidente Dilma não nos receber para nós tratar do tema dos conflitos agrários’ (BACK, 2023, informação verbal)

Nesse caso percebe-se a utilização do repertório de protesto e ação direta para forçar o diálogo com o governo, diferente do uso que se tornou comum deste repertório durante os

⁵³ Embora não seja o escopo do trabalho, cabe aqui uma rápida problematização a respeito da denominação “conjunturais” para as pautas climáticas e ambientais, uma vez que as secas, enchentes e outros problemas correlatos têm sido cada vez mais frequentes e repetitivos. Ou seja, têm tido um caráter permanente, não mais esporádico, o que demanda uma atualização no vocabulário sindical. Assim, opta-se aqui por manter tal denominação apenas ao se referir a demandas como preço dos produtos, e utilizar a denominação de *pautas ambientais* para aquelas relativas às estiagens, enchentes, etc, entendendo que pautas ambientais influenciam também nas pautas conjunturais.

⁵⁴ Ressalta-se que, na prática, não houve alterações expressivas na atuação da FETRAF por conta da estadualização, sobretudo na interação com o governo federal, pois a FETRAF-SUL já possuía dirigentes responsáveis por cada estado.

governos liderados pelo PT. A opção por este repertório, segundo Back, se deu porque em sua leitura “é até mais fácil fazer mobilização nos governos do PT, porque a gente sabe que tem diálogo, existe possibilidade de avançar”, enquanto que “nos governos Temer e Bolsonaro a gente fazia mobilização e eles nem sequer davam bola para a mobilização que estava acontecendo, então simplesmente ignoravam a mobilização” (2023, informação verbal). Fica evidente, assim, que operou-se uma readaptação do repertório de protesto frente a um governo aliado e intimamente ligado à FETRAF, de forma a servir como pressão pelo avanço das negociações, e não propriamente como confronto. Dito de outra forma, houve uma subordinação da mobilização das bases à negociação, dinâmica que foi profundamente abalada no período seguinte.

Após o Golpe que depôs Dilma e retirou o PT do executivo federal em 2016, inaugurou-se um período de enorme afastamento entre Estado e movimentos sociais. Diante dos dados apresentados neste capítulo a respeito da relação da FETRAF com o governo federal durante os governos do PT, do papel desempenhado pelo MDA e pelos aliados que ocuparam cargos na burocracia, e da centralidade que adquiriu o repertório de negociação durante este período, o capítulo seguinte irá analisar a atuação da FETRAF-RS durante o período de 2016 a 2022, que recorta importantes mudanças no Estado brasileiro e na luta de classes no país.

4 ATUAÇÃO DA FETRAF-RS DURANTE OS GOVERNOS DE DIREITA RECENTES

O Golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (PT) e instaurou como presidente provisório seu vice, Michel Temer (MDB), foi uma articulação de diversos setores do Estado e de aparelhos privados das classes dominantes. Sob a bandeira contraditória do combate à corrupção, o “campo neoliberal puro e duro”, frente de classes dirigida pela fração da burguesia brasileira integrada ao capital internacional e que contou com o apoio e participação da alta classe média, operou um golpe que teve de fundo a crise distributivo de classe (BOITO JR, 2016, n.p.). Se este bloco de forças avançava, por um lado, a resistência por parte dos golpeados enfrentou dificuldades. Adotando uma política de conciliação de classes e composição com amplas forças sociais, o segundo governo de Dilma foi marcado por atritos com a base histórica de apoio ao PT, em especial com os movimentos sociais, sobretudo a partir da nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda no intuito de implementar um ajuste fiscal de ordem neoliberal e apaziguar os ânimos dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes que se autodenominam *mercado*.

Em junho de 2013, com a série de mobilizações de rua desencadeadas pelo aumento da tarifa do transporte público em São Paulo, espalhou-se pelo Brasil o repertório Protesto e Ação Direta, com marchas, ocupações de prédios públicos e outras demonstrações. Protagonizadas pela juventude, as manifestações tornaram-se em crítica generalizada ao sistema político brasileiro e questionavam os governos de coalizão liderados pelo PT e a ausência de reformas estruturais (TATAGIBA; GALVÃO, 2018). Com o aprofundamento das manifestações e a repressão policial em alguns locais, bem como ações mais radicalizadas de alguns manifestantes, houve uma profusão de novas pautas⁵⁵. A maior parte dos partidos de esquerda, movimentos e centrais sindicais, pegos de surpresa, tardaram a compreender o caráter das chamadas Jornadas de Junho e, quando tentaram incidir nelas, foram rechaçados por parte dos manifestantes, que viam tais organizações como uma tentativa do governo de controlá-los, resultando em casos em que bandeiras de partidos e movimentos foram proibidas nas marchas e concentrações. A partir deste momento, a grande mídia que tratava dos manifestantes como vândalos, passou a apoiá-los e em pouco tempo a direita cresceu junto às manifestações reforçando o antipetismo. Desde então a direita não deixou mais as ruas e subiu

⁵⁵ As Jornadas de Junho de 2013 eclodiram às vésperas do Brasil sediar dois grandes eventos futebolísticos mundiais: a Copa das Confederações, naquele mesmo ano, e a Copa do Mundo em 2014. Para sediar tais eventos, o governo federal fez uma série de pesados investimentos na construção e reforma de estádios para adequá-los aos padrões exigidos pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), bem como na infraestrutura das cidades e estados que receberam os jogos. Algumas das manifestações de 2013 exigiam, por exemplo, “hospitais padrão FIFA” ou “educação padrão FIFA”, além do mote “Não Vai Ter Copa”.

o tom. Em 2015 novas ondas de manifestações de rua expressivas ocorreram e seguiram até o Golpe contra Dilma, sendo dirigidas por setores cada vez mais radicalizados e militantes da direita, que Boito Jr (2020, p. 115) identificou como “movimento de massa reacionário” que posteriormente, após depuração, formou um “movimento especificamente neofascista - o bolsonarismo”. Em outro texto, o autor identifica três principais acontecimentos que garantiram a efetividade da *ofensiva neoliberal restauradora*, que buscou “restaurar a hegemonia do neoliberalismo puro e duro” (BOITO JR, 2016, n.p.):

Primeiro, o ingresso da alta classe média como força social ativa e militante no processo político, por intermédio das grandes manifestações de rua. Segundo, fato que embaralhou a divisão de campos que perdurou na política brasileira até 2014, a gradativa deserção da grande burguesia interna da frente neodesenvolvimentista. Ao longo do ano de 2015, diversas associações empresariais que apoiavam os governos do PT foram, segundo levantamento que estamos realizando, passando para o campo neoliberal ortodoxo. O caso mais importante e notório é o da Fiesp, que, após apoiar os sucessivos governos do PT, tornou-se a vanguarda do golpe institucional no meio empresarial. Terceiro, o recuo passivo do governo Dilma diante da ofensiva restauradora. A frente neodesenvolvimentista entrou em crise e, com ela, o governo que a representava

Por parte dos aparelhos das classes subalternas, notadamente os movimentos, sindicatos e partidos de esquerda, as divergências de leitura estratégica, de análise dos governos liderados pelo PT e a forma de atuação durante tais governos culminaram em divergências sobre o que fazer diante do golpe. Organizações e intelectuais da chamada oposição de esquerda⁵⁶ sustentavam leituras de que os governos liderados pelo PT foram “governos ‘da burguesia’” (BOITO JR, 2016, p. 26). Entre setores do PT e da CUT, predominava uma compreensão de que haveria neutralidade das instituições ou aparelhos de Estado que tiveram participação ativa no Golpe, com os poderes Legislativo e Judiciário, em que bastaria uma atuação moderada e negociações para que os ânimos baixassem. Por conta disso, a mobilização das bases sociais para realização de marchas e protestos massivos contra o Golpe ocorreu de forma tardia e desordenada nos primeiros momentos, não sendo capaz de impedir o desenvolvimento do processo.

No próprio caso da FETRAF-RS, como identificou-se nas entrevistas e análise dos repertórios, houve uma série de atritos com o governo Dilma e, quando se posicionou frente ao processo de *impeachment*, caracterizando-o como Golpe, o fez ao mesmo tempo em que manteve um abaixo assinado contra uma proposta de reforma previdenciária tentada pelo ministro da fazenda de Dilma, Joaquim Levy. Tendo envolvido-se em algumas manifestações

⁵⁶ Referente aos partidos e organizações que reivindicavam para si um posicionamento de oposição de esquerda aos governos liderados pelo PT, buscando diferenciar-se da oposição de direita. Destacam-se na oposição de esquerda partidos como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e movimentos sindicais como a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas).

em conjunto com a CUT e outros movimentos, a FETRAF buscou mobilizar suas bases em meio a diversas contradições e dificuldades de diálogo com as mesmas, fruto do avanço do conservadorismo entre os agricultores familiares. O governo Temer, após o Golpe, extinguiu o MDA e reduziu recursos destinados às políticas públicas e sociais, aprofundando as contradições e gerando uma crise de atuação na FETRAF.

Neste capítulo, será analisada a relação entre a FETRAF e o governo federal durante o período que vai do Golpe de 2016 até o último ano de governo Bolsonaro em 2022, buscando evidenciar a situação da agricultura familiar durante estes dois governos e a atuação da FETRAF-RS no período.

4.1 “REZEM PARA SÃO PEDRO PARA ELE FAZER CHOVER”: A AGRICULTURA FAMILIAR DURANTE OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO

Se o segundo mandato de Dilma Rousseff na Presidência da República já vinha sendo marcado por atritos com os movimentos sociais e por questionamentos e divergências a respeito da efetividade, prioridade e implementação das políticas públicas para a agricultura familiar (NIEDERLE *et al.*, 2019; GRISA *et al.*, 2022), a partir do Golpe de 2016 a situação passou por rápida degradação. Com a implementação do receituário neoliberal expresso no documento *Uma ponte para o futuro*, apresentada pelo presidente interino Michel Temer, um dos principais articuladores do Golpe, operou-se uma expressiva diminuição das capacidades do Estado, sobretudo nas áreas de maior presença e/ou contato com as classes subalternas, ou seja, as políticas sociais e políticas públicas para setores como a agricultura familiar, além da redução de recursos para áreas como saúde e educação. O choque neoliberal acompanhou também uma reforma trabalhista, com a alteração de diversos pontos da legislação trabalhista vigente e a liberação da terceirização irrestrita (PICOLOTTO; LAZZARETTI; TRINDADE, 2022), uma tentativa de reforma da previdência (efetivada depois com Bolsonaro) e a Emenda Constitucional do Teto de Gastos, que congelou os investimentos públicos, subordinando-os às metas fiscais próprias do receituário econômico (e político) neoliberal (BOITO JR, 2016; NIEDERLE *et al.*, 2019; PICOLOTTO; PICCIN, 2020).

Cumprir destacar que dentre os diversos articuladores e financiadores do Golpe figuram políticos, lideranças empresariais e organizações vinculadas ao agronegócio, que já vinham subindo o tom contra o governo Dilma e contra o PT - partido que consideravam seu principal inimigo - sobretudo a partir da revisão do Código Florestal (POMPEIA, 2021), ainda que importantes lideranças deste campo fizessem parte do governo e até mesmo tenham

se posicionado contrariamente ao *impeachment*. No Congresso Nacional, este setor compõe a chamada bancada ruralista - atualmente Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) - que se configura como uma bancada suprapartidária que detém o maior número de deputados e senadores. Regina Bruno (2017, p. 156) propõe

pensar o Congresso Nacional como instância de reprodução política dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais [...] pensar a bancada ruralista como lugar por excelência da defesa da propriedade latifundista da terra – que une o conjunto das classes e grupos dominantes ligados à atividade rural, agroindustrial e ao agronegócio – ou ainda como um importante recurso de poder, de identificação coletiva e de coesão política que agrega parlamentares que não são proprietários de terra nem ligados ao agro, mas que se sentem identificados com a concepção de mundo da ideologia e do pensamento ruralista. A bancada ruralista é o aval dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais, aprofundando *habitus* e reproduzindo relações de dominação – princípio unificador das práticas

Para ela, ainda que existam diversas e distintas posições, inclusive divergentes, entre os sujeitos e grupos componentes da FPA e das organizações patronais rurais, há historicamente uma unidade em torno da defesa intransigente da propriedade e contrária à reforma agrária (BRUNO, 2017). Durante todo o processo do Golpe institucional de 2016, a bancada ruralista prestou expressivo apoio e foi fundamental tanto para a aprovação do *impeachment* quanto para dar suporte político às propostas neoliberais do governo Temer. Diante disso, este setor reforçou sua presença e influência na nova configuração do Poder Executivo Federal. Exemplo prático foi a extinção do MDA nos primeiros atos do novo governo, ministério que desde sua criação foi alvo de tensões e questionamentos por parte do patronato rural (POMPEIA, 2021).

Analisando a trajetória institucional do MDA, as autoras Jenifer Medeiros e Catia Grisa (2019) buscaram avaliar três principais aspectos do Ministério: capacidade burocrática (quadro de funcionários, estrutura administrativa e orçamento disponível); capacidade democrática (criação de mecanismos de diálogo e articulação com a sociedade); capacidade de coordenação política (articulação e interação entre estruturas e órgãos do próprio MDA e também com outros ministérios). Para o período que compreende os dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma, as autoras apontam que as capacidades burocráticas foram aumentadas, porém se mantiveram baixas frente às demandas. Já a capacidade democrática foi alta, com a criação e fortalecimento de conselhos, conferências, negociações anuais e outros espaços participativos e de diálogo com os movimentos sociais. Por fim, a capacidade de coordenação política se intensificou, com a articulação com órgãos e instâncias do governo federal, governos estaduais e municipais.

Já durante o segundo mandato de Dilma Rousseff teria se iniciado uma terceira fase da trajetória do MDA, à qual as autoras incluem a posterior extinção com Temer. Nesse momento o Ministério passou por fragilidade institucional e uma disputa velada com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), bem como os efeitos do ajuste fiscal e enxugamento da máquina pública. Neste sentido, a capacidade burocrática manteve-se baixa, mesmo com contratação de novos funcionários e aumento orçamentário. A capacidade democrática, ainda que elevada, ainda que o diálogo com os movimentos sociais tenha sido mais áspero em alguns momentos, e que conselhos como o CONDRAF tenham tido certo enfraquecimento. Já a capacidade política foi avaliada como média, passando por oscilações positivas e negativas, porém perdendo espaço e projeção dentro do governo e sua existência sendo questionada. Foram estas fragilidades, segundo as autoras, que aliadas às mudanças políticas ocorridas em 2016, levaram à extinção do MDA (MEDEIROS; GRISA, 2019). Como defendido nesta dissertação, entende-se também a extinção do Ministério também como efeito da mudança na correlação de forças na sociedade e no governo federal a partir sobretudo do Golpe, tendo sido resultado direto deste.

Como apresentado no capítulo anterior, ex-ministros e ex-servidores do MDA entendiam que por ser recente e por ser diretamente ligado às classes subalternas do campo, o Ministério precisava justificar sua existência, o que em meio aos constantes questionamentos se dava com demonstrações de que sua base social estava ativa e reivindicando. Como tais questionamentos e críticas passaram a vir não mais apenas do setor patronal rural e do bloco neoliberal, mas também de alguns movimentos sociais do campo e intelectuais, criaram-se fissuras na relação com a base. Representou, além disso, a nova (ou velha) forma de tratamento das classes subalternas do campo por parte do Estado.

Com o governo Temer, o MDA perdeu seu status de ministério, tornando-se uma secretaria integrada ao MDS, que passou a se chamar Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Como apontam Piccolotto e Piccin (2020, p. 160-161), a decisão foi tomada de “maneira coerente com a interpretação de que grande parte da agricultura familiar deveria ser foco de políticas sociais”. Tal visão é a leitura corrente entre os setores dominantes do campo e agronegócio, para os quais não deve haver distinção entre agricultura familiar e agronegócio, mas sim entre produtivos, que devem ser beneficiados por políticas públicas e investimento, e improdutivos, aos quais devem ser destinadas apenas políticas sociais assistenciais. Como parte do MDS, foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), que logo em seguida foi transferida para a Casa Civil, ficando subordinada à Presidência da República (NIEDERLE *et al.*, 2019; PICOLOTTO;

PICCIN, 2020). Se analisado sob a ótica de Medeiros e Grisa (2019), tais mudanças representaram uma redução da capacidade burocrática, com a redução de orçamento e estrutura, redução da capacidade democrática, uma vez que servidores foram exonerados (GRISA *et al.*, 2022) e o diálogo com os movimentos sociais - muito balizado pelas políticas e recursos, é verdade - diminuiu, e também a redução de sua capacidade de articulação política, já que há uma diferença considerável entre o *status* de ministério e o de secretaria. Posteriormente, com o governo Bolsonaro, a SEAD foi extinta, e suas atribuições foram absorvidas pelo MAPA, ou seja, a agricultura familiar passou a ser pensada a partir de um aparelho do Estado controlado pelo setor patronal do campo, e as já reduzidas capacidades da SEAD deterioraram-se. Como analisaram Nachiluk e Silva (2019, p. 3),

a transferência da Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para o MAPA é indício de que o novo governo tirou o setor das prioridades. Isso poderá trazer consequências negativas para as políticas públicas aos produtores familiares, como diminuir os recursos do PRONAF; abalar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem os objetivos básicos de promoção do acesso à alimentação e incentivo à agricultura familiar e alterar as propostas do Plano de Safra da Agricultura Familiar.

Na mesma medida provisória que extinguiu a SEAD⁵⁷, Bolsonaro extinguiu o CONSEA, mesmo destino tiveram o CONDRAF e os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER)⁵⁸, enfraquecendo os espaços participativos e de interlocução com os movimentos sociais do campo para a definição de políticas públicas (GRISA *et al.*, 2022). Ainda em 2016, sob a gestão de Temer, outras mudanças na perspectiva do desmonte⁵⁹ de políticas públicas impactaram a agricultura familiar, como por exemplo

o cancelamento das transferências de recursos para determinados programas como, por exemplo, o PAA; a revogação de chamadas públicas para contratação de serviços relacionados à implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a partir daquele ano; o cancelamento da aquisição de equipamentos e infraestruturas via Programa Territórios da Cidadania (PTC); a redução drástica do orçamento destinado à regularização de terras quilombolas; a emissão da portaria de cancelamento de contratos do MCMV [Minha Casa, Minha Vida] rural (GRISA *et al.*, 2022, p. 23-24)

Ao analisar tais transformações, fica perceptível a alteração na compreensão e, devido a isso, a interação e forma de tratamento dispensado por estes governos de direita à agricultura familiar, a partir da opção pelo agronegócio e sua concepção de mundo (BRUNO, 2017), que, diferente da tendência que se abateu sobre as instituições participativas da agricultura familiar, se expressou na “legitimação e o reconhecimento das instituições

⁵⁷ Trata-se da MP 870/2019, aprovada e convertida na Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019.

⁵⁸ Diversos conselhos e órgãos colegiados foram extintos a partir do Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019.

⁵⁹ “O desmonte nem sempre leva ao fim de uma política pública, mas, como vimos anteriormente, ele implica em corte, redução e/ou extinção dos programas governamentais existentes” (GRISA *et al.*, 2022, p. 27).

participativas ligadas ao agronegócio” (GRISA *et al.*, 2022, p. 27). O executivo federal, antes o foco da atuação e demandas dos movimentos sociais do campo e principal garantidor das políticas públicas para o setor, a partir do Golpe afastou-se progressivamente destes sujeitos, especialmente quando algum deles, como a FETRAF e os movimentos da Via Campesina, colocaram-se contrários à destituição de Dilma Rousseff e aos novos governos, bem como possuindo estreitos vínculos com o PT.

A degradação nas relações da agricultura familiar e suas organizações com o executivo federal pode ser percebida também pelos relatos das lideranças sindicais entrevistadas nesta pesquisa. Elas apontam que o diálogo com o governo federal passou a ser extremamente dificultoso a partir de 2016. Se antes a FETRAF – assim como a maioria dos movimentos sociais do campo – mantinha frequentes agendas de negociações com ministros, secretários e por vezes até mesmo com o Presidente da República, a partir deste período o diálogo – quando ocorria – dava-se com escalões mais baixos do governo.

Quando Temer assumiu, acabou o diálogo. Nós podemos dizer que nós não fomos nem recebidos por ministros [...] quando Temer assumiu, depois Bolsonaro, nós não tivemos mais nem audiências com os ministros. Nós não éramos mais recebidos. Às vezes éramos recebidos lá por um secretário dentro do ministério (BACK, 2023, informação verbal)

Nós continuamos a elaborar as pautas, [mas] o diálogo com o governo praticamente não existia ou era muito pouco. Várias vezes a gente apresentou essas pautas lá para a secretaria, que o Ministério [do Desenvolvimento Agrário] se transformou numa secretaria dentro do Ministério da Agricultura. Então você tratava diretamente com o Ministério da Agricultura através dessas secretarias e de algumas pessoas que tu tinha de relação, mas essas pautas tinha muita dificuldade de chegar no centro de governo, porque não interessava pro ministro (BAGNARA, 2023, informação verbal)

Disso depreende-se que, para o governo federal sob Temer e Bolsonaro, o diálogo com os movimentos sociais do campo não era prioridade⁶⁰ e, assim, tampouco havia preocupação em atender suas reivindicações. Da mesma forma, fica explícito que com a mudança de governo, a exoneração de servidores e, assim, a perda de aliados que ocupavam cargos na burocracia estatal, a FETRAF enfrentou dificuldades para manter aquele que vinha sendo seu principal repertório de ação, a negociação. Cabe destacar, como o fizeram alguns dos entrevistados, que houve diferenças nesse sentido entre o governo Temer e o governo Bolsonaro, porém todos destacam que em termos do tratamento dispensado à agricultura familiar, foram muito semelhantes. Nas palavras de Bagnara,

Eu acho que o que diferencia principalmente um governo do outro [Temer e Bolsonaro] era um pouco mais a diplomacia. Digamos, [com Temer] ‘eu posso

⁶⁰ Bolsonaro, especialmente, se foi mais hostil com os movimentos identificados com a esquerda, em relação à Temer, por outro lado manteve frequentes diálogos oficiais e extra-oficiais com movimentos sociais de direita e extrema-direita, sendo muitas vezes incentivador de suas ações.

receber, mas não vou atender a pauta de vocês’. E aí com o Bolsonaro é uma radicalização, o pessoal já te diz que ‘não’ na frente, não quer nem saber. Eu acho que criou-se um estigma e uma reação um pouquinho mais forte, mas em termos de negociação e de avanço eles se equiparam (2023, informação verbal)

Para além do impacto no âmbito das relações com o Estado, tal diferença de postura destacada acima merece atenção também em outro aspecto. Sob a gestão de Bolsonaro fortaleceu-se um discurso ideológico radicalmente contrário às organizações, movimentos e posições políticas alinhadas à esquerda, e que era endossada – quando não produzida diretamente – pelo Presidente. A face anti-sindical deste discurso começou a ser mais fortemente difundida durante os debates da Reforma Trabalhista de 2017, porém com argumentos de ordem mais pragmática (eficiência, necessidade, empecilho à negociação individual). Assim, quando radicalizou-se, serviu também como respaldo ideológico e retórico para a opção do governo Bolsonaro de não dialogar e atacar as instituições participativas (GRISA *et al.*, 2022). Retomando os apontamentos de Armando Boito Jr (2020), deve-se considerar também que o fenômeno bolsonarista impôs outra dificuldade expressiva para os movimentos sociais: criou consigo uma direita militante e com posições extremistas, com mobilização de bases em defesa da figura do Presidente e de suas pautas estratégicas, ao que os movimentos de esquerda num geral tiveram pouca capacidade de reação e/ou enfrentamento, colocando-se na defensiva. Este elemento parece ser um dos que explicam a atuação da FETRAF e outros movimentos durante este período, como se discutirá mais adiante.

Se, como já discutido anteriormente, durante os governos liderados pelo PT, buscou-se construir uma coexistência entre agronegócio e agricultura familiar, expressa na existência de dois ministérios relativos à agricultura (MAPA e MDA), ainda que num equilíbrio frágil, após o Golpe a opção do governo federal foi incisivamente pelo agronegócio, buscando reforçar seu poder, consolidar sua concepção sobre o rural, valendo-se também do suporte político da bancada ruralista para suas demais políticas. As lideranças entrevistadas apresentaram avaliações neste sentido:

a primeira coisa que fizeram, acabaram com o MDA, então, isso foi, eu acho, um grande retrocesso que nós já tivemos, de início, então, nós não tínhamos mais um ministério específico da agricultura familiar. A outra questão, eu acho que o Plano Safra da Agricultura Familiar, e o discurso do governo era agricultura não tem tamanho, mas a gente sabia, a gente sabia da dificuldade que se tinha. E inclusive, por exemplo, um programa que nós estávamos executando muito forte na agricultura familiar era a questão da habitação rural, e eles acabaram com isso, acabaram com habitação rural, acabaram com crédito fundiário, PRONAF manteve, mas com aumento das taxas de juros, sabe, então, tudo isso foi, assim, muito difícil. Com esse discurso de que agricultura não tem tamanho, nós, agricultura familiar, fomos esquecidos. *Quem foi atendido, em parte, foi o agronegócio. A agricultura familiar, por eles, eles iam varrer nós do mapa* (BACK, 2023, informação verbal, grifo)

nosso)

O governo obviamente, neste período, fez uma aliança com a grande agricultura, agricultura de alta escala em grandes propriedades, digamos assim, com o agro, e meio que tudo passava por aí, e o que sobrava para a agricultura, digamos assim, é você a agarrar essas pequenas oportunidades que tinha aí, e se comportar como tal, e as pautas mais sociais elas basicamente deixaram de existir. Tanto é que o PAA eu não diria que foi extinto, porque teria que ter um decreto, uma lei dizendo que tinha terminado [...] só botava um recurso ali que não dava para operar nada, para deixar engessado, então assim foram basicamente todos os programas, Habitação deixou de existir... Então não tinha ressonância. A gente construiu esse processo de pauta, mas já sabia que ao chegar lá, muitas vezes, ia dar na trave e voltar (BAGNARA, 2023, informação verbal, grifos nossos)

Evidencia-se, assim, que os movimentos sociais perceberam a opção feita pelo governo e o fortalecimento do agronegócio e do setor patronal, colocando em tela o caráter classista do Golpe de 2016. Na nova concepção governamental – a mesma do setor patronal – “agricultura não tem tamanho”, ou seja, o balizador das políticas passa a ser o produtivismo (PICCOLOTTO; PICCIN, 2020), e não mais o debate construído a respeito da agricultura familiar nas décadas anteriores. Ilustra isso o já discutido desmonte e fragilização de políticas públicas e programas voltadas para este setor, questão ressaltada também pelos entrevistados.

Cabe destacar também que as falas acima dão indicativos da crise que este novo período gerou no sindicalismo da agricultura familiar. Em primeiro lugar, a dinâmica negocial que predominava nas interações entre os movimentos sociais e o Executivo Federal é estancada. Como informou uma das lideranças, a FETRAF seguiu elaborando suas pautas e buscando apresentá-las ao governo, porém o que mudou foi a relação do próprio governo com a FETRAF, já que, ao chegar o momento de negociar “ia dar na trave e voltar”, ou seja, a negociação não seria efetiva. Ao mesmo tempo em que, para a base, a Federação não pode deixar de exercer seu papel de organizar as reivindicações através da pauta e apresentá-la, o processo acabou por tornar-se protocolar, já que a expectativa de não ser atendido, isto é, não obter conquistas e avanços, confirmava-se com frequência, levando ao risco de confirmar, para a base, o discurso anti-sindical de que o sindicato é uma ferramenta obsoleta e sem razão de existir. Na mesma direção, em segundo lugar, tem-se a afirmação de que as políticas habitacionais, um programa que a FETRAF estava “executando muito forte”, ou seja, uma política governamental executada pelo sindicalismo, como forma privilegiada de relação com a base, foi paralisada. Se um sindicalismo que vinha consolidando-se fortemente a partir da negociação e apresentação de resultados deixa de conseguir negociar e poucas conquistas tem a apresentar, como fica sua relação com a base?

A deterioração do repertório de negociação foi tamanha que, além do diálogo ocorrer apenas com funcionários de terceiro escalão, um dos dirigentes da FETRAF-RS informou que

por vezes nem sequer conseguiam fazer a entrega da pauta, e que ela precisava ser enviada por *e-mail*⁶¹, prejudicando ainda mais – ou mesmo impossibilitando – a negociação.

na sequência com o Temer e Bolsonaro, os dois praticamente diálogo zero, sem relação nenhuma, não recebia, simplesmente ignorava a agricultura familiar [...] Em relação aos governos de Temer e Bolsonaro, a gente continuou elaborando pautas, com menos frequência, com menos qualidade e muitas vezes tinha que mandar pauta por *e-mail* para fazer chegar. Mas o governo nunca recebeu pauta, exceto talvez para o terceiro escalão que a gente tinha oportunidade de entregar. Aliás, entregamos ali em 2021 proposta de pauta do Plano Safra e tal, mas para os diretores lá do ministério, foi uma entrega, o governo ouviu, mas não chegou a ter um processo de negociação, porque quando o governo não responde, teoricamente não negocia, só fala, e nós somos ouvidos, mas não somos atendidos (CENCI, 2023, informação verbal)

Indo além, três das lideranças entrevistadas mencionaram um mesmo caso envolvendo a ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, e que ilustra a forma do governo de se relacionar com o setor da agricultura familiar:

[...] Então essa mudança que nós tivemos foi muito, muito grande mesmo, da forma de negociar, a forma de ser tratado. Quando a ministra da agricultura na época do Bolsonaro veio, por exemplo, para o Rio Grande do Sul, para Santa Catarina, para a região Sul, para ver o tema da estiagem, nós meio que correndo atrás da ministra para entregar a pauta e ela nos responde que nós deveríamos, *rezar para o São Pedro para mandar chuva para nós*. Então assim *esse era o patamar de diálogo que tivemos nesse governo* (BACK, 2023, informação verbal, grifo nosso)

[...] tivemos aquela seca em 2022, que foi o último ano do governo, veio a ministra Tereza Cristina aqui para Chapecó e fala que *os agricultores têm que puxar as orelhas de São Pedro, tem que rezar mais para chover* [...] a gente não conseguiu entregar a pauta para a ministra, enviamos pro secretário, e o secretário vai por terceiro, quarto, escalão, não sei se alguém viu, se alguém olhou, mas nunca tivemos uma resposta também, não dá para dizer que não existiu relação (VALENÇA, 2023, informação verbal)

Um dos casos que dá para citar é o caso da estiagem que deu aqui no Rio Grande do Sul, que a FETRAF apresentou, foi cobrado uma ministra que estava vindo, a ministra da Agricultura que estava pra Chapecó, e ela respondeu para o pessoal que estava lá que *tinha que rezar para que chovesse*. Então é, digamos, *a prova do descaso que o governo tinha* (BAGNARA, 2023, informação verbal)

A ex-ministra Tereza Cristina (à época filiada ao Democratas)⁶² era integrante, quando deputada, da bancada ruralista, e sob o governo Bolsonaro foi convidada a assumir a chefia do MAPA, coroando seu respaldo junto àquela bancada e ao setor patronal e do agronegócio. Ao dizer que, frente aos estragos e dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares decorrente de uma longa estiagem, eles deveriam “rezar para chover”, a mensagem que o governo transmitia era: não haverá recursos para a agricultura familiar. Como se as intempéries da natureza fossem uma espécie de *seleção natural* daqueles aptos (ou

⁶¹ Destaca-se que tal prática teria começado devido às condições de isolamento e medidas sanitárias de prevenção ao Covid-19. O dirigente afirma, porém, que há um caráter político que também justifica este esfriamento na forma de apresentar as reivindicações.

⁶² Atualmente Tereza Cristina é senadora pelo Progressistas (antigo PP) e integra a FPA.

produtivos), frente aos não-aptos (ou não-produtivos), na qual o governo não iria interferir, pouco importando se fosse o setor responsável pela produção de grande parte dos alimentos consumidos pela população e que mais gera empregos no meio rural (IBGE, 2019). É perceptível na fala das lideranças a sensação de serem desprezados pelo governo, cuja maior ilustração teria sido a fala da ex-ministra, contrastando com o período de valorização que experimentaram a partir dos governos liderados pelo PT.

A partir do que foi exposto neste sub-capítulo, foi possível traçar os contornos da crise vivenciada pelo sindicalismo da agricultura familiar - em particular pela FETRAF-RS - no período dos governos de direita recentes. A começar pela extinção do MDA, defende-se que este fato deve ser analisado não apenas sob a ótica do acesso às políticas públicas e dotações orçamentárias para a pauta, mas (ligado a isso) também sob a ótica política. No capítulo anterior, evidenciou-se o MDA enquanto estrutura aberta no Estado como resposta à luta das classes subalternas, tendo desempenhado o papel fundamental – em que pese toda a dificuldade e fragilidade – de ser o canal de acesso dos movimentos sociais ao Estado, de atender suas demandas e também articulá-las para dentro do governo, sendo muitas vezes um interlocutor dos subalternos do campo frente a um Estado historicamente marcado pelo domínio do latifúndio, que não deixou de exercer sua influência e poder mesmo durante os governos liderados pelo PT. Somado a isso, o desmonte de políticas públicas e programas fragilizaram economicamente a agricultura familiar, ainda bastante dependente dos investimentos estatais. Articulado a isso, fragilizou o sindicalismo, pois como visto, até 2016 predominou um repertório de negociações, a partir das quais a FETRAF interagiu com sua base e apresentava resultados buscando consolidar sua liderança frente a ela. Com a interrupção unilateral deste repertório, o sindicalismo da FETRAF-RS adentrou um período de crise de atuação e relação com a base. O próximo sub-capítulo busca analisar a atuação da entidade neste período, dado o cenário apresentado até aqui.

4.2 DEPENDÊNCIA E CRISE: BALANÇO DOS DILEMAS ENFRENTADOS PELA FETRAF-RS ENTRE 2016 E 2022

Se no período dos governos liderados pelo PT foi possível identificar a presença das quatro principais rotinas de interação propostas por Abers, Serafim e Tatagiba (2014) entre a FETRAF-RS e o Estado, em especial com o Executivo Federal, após o Golpe de 2016 o afastamento deste em relação aos movimentos desordenou tais rotinas. A participação institucionalizada, como já referido, sofreu grandes restrições, sobretudo a partir do governo

de Jair Bolsonaro quando foram extintos os principais conselhos e órgãos colegiados referentes à agricultura familiar. Diversos aliados que ocupavam cargos na burocracia foram exonerados e/ou realocados para outros setores, sendo nomeados para as áreas de maior contato com os movimentos sociais rurais pessoas que não possuíam familiaridade com suas pautas. Dessa forma, a política de proximidade tornou-se rarefeita e a relação voltou a ter contornos estritamente formais. O ex-coordenador geral da FETRAF-RS e membro da diretoria executiva da CONTRAF descreve tal relação durante o governo Temer:

[No] governo Michel Temer, tinha pessoas que a gente nem sabia quem era, e muito menos no sentido de que não é o problema de você ter uma relação, mas hoje, modéstia à parte, a FETRAF conhece os políticos, os intelectuais que trabalham com a agricultura, que trabalham com o desenvolvimento rural do país, com o desenvolvimento agrário. Aí vinham os 'jabutis' ali que não tinham história nenhuma, que não conheciam, que é algo que não era do meio, e isso é muito prejudicial não só para a FETRAF, mas para toda a categoria da agricultura familiar (VALENÇA, 2023, informação verbal)

A substituição dos quadros com os quais a FETRAF tinha proximidade e se relacionava, portanto, afetou negativamente a atuação da Federação. Recordando o que já foi exposto, os aliados no governo subsidiavam as lideranças com informações estratégicas, ideais surgiam de conversas informais, os movimentos eram informados sobre em quais órgãos suas demandas estavam travadas e assim direcionavam as mobilizações, dentre outras possibilidades. Da mesma forma, os entrevistados que compuseram o MDA nos governos liderados pelo PT reconheceram a capacidade de negociação da FETRAF e seu protagonismo em pautas como a da Habitação Rural, bem como consideraram que tanto a FETRAF quanto os demais movimentos foram parceiros estratégicos do Ministério na discussão, implementação e avaliação de políticas públicas. Com a substituição destes interlocutores, tanto os movimentos se viram sem uma parte valiosa com a qual contavam para suas ações e resultados, bem como o governo afastou-se de intermediadores diretos com a base social da agricultura familiar, afetando o acesso às políticas por aqueles setores mais empobrecidos.

Já a rotina de protesto e ação direta, a qual pode-se pensar que voltaria a ser utilizada com mais força, haja vista a hostilidade do governo em relação aos movimentos, não ocorreu desta forma, ou, ao menos, não na frequência que se poderia supor. Se, como identificado pelas autoras citadas e exposto no capítulo anterior, tal rotina no último período havia sido adaptada como parte do processo de negociação, buscando garantir o avanço do diálogo regular já iniciado, com os governos de direita recentes ela voltou a ser utilizada nos moldes das décadas de 1980 e 1990, para chamar atenção para as pautas e forçar a abertura de negociações com o governo. Há, porém, mudanças expressivas em relação àquele período, tanto nas forças políticas que compõem o governo quanto na relação e capacidade de

mobilização das bases para ações de confrontação. Neste sentido, se não há força suficiente a ser demonstrada para que o governo ceda à pressão, coloca-se em xeque a atuação da entidade.

acho que é até mais fácil fazer mobilização nos governos do PT, porque a gente sabe que tem diálogo, existe possibilidade de avançar, do que nos governos Temer e Bolsonaro, né, que a gente fazia mobilização e eles nem sequer davam bola para a mobilização que estava acontecendo, né, então simplesmente ignoravam a mobilização (BACK, 2023, informação verbal)

eu diria que nos dois governos, Bolsonaro e Temer, a gente nem chegou a fazer mobilização para avançar na pauta porque não tinha condição nenhuma de avançar, não tinha processo de negociação estabelecido eram muito mais mobilizações para não retroceder e evitar retrocessos, e mobilizações para cobrar a postura do governo e tudo mais (CENCI, 2023, informação verbal)

Durante os governos liderados pelo PT, portanto, as mobilizações (ou protesto e ação direta) eram realizadas para avançar no processo de negociação previamente iniciado, sabendo-se que tratava-se de um governo em disputa e que, como já dito, o próprio presidente (no caso de Lula) orientava aos movimentos à pressionarem o governo para que este tivesse respaldo para atendê-los. Durante os governos de Temer e Bolsonaro os movimentos já sabiam previamente que não teriam suas demandas atendidas, pois a negociação diminuiu e os protestos se mostravam pouco efetivos, já que não sensibilizavam o governo. Portanto, as ações de protesto neste período voltaram a adquirir um caráter de conflito. Porém, como aponta outra liderança entrevistada, o conflito ocorreu “numa questão mais discursiva do que propriamente de ação de massa” com o enfrentamento ocorrendo mais “nos meios de comunicação, nas redes sociais” (BAGNARA, 2023, informação verbal).

Ou seja, a entidade, passando por dificuldades de mobilização das bases para enfrentamento ao governo, passa a realizar o enfrentamento ao governo a partir da emissão de posicionamentos públicos, de campanhas virtuais nas redes sociais e programas de rádio, por exemplo. Note-se que, para realizar um protesto ou “ação de massa”, é necessário o convencimento da base para assumir a ação juntamente com a entidade, enquanto que para fazer o enfrentamento nas redes sociais ou por posicionamento público, basta que haja consenso nas instâncias deliberativas da entidade, ainda que esteja implícito aí a participação das bases na eleição das direções e dos ocupantes de tais instâncias de deliberação.

Alguns dos elementos já citados e que afetaram a atuação da FETRAF-RS durante o período dos governos de direita recentes, influenciaram também o conjunto dos movimentos, como: a hostilidade dos governos e a interrupção da relação rotineira de negociação; a existência de uma base social de direita militante apoiando o governo e combatendo os movimentos; o desmonte das políticas públicas e, por tabela, da capacidade de atender às

demandas de suas bases sociais; a pandemia do novo coronavírus, que impôs medidas sanitárias de isolamento e confinamento, impedindo aglomerações, etc. Porém, no caso particular da FETRAF-RS, um outro elemento revelou-se nas entrevistas, sendo bastante elucidativo: desde o Golpe, a entidade passou por divergências internas entre suas regiões de atuação e as lideranças que faziam tal representação nas direções, o que imobilizou a Federação em alguns momentos. O coordenador geral Douglas Cenci explica que

[...] depois do Golpe até 2021 havia uma diferença de compreensão em relação ao papel da FETRAF, da relação da FETRAF com a política. Um grupo entendia que havia uma necessidade de distanciamento da relação política não só partidária, mas parlamentares e tudo mais por conta da perseguição que foi imposta naquele período, e um grupo entendia que isso era um equívoco. Então a FETRAF não teve acordo nesse processo durante 4 anos e também não fez nada, ficou no limbo. E outra grande questão foi em relação às lutas. Também não houve acordo sobre como nós iríamos resistir a esse processo de ausência de diálogo com o governo, porque se você não conseguia responder... Tinha um grupo que entendia que não tinha o que fazer e que a gente tinha que botar a cabeça em um buraco, esperar a tormenta passar e depois ver o que fazia, e havia um grupo que entendia que a gente só iria resistir enquanto o movimento fizesse a luta, e fosse para a rua. Então a FETRAF viveu momentos turbulentos nesse sentido, onde em alguns momentos conseguia ir para a rua e outros que não tinha acordo. Então as regiões que tinham essa opinião em relação à resistência a partir das lutas acabaram tocando o processo de luta mais intenso do que a própria FETRAF em si. A gente teve alguns momentos como por exemplo na reforma da previdência a gente teve um processo mais unificado, mas a própria luta contra o *impeachment* ainda foi um processo mais regionalizado do que estadualizado e em outros temas também havia divergência sobre o fato de ir para a rua, então a gente ia enquanto região. Teve um período que a FETRAF demorou para cair a ficha, na minha avaliação, sobre o seu papel diante daquele contexto. Então como não tinha acordo, não fazia ou, às vezes, fazia só o que efetivamente tinha acordo e esse que tinha acordo era pouca coisa (2023, informação verbal)

Tal relato explicita a crise que se abateu no sindicalismo da FETRAF-RS com o fim dos governos liderados pelo PT, pois um dos pontos de maior divergência interna foi em relação a como “resistir a esse processo de ausência de diálogo com o governo”, a qual resultava em não conseguir atender as demandas da base, nem apresentar resultados e conquistas. Revela também que não havia, ao menos naquele momento, coesão política entre lideranças das diferentes regiões de atuação da FETRAF, sendo que mesmo a luta contra o Golpe, que a entidade identificava como hostil aos interesses da agricultura familiar, acabou ocorrendo de forma mais regionalizada. Segundo o mesmo dirigente, porém, tal situação de embargo interno teria sido superada a partir de 2021, quando da realização do III Congresso da FETRAF-RS, em que a regional da entidade que defendia o afastamento em relação à política acabou por se enfraquecer e, internamente, os sindicatos desta região que se mantiveram na posição acabaram por ser isolados dentro da própria regional, com a direção da FETRAF-RS passando a ser hegemônica pela posição favorável à articulação política.

Diante disso, conforme o dirigente, a entidade passou a se aproximar “muito de um

conjunto de deputados, que têm sido parceiros da agricultura familiar, que têm ajudado a realizar nossa luta” (CENCI, 2023, informação verbal). Essa aproximação com deputados coincide com o que apontaram Carvalho *et al* (2022, p. 11), que ao analisarem a atuação dos movimentos sociais rurais durante a pandemia (entre eles a CONTRAF), identificaram que “Com o fechamento dos canais de negociação com o Executivo nacional, os movimentos rapidamente direcionaram esforços para os estados e para outros poderes”, envolvendo “principalmente a escala nacional, tendo sido realizada pelas lideranças dos movimentos sediadas em Brasília e por lideranças estaduais e locais no *lobby* sobre deputados federais e senadores”.

A falta de coesão em torno da luta contra o Golpe e a compreensão de um dos grupos de que a entidade deveria afastar-se da política traz de forma oculta um dilema enfrentado pelo sindicalismo da agricultura familiar como um todo, que é o fato de que parcela expressiva de suas bases é ou tornou-se conservadora, sobretudo a partir da ascensão do bolsonarismo. Este fenômeno ainda carece ser melhor estudado, porém alguns indícios apontam que possíveis causas seriam a de que a ascensão de muitos destes sujeitos a uma suposta *classe média rural* graças às políticas públicas, teria produzido consigo uma percepção de não mais dependência destas e dos sindicatos. Outro ponto seria a postura dos governos liderados pelo PT frente às demandas dos povos indígenas, as quais no Rio Grande do Sul geraram atritos com agricultores familiares, sobretudo em áreas de colonização italiana e alemã, onde indígenas reivindicavam a retomada de seus territórios. Enquanto o governo, ainda que com diversas contradições, sinalizou apoio às pautas indígenas, políticos conservadores locais atacaram tais demandas e defenderam de forma irrestrita a propriedade privada⁶³ (PICOLOTTO; LAZZARETTI, 2023).

Wilson Alba, com atuação de longo tempo na FETRAF-RS e atualmente membro da diretoria executiva, fez apontamentos que endossam esta avaliação. Segundo ele

[...] nós demoramos uns três a quatro anos para entender o governo, o que que vinha pela frente. Acho que 2015 até 2018, 2019, nós estávamos meio perdidos, né? Sem, digamos assim, um rumo para onde ir, a lógica era ‘vamos sobreviver’. Depois veio o tema da pandemia, né? E, digamos, enquanto FETRAF aqui, em 2021, é que nós começamos a fazer um debate de retomada, de tentar pensar novas estratégias. Porque todo aquele debate sobre projeto de desenvolvimento, aquilo foi, aquilo não está mais. A agricultura familiar passa a ter uma identidade maior com o agronegócio, e é captada pelo agronegócio. Então, tu vai ver o agricultor familiar, hoje que tem 20, 25 hectares, ele se identifica mais com o agronegócio do que com o

⁶³ Ver declaração do então deputado Luiz Carlos Heinze, que depois foi eleito Senador pelo Partido Progressista. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios-gays-e-quilombos-nao-pr-estam.html>. Acesso em 31 out. 2022.

sindicato. Então, tu perde, nesse sentido. E ali, basta olhar o que foi eleição, tu vê os dados eleitorais de quando o Bolsonaro se elegeu, 2018 e 2022, né? Então, a nossa base, digamos, ela se tornou uma base conservadora, e aí tu imagina, né? Italiano, raiva de negro, raiva de índio, raiva de pobre... Então, aquelas questões históricas, elas fluem, elas vêm para fora, né? E os caras se identificam com um cara [Bolsonaro] que faz toda essa contextualização. Então, isso vem à tona. E não tá fácil, viu? Tu vai conversar com nossos agricultores, que historicamente... Os caras te cobram... (ALBA, 2023, informação verbal)

Para ele há, portanto, uma relação entre esse conservadorismo e a atuação de políticos de direita, cujo principal expoente foi Bolsonaro, e também com o avanço da ideologia do agronegócio sobre a base da agricultura familiar, em especial entre aqueles setores enquadrados como produtivos ou mais consolidados, atraídos pela alta do preço das *commodities* e pelos discursos de defesa da propriedade. Entende-se que em algumas regiões de atuação da FETRAF-RS, portanto, haveria pressão desta base conservadora sobre as lideranças sindicais, e de forma geral, no RS, de mobilização das bases em torno de alguns temas, por serem associados à esquerda. Este dilema evoca questões históricas sobre a formação da categoria de agricultores familiares no estado, que foi centro de disputa entre distintas vertentes do sindicalismo de trabalhadores e também pelo setor patronal, em especial nas regiões de colonização italiana e alemã, onde predominaram os *colonos* mais consolidados (PICOLOTTO, 2022).

Destaca-se ainda a fala de que “todo aquele debate sobre projeto de desenvolvimento, aquilo foi”. Este é mais um indicativo do momento de crise experimentado por este sindicalismo, pois como já explorado na literatura (PICOLOTTO, 2022), o debate sobre o Projeto Alternativo de Desenvolvimento foi um dos principais balizadores da atuação da FETRAF-SUL desde sua fundação. No próprio estatuto da FETRAF-RS, após a estadualização, consta como um dos princípios da Federação a “Valorização e fortalecimento da agricultura familiar, como segmento social fundamental na construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento e de Sociedade”, e depois como uma das finalidades da entidade “Contribuir, de forma efetiva e permanente, no processo de elaboração e implementação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário” (FETRAF-RS, 2023, p. 3). Elaborado num momento de ascensão da agricultura familiar, de avanços institucionais e crescente sindicalização, o Projeto Alternativo foi um esforço de elaboração e sistematização das proposições que este sindicalismo vinha produzindo, convertendo-se também em bandeira política. Atualmente, porém, como avaliou a liderança citada, tal Projeto teria se esgotado em termos de viabilidade e de aglutinação da base. Entende-se, aqui, que esta era a principal elaboração estratégica da FETRAF-RS, a partir da qual a entidade estruturava suas ações. Portanto, se esta discussão “já foi”, o que há em seu lugar, em termos

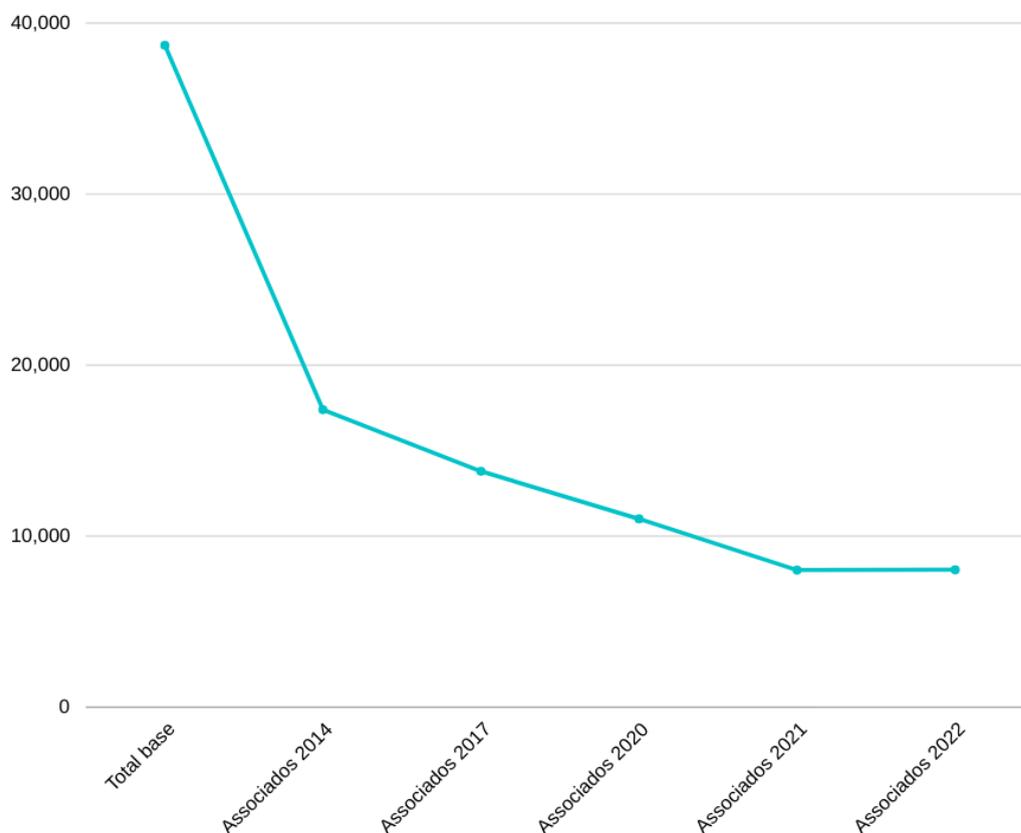
estratégicos? Sem outra elaboração de tal monta, o que guia a atuação da entidade? Tais questionamentos ajudam a pensar melhor a crise pela qual passou (ou passa) o sindicalismo da FETRAF.

Outra dificuldade enfrentada pela FETRAF-RS desde sua fundação, mas que se intensificou após o Golpe, articulado ao conservadorismo e cooptação de sua base, é em relação ao número de associados. Antes cabe destacar que, estatutariamente, a base da FETRAF são os sindicatos, ou seja, os agricultores familiares não se filiam diretamente à Federação, mas aos seus sindicatos. Desta forma, Rui Valença explica que

Com relação ao número de sindicatos, ele se manteve desde a fundação, em 2014, ou antes disso, quando a FETRAF surgiu, ele se manteve. Mas com relação ao número de associados, de agricultores associados, de famílias associadas, isso diminuiu bastante. Lá em 2008, 2010, nós tínhamos quase 20 mil agricultores associados atuantes na FETRAF. Agora, este ano, aqui eu não tenho o dado preciso, mas ele está em torno de 10 mil, menos que isso, em torno de 50% a menos do que a gente tinha, um pouco mais de 10 anos, diminuiu 50% (2023, informação verbal)

Com uma área de atuação dividida em 8 regionais, a FETRAF-RS possui sindicatos locais e regionais e associações que abrangem 58 municípios gaúchos e uma base de 38.703 agricultores familiares. Em 2014, ano da fundação da Federação estadual, seu número de associados era de 17.398. Como pode ser observado na Figura 4 abaixo, entre 2014 e 2017, primeiro dado obtido após o Golpe, a FETRAF-RS perdeu quase 4 mil associados. Entre 2014 e 2022, período que perpassa os governos de direita recentes, foram mais de 9 mil agricultores familiares que deixaram de ser associados aos sindicatos da FETRAF, uma redução de mais de 50%.

Figura 4 - Total de agricultores familiares na base e total de associados por ano



Fonte: Elaboração própria com base em dados fornecidos pela FETRAF-RS.

Na avaliação dos dirigentes, os fatores que explicam a diminuição são: 1) envelhecimento da população rural e êxodo rural; 2) campanha anti-sindical por parte dos governos Temer e Bolsonaro e de organizações empresariais e de direita, a partir da implementação da agenda neoliberal; 3) os sindicatos deixando de implementar políticas públicas e apresentar resultados aos agricultores. Pode-se ainda acrescentar como quarto elemento o surgimento de novas organizações e lideranças que passaram a competir com os sindicatos, como os movimentos de direita e sua atuação nas ruas e, sobretudo, nas redes sociais, com uma profusão de lideranças e influenciadores, bem como a disseminação de igrejas neopentecostais nos pequenos municípios e nas comunidades rurais.

O terceiro aspecto liga-se com o debate já realizado sobre a forma de atuação do sindicalismo da agricultura familiar durante os governos liderados pelo PT, em que as energias da vida sindical foram centralizadas majoritariamente na participação de espaços institucionais e na elaboração, negociação e implementação de políticas públicas, uma dinâmica que organizava os principais momentos de interação com a base, e a partir da qual o

sindicalismo conseguiu apresentar resultados positivos aos agricultores. Tais resultados sem dúvida melhoraram a vida da base social da agricultura familiar, porém criaram certa dependência desta dinâmica que envolvia fundamentalmente a presença do Estado e suas políticas, de forma que quando essa dinâmica foi unilateralmente interrompida por parte do governo federal, os movimentos em geral - e o sindicalismo da FETRAF em particular - entraram em crise. Sobre isso, as lideranças entrevistadas apresentam balanços semelhantes:

[...] porque você deixa de executar algumas políticas públicas, então, como a leitura que o agricultor faz, o sindicato não está me ajudando, não está fazendo, então também não preciso, não me ajudam, não vou ser mais sócio. Acho que sim, pode ser um terceiro elemento, além do envelhecimento, a campanha de desinformação, e esse aí, dá para dizer que é esse tripé [...] como sempre teve uma identificação muito forte da FETRAF com os governos de esquerda, pessoal dizia 'é porque vocês são de determinado partido, que agora não tem mais', virava até um motivo para o cara deixar de ser sócio para não se identificar muitas vezes [...] E muitas vezes o agricultor não tem essa dimensão toda e essa compreensão toda de que, de fato, o principal papel do movimento sindical não é a execução, a execução é a parte, ou deveria ser a parte menor, a parte maior é a representação da categoria é a luta pela conquista de direitos, pelas políticas públicas e assim por diante. Muitas vezes o agricultor enxerga como mais importante a execução na ponta, que é o que ele consegue se beneficiar imediatamente naquele momento, naquela situação (VALENÇA, 2023, informação verbal)

[...] na minha avaliação o principal impacto em relação governo Temer e Bolsonaro foi o fato de nós não conseguir responder às demandas dos agricultores, o fato de tu não ser recebido pelo governo significa que tu não consegue responder. Obviamente o agricultor enxerga isso, o sindicato não responde minhas pautas não tem porquê ter o sindicato. Então acho que impactou. Para além disso, talvez uma forma mais grave também, a própria perseguição ao movimento sindical, no intuito de desqualificar e assim por diante, de retirar também o conjunto de serviços que a gente prestava em termos de política pública (CENCI, 2023, informação verbal)

[...] a gente caminhou uma mudança na relação de base nos anos de 2020. Lá no começo ela era uma base que você tinha relação direta, para organização, para luta e na década de 2010 basicamente é o sindicato cumprindo uma função de execução de política pública, daí é uma relação um pouco mais direta na relação que ele estabelece, que com a perda das políticas públicas no governo Bolsonaro e a pandemia, de certa maneira cria uma fissura nessa relação com a base, porque muda uma forma que você tem de voltar a dialogar lá, pra voltar a ter pautas, para você não perder as políticas públicas. Então o nosso sindicato e o nosso agricultor estavam desacostumados, disso de você fazer um diálogo assim. E aí com a pandemia também acho que reduziu, esse tempo que a gente ficou meio que parado, de certa maneira complicou (BAGNARA, 2023, informação verbal)

Assim, as falas das lideranças explicitam uma relação com a base fortemente vinculada à capacidade de acessar recursos, conquistar políticas públicas e programas e, sempre que possível, fazer a intermediação e execução delas. Uma base social que, diga-se, já passava a ser majoritariamente composta por agricultores familiares que melhoraram de vida e aumentaram suas capacidades produtivas justamente pelo suporte estatal conquistado nas últimas décadas. Desta forma, a percepção da base parece ter se alterado e tornado-se mais pragmática e individualista, enfraquecendo a visão mais coletiva e próxima de um

sindicalismo de trabalhadores como havia no início do processo de organização do sindicalismo da agricultura familiar. Tudo isso somado aos fortes investimentos culturais e ideológicos dos setores empresariais e do agronegócio para a deslegitimação do sindicalismo, da política e da esquerda em geral, ou, pode-se dizer, das formas de organização coletiva dos trabalhadores, bem como para promover ideais de empreendedorismo e individualismo neoliberal como forma de responder à crise econômica. Além disso, no plano político estes setores ampliaram seu controle do Estado, promovendo políticas que corroboram com esta ideologia, desarticulando política e economicamente as organizações das classes subalternas. Em outras palavras, o momento foi de fortalecimento da hegemonia das classes dominantes junto ao Estado e sociedade civil.

Porém, tal mudança na percepção da base passa também, invariavelmente, pela atuação do sindicalismo que, como já apontado, prendeu-se à dinâmica de negociação com o Estado e na implementação de políticas públicas. Tornou-se parte do Estado ampliado, exercendo funções de governo e confundindo-se com este, enquanto que a disputa da sociedade civil enquanto aparelho privado de classe ficou em segundo plano. Em outras palavras, obteve diversas conquistas econômicas, porém sem conseguir politizá-las adequadamente junto à base. Neste sentido, Conti conclui que para garantir os avanços para a categoria, o sindicalismo da FETRAF precisou moderar seus discursos públicos e posturas nas mesas de negociação

Desse modo, enquanto o sindicalismo das décadas de 1980 e 1990 se caracterizava, centralmente, por um perfil de dirigentes com capacidade política/técnica e discurso sociopolítico transformador, o sindicalismo e os dirigentes que emergiram na última década se caracterizam, centralmente, pela habilidade técnico/política e um discurso abrandado e moldado aos repertórios de ação que têm sua força nas reuniões e ações de formulação e execução de políticas públicas (CONTI, 2020, p. 288)

Esta avaliação é compartilhada também por alguns dos entrevistados, entre lideranças sindicais, ex-assessores e aliados que ocuparam cargos no MDA. Segundo eles, houve muita dependência das políticas públicas e pouca formação e atuação propriamente política e sindical, que afetou o processo de trabalho de base e de renovação das lideranças da FETRAF:

[...] o sindicato não passou mais a implementar a política pública, e ali eu acho que, olhando para trás, quando teve um período que implementou, ficou muito dependente. Quando tu só implementa a política pública e tu não constitui liderança, faz outras questões, outros debates, tu enfraquece, e a gente enfraqueceu. Uma, então, por essa lógica da perseguição do Estado, por não executar a política pública, mas também pela dificuldade de ir para a base, de discutir, de construir novas lideranças, de novas pautas nesse sentido [...] eu tenho muita crítica, nós viemos de um sindicalismo mais propositivo, combativo, e nos enterramos num sindicato de prestação de serviço. E deixou de fazer a discussão mais política. Por exemplo, dá para prestar serviço, tem que prestar serviço. Mas você tem que discutir,

o agricultor tem que entender o que ele está enfrentando [...] *Se é só prestar serviço, o sindicato é bom, mas o escritório também é bom.* E nós perdemos muito isso (ALBA, 2023, informação verbal, grifos nossos)

[...] o pessoal ficou de mãos vazias por não ter feito a segunda tarefa, de discutir outras coisas além do papel sindical, para além da prestação do serviço no acesso às políticas públicas aí quando isso desmonta acho que o sindical ficou um pouco perdido, essa é a minha avaliação, ficou um pouco perdido, não soube o que fazer, acho que entrou numa certa crise [...] Então essas três coisas: não elaboração do que fazer, teve uma direita que pressionou, e você não aproveitou o momento de crise, não teve assessoria, não teve sacação, que aí é o momento dos dirigentes terem aquele estalo que se tem para criar uma Terra Solidária, para fazer uma caravana com a agricultura familiar, faltou esse tchan para aproveitar desse momento (BONATO, 2023, informação verbal)

Na nova geração que veio, tudo era dado. E tinha uma participação quase horizontal entre o governo e o movimento social [...] foi muito bom ter uma interação grande com os movimentos. De outra parte, eu acho que a gente sentiu, quando caímos em 2016, que o movimento não tinha se fortalecido para enfrentar novas mudanças. Tanto que até hoje você não tem um movimento sindical forte. Eles atuam, se mexem, fazem, mas você não sente uma força atuante como você teve em outros momentos (BIANCHINI, 2023, informação verbal)

Por estas falas de diferentes sujeitos que atuaram no interior do sindicalismo da FETRAF ou próximo a ele, corroboradas por outros entrevistados, percebe-se que, sem desconsiderar os elementos conjunturais, há uma avaliação crítica segundo a qual este sindicalismo que era *combativo* na década de 1980 e tornou-se *propositivo* nas décadas de 1990 e 2000, durante a década de 2010 tornou-se um sindicalismo de *resultados*, pois ficou dependente das políticas públicas, tendo subordinado a vida sindical à rotina de negociação com o governo e de implementação e execução das políticas e programas governamentais junto à base.

Como disse o membro da executiva da FETRAF-RS, esta dependência da “prestação de serviços” borrou os limites da distinção entre o sindicato e outros espaços como os citados “escritórios”. Tal crítica pode ser melhor compreendida ao visualizar os serviços oferecidos pelos sindicatos da FETRAF-RS. Sob o *slogan* “Venha Para o Sindicato: Além de defender teus direitos, o sindicato oferece os seguintes serviços” (FETRAF-RS, 2021b, p. 18), uma revista da Federação distribuída em 2021 elenca 22 serviços: Encaminhamento de Auxílio Doença Rural; Encaminhamento de Salário Maternidade Rural; Encaminhamento de Aposentadoria Rural; Encaminhamento de Pensão por Morte Rural; Declaração de Associação ao Sindicato; Elaboração de Imposto de Renda; Elaboração de Recurso para Inspeção Veterinária; Solicitação de Espelho INCRA (uso em Aposentadoria); Solicitação de Autorização e Exclusão INCRA; Resumo de Bloco [de Produtor Rural]; Atualização Certificado de Cadastro de Imóvel Rural; Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física; Emissão e Retificação de Cadastro Ambiental Rural; Emissão de Carta Declaração de Aptidão

ao PRONAF; Emissão de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; Elaboração de Contrato (Simples e Completo); Elaboração de Declaração para Caixa (Financiamento Habitacional); Elaboração de Declaração de Bolsa de Estudos; Elaboração de Declaração (diversas); Elaboração de Requerimento (diversos); Participação em Troca-Troca de Sementes; Programa de Forrageiras. Percebe-se que muitos dos serviços ofertados são comuns, por exemplo, a escritórios de contabilidade e de advocacia. A diferença, porém, é que não haviam campanhas públicas e ideológicas contra tais estabelecimentos como houve contra os sindicatos.

Assim, como apontado por um dos entrevistados, toda a capacidade apresentada pela FETRAF-RS para participar dos espaços institucionais, seu bom trânsito com órgãos de governo e diversas conquistas e políticas públicas implementadas para sua base, não se mostraram suficientes para que a Federação tivesse capacidade de mobilizar sua base para resistir ao fim do governo que lhe possibilitou tais acessos, bem como à extinção do MDA e consolidação da hegemonia do agronegócio também dentro do Estado. Novamente, confundindo-se com o próprio governo ao negociar exclusivamente com ele e ao privilegiar a execução de políticas públicas, quando o governo foi derrubado a FETRAF caiu junto, pois deixou de fazer a disputa hegemônica na sociedade civil ao não conseguir politizar as políticas públicas.

Corroborando com as debilidades apontadas, no período recente a FETRAF-RS não realizou mais os Mutirões da Agricultura Familiar, a não ser de forma isolada em alguns sindicatos⁶⁴. Este instrumento, como apresentado no capítulo anterior, foi um dos principais para o contato com a base. Segundo as lideranças, já havia dificuldade para reunir os agricultores, problema que se agravou exponencialmente com a pandemia e a necessidade de isolamento social. Porém, conforme as falas acima, compreende-se que por parte da Federação já havia problemas no trabalho de base, seja por um contato mais cotidiano e sem ser movido por alguma demanda específica (como coletar sugestões para a pauta de negociação), seja para a politização das políticas públicas. Essa dificuldade de relação política com a base fez com que, nos momentos em que a FETRAF-RS foi chamada à ações mais combativas, como a resistência ao Golpe, às reformas neoliberais e mesmo à extinção do

⁶⁴ Segundo divulgado na página da FETRAF-RS na rede social *Facebook*, em março e abril de 2019 houve a publicação de relatórios de mutirões realizados nas regiões de atuação (porém não foi possível acessá-los) e em janeiro de 2021 houve o lançamento do Programa Mutirão da Agricultura Familiar. Segundo informa esta última publicação, seriam realizadas visitas domiciliares e as demandas levantadas serviriam de subsídio para os debates do Congresso da FETRAF-RS, realizado em abril de 2021 de forma virtual, onde foi eleita nova direção. Disponível em: <https://www.facebook.com/fetrafrigrandedosul/posts/pfbid02qikxDVH6SWxsCP4omFcsRcPLgLPd69vTEkBFb7uiWKExulFQn3uFZUoPANUY6PRml>. Acesso em 21 dez. 2023.

MDA e das políticas públicas, não tivesse capacidade de mobilizar um número expressivo de agricultores familiares. Pelo contrário, passou por divergências internas e falta de coesão, bem como se deparou com uma base social mais conservadora e pouco disposta a se mobilizar. No momento em que o sindicalismo mais precisava de força, enfrentou um enfraquecimento sem precedentes na história recente. Durante a pandemia, por exemplo, a entidade precisou enxugar sua estrutura e a liberação para os dirigentes

a gente orientou tanto os sindicatos como os dirigentes, diminuimos a estrutura em 40%. Por exemplo, as pessoas tinham uma liberação de três salários mínimos, cortou 40%, orientou os sindicatos também. Então, nós nos reestruturamos, na lógica da sobrevivência. E foi assim. Às vezes, a gente nem acredita que sobreviveu àquilo, digamos, portas fechadas. Então, reestruturou. E isso também impacta... agora, digamos, perde um conjunto de serviços que fazia (ALBA, 2023, informação verbal)

Ou seja, vindo de um período em que já não conseguia atender a base porque não conseguia negociar com o governo e, assim, não apresentava resultados, a entidade ainda se viu na obrigação de reduzir sua estrutura para mantê-la viva, impactando assim ainda mais na capacidade de atuação da FETRAF frente às demandas da categoria e às exigências do contexto político de um governo de direita hostil ao sindicalismo e negligente com sua base social, bem como de emergência sanitária mundial que evidenciou os limites do modelo de desenvolvimento hegemônico. A liberação financeira de dirigentes garante que estes possam se dedicar exclusivamente à atuação sindical, representem a entidade em espaços de discussão, de negociação, visitas regulares aos sindicatos, entre outras atividades que demandam recursos financeiros. Da mesma forma, permite a contratação de funcionários que farão a assessoria jurídica, de comunicação, bem como o atendimento ao público na sede do sindicato ou da Federação. Assim, a redução da estrutura e das liberações da FETRAF durante a pandemia traduziu-se em uma redução da capacidade operacional da entidade⁶⁵. Se o

⁶⁵ Vilson Alba informou que atualmente a entidade não consegue se manter apenas com o recurso do imposto sindical, de forma que vem sendo fundamental o apoio financeiro e a parceria com cooperativas e entidades parceiras, como a CRESOL (2023, informação verbal). A relação com estas entidades, porém, parece estar sendo um pouco conflituosa, pois enquanto o sindicato tem se enfraquecido, as cooperativas de crédito e produção, em sua maioria, vêm em uma trajetória ascendente, e a base social comum entre os três tipos de organização, tem optado pelas duas últimas. Neste sentido, a resolução do III Congresso da FETRAF-RS realizado em 2021 afirma que “O sindicalismo da agricultura familiar é um agente fundamental da organização da agricultura familiar, por ser sua representação legítima e por ter papel próprio e que *não tem substituto em qualquer outra forma organizativa*, ainda que seja fundamental que esteja em aliança permanente com os mais diversos tipos e ramos de sindicalismo, de cooperativismo e associativismo, que também têm um papel estratégico na organização das lutas da agricultura familiar” (FETRAF-RS, 2021a, p. 12, grifos nossos). Ainda assim, a mesma resolução orienta para a “Elaboração de uma política consistente de sustentação econômica da atuação sindical e, particularmente, a *viabilização de um fundo de lutas com colaboração das diversas organizações da agricultura familiar (sindicatos, associações, cooperativas) para o desenvolvimento de ações conjuntas*, são desafios fundamentais. Os sindicatos, individualmente, em conjunto, por meio da Federação, ou ainda em conjunto com outras organizações da agricultura familiar poderão criar instrumento jurídico para viabilizar receitas pela prestação de serviços diversos, doações e outras possibilidades para custear a atividade sindical” (*Ibid*, p. 13, grifos nossos).

movimento tem problemas com o trabalho de base, com a mobilização e lideranças com perfil técnico quando a conjuntura exige liderança política, e além disso enfrenta divergências internas e é obrigado a reduzir sua estrutura por não conseguir mantê-la financeiramente, a crise se aguça e a atuação do movimento frente à conjuntura se enfraquece.

4.3 ANÁLISE DO REPERTÓRIO DE AÇÃO FRENTE AO ESTADO ENTRE 2016 E 2022

Feito este panorama da situação e dos dilemas enfrentados pela FETRAF-RS em sua atuação durante o período de 2016 a 2022, que recorta os governos de direita recentes, passa-se agora para uma análise do repertório de ação empregado pela entidade. Se, na compreensão de Abers, Serafim e Tatagiba (2014), a noção de *repertório de interação* seria mais adequada para analisar a relação entre movimentos sociais e Estado durante um período de maior permeabilidade deste, como se deu durante os governos liderados pelo PT, para analisar o período pós-2016, faz-se pertinente a retomada do conceito de *repertório* mais próximo ao de confronto, como nas elaborações de Tilly (2006; 2008). Porém, é preciso problematizar: nesse novo contexto, o confronto existiu em momentos pontuais, mas o que predominou foi a tentativa de negociação, por parte do movimento, mas frustrada por parte do Governo.

A coleta dos repertórios se deu a partir da página da FETRAF-RS na rede social *Facebook*⁶⁶, uma vez que foi este o principal meio de divulgação das ações e notícias da Federação durante o período analisado. Para tanto, foram analisadas todas as publicações a partir de setembro de 2016 (primeiro mês de governo Temer) até dezembro de 2022 (último mês de governo Bolsonaro), sendo coletadas aquelas que informaram a respeito da atuação da entidade frente ao Estado, seja a partir de protesto e ação direta, diálogo e negociação, ou articulação. O objetivo desta seção é compor um quadro da atuação da FETRAF-RS entre 2016 a 2022.

Como mencionado na Introdução desta dissertação, a opção por coletar tais informações na página da entidade na referida rede social deveu-se ao fato de que o sítio oficial encontrava-se fora do ar. O *Facebook* converteu-se, portanto, em canal oficial de divulgação da FETRAF-RS na internet. Sem se deter demasiadamente neste aspecto da discussão, pode-se compreender que este é mais um indicativo da crise e refluxo deste

⁶⁶ A página da FETRAF-RS no *Facebook* pode ser acessada pelo link <https://www.facebook.com/fetrafrigrandedosul>.

movimento social, uma vez que enfrentou dificuldades na sistematização e organização de sua comunicação e dos registros de sua própria história.

Ainda, antes de apresentar o quadro, é preciso explicitar que a classificação das ações tem intencionalidade metodológica, uma vez que todas as ações, como lembra Teixeira (2023) possuem dimensões públicas e visíveis, mas também dimensões ocultas ou, como denomina o autor, de *reprodução social*, ou seja, são ações fundamentais para a manutenção e reprodução do movimento e mesmo indispensáveis para as ações públicas e visíveis. Como nesta dissertação o foco é reduzido à relação entre a FETRAF-RS e o Estado e, mais especificamente, com o Poder Executivo Federal, as ações serão classificadas conforme sua face visível e pública, porém novos estudos sobre a entidade utilizando a ótica das ações de reprodução social poderão contribuir para enriquecer a análise. Ainda, destaca-se que a maioria das ações - e sua divulgação - expande o direcionamento da mesma, visando sempre conquistar apoio da população, seja de forma mais ou menos explícita, porém a classificação de cada ação no quadro foi feita conforme sua interação com o Estado.

A Tabela 3 é resultado da coleta e análise⁶⁷ da divulgação das ações da FETRAF-RS, tem-se a seguinte organização:

Tabela 3 - Principais repertórios de ação da FETRAF-RS frente ao Estado entre 2016 e 2022

Ano	Classificação e repetição	Principal endereçado	Temas
2016* (set-dez)	Protesto e Ação Direta - 5	Legislativos Federal e estadual	Contrariedade à Reforma da Previdência, à PEC do Teto de Gastos; e medidas do governo estadual
	Diálogo e Negociação - 2	Executivo federal	Continuidade das políticas públicas para a Agricultura Familiar
	Articulação com o Legislativo - 2	Legislativo Federal	Audiências públicas sobre a Previdência promovidas pelo senador Paulo Paim (PT)
2017	Protesto e Ação Direta - 4	Legislativo Federal e Executivos federal e estadual	Contrariedade à Reforma da Previdência e Crise da cadeia leiteira
	Diálogo e Negociação - 4	Executivos federal e estadual	Ajuda para os atingidos pelas chuvas e pela estiagem; Crise da Cadeia Leiteira
	Articulação com o Legislativo - 2	Legislativo Federal	Participação na Frente Gaúcha em Defesa da Previdência, articulada a partir da Assembleia Legislativa do RS; Visita e relação com o senador Paim

⁶⁷ A tabela completa de coleta com a descrição das ações e o link de acesso às publicações encontra-se no Apêndice B desta dissertação.

2018	Protesto e Ação Direta - 2	Judiciário	Atos referentes ao julgamento e prisão de Lula
	Diálogo e Negociação - 2	Executivo estadual	Greve dos caminhoneiros e impactos sobre a produção da AF;
	Posicionamento Público - 2	Executivo federal e estadual e Poder Judiciário	Posicionamento em apoio à greve dos caminhoneiros e responsabilizando os governos federal e estadual pelos impactos aos agricultores; repúdio à prisão de Lula
2019	Protesto e Ação Direta - 1	Legislativo Federal	Contrariedade à Reforma da Previdência
	Diálogo e Negociação - 2	Executivos federal e estadual	Entrega de pauta anual para o governo estadual; Crise da cadeia leiteira
	Articulação com o Legislativo - 2	Legislativo Federal	Contrariedade à Reforma da Previdência
	Posicionamento Público - 2	Executivos federal e estadual	Repúdio ao fim da cobrança tarifária das importações de leite; Crítica ao governo estadual por “esquecer” a AF;
2020	Protesto e Ação Direta - 3	Executivo estadual; Legislativo e executivo federais	Estiagem e auxílios para produção; aprovação da Lei Assis Carvalho e sanção presidencial; mortes pela COVID-19
	Diálogo e Negociação - 5	Executivos federal e estadual	Entrega de pauta com demandas sobre estiagem e COVID-19;
	Articulação com o Legislativo - 1	Executivos federal e estadual	Demanda por auxílios produtivos e tema da estiagem
	Posicionamento Público - 4	Executivo estadual	Desconsideração pela AF e compra de alimentos de empresa atacadista; campanha pública por valorização profissional; estiagem, ciclone e coronavírus; Reforma Tributária
2021	Protesto e Ação Direta - 2	Executivos federal, estadual e municipal	Campanha pelo <i>lockdown</i> /pandemia; cobrança de políticas para a AF
	Diálogo e Negociação - 4	Executivo estadual	Andamento do projeto de Crédito Emergencial estadual
2022	Protesto e Ação Direta - 4	Executivos federal e estadual	Estiagem
	Diálogo e Negociação - 10	Executivos federal e estadual	Estiagem; compras institucionais;
	Articulação com o Legislativo - 4	Executivos federal e estadual	Estiagem

Fonte: Elaboração própria com base nas notícias publicadas na página da FETRAF-RS no *Facebook*.

No que se refere à atuação da FETRAF-RS frente ao Estado durante os anos de 2016 e 2022, quatro formas de ação se destacaram⁶⁸: a) protesto e ação direta; b) diálogo e negociação; c) articulação com o legislativo; d) posicionamento público. Chama atenção a quantidade de ações voltadas para o Poder Legislativo, sobretudo o federal, algo já apontado por Carvalho *et al.* (2022) analisando as ações dos movimentos sociais rurais durante a pandemia de COVID-19. Durante a pandemia, no governo Bolsonaro, o diálogo foi praticamente interrompido com o executivo federal, como já discutido, de forma que as demandas passaram a ser direcionadas primeiramente aos parlamentares, visando obter apoio para pressionar o governo, para propor leis e também para votar contrariamente às proposições do governo federal que a FETRAF-RS considerava nocivas à agricultura familiar.

Comparado ao período anterior, percebe-se que a Federação seguiu buscando o diálogo e a negociação com o governo federal, seguindo sua forma de atuação anterior, porém com pouco retorno positivo por parte do Executivo. Aqui, portanto, evidencia-se um limite tanto à utilização do conceito de *repertório de interação* (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) quanto de sua conotação confrontacional original, pensada por Tilly (2006; 2008). Isso porque, no primeiro caso, tanto o Estado era mais permeável e aberto à participação dos movimentos sociais, quanto estes buscavam participar e alcançar posições dentro do Estado como parte da sua lógica de atuação, ou seja, tratava-se de uma interação mútua. No segundo caso, o limite se encontra no fato de que, como demonstrado pelos dados, predominou por parte da FETRAF a tentativa de negociar, e não o confronto, que ocorreu mais no âmbito discursivo. Exceção foram os dois embates contra a Reforma da Previdência, onde predominou o repertório de confronto, articulando diferentes formas e focos de pressão. Em outras palavras: no geral, o movimento queria negociar, mas o governo não.

Cresceu, conforme a decisão de criar a FETRAF-RS, o número de ações voltadas ao governo estadual. Com o fechamento dos canais de diálogo com o governo federal, sobretudo a partir da gestão de Bolsonaro, os governos estaduais (Sartori e Leite), apesar de serem de direita, não se colocavam de maneira tão hostil. Porém, acompanhando a polarização política crescente no país a partir de 2018, as lideranças da FETRAF apontam para algumas diferenças no tratamento da agricultura familiar entre as gestões de Sartori (PMDB, 2015-2018) e Eduardo Leite (PSDB, 2019-2022):

⁶⁸ Outras ações ocorreram apenas uma vez durante todo o período e, portanto, não foram incluídas no quadro de análise. Foram os casos de uma representação ao Ministério Público estadual da FETRAF-RS contra o governo do estado, motivada por uma compra de alimentos de uma empresa atacadista em detrimento da agricultura familiar, durante a pandemia. A outra ação foi de articulação com a Federação das Associações dos Municípios do RS (FAMURS) e Associação dos Municípios da Zona de Produção (AMZOP) sobre o tema da estíagem, voltada a pressionar os executivos estadual e federal.

No próprio governo do Sartori, o [Tarcísio] Minetto virou secretário [do Desenvolvimento Rural] também, uma pessoa que tinha uma certa relação com a FETRAF, não foi uma indicação nossa, não teve influência nossa, mas tinha isso, não dá para se dizer que era da FETRAF (VALENÇA, 2023, informação verbal)

[...] o governo Leite era representado pela família Covatti⁶⁹, e foi muito difícil você fazer o diálogo aí, porque extinguiu a Secretaria de Desenvolvimento Rural e tudo passou a ser atendido pela Secretaria da Agricultura (ALBA, 2023, informação verbal)

o primeiro governo Leite, no início acho que a FETRAF não sei se chegou a fazer mobilização, mais por conta da pandemia também, mas depois na sequência para estabelecer o processo de negociação em relação ao tema da estiagem, nós chegamos a entregar a pauta, o governador recebeu [...] acho que recebeu uma vez, para receber a pauta da estiagem em 2021, então recebeu e não avançava, e a gente estabeleceu um processo de mobilização bastante intenso inclusive, para fazer andar, fazia mobilização, era recebido, dava um passo, as coisas não andavam. Ia para a rua de novo, dava mais um passo. A gente caminhou um pouco, mas não foi muito longe nas conquistas. Pouca compreensão, não teve muito de anúncio até do governo do estado, que depois efetivou muito pouco (CENCI, 2023, informação verbal)

Se durante o governo Sartori, apesar das divergências partidárias, manteve-se à frente da SDR um interlocutor com diálogo positivo⁷⁰ com os movimentos do campo, ainda que sem capacidade política e orçamentária para atender às suas demandas, durante o primeiro governo de Eduardo Leite a SDR foi extinta, e as atribuições referentes à agricultura familiar foram absorvidas pela Secretaria da Agricultura, que passou a ser chamada de Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) e chefiada por representantes da família que é uma das maiores expoentes políticas do agronegócio no estado. Da mesma forma que ocorreu em nível federal, as demandas da agricultura familiar no RS foram diluídas no agronegócio e seus espaços políticos próprios foram desmontados.

Outro ponto que merece destaque é referente aos temas das ações. No período anterior, como discutido, havia um processo anual regular de elaboração de pautas e negociações. A CONTRAF fazia a elaboração da pauta nacional em conjunto com as federações estaduais. Estas federações também elaboravam pautas estaduais direcionadas ao Executivo estadual. Somadas a essas, frequentemente haviam as pautas ambientais e conjunturais, conforme explicou o ex-coordenador geral e membro da executiva da CONTRAF:

Todos os anos tem a prática da CONTRAF, com as federações, construir o que a

⁶⁹ A pasta foi dirigida até 2021 pelo deputado federal licenciado Covatti Filho, do Partido Progressista (PP), e durante 2022 por sua mãe, Silvana Covatti, deputada estadual pelo PP. O sítio Repórter Brasil detalha a atuação de Covatti Filho em pautas anti-ambientais e o apoio recebido por empresários e empresas do agronegócio. Ver em:

<<https://reporterbrasil.org.br/2022/05/ruralista-novo-presidente-da-comissao-de-meio-ambiente-da-camara-tem-historico-de-atuacao-antiambiental/>>. Acesso em 08 ago. 2023.

⁷⁰ Tarcísio Minetto foi um dos fundadores da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), tendo sido indicado para o cargo pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e contando com apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS). Minetto também teve passagem como dirigente da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul (FECOAGRO-RS).

gente chama da pauta nacional. Aí se faz um debate, tem as diferenças. Cada Estado dá uma prioridade, mas se faz um debate nos Estados com as suas pautas para o governo federal. Um é habitação, outro é reforma agrária, outro é crédito, e vai tentando se construir uma pauta nacional. Aí também cada uma das federações estaduais faz a pauta para os governos estaduais, voltada para as questões dos Estados aqui. Também no mesmo processo de debate, com os sindicatos, com os dirigentes. Muitas vezes um debate mais aprofundado, outros anos menos, isso depende um pouco da conjuntura. Além disso, tem a pauta conjuntural [...] Então a conjuntura também nos leva, que vem na pressão. Então você acaba tendo a pauta mais estruturada, mais elaborada, e a pauta conjuntural⁷¹ que vem. Deu um acidente, deu um enchente, deu seca, que você tem que de certa forma atender ela também, ou muitas vezes priorizar ela mais do que a pauta que foi mais elaborada, mais pensada, porque é no momento que mais está atrapalhando a vida dos agricultores o que mais eles estão precisando (VALENÇA, 2023, informação verbal)

Ao se analisar a Tabela 3, percebe-se que apenas em uma das ocorrências da ação denominada Diálogo e Negociação houve entrega de pauta anual ao governo estadual. Todas as demais foram referentes às chamadas pautas ambientais e conjunturais, sendo as principais dentre elas a estiagem, os estragos pelas chuvas e o preço do leite. Soma-se a isso as demandas por crédito emergencial e suporte estatal para a produção de alimentos durante a pandemia. Isto denota que durante este período os momentos de negociação entre a FETRAF e o Estado para tratar pautas e demandas ocorreu muito mais por emergências do que por uma rotina de negociações como ocorreu durante os governos liderados pelo PT. Foram majoritariamente pautas defensivas e/ou reativas frente a ataques e desmontes de políticas, ou devido às emergências climáticas e ambientais. Conforme analisado, num geral as demandas se repetiram nos momentos de negociação pois não eram atendidas, exigindo frequentes combinações de Protesto e Ação Direta e Diálogo e Negociação para poder negociar com o alto escalão dos governos ou mesmo com o governador, bem como para fazer avançar as negociações já iniciadas.

O fato de ter dificuldades para se fazer ouvir e abrir negociações, bem como estas quando ocorreram terem sido majoritariamente infrutíferas, é indicativo da dificuldade encontrada em mobilizar sua base, fator que se agravou durante a pandemia. Se, diferente do que ocorreu em períodos mais favoráveis, as manifestações deixaram de ser quase protocolares e passaram a ser uma necessidade, o número de pessoas da base envolvidas nas ações de Protesto e Ação Direta ganha enorme relevância. Também por conta disso, percebe-se que especialmente na pandemia a FETRAF participou de ações organizadas em conjunto com os demais movimentos do campo, com destaque para a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e os movimentos da Via Campesina (MST, MPA, MAB, Movimento de Mulheres Camponesas - MMC). A dificuldade

⁷¹ Aqui destaca-se que o entrevistado se refere às pautas conjunturais dando destaque principalmente àquelas ambientais. Ver nota de rodapé nº 50.

em avançar nas pautas para a base social forçou a união entre movimentos que mantinham divergências históricas (PICOLOTTO, 2022). O mesmo, contudo, não ocorreu em relação à FETAG-RS, conforme relataram as lideranças:

Nós temos o fórum das entidades populares do estado do Rio Grande do Sul, que reúne a FETRAF, o MST, MPA, MAB, UNICAFES, já há uns três anos [...] e assim tem uma boa relação, de parceria nas questões que são de interesse comum, vamos dizer assim. *É muito mais uma dinâmica de negociação em relação ao governo do estado e também ao governo federal.* E como aqui também no último período, não falta problema para resolver bastante em função do clima, quando não é seca, ciclone e assim por diante, então a gente tem tido bastante motivo para unificar pautas. Então essas entidades unificam as ações, as pautas e o processo de negociação. Em relação à FETAG, a gente tem uma relação diplomática, mas não se acerta no método. A FETAG, diferente do conjunto das demais entidades, tem uma relação estreita com o governo do estado e a gente tem uma relação crítica, e com o governo federal [atual, de Lula] a gente tem de certa forma uma proximidade nas pautas mas como a gente também acaba unificando pautas do grupo das entidades, tanto no contexto estadual quanto federal e a condição da FETAG é de não tecer críticas ao governo do estado, nós entendemos que não tem como o grupo das entidades estar atrelado ao estado. A gente acha melhor se juntar naquilo que é possível, pontualmente, mas do ponto de vista estratégico não tem semelhança (CENCI, 2023, informação verbal, grifos nossos)

Os movimentos mais alinhados à esquerda, portanto, buscaram unir forças para poder negociar com os governos estadual e federal. A FETAG, por outro lado, manteve uma postura de diálogo com os governos. Como afirmou-se no primeiro capítulo, o fato de existirem diversas orientações políticas – muitas vezes antagônicas – no interior desta Federação, faz com que a entidade mantenha um bom relacionamento com qualquer governo, independentemente do partido governante. A FETRAF e os movimentos da Via, por outro lado, possuem origem comum e identificação com o PT, o que gera certos distanciamentos em governos de direita. Porém, como foi relatado por uma das lideranças, a coesão interna da FETRAF, especialmente no que diz respeito às suas relações políticas, foi abalada nos últimos anos.

O PT seguiu atuando como parceiro estratégico da FETRAF, pois a entidade, como relatado, buscou articular-se com parlamentares aliados da agricultura familiar e, analisando as ações de negociação com os poderes executivos, bem como na articulação com o legislativo, os parlamentares envolvidos pertenciam a este partido. Destaca-se também a forte relação estabelecida com o senador petista gaúcho Paulo Paim, que foi uma das principais vozes públicas no parlamento a discutir a pauta da previdência social, com elaboração e distribuição de cartilhas informativas, realização de audiências públicas na capital e em municípios do interior do estado, em parceria principalmente com a FETRAF-RS, que organizou uma caravana de mobilização contra a Reforma da Previdência no estado contando com a participação do senador, como relata Cleonice Back

Nós fazíamos reuniões nos municípios, plenárias regionais, nós fizemos, por exemplo, a Caravana da Agricultura Familiar em Defesa da Previdência. Naquela vez nós conseguimos trazer o senador Paim, ele foi para cinco regiões de atuação da FETRAF e acompanhou essa caravana da agricultura familiar em defesa da Previdência. Então, nós conseguimos reunir em cada município, em cada região que nós fizemos a caravana, nós reunimos mais de mil pessoas em cada local, e aí depois fizemos abaixo-assinado, fizemos seminários, fizemos reuniões, fizemos mobilizações regionais, trancamento de trevos, fizemos uma pressão nas câmaras de vereadores para pressionar também os deputados, senadores (2023, informação verbal)

Pela descrição, percebe-se que as caravanas de mobilização são uma forma de ação consolidada da FETRAF e que permanece sendo utilizada, pois em 2018 a entidade realizou uma caravana pelas suas regiões de atuação com o candidato petista ao governo do estado, o ex-ministro do MDA, Miguel Rossetto. Da mesma forma, como reação à proposta de reforma da previdência que iria alterar as regras para a aposentadoria dos agricultores familiares, a FETRAF-RS realizou uma caravana com o senador Paulo Paim, que contou com participação expressiva na maioria das cidades. Além disso, em uma ação quase sem precedentes, o referido senador acompanhado de dirigentes da FETRAF visitou a propriedade rural de uma agricultora familiar que havia divulgado um vídeo em que mostrava seu dia a dia de trabalho, tendo feito uma provocação para que os parlamentares favoráveis à reforma da previdência fossem até lá e experienciassem a mesma rotina⁷². Paim participou das atividades laborais da agricultura familiar e, em novo vídeo, aproveitou para defender a derrubada da proposta⁷³. Ambos os vídeos obtiveram grande número de visualizações no *Facebook*. No que diz respeito à forte relação estabelecida entre o senador Paim e a FETRAF-RS, cabe destacar que em 2018 a ex-coordenadora geral da entidade, Cleonice Back, após convite de Paim, fez parte de sua chapa que concorria à reeleição para o Senado, na condição de primeira suplente⁷⁴.

Desta relação com parlamentares que, como visto, se aprofundou a partir do Golpe em 2016, percebe-se que há uma busca por novos interlocutores dentro do Estado. Se antes o

⁷² No dia 7 de março de 2017, uma agricultora familiar de Selbach/RS publicou em seu perfil no *Facebook* um vídeo demonstrando seu dia-a-dia de trabalho na propriedade enquanto falava de forma simples e direta sobre as dificuldades dos agricultores familiares. Em crítica à proposta de Reforma da Previdência, a agricultora provocou deputados e senadores a participarem de um dia de trabalho em sua propriedade. O vídeo tornou-se viral na rede social. Disponível em: <https://www.facebook.com/fetrafrigrandedosul/posts/pfbid0356UgH3AGeVyxMieqrzjxSRM5ayibCMaH6earUMRdoRjvjuXh2YkdbMPvctSUjhl>. Acesso em 19 dez. 2023.

⁷³ Em 27 de maio do mesmo ano, o senador Paulo Paim (PT), acompanhado da coordenadora geral da FETRAF-RS, Cleonice Back, visitaram a propriedade e participaram das atividades laborais desde às 5h30 da manhã, reforçando as críticas à Reforma. Disponível em: <https://www.facebook.com/fetrafrigrandedosul/videos/1386183941488773>. Acesso em 19 dez. 2023.

⁷⁴ Paim foi reeleito para 8 anos de mandato como senador – tendo Cleonice como suplente –, tendo obtido 1.875.245 votos. Além dele, o RS elegeu para o Senado o ex-deputado federal Luiz Carlos Heinze (PP), um dos maiores expoentes do conservadorismo e bolsonarismo no estado. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/luis-carlos-heinze-pp-e-paulo-paim-pt-sao-eleitos-senadores-pelo-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em 16 jan. 2024.

contato se dava diretamente com secretários, ministros do MDA e Casa Civil e até mesmo com o Presidente da República, neste novo contexto marcado pelo afastamento do governo em relação aos movimentos sociais, a FETRAF-RS passou a buscar apoio de deputados estaduais, federais e senadores para garantir a interlocução e mediação de suas demandas junto aos governos. Se por um lado tal estratégia reduziu danos e garantiu um mínimo patamar de acesso ao Estado, também colocou a entidade em risco de dependência, pois da mesma forma que ela precisa da ajuda dos parlamentares, seja na interlocução, seja na liberação de emendas parlamentares, estes também buscam o apoio da Federação para acessar suas bases nos anos eleitorais.

De toda forma, a FETRAF-RS – em conjunto com os demais movimentos – obteve algumas conquistas pontuais, como manutenção de direitos como a idade para aposentadoria dos agricultores familiares quando da aprovação da reforma da previdência em 2019 (BAGNARA, 2021) e, a partir de 2021, como a anistia no programa Troca-Troca do governo estadual⁷⁵, a aprovação da Lei Assis Carvalho II, que visava o pagamento de auxílio emergencial aos agricultores familiares durante a pandemia⁷⁶, e em 2022 a regulamentação do pagamento do programa do governo estadual SOS Estiagem⁷⁷.

Quando se analisa o repertório de Protesto e Ação Direta durante o período, percebe-se que o número de ações deste tipo manteve-se estável, com pequenas oscilações, mas presente em todos os anos. Nos quatro meses finais de 2016 (após o Golpe), foram 5 ocorrências deste repertório, a marca mais alta até 2022. Reduziu-se progressivamente até 2019, quando foi utilizado uma vez em decorrência da retomada, agora pelo governo Bolsonaro, da proposta de reforma da previdência. Diferente do governo Temer, que precisou recuar na proposta, Bolsonaro conseguiu aprová-la. Os trabalhadores rurais e agricultores familiares, no entanto, conseguiram com que o governo os retirasse da proposta que foi aprovada. Em 2020 foram registrados 3 ocorrências, porém, por ser o primeiro ano da pandemia, os atos de protesto tiveram caráter diferenciado, como atos virtuais (CARVALHO

⁷⁵ Anúncio pelo governo do estado de anistia das sementes de milho do programa Troca-Troca. A demanda havia sido apresentada no ano anterior pela FETRAF ao governo. Disponível em: <https://www.facebook.com/fetrafrigrandedosul/posts/pfbid02K7sksjKraTuuMV7dvvxqPJ8afztxDhpnfz5iRums pVLWmZd77hmMmskiVy5rH5uX1>. Acesso em 16 jan. 2024.

⁷⁶ A confirmação da lei só veio ao final de 2021, depois de ter sido vetada duas vezes pelo então presidente Jair Bolsonaro. Seus vetos foram derrubados pelo Congresso e os agricultores passaram a receber um auxílio emergencial de R\$2.500 reais. Disponível em: https://cutrs.org.br/congresso-derruba-veto-de-bolsonaro-e-agricultor-familiar-tera-auxilio-de-r-2-500/?fbclid=IwAR2YqI0mdr8Q9UGHIFlgiozE8sz_N2QNFlCK4FUbRELS7mwVAN3QCRtuKw. Acesso em 22 dez. 2023.

⁷⁷ Governo do Estado publica decreto que regulamenta o pagamento do programa SOS Estiagem para agricultores familiares. Serão 69 mil famílias beneficiadas, com o valor de R\$1.000 cada. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=470112795161023&set=a.345908597581444>. Acesso em 22 dez. 2023.

et al., 2022) e protestos simbólicos com número delimitado de pessoas e distanciamento, frequentemente com a colocação de faixas, cartazes e símbolos. Em 2022 o número de ações foi 4.

A partir da análise dos temas do repertório de Protesto e Ação Direta, percebe-se a mudança de caráter em relação ao período dos governos liderados pelo PT. Naquele período, seja nas pautas regulares, seja nas pautas conjunturais, este repertório inseriu-se na dinâmica maior de negociação, como forma de dar respaldo aos interlocutores no governo e para pressionar pelo avanço das negociações. No período de 2016 a 2022 predominaram ações deste tipo de forma reativa ou reivindicativa. De 2016 até 2019, ganham destaque os temas da contrariedade às duas propostas de reforma da previdência e a outras propostas dos executivos federal e estadual que seriam apreciadas pelos respectivos poderes legislativos, portanto os protestos ocorreram tanto em contrariedade às proposições governamentais quanto, num segundo momento, como forma de pressão aos parlamentares e, quando aprovadas, em denúncia aos que votaram favoravelmente aos governos.

As demandas relacionadas à crise climática e ambiental também foram constantes, como a exigência de medidas para reduzir os impactos causados pelas longas estiagens que se abateram sobre o RS nos últimos anos, e, em meio aos longos períodos de seca, momentos de fortes chuvas e temporais que também causaram estragos. Durante a pandemia, a FETRAF-RS somou-se aos demais movimentos, partidos e organizações de esquerda na luta para que os executivos federal, estadual e municipais comprassem e distribuíssem vacinas para a população e pelo grande número de mortos, denunciando a negligência do governo federal, e de forma específica, em parceria com os movimentos sociais rurais em geral, atos exigindo auxílios e incentivos para a produção de alimentos.

Em 2018 as duas ocorrências registradas de utilização do repertório de Protesto e Ação Direta, destoando das demais, tiveram como tema o julgamento que condenou Lula à prisão, ao que os movimentos denunciavam como mais um golpe, uma vez que o encarceramento do ex-presidente, que liderava as intenções de voto na corrida presidencial daquele ano, acabou por retirá-lo da disputa e abriu caminho para a vitória de Bolsonaro. Naquele mesmo ano, depois de consumada a prisão, houve manifestações em algumas regionais de atuação da FETRAF-RS com trancamento de rodovias reivindicando a liberdade de Lula. Destaca-se que elas ocorreram no período que, como relatado, a entidade passava por divergências internas quando um dos grupos defendia o afastamento da política, o que pode explicar que nem todas as regionais da FETRAF no RS realizaram ou participaram dos atos, que foram organizados em parceria com os movimentos sociais e centrais sindicais.

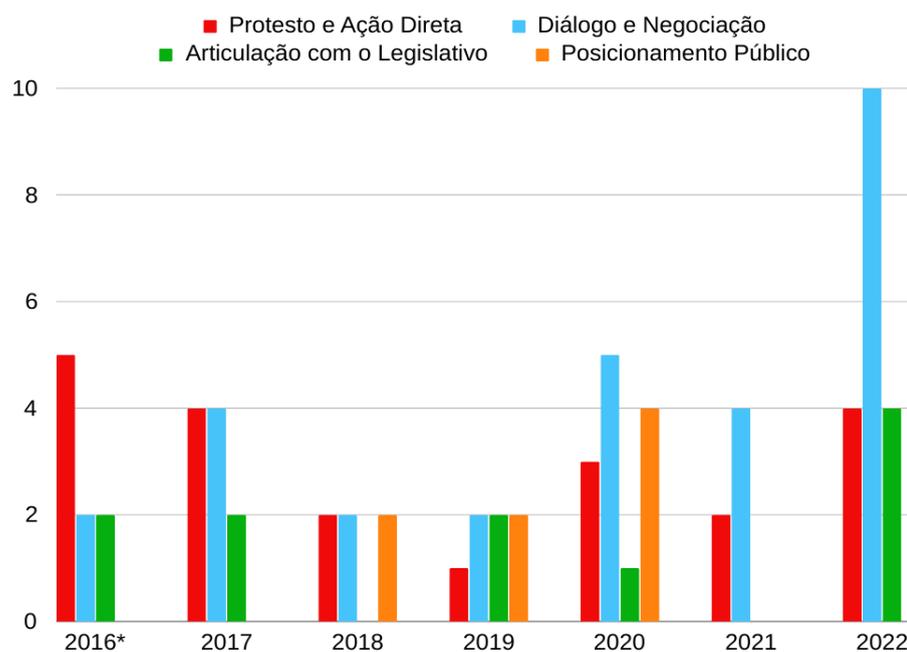
Por fim, no que diz respeito a este repertório, deve-se retomar os protestos em oposição à reforma da previdência, realizados com mais força em 2017 e 2019, quando da discussão e votação dos projetos de Temer e Bolsonaro, respectivamente. Quando questionadas sobre as ações realizadas pela FETRAF-RS durante o período aqui analisado, todas as lideranças da Federação fizeram referência a estas mobilizações. Nelas a entidade despreendeu enormes esforços, por se tratar de uma pauta histórica dos agricultores familiares e um tema muito caro atualmente, especialmente porque se vincula à questão do envelhecimento da população rural. O destaque dado pelas lideranças também é motivado pelo fato de que, do ponto de vista da agricultura familiar, a luta teve resultados positivos, pois os trabalhadores rurais foram excluídos da proposta, enquanto outros segmentos de trabalhadores (urbanos, sobretudo) não tiveram a mesma sorte. O processo de resistência à reforma e exigência de retirada dos agricultores familiares da proposta é detalhado na fala do coordenador geral da FETRAF-RS:

Nós fizemos um primeiro momento que foi de sensibilização dos agricultores, de mostrar o que estava acontecendo em torno da reforma da previdência, de questionar as necessidades da mudança e a legitimidade de manter o direito. Então foi um processo que envolveu a produção de material, assembleias em todos os municípios, processo de diálogo bastante intenso com os agricultores, como foi também um tema que interessava muito, muito caro para os agricultores foi possível envolver um grande número de agricultores nesse processo. Depois nós passamos a estabelecer um processo de luta que foi de pressão para cima dos deputados, fizemos materiais com o contato dos deputados, *e-mail*, telefone dos gabinetes, tentando, nós fizemos levantamentos por exemplo, ligamos, não enquanto FETRAF, me lembro que foi enquanto sindicato, a gente ligava para todos os deputados, pedia a posição deles e depois divulgava a posição nos materiais, nos rádios. Então ia para cima dos vereadores, dos apoiadores desses deputados que declaravam apoio à reforma, boa parte deles não falava nada ou às vezes até respondia para nós que era contra, depois ia se posicionando a favor. Então a gente ia classificando ali e marcando, a gente espalhou cartaz com a cara dos deputados, em todo o estado aqui nas rodovias, nas cidades e depois intensificamos mais próximo à votação, de mobilização. Nas duas reformas nós fizemos os acampamentos contra a reforma da previdência que eram às margens das principais BRs aqui no estado, se não me engano foram quatro dias de acampamento e um último dia de fechamento da rodovia. Juntava bastante gente, nós ficava acampado, literalmente acampado, nós tinha estrutura de lona, fazia comida e ao longo da rodovia colocava as placas com as fotos dos deputados que eram contra, e faixa... Nesse sentido, são algumas dessas ações da estratégia que a gente montou para evitar a reforma, de ir para cima não mais do governo que tinha colocado o projeto no congresso, mas de ir para cima dos deputados. Acho que funcionou, deu certo, porque a gente conseguiu segurar a idade, a principal pauta era idade e aposentadoria das mulheres, que para mim é uma questão muito simbólica que acho que valia a pena (CENCI, 2023, informação verbal)

Percebe-se, como apontado no início desta seção, de que a classificação das ações realizada aqui é meramente metodológica. O grande momento de Protesto e Ação Direta da FETRAF-RS em relação aos governos de direita recentes foi a resistência às duas propostas de reforma previdenciária, porém o momento final (marchas, trancamentos, acampamentos e piquetes) foi precedido por um intenso processo de discussão, planejamento, conscientização

e mobilização, articulação com parlamentares e outras formas de pressão, que se analisadas isoladamente não se encaixam neste repertório, porém fizeram parte do processo. Merece destaque o fato de que, uma vez que a proposta de reforma partiu do governo e este se mostrou pouco aberto ao diálogo e negociação para a retirada dos rurais da proposta, a pressão voltou-se aos parlamentares que iriam votar e/ou propor alterações, ativando toda uma rede de pressão iniciada nos municípios, a partir de programas de rádio, de vereadores e prefeitos, passando por deputados estaduais até chegar aos deputados federais e senadores. Estes foram os momentos de maior conflito entre a FETRAF-RS e o governo federal, pois os movimentos conseguiram demonstrar força e capacidade de mobilização. Porém, como avaliou o ex-assessor do DESER em fala apresentada no tópico anterior, mesmo nesta pauta, depois que se conseguiu retirar os agricultores familiares da proposta de reforma, houve um distanciamento da FETRAF-RS dos embates com o governo, tanto que outras ações de Protesto e Ação Direta não contaram com o mesmo engajamento e esforços de mobilização, em parte por conta da pandemia, mas também pelos já citados conservadorismo da base, criminalização por parte do governo, a reação da direita e as fragilidades apresentadas pelo sindicalismo. Assim, na Figura 5 abaixo tem-se uma visualização do conjunto dos repertórios adotados entre 2016 e 2022:

Figura 5 - Repertórios da FETRAF-RS entre 2016⁷⁸ e 2022 por tipo e ano



Fonte: Elaboração própria com dados coletados da página da FETRAF-RS no *Facebook*.

⁷⁸ Lembrando que em 2016 foram considerados os meses de setembro (primeiro mês de governo Temer) a dezembro.

É possível visualizar, portanto, que até 2021 houve um certo equilíbrio entre os diferentes repertórios, sobretudo entre o de Protesto e Ação Direta e o de Diálogo e Negociação. Porém, desde 2020 este último passou a ser mais numeroso, distanciando-se expressivamente em números em 2022⁷⁹. É preciso ressaltar que, no entanto, como foi possível compreender a partir das entrevistas e do quadro de análise, que embora numerosas, as ações de Diálogo e Negociação muitas vezes tratavam de pautas já discutidas mas que não haviam avançado. Além disso, o relato de que o diálogo e a apresentação de pautas foi difícil com o governo estadual e praticamente impossível com o governo federal, demonstra o esvaziamento da efetividade deste repertório, que foi o principal eixo de atuação no período anterior. Assim, a crise pela qual passou o sindicalismo da FETRAF-RS diz respeito à busca por se localizar no novo cenário instaurado após o Golpe, bem como testar (geralmente sem sucesso) quais ações, dentre o repertório conhecido, seriam mais eficazes naquele contexto. Porém, num contexto em que as classes dominantes no poder encontravam-se com bastante força e hegemonizando Estado e sociedade, fazendo inclusive com que as direções da FETRAF tivessem que moderar seu discurso em relação ao governo ao dialogar com a base⁸⁰ e tentar expressar as demandas da agricultura familiar frente a um governo hostil, a persistência das tentativas de negociação reforçam a percepção de que este sindicalismo segue bastante dependente de tal repertório e/ou ainda não encontrou saídas para o problema.

Neste sentido, o repertório de Protesto e Ação Direta, articulado com o trabalho de base, a mobilização e o contato e pressão aos parlamentares foi o que se mostrou mais eficaz. Porém, tanto a adesão da base quanto o esforço de mobilizá-la por parte da entidade parecem não ter se repetido nas demais ações, mesmo naquelas realizadas em conjunto com os movimentos da Via Campesina, inclusive porque, como dito anteriormente, a direção encontrou-se dividida quanto às demais pautas até 2021. Entende-se que os elementos apresentados ao longo do texto auxiliam na compreensão deste dilema: a dependência das políticas públicas, a prioridade dada ao repertório de negociação, as dificuldades de realizar o trabalho de base, a cooptação de parcelas dos agricultores familiares pelo conservadorismo e pela ideologia do agronegócio, o surgimento de uma direita militante e em ofensiva, as

⁷⁹ Durante a pandemia, muitas das reuniões de negociação ocorreram de forma remota/virtual. Foram assim os poucos momentos em que, por exemplo, a FETRAF-RS conseguiu se reunir com o governador Eduardo Leite e também com a ministra Tereza Cristina.

⁸⁰ Uma passagem da já citada revista da FETRAF-RS (2021b, p. 3) ilustra bem isso: “A questão não é se gostamos ou não do governo, mas de saber se o que ele faz nos ajuda a ter uma vida melhor. Quando o governo atrapalha nossa vida, só temos uma saída: nos organizar e lutar”. A linguagem utilizada demonstra certo cuidado ao falar do governo Bolsonaro, possivelmente pelo fato de que parcelas expressivas da base da Federação votaram nele.

mudanças no executivo federal e sua forma de se relacionar com os movimentos, chegando à hostilidade aberta e declarada do governo Bolsonaro.

Assim, num momento em que o Estado se fechou à participação e interferência de grupos subalternos com os agricultores familiares, e, de certa forma, as classes dominantes no governo adotaram uma postura de maior conflitividade, o mesmo não ocorreu por parte do sindicalismo, que, como expressou um dirigente entrevistado, adotou uma postura de confronto mais no discurso do que em ações práticas. O repertório de ação da FETRAF-RS foi variado, o que demonstra a incerteza sobre sua utilização e efetividade, buscando repetir fórmulas que funcionaram em períodos anteriores. Coloca-se, assim, um desafio teórico de como classificar o repertório de ação utilizado pelos movimentos sociais frente aos governos de direita recentes, haja visto que, no caso aqui analisado, por parte da FETRAF-RS houve majoritariamente a tentativa por manter um repertório de interação com o Estado a partir da negociação, como ocorreu no período dos governos liderados pelo PT, porém num contexto de pouca ou nenhuma permeabilidade do Estado – em especial no governo federal – à participação dos movimentos sociais. Nem *interação*, pois não houve permeabilidade do Estado, nem *confronto*, porque para além do âmbito discursivo, a FETRAF não conseguiu confrontar o governo de forma predominante, apenas nos momentos específicos citados, e é aí que se localiza o cerne da crise vivenciada pelo sindicalismo no último período, pois manteve-se apegado ao repertório de ação marcado pela participação institucional e negociação, ao passo que foi respondido com a impermeabilidade e confronto por parte da frente de classes que passou a dirigir o Estado. Entende-se, assim, que a FETRAF-RS não logrou apresentar uma resposta única a nova condensação da relação de forças à frente do Estado, atuando de forma difusa – mas, diga-se, sem deixar de atuar – no intento de obter algum êxito.

Tal conclusão, no entanto, não deve ser entendida como uma completa inação ou paralisia da FETRAF-RS. A entidade buscou ampliar seu contato com a esfera legislativa, fortaleceu sua discussão e se engajou nas eleições de 2022, buscou retomar uma melhor interação com sua base social, através de debates virtuais, informativos, oferecimento de serviços, campanhas de sindicalização, bem como fez parcerias com universidades e pesquisadores ligados à agricultura familiar para realizar diagnósticos sobre as razões da crise em sua base social e nos sindicatos. O panorama apresentado e discutido acima refere-se a sua ação frente ao Estado e a esfera principal de interação no período anterior, o Governo Federal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve o objetivo de estabelecer uma compreensão a respeito da trajetória do sindicalismo da agricultura familiar, identificando como a FETRAF-RS se insere nela, analisar a atuação da Federação, sua relação com os governos liderados pelo PT entre 2003 e 2016, bem como os repertórios de ação frente ao Estado durante o período de 2016 a 2022, marcado pela ascensão de governos de direita no poder executivo federal. Para isso, partiu-se de entrevistas semi-estruturadas realizadas com lideranças da FETRAF, ex-assessores sindicais e aliados que ocuparam cargos nos governos federal e estadual liderados pelo PT, além da análise de documentos da entidade e da divulgação de suas ações em seu perfil da rede social *Facebook*.

O sindicalismo da agricultura familiar encontra raízes nos movimentos sociais e sindicatos atuantes no Rio Grande do Sul desde a década de 1960, com forte presença de pequenos proprietários descendentes de imigrantes italianos e alemães. A Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964 passou a intervir fortemente nos sindicatos, alterando suas direções, reprimindo ações e grupos mais identificados com a esquerda e, num segundo momento, buscando transformar estas entidades em intermediadoras de serviços assistenciais governamentais. Durante este período, consolidou-se no sindicalismo de trabalhadores rurais uma forma de atuação moderada, com reivindicações formais e limitadas à legislação. As organizações atuantes no sindicalismo e algumas de suas lideranças utilizaram dos serviços assistenciais ofertados para capilarizar sua atuação junto aos trabalhadores rurais e, na medida do possível, politizar tais serviços. Por um lado, esta atuação mais branda reduzia os riscos de novas intervenções e repressão por parte da Ditadura. Por outro lado, porém, trazia poucos avanços para demandas cada vez mais urgentes entre as populações rurais frente à crise econômica, despertando críticas entre alguns setores do campo e de assessorias e pastorais que atuavam junto a eles.

Adotando um repertório combativo e de enfrentamento com o Estado, próximo da formulação original de Tilly, as novas organizações de pequenos agricultores, seja nas oposições sindicais ligadas à CUT, seja em movimentos como o MST, passaram a aglutinar diversas demandas que não estavam sendo atendidas pelo sindicalismo oficial. Em seguida, conquistaram diversos sindicatos, a partir do que precisaram recuar em suas críticas ao assistencialismo, passando então a aliar a prestação de serviços com os momentos de luta e mobilização das bases. Na década de 1990, com a luta dos movimentos sociais, abriram-se alguns canais de participação institucional em nível federal, sob as gestões neoliberais de

Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Este período foi de *confluência perversa* entre um *projeto democratizante e participativo* e o *projeto neoliberal* (DAGNINO, 2004) em conjunto com os impactos da reestruturação produtiva do capital, marcando também um momento em que tanto o sindicalismo rural cutista quanto aquele da CONTAG reconheciam ser de crise do sindicalismo rural. Dentre os motivos apontados estavam o enfraquecimento por parte do governo da pauta da reforma agrária, uma política agrícola que não favorecia os pequenos agricultores, e certa dificuldade de mobilização das bases, junto da queda do número de associados aos STRs, o que em sua avaliação se devia à falta de conquistas econômicas concretas.

O sindicalismo rural cutista passou a falar, então, na necessidade de transição de um sindicalismo *reivindicatório*, predominante na década de 1980, para um sindicalismo *propositivo* adequado às necessidades e oportunidades da década de 1990. Operou-se então a unificação entre CUT e CONTAG e a elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento, formulação estratégica que foi a base das ações do sindicalismo nas décadas seguintes. Além deste projeto, a unificação do sindicalismo culminou na criação de um repertório que tornou-se modelo para os movimentos sociais rurais. O chamado Grito da Terra Brasil aliava mobilizações anuais com a apresentação de pautas e negociação.

No Sul do Brasil, porém, as divergências permaneceram e alguns setores cutistas criaram organizações paralelas e específicas da agricultura familiar, categoria que se consolidou na década de 1990 a partir da atuação do sindicalismo de pequenos agricultores e da confluência de estudos internacionais e intelectuais acadêmicos brasileiros. A principal destas organizações, a FETRAF-SUL, foi fundada em 2001, propondo a representação unitária dos três estados do Sul do Brasil frente ao governo federal. Nesse mesmo ano, a FETRAF-SUL realizou uma grande Caravana da Agricultura Familiar junto de Lula, em pré-campanha. Esta Caravana envolveu mobilização das bases e forte elaboração das lideranças e assessorias, dando respaldo ao sindicalismo da FETRAF-SUL frente ao governo Lula iniciado em 2003, com a indicação de nomes para cargos nos ministérios, bem como compromisso do governo com a agricultura familiar.

As décadas 2000 e 2010 foram também de consideráveis transformações na estrutura do sindicalismo da agricultura familiar. Em 2005, os setores cutistas do Sul impulsionaram a criação da FETRAF-Brasil, levando ao acirramento das tensões e desfiliação da CONTAG em relação à CUT em 2009. Em 2014, devido à perda de funções da FETRAF-SUL, que não era mais a responsável pela negociação nacional, bem como pela necessidade de maior interação com o poder executivo estadual, então comandado pelo PT, criou-se a FETRAF-RS. Tratou-se

de uma adequação deste sindicalismo às exigências para a negociação com o Estado. Além disso, se antes a FETRAF mostrava-se crítica à estrutura sindical, no período mais recente passou a orientar suas entidades a buscarem o registro sindical para se adequarem à legislação vigente. Isso pode ser explicado pelas mudanças ocorridas na estrutura sindical, com o reconhecimento da dissociação das categorias, por exemplo. Também indica que mudanças no Estado, mesmo que apenas em sua gestão, também possibilitaram novas formas de relacionamento dos movimentos sociais com ele. Porém, pode também indicar que, diante da perda de força e capacidade de mobilização, resta aos movimentos adequar-se à ordem. Ou, ainda – é mais provável –, que tenha sido uma mescla desses elementos.

Com o início do primeiro ciclo de governos liderados pelo PT em nível nacional em 2003, pela primeira vez um partido de esquerda chegava ao governo federal. Com forte aliança com os movimentos sociais e com várias lideranças destes compondo os ministérios, as interações atingiram novos patamares. Entende-se que tal feito foi fruto da luta das classes subalternas, e que em resposta a isso houve modificações na estrutura do Estado para comportar – mesmo que parcialmente – suas reivindicações. No caso dos trabalhadores rurais, isso se traduziu na ampliação e fortalecimento do MDA, criado no final dos anos 1990, na criação de diversos programas e políticas para a agricultura familiar e para a reforma agrária. Porém, pelo caráter de coalizão dos governos liderados pelo PT, com a presença de setores do agronegócio na chefia do MAPA e com uma grande bancada no parlamento, os avanços foram contraditórios e especialmente dificultosos para a reforma agrária, pauta mais estrutural e que historicamente sofre dura oposição dos setores patronais. Além disso, mesmo as políticas para a agricultura familiar, se comparadas aos recursos destinados para o agronegócio, foram frágeis.

Ainda assim, identificou-se o importante papel político atribuído ao MDA naquele período. Com a presença de intelectuais, políticos, ex-assessores e militantes ligados aos movimentos sociais rurais, o Ministério, através desses sujeitos, atuou como organizador das demandas da agricultura familiar, produtor de sínteses e o canal de interlocução do governo com os movimentos, mas principalmente destes com o Estado. Os movimentos permitiram ao governo uma interlocução mais próxima com a base social, tendo sido importantes parceiros para a execução das políticas públicas. Da mesma forma, os aliados no MDA subsidiaram os movimentos com informações estratégicas sobre em qual setor focar suas mobilizações e com ideias para elaborações futuras de novas reivindicações, por exemplo. A FETRAF-SUL, com o grande respaldo obtido com a realização da Caravana, consolidou-se enquanto interlocutora do governo, possibilitando acesso aos ministros – em especial MDA, MDS e Casa Civil – e ao

próprio Presidente da República. Mais do que isso, teve um de seus assessores sindicais mais próximos indicado para ocupar a Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, e um de seus membros fundadores sendo chamado a ser chefe de departamento dentro da SAF, o que possibilitou a nacionalização de projetos na área de cooperativismo e habitação rural que eram frutos de experiências municipais e estaduais no RS.

Com o expressivo crescimento dos investimentos na agricultura familiar por parte do governo federal, as lideranças da FETRAF compreendiam que o foco das ações e negociações era Brasília, de modo que durante muito tempo direcionaram seus esforços a pressionar e negociar com esta esfera do Estado. Consolidou-se, assim, um repertório de interações marcado pela negociação, com combinação de mobilização das bases e manifestações, mas em geral de forma subordinada. Criou-se entre movimentos sociais rurais e governo uma rotina anual que, no caso da FETRAF, se iniciava com os Mutirões da Agricultura Familiar entre os meses de janeiro e maio, que envolviam elaboração de pautas, visitas às comunidades e discussão das propostas. Em seguida ocorria o início das mesas de negociação e, concomitantemente, a realização de manifestações em Brasília e nos estados, nas chamadas Jornadas de Luta da Agricultura Familiar. Novas negociações eram realizadas para o governo dar respostas sobre as propostas e realizar o anúncio das medidas, juntamente com o anúncio do Plano Safra. Depois disso os sindicatos atuavam na intermediação e execução das políticas e programas governamentais para a base. Como revelaram as lideranças, o próprio presidente Lula incentivava a combinação destes repertórios, quando pedia que os movimentos se mobilizassem e cobrassem o governo para que este pudesse atendê-los.

Na relação com o governo de Tarso Genro, do PT (2011-2014), a dinâmica foi parecida, com uma antiga liderança rural da CUT ocupando a Secretaria de Desenvolvimento Rural e bom relacionamento com o próprio governador. Esta relação, contudo, enfrentou momentos de dificuldade, que seriam causados pelo fato de a FETRAF-SUL ter sua sede em Santa Catarina, o que impedia do ponto de vista legal a execução de alguns convênios. Cobrados pelo governador e aconselhados pelo Secretário, além de atritos com as FETAGs do Sul, a FETRAF-SUL optou pelo desmembramento e criação das Federações estaduais, no que pode também ser visto sob a ótica de adequação aos parâmetros legais, com vistas à melhores interações com o Estado em suas diferentes esferas.

A grande centralidade dada ao repertório de participação institucional, negociações com o governo e a execução de políticas públicas, rendeu diversas conquistas aos agricultores familiares e ao sindicalismo. Porém, por outro lado, ao final do ciclo de governos liderados pelo PT, observou-se uma enorme dependência destas interações. A vida sindical e a energia

das direções foram sugadas para esta rotina, com os sindicatos confundindo-se ora com o governo, ora com escritórios de prestação de serviços. No balanço posterior, muitas lideranças avaliam que o sindicalismo perdeu-se na prestação de serviços e, podemos acrescentar, na execução de funções de Estado restrito, enquanto que a disputa de hegemonia enquanto aparelhos privados de classe foi secundarizada: o sindicalismo executou uma gama diversificada de políticas e programas, mas falhou em politizá-las. Desta forma, quando se construiu uma nova configuração na correlação de forças no país, a partir da movimentação do bloco neoliberal das classes dominantes que culminou com o Golpe que depôs a presidenta Dilma, tal interação entre Estado e movimentos sociais foi unilateralmente interrompida. No novo cenário, os movimentos em geral – e a FETRAF-RS em particular – encontraram dificuldades de reação. No caso particular da FETRAF, divergências internas às direções impediram ações unificadas contra o Golpe, pois representantes de alguns sindicatos defendiam um afastamento em relação à política, devido a perseguição contra os movimentos, mas também possivelmente por pressão de uma base social que tornou-se conservadora.

Com participação essencial no Golpe, o setor do agronegócio, tanto por meio de seus aparelhos privados de hegemonia, quanto por meio de seus representantes nos aparelhos de Estado, com especial destaque para a bancada ruralista no Congresso Nacional, logrou avançar seu projeto hegemônico, que afetou profundamente a agricultura familiar. Já no primeiro ato do governo Temer, o MDA foi extinto, representando perdas econômicas e principalmente política para o sindicalismo. O progressivo desmonte do setor entre os governos Temer e Bolsonaro levou o MDA de um ministério para uma secretaria subordinada à Casa Civil, até finalmente ser extinta e ter suas funções absorvidas pelo MAPA, ministério historicamente comandado pelos setores patronais rurais. Além disso, com o bolsonarismo e a chegada de Bolsonaro à presidência, cresceu a hostilidade tanto do governo quanto de setores da população contra o sindicalismo e movimentos alinhados à esquerda. Pela primeira vez em muito tempo, os movimentos sociais enfrentaram a oposição de uma direita militante, com ações de rua, ao mesmo tempo em que os movimentos eram oposição ao governo.

Se durante os governos liderados pelo PT novos canais de participação institucional foram abertos e os já existentes foram fortalecidos, resultando numa maior permeabilidade do Estado, no governo Bolsonaro a maioria dos conselhos foram extintos e o Estado praticamente se impermeabilizou. Os aliados dos movimentos que ocupavam cargos na burocracia foram exonerados e/ou realocados para outros órgãos, com a extinção do MDA. Além disso, importantes programas como o PAA foram desmontados ou paralisados, como no caso das políticas de habitação rural. O sindicalismo da FETRAF, que passou de

reivindicatório para propositivo, tendo se convertido praticamente num sindicalismo de resultados, viu-se de repente sem ter resultados para apresentar à sua base. Como relataram as lideranças, a impossibilidade de execução de políticas públicas foi um dos fatores explicativos para a diminuição de mais de 50% do número de associados aos sindicatos da FETRAF desde 2014.

Desde o início de 2020, com a pandemia de COVID-19 e a necessidade de isolamento social, a dinâmica dos movimentos sociais foi muito afetada. As manifestações de rua diminuíram e, ao menos até a metade de 2021, quando ocorriam, eram atos simbólicos com número controlado de participantes, para evitar a propagação do vírus. A FETRAF-RS foi também afetada por esse contexto. Porém, como apurou esta pesquisa, não se pode atribuir apenas à pandemia a não realização de um maior enfrentamento com os governos de direita. Conforme relataram as lideranças, diante da impossibilidade de negociar e o fato de que nos poucos momentos em que isso ocorreu, não terem sido atendidos em suas reivindicações, levou a FETRAF a não priorizar a realização de protestos, porque o governo ignorava.

Se isso é verdade, porém, também é o fato de que quando o repertório de Protesto e Ação Direta se torna uma necessidade – e não mais parte do processo de negociações – frente a um governo hostil, o número de pessoas envolvidas e a capacidade de mobilização do movimento ganham maior relevância. A FETRAF-RS passou por divergências internas, enfrentando redução do número de associados e tendo dificuldade de interagir com sua base sem ser por meio da execução de políticas públicas, além de todas as dificuldades conjunturais que afetaram o conjunto dos movimentos. Todos esses “fatores” certamente também contribuíram para que ela não conseguisse a “atenção” do governo, isto é, forçar um governo hostil a atender minimamente suas reivindicações. Como tentativa de contornar estes problemas, desde a pandemia, a FETRAF-RS realizou ações em conjunto com a UNICAFES e com os movimentos da Via Campesina (MST, MPA, MAB, MMC), depois de um longo período de afastamento.

Neste sentido, os dois períodos de maior confrontação efetiva com o Estado foram durante as propostas de reforma da previdência de Temer, em 2017, e de Bolsonaro em 2019. Por meio da articulação com parlamentares, em especial com o senador do PT, Paulo Paim, a FETRAF-RS realizou um intenso processo de discussão, formação de seus dirigentes, planejamento de ações, discussões com a base por meio da realização de audiências públicas sobre o tema da previdência. Além disso, as lideranças e associados envolveram-se num importante movimento de pressão individual e coletiva aos parlamentares, pois tinham a compreensão de que deveriam não mais pressionar o governo proponente da medida, mas sim

os parlamentares que votariam. Por fim, próximo das votações, foram realizados acampamentos em rodovias, com trancamentos e outras ações diretas. O resultado foi que a proposta de Temer foi retirada, e na proposta de Bolsonaro chegou-se a um acordo para a retirada dos agricultores familiares, o que preservou sua aposentadoria especial, sendo celebrada como a grande conquista de todo o período. Porém, como relatado por um dirigente, este foi um dos poucos momentos em que houve consenso na direção da FETRAF até pelo menos 2021. Nas demais pautas houve ações mais regionalizadas e com menor envolvimento da base, se bem que também com um processo menos intenso de mobilização por parte da entidade.

No tocante às pautas, foi possível observar que predominaram as chamadas pautas ambientais e conjunturais, decorrentes de intempéries ambientais e climáticas, como estiagens, chuvas intensas e ciclones, bem como a crise na cadeia de produção de leite. Foram pautas defensivas e reativas, diferentemente do período anterior, quando o sindicalismo atuava fortemente como proponente de políticas e negociava regularmente com o governo federal. Com as dificuldades para acessar o Estado por meio do poder executivo, a FETRAF-RS direcionou parte expressiva de seus esforços para a articulação com o legislativo, em especial com parlamentares petistas, que atuaram como interlocutores junto ao governo federal. Se isso possibilitou manter algumas tentativas de negociação e reduziu danos a partir da obtenção de emendas parlamentares, que passaram a ser operacionalizadas na mesma lógica da execução de políticas públicas, por outro também colocou a FETRAF sob risco de dependência, pois os parlamentares geralmente esperam em troca o acesso às bases para os anos eleitorais.

Assim, por fim, constatou-se que o repertório de ação que mais se repetiu no período de 2016 a 2022 foi o de Diálogo e Negociação, tanto em relação ao governo estadual quanto ao governo federal. Porém, tratando-se de governos hostis aos movimentos de esquerda como a FETRAF, e de predominância das pautas conjunturais, muitas vezes as negociações se repetiram porque as demandas seguiram não sendo atendidas ou pela frequência com que os problemas da seca e das fortes chuvas afetaram os agricultores familiares, além da cobrança por auxílio emergencial para a produção de alimentos durante a pandemia. O governo federal, em especial, fez pouco caso dos movimentos, pois numa ocasião de visita da Ministra da Agricultura à região Sul no período de seca, limitou-se a sugerir que os agricultores rezassem para chover. Fora esse contato, a única constatação de uma reunião direta entre os movimentos e a ministra foi de forma virtual. Diante disso, a insistência na tentativa de Diálogo e Negociação com governos hostis, em que as classes dominantes no poder exerciam

forte hegemonia no Estado e sociedade, acaba sendo demonstrativo da crise que o sindicalismo da FETRAF-RS se encontrou durante este período, pois as direções não conseguiram elaborar outras formas de atuação e prenderam-se ao que funcionou no período dos governos liderados pelo PT, mesmo demonstrada a inefetividade no novo contexto. Fica evidente aqui uma limitação teórica tanto à noção de *repertório de interação* quanto a de *repertório de confronto*, pois predominou por parte dos movimentos a tentativa de negociar e abrir espaços de participação, ainda que o confronto tenha sido utilizado contra as propostas de Reforma da Previdência. Portanto, não é possível absolutizar ou classificar a atuação dos movimentos sociais em relação ao Estado durante o período dos governos de direita recentes sob um ou outro conceito, uma vez os movimentos não lograram consolidar um repertório único e efetivo para fazer frente à impermeabilidade do Estado e à hostilidade das classes dominantes, incluindo seus aparelhos privados.

Diante do exposto, entende-se que a pesquisa respondeu ao problema e aos objetivos propostos, uma vez que foi possível apresentar a inserção da FETRAF-RS na estrutura e trajetória do sindicalismo da agricultura familiar, compreender a atuação da FETRAF-SUL e FETRAF-RS durante os governos liderados pelo PT, bem como mapear e analisar os repertórios de ação utilizados durante o período de 2016 a 2022, marcado pela chegada de governos de direita ao poder executivo federal. Apesar disso, reconhece-se que a pesquisa esbarrou em diversas limitações que poderão pesar negativamente, mas que também oferecem novas possibilidades de interpretação e aprofundamento do estudo aqui iniciado. Uma das fragilidades foi a articulação entre teoria e os resultados de pesquisa, pois ainda que tal articulação tenha amadurecido grandemente do início para o final dessa jornada, muitas lacunas ainda ficaram em aberto. Neste sentido, a quantidade de material coletado, sobretudo a partir das entrevistas, poderia ter sido mais bem explorada – e certamente logo será. No que diz respeito à proposta de mapeamento do repertório de ações, ainda que a coleta de notícias na rede social *Facebook* tenha sido bastante útil, o acesso a outras fontes documentais da FETRAF-RS certamente teria contribuído para enriquecer e consolidar a análise, o que infelizmente não foi possível, e reflete também o refluxo da entidade apontado aqui.

De toda forma, mesmo que de forma modesta, acredita-se que a presente pesquisa pode contribuir para uma maior compreensão e reflexão sobre a atuação do sindicalismo rural no Brasil. Uma vez que a FETRAF-RS e diversos outros movimentos sociais enfrentaram certa crise após o Golpe que encerrou o primeiro ciclo de governos liderados pelo PT, a análise e reflexão sobre este período pode contribuir para a realização de novas sínteses. Especialmente porque esta dissertação é concluída no ano em que a FETRAF-RS completa 10

anos de existência, embora seu sindicalismo venha de décadas de acúmulo e importantes lutas travadas em defesa da agricultura familiar. Este trabalho chega para se somar aos importantes escritos já produzidos principalmente sobre a FETRAF-SUL. De forma geral, pretende ser uma contribuição para a discussão sobre as ações dos movimentos sociais *frente ao e no* Estado no Brasil, tema que adquiriu enorme relevância durante o período em que o PT esteve à frente do poder executivo federal, trazendo a marca de levar pela primeira vez um trabalhador ao cargo de Presidente da República, com Lula, e em seguida a primeira mulher a ocupar o mesmo cargo, Dilma. Mais especificamente, esta dissertação busca contribuir para a compreensão de como agem os movimentos sociais frente a governos de direita no Brasil, depois de ter experimentado possibilidades de inserção institucional.

Espera-se também que a leitura e crítica a esta dissertação leve à novas e diversas produções que tenham por objeto os movimentos sociais em geral, e o sindicalismo em particular, pois até hoje segue sendo uma das principais formas de organização da classe trabalhadora, constantemente intimada a adaptar-se às novas formas de organização dos mundos do trabalho exigidas pelo capital. Assim, a temática nem de longe encontra-se esgotada. Um tema que ficou ora mais explícito, ora menos, mas que merece novas discussões, é sobre a articulação entre movimentos sociais, partidos políticos e as distintas classes e frações de classes sociais, pois parece ser uma relação orgânica e indispensável para analisar a interação entre sociedade civil e Estado. O tema da disputa ideológica com o agronegócio e o crescente conservadorismo entre os agricultores familiares também há de ser melhor explorado. No início do sindicalismo rural cutista, havia uma forte identificação dos pequenos agricultores com trabalhadores, expressa na organização deste setor no interior da CUT. Porém, com a melhora das condições destes agricultores durante os governos liderados pelo PT, esta identificação, por diversos motivos, parece ter perdido um pouco seu sentido.

Outra questão que foi abordada diz respeito a como os militantes que atuaram no Estado foram carregando experiências de uma gestão para outra e de uma esfera do Estado para outra, a exemplo de alguns dos entrevistados que atuaram na esfera municipal, depois estadual e chegaram ao governo federal, ou que transitaram do legislativo para o executivo. Sem dúvidas isso se reflete na capacidade de elaboração, articulação e execução de políticas, que certamente embasou a forma de atuação destes setores de forma mais ampla (movimentos e aliados em cargos da burocracia), assim como tentou-se, ao menos num período inicial, consolidar este acúmulo de experiências em órgãos de assessoria como o DESER. Caberia também aprofundar a reflexão sobre como estes sujeitos avaliam as interações entre os

movimentos sociais e o Estado, o quanto cada um transformou e foi transformado por tais contatos.

Algumas questões contraditórias que emergiram no desenvolvimento da pesquisa deixaram em aberto novas possibilidades de investigação e reflexão, as quais não foram aprofundadas aqui por desviarem do escopo mais específico do trabalho. Uma delas diz respeito ao fato mencionado no primeiro capítulo, de que o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) dirige alguns sindicatos. Ora, tal movimento surgiu na década de 1990 justamente devido a discordâncias com a adequação do sindicalismo rural cutista à estrutura sindical vigente no país, e reivindicava uma forma distinta de relacionar-se com sua base social que não aquela da representação sindical. Assim, por que o MPA dirige alguns sindicatos? Qual é sua relação com estas estruturas? Trata-se de um recuo estratégico e de concepção? Ou é justamente parte de sua estratégia de atuação? Como essa questão é tratada internamente, seja pelas direções do Movimento, seja por sua base?

Também no primeiro capítulo, ao apresentar a estrutura atual da FETRAF-RS, mencionou-se a existência do STR de Mostardas, o qual é o único sindicato de assalariados rurais filiado à Federação. Como recordado na síntese sobre a trajetória desta entidade, foi dito que os cutistas buscavam exatamente a dissociação das categorias antes enquadradas sob o guarda-chuva legal de *trabalhador rural*, reivindicando para si o papel de representação específica da agricultura familiar. É verdade que, no início, falava-se em incentivar a criação de sindicatos específicos de assalariados nos locais onde esta categoria estivesse presente na base dos STRs que fariam a transição para SINTRAFs, porém nada expressivo ocorreu neste sentido, ou seja, a FETRAF organizou de fato os - e apenas os - agricultores familiares. Como se explica então a existência do STR de Mostardas como entidade filiada à Federação? Como se dá esta relação interna? Qual é o debate a respeito? Pode ser compreendida como uma tentativa pragmática de manter sob sua direção uma base importante, já que os grupos políticos que dirigem a FETRAF e FETAR não são tão próximos?

À guisa de conclusão, um olhar sobre a História do sindicalismo da FETRAF, como propôs esta dissertação ao buscar analisar sua situação atual, permite visualizar as transformações em suas concepções, sua forma de atuação, de relação com a base e com o Estado, repleta de rupturas e permanências. O “novo sindicalismo” rural que surgiu de fortes críticas à estrutura sindical oficial das décadas de 1970 e 1980, experimentou um momento de aproximação com espaços institucionais e assumiu para si um caráter propositivo, no último período acabou adaptando-se cada vez mais à legislação vigente e as formas de interação rotineiras com o Estado. A expressiva alteração promovida pelo Golpe e rearranjo na

correlação de forças na sociedade empurrou a FETRAF-RS e o conjunto dos movimentos sociais para a defensiva, sem muita certeza de como agir frente a este contexto e aos seus adversários. Por se tratar de um processo recente e, em certa medida, ainda em curso, também a análise pôde chegar apenas até certo ponto, cabendo a partir de agora, novas análises e reflexões.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **DADOS-Revista de Ciências Sociais**. v. 57, n. 2. Rio de Janeiro, RJ. 2014, p. 325-357.
- ALBA, Vilson. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. Sarandi, RS, 14 set. 2023.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia e Antropologia**. v. 2. 2012, p. 21-41.
- ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Estudos do Trabalho**, Revista Eletrônica da RET - Rede de Estudos do Trabalho, n. 8, p. 1 – 31, 2011. ISSN 1982-9884.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**. v. 28, Salvador, BA, 2015, p. 511-528.
- AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 56, 2018, p. 123-142.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BACK, Cleonice. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. *Google Meet*, 14 out. 2023.
- BAGNARA, Alcemir Antonio. **Enquadramentos Interpretativos da FETRAF e as mudanças da atuação sindical na relação com Estado, Políticas Públicas e Base Social**. 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2021.
- _____. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. *Google Meet*, 03 out. 2023.
- BARDIN, Laurence. Terceira parte - Método. *In*: BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016, p. 123-198.
- BATISTA, José Ademar. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. *Google Meet*, 02 out. 2023.
- BIANCHINI, Valter. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. *Google Meet*, 25 set. 2023.
- BOITO JR, Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. **Idéias-Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, 2002, p. 13-48.

_____. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 271-296.

_____. Os atores e o enredo da crise política. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. Não paginado.

_____. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Revista Crítica Marxista**, v. 50, 2020, p. 111-119.

_____. A teoria política de Poulantzas e a pesquisa sobre sindicalismo no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Roberto Vêras; RAMALHO, Ricardo José; SANSON, Cesar. **Diálogos críticos: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil**. São Paulo, SP: Annablume, 2023, p. 365-393.

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, 2013, p. 31-38.

BONATO, Amadeu. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. *Google Meet*, 22 set. 2023.

BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. *In*: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. (orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro, RJ: E-Papers, 2017, p. 155-168. ISBN 978-85-7650-561-7.

CAMPOS, André Gambier; SILVA, Sandro Pereira. Impactos estruturais da reforma trabalhista de 2017 sobre sindicatos de trabalhadores no Brasil. **Mercado de Trabalho**. n. 75, 2023, p. 1-16. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12048>>. Acesso em 15 jun. 2023.

CANHA, Antonio. Partido ou Sindicato? A CUT e a Questão Política. **Revista Ars Historica**. v. 2, n. 19, 2020, p. 3-29.

CARINI, Joel João. **Estado, índios e colonos: conflito na reserva indígena de Serrinha - Norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo. UPF, 2005.

CARVALHO, Priscila Delgado de; TEIXEIRA, Marco Antonio; MOTTA, Renata; PENNA, Camila. SISTEMAS ALIMENTARES EM DISPUTA: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, 2022, p. 1-18. DOI: 10.1590/3710808/2022

CCV - COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final: Violações de direitos no campo 1946-1988**. Brasília, 2014.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean et al. (org.). **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008, p. 295-316.

CENCI, Douglas. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. *Google Meet*, 05 out. 2023.

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a Revolução. **Revista Crítica Marxista**. n. 27. Campinas, SP: Editora UNESP, 2008, p. 65-85.

CONTI, Irio Luiz. **Organizações Sociais e Políticas Públicas**: inserção da FETRAF-Sul nas Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

CONTRAF BRASIL - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL. **Documento Base do V Congresso Nacional da Agricultura Familiar**. Brasília, DF: 2021.

CONTRAF BRASIL. CONTRAF Brasil, 2023. Sítio eletrônico da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil. Disponível em: <<https://contrafbrasil.org.br/>>. Acesso em 27 jul. 2023.

CORRÊA, Éllen Gallerani. O Sindicalismo De Trabalhadores Rurais Como Objeto De Disputa E Como Agente De Construção De Centrais Sindicais No Brasil (2003-2017). **Caderno CRH**, Salvador, BA: v. 34, 2021, p. 1-19.

COSAU - COMISSÃO SINDICAL DO ALTO URUGUAI. **Jornal Informativo Sindical**, n. 02. Porto Alegre, RS, out. 1983.

_____. **Jornal Informativo Sindical**, n. 23. Porto Alegre, RS, set. 1987.

_____. **Jornal Informativo Sindical**, n. 29. Porto Alegre, RS, nov. 1988.

COSPITO, Giuseppe. Hegemonia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. Boitempo Editorial, 2017. Não paginado.

COTANDA, Fernando Coutinho; SILVA, Marcelo Kunrath; ALMEIDA, Marilis; ALVES, Caleb Farias. Processos de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos (orgs.). **Ciências humanas: Pesquisa e método**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DALLA NORA, Helenice Aparecida Derkoski. **A organização sindical rural no Rio Grande do Sul e o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)**. 2002. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2021.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A elite dirigente do governo Lula**. Rio de Janeiro, RJ: CPDOC, 2009.

FAVARETO, Arilson da Silva. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, 2006, p. 27-44.

FETRAF-BRASIL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil. **Texto Base do 1o Congresso Nacional da Agricultura Familiar**. Brasília, DF. 2005.

FETRAF-RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Rio Grande do Sul. **III Congresso FETRAF-RS**. Rio Grande do Sul, abr. 2021a, p. 1-16.

_____. **Agricultura Familiar: mais do que um negócio, um modo de vida**. Rio Grande do Sul, 2021b, p. 1-18.

_____. **Estatuto Social**. Sananduva, RS, 2023.

FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul. **Caravana da Agricultura Familiar com Lula: Agricultura Familiar e a Construção de um Novo Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para o Brasil**. Chapecó, SC. 2001.

_____. **Resoluções do I Congresso da FETRAF-SUL/CUT: Consolidando a Organização, Fortalecendo a Agricultura Familiar e Alimentando o Brasil**. Chapecó, SC. 2004.

_____. **A ousadia na luta e na organização construindo um novo desenvolvimento**. Tese do II Congresso da FETRAF-SUL/CUT. Francisco Beltrão, PR. 2007a.

_____. **FETRAF em Mutirão**. Chapecó, SC. 2007b.

_____. **Resgate histórico, organizativo e institucional**. Chapecó, SC. 2014.

FETRAF-SUL. FETRAF-Sul, 2023. Sítio eletrônico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br/>>. Acesso em 27 jul. 2023.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *In*: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. (orgs.) **Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO Libros, v. 179, 2006, p. 179-206.

GALVÃO, Elisandra. A ação política da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) na ditadura militar. *In*: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e (org.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2020, p. 137-162.

GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; SANTOS, Daniel Labernarde dos. Unidade 4 - Estrutura do Projeto de Pesquisa. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, SP: Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Caderno 25 (1934): Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos). In: **Cadernos do Cárcere**, v. 5: *O Risorgimento*. Notas sobre a História da Itália. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002, p. 129-145.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; LEITE, Sergio Pereira; ZIMMERMANN, Silvia; BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2022.

GRYNSZPAN, Mário. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro**: (1950-1964). v. 2. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

GRZYBOWSKI, Cândido. Os movimentos sociais e o processo de organização dos camponeses. **Cadernos do CEAS**, n. 87, set/out 1983.

GUEDES, Carlos Mário. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. *Google Meet*, 05 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>>. Acesso em 07 fev. 2023.

KONRAD, Diorge Alceno. Há perigo na esquina! Brasil: a reincidência em uma República de Golpes. In: DOS REIS PEREIRA, Ascísio; BUDÓ, Marília De Nardin; DEBONA, Vilmar. **Ensaios de resistência: retrocessos, denúncias e apostas sobre o Brasil golpeado**. Editora Dialética, 2020.

LAZZARETTI, Mateus. **Renovação Sindical**: Surgimento e Atuação da Oposição Cutista no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina/RS na década de 1980. 2022. Monografia (Curso de História Licenciatura) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2022. Não publicado.

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. **Reestruturação Produtiva no Campo e os Processos de Trabalho nos Assentamentos de Reforma Agrária do Estado de São Paulo**. 2018. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP. 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, RJ: FASE, 1989.

_____. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. CHEVITARESE, André (org.). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. *In*: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (orgs.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora, 2014, p. 247-282.

_____. O PT e o mundo rural. *In*: FONTES, Paulo; POMAR, Valter. (orgs.). **História do Petismo**. v. 1. São Paulo, SP: ELAHP, 2023, p. 225-273.

MEDEIROS, Jenifer Cristine; GRISA, Catia. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural.

Campo-território: revista de geografia agrária [recurso eletrônico]. Uberlândia. v. 14, n. 34, dez. 2019, p. 6-35.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A classe dominante agrária - natureza e comportamento 1964-1990. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**. n. 5. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2010.

_____. Sociedade Civil em Gramsci: Venturas e Desventuras de um Conceito. **Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012. ISSN: 2178-9843. Disponível em:

<https://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snepe/docs/001.pdf>. Acesso em 13 abr. 2023.

_____. O patronato agroindustrial e o golpe de 1964. *In*: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e (org.).

Empresariado e ditadura no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2020, p. 163-183.

NACHILUK, Katia; SILVA, Rosana de Oliveira Pithan. Primeiras Medidas do Atual Governo Federal em 2019 e Possíveis Impactos na Agricultura. **Instituto de Economia Agrícola (IEA)**, v. 15, 2019, p. 1-7.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. **Geografia Agrária: teoria e poder**, v. 1, 2007, p. 211-270.

_____. “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” !!!??? “Está na Globo.” Agricultura familiar é vida e solidariedade. *In*: SILVA, Gimima; PUGA, Lúcia; RIOS, Otávio. (orgs.). **Alfabetização política, relações de poder e cidadania: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2018, p. 52-73.

NIEDERLE, Paulo; GRISA, Catia; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; SOLDERA, Denis. Narrative disputes over family-farming public policies in Brazil: conservative attacks and restricted countermovements. **Latin American Research Review**, v. 54, n. 3, 2019, p. 707-720.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **História & Luta de Classes**, n. 4, 2012. Disponível em:

<http://dev.historiaelutadeclasses.com.br/upload/arquivo/2017/11/5b2543f8edbbd140abe2a3b3f859f08d7163e89f>. Acesso em 21 nov. 2023.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, 3(7), 1989, p. 87-108. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532>. Acesso em: 12 dez. 2020

PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

PAVAN, Ivar. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. *Google Meet*, 26 set. 2023.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Sem medo de ser feliz na agricultura familiar**: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. 2006. Dissertação. (Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2006.

_____. **As Mãos que Alimentam a Nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. Tese (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2011.

Disponível em:

https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.tese_.everton_picolotto.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

_____. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, v. 16, n. 35, 2014, p. 204-236.

_____. Pluralismo, neocorporativismo e o sindicalismo dos agricultores familiares no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 33. Brasília, DF: 2018, p. 85-115,.

_____. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura**: as mãos que alimentam a nação. Curitiba, PR: Editora Appris, 2022.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; LAZZARETTI, Mateus; HÜBNER, Mikaela Fabiana. Reformas neoliberais no mundo do trabalho no pós-impeachment de 2016: atores, argumentos e alguns resultados. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 4, n. 1, 2020, p. 109-125.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; PICCIN, Marcos Botton. Consequências do Golpe para a Agricultura Familiar e para a Reforma Agrária. *In*: DOS REIS PEREIRA, Ascísio; BUDÓ, Marília De Nardin; DEBONA, Vilmar. **Ensaio de resistência: retrocessos, denúncias e apostas sobre o Brasil golpeado**. Editora Dialética, 2020.

PICOLOTTO, Everton L.; LAZZARETTI, Mateus; TRINDADE, Eduarda P. As reformas neoliberais no Brasil e os seus impactos na ação sindical e na precarização do trabalho rural. **Laborare**, v. 5, 2022, pp. 9-33.

PICOLOTTO, Everton; LAZZARETTI, Mateus. O sindicalismo da agricultura familiar no sul do Brasil no cenário recente. **Ejes de Economía y Sociedad**, v. 7, n. 12, 2023, p. 40-57.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, jul-set, 2009, p. 411-424.

POMAR, Valter. **A metamorfose**: Programa e estratégia petista 1980-2016. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Página 13, 2016.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Editora Elefante, 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1986.

_____. **O Estado, o poder político, o socialismo**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In*: POUPART, Jean et al. (org.). **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008, p. 215-253.

PRADO JR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1979.

RAMALHO, José Ricardo. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 5. O tempo da Nova República. Da Transição Democrática à crise política de 2016. Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 193-217.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém: Representação sindical rural no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Iram Jácome; LADOSKY, Mario Henrique Guedes. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 95, 2015, p. 87-142.

ROSSETTO, Miguel. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. *Google Meet*, 21 set. 2023.

ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Ariovaldo. Unicidade sindical: uma questão tática para os trabalhadores. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 4, n. 2, 2003, p. 69-86.

SCHMITT, Cláudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. *In*: NAVARRO, Zander (org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1996. p. 189-226.

SILVA, Gabriela Costa da. **As trabalhadoras da categoria das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas e Região/SP e o “Novo Sindicalismo” (1984-1988)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/23287>. Acesso em 25 jan. 2021.

SILVA, Tamara Raísa Bubanz. **Narrativa, memória e luta por reconhecimento: trajetória de mulheres dirigentes sindicais da FETRAF-RS/CUT**. 2021. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/222688>. Acesso em 23 jan. 2024.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional - 1500-1960**. 2ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, jan-abr, 2018, p. 63-96. DOI 10.1590/1807-0191201925163

TEIXEIRA, Marco Antonio. **CONTAG 1963-2023: ações de reprodução social e formas de ações coletivas**. Mórula Editorial, 2023.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

_____. Repertoires and Regimes. In: TILLY, Charles. **Contentious Performances**. New York: Cambridge University Press, 2008.

TORTELLI, Altemir Antônio. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. *Google Meet*, 31 ago. 2023.

TRINDADE, Thiago Aparecido; BUGIATO, Caio Martins. A interação entre movimentos sociais e sistema estatal no Brasil: um debate a partir das contribuições de Claus Offe e Nicos Poulantzas. **Sociedade e Estado**, v. 35, 2020, p. 411-440.

VALENÇA, Rui. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. *Google Meet*, 13 out. 2023.

VARGAS, Gilberto José Spier. **Entrevista concedida a Mateus Lazzaretti**. *Google Meet*, 18 set. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

1 ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS DA FETRAF-RS

Eixo a) Apresentação:

1. Pode se apresentar e falar um pouco da sua trajetória sindical?
2. Há quanto tempo faz parte da direção da FETRAF? Que cargos ocupa/ocupou na FETRAF-Sul e FETRAF-RS?

Eixo b) Sobre a FETRAF:

3. O que motivou a decisão de estadualizar a FETRAF-Sul?
4. Como a FETRAF-RS se organiza? Como atua?
 - a. O que avalia que mudou na atuação depois da estadualização?
5. Em quais regiões do estado a FETRAF-RS atua principalmente/tem sindicatos filiados?
6. Qual é o número de associados à FETRAF-RS atualmente?
 - a. Esse número caiu nos últimos anos?
7. Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos associados? A FETRAF tem pautas para contemplar todas as atividades ou prioriza algumas?
8. Qual é a relação com os outros movimentos (Fetag, MST, MPA, etc)?
9. Como a FETRAF-RS e seus sindicatos se comunicam/relacionam com sua base? Essa relação melhorou ou piorou ao longo do tempo?
10. Comente sobre os Mutirões da Agricultura Familiar.
11. A FETRAF tem atualmente projetos de formação para a base e/ou lideranças? Quais?
12. Como é a relação da FETRAF-RS com a CONTRAF?

Eixo c) Governos: qual foi a relação e atuação da FETRAF durante os governos petistas e o que mudou com os governos de direita?

13. Comente sobre como é o processo de negociação, desde a elaboração das pautas, a ida até o governo, os canais de diálogo, etc.
14. Como a FETRAF se relacionou com os governos estaduais Tarso, Sartori e Leite?
15. Como a FETRAF-RS se relacionou com os governos federais liderados pelo PT?
16. Já teve membros ou aliados próximos ocupando cargos nos governos estaduais e federais desde a fundação (pode ser da FETRAF-Sul)? Tem algum atualmente?
17. Como a entidade levava suas demandas aos governos? Era recebida? Como eram as negociações?

18. As pautas eram atendidas? E quando não eram, o que a Federação fazia? Como dava o retorno para sua base?
19. Tinham contatos mais próximos, informais e/ou de bastidores com membros do governo (ministros, secretários etc)? Em quê essa relação era útil?
20. E durante os governos de direita?
21. Como a FETRAF se posicionou frente ao Golpe? Por que?
22. Como era o processo anual de negociação do Plano Safra? Quais eram as ações da entidade?
23. A FETRAF-RS atuou na elaboração e execução de políticas públicas durante os governos petistas? Quais?
 - a. Qual foi a importância disso para a entidade?
24. Comente sobre os Conselhos e outros espaços que a FETRAF-RS participou (CONDRAF, CONSEA, etc).
 - a. Quais eram os principais? Por quê?
 - b. Alguém da FETRAF-RS participava ou era via CONTRAF?
25. O que mudou a partir do Golpe de 2016?
 - a. A Reforma Trabalhista teve algum impacto para a FETRAF e seus sindicatos?
26. Como foi o processo de negociação e diálogo com o governo após o Golpe e até 2022? Foram recebidos? As pautas foram atendidas?
27. Que diferenças percebeu entre o governo Temer e o governo Bolsonaro na pauta da agricultura familiar e relação com o sindicalismo?
28. Como foi a discussão com a base sobre esse período, com essa situação das políticas públicas?
 - a. A ausência de conquistas econômicas prejudicou a relação?
29. Quais as principais ações, sejam voltadas para dentro ou para fora, que foram realizadas pela FETRAF-RS durante esse período?
30. Alguma forma de atuação era “facilitada” ou “recomendada” pelo governo? (No sentido de, por exemplo, só serem recebidos sob determinadas condições...)
31. O número de protestos aumentou ou diminuiu com os governos de direita em relação aos governos petistas? Por que?
 - a. As Jornadas de Luta da Agricultura Familiar seguiram ocorrendo? Como foram?
 - b. Como foi organizada a resistência à Reforma da Previdência no governo Bolsonaro?

Eixo d) Agronegócio: como foi a disputa com o setor do agronegócio nesse período?

32. Quais os efeitos da expansão do agronegócio para a agricultura familiar? E para a FETRAF?

2 ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM ALIADOS NO ESTADO

Eixo a) Apresentação:

1. Pode se apresentar e falar um pouco da sua trajetória política?
2. Comente sobre sua passagem pelo MDA/SDR.
3. Sua nomeação contou com o apoio de algum movimento social?

Eixo b) Relação dos Movimentos Sociais com o Estado:

4. Qual a sua relação com os movimentos sociais do campo enquanto parlamentar? Ela se alterou ao longo do tempo?
5. Possuía interlocução mais próxima com algum deles?
6. Como foi sua relação com os movimentos enquanto ministro do MDA/secretário da SDR?
7. Como/de que forma os movimentos faziam chegar suas demandas ao MDA/SDR (protestos, negociações, ofícios, audiências, etc)?
8. Haviam também canais “não oficiais” (contato mais direto, proximidade com funcionários, etc)?
9. E o que faziam quando não eram atendidos?
10. Percebe influência dos movimentos sociais no MDA/SDR durante o período em que esteve como Ministro? E especificamente a FETRAF/CONTRAF, como era a sua relação com estes órgãos de Estado?
11. Esses movimentos indicaram quadros deles ou pessoas próximas para ocupar cargos estratégicos no MDA?
12. Eles tinham certos acessos “privilegiados”, como aliados da aliança no poder?
13. Percebia diferenças na capacidade de interlocução e negociação entre os diferentes movimentos?
14. Todos os movimentos tinham o mesmo acesso e interlocução com o Ministério/Secretaria?
15. Como era o processo de negociação entre a FETRAF e o Ministério/Secretaria?

16. Como era o diálogo e negociação do MDA/SDR com os demais ministérios/secretarias, órgãos de governo, presidente/governador, etc?
17. Era importante contar com o apoio dos movimentos para as ações do MDA/SDR?
18. Os movimentos sociais foram parceiros estratégicos na execução das ações do Estado?

Encerramento:

19. Há alguma coisa a mais que gostaria de comentar?

APÊNDICE B – REPERTÓRIO DA FETRAF-RS DE 2016 A 2022 (FACEBOOK)

Repertório	Mês/Ano	Descrição/citação	Disponível em
Protesto, marcha e ação direta	set/2016	FETRAF-RS e Regional Sul da entidade realizaram concentração, marcha e depois fechamento e ocupação da agência do INSS de Pelotas.	https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid0UxPagTKZyDqjflH3dwnevsvyQX6JHrnMboFCrEYZhmvzAtcVnbKcNUMS5h6yGMPD2l
Articulação com o Legislativo	set/2016	Posteriormente, se somaram aos trabalhadores urbanos e centrais sindicais em audiência pública promovida pelo senador Paulo Paim (PT)	
Protesto, ação direta e marcha	set/2016	<p>Junto à CUT, às Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, FETRAF-RS participou (com alguns representantes da direção) de diversas ações em Porto Alegre que marcaram o Dia Nacional de Lutas, Atos, Protestos e Paralisações convocado pelas Centrais e Frentes. O <i>foco das ações</i> foram as medidas do governo Federal e o “pacotão” do governo Sartori. Dentre as ações realizadas no dia, com a participação da FETRAF, estiveram:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Trancamento de garagens de ônibus do transporte público, impedindo até às 7h da manhã a saída dos veículos; tentativa de trancamento da Carris, que foi reprimida pela PM; ● Marcha pela cidade em direção à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) ● Ato público em frente à SRTE 	https://cutrs.org.br/trabalhadores-protestam-contrapoliticas-de-temer-e-sartori-e-sao-reprimidos-na-carris/?fbclid=IwAR1a0oV-U0trTRijGiYxr1y8D4EOm2UPdMUKCkSIEDfG_eWRSC19-SXB5zc
Articulação com o poder legislativo - Audiência pública articulada por senador	set/2016	Coordenadora da FETRAF-RS participa de audiência pública sobre a Reforma da Previdência no interior do RS, promovida pelo senador Paulo Paim (PT)	https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid0shDDRsVxxm6p8ycXma6EJEe5R7sf11G8Hr7Q8jrjN4SSU6dtW4bEVemQcYhd1LhMl
Diálogo e negociação	set/2016	Lideranças da CONTRAF debateram com a secretária Raquel Porto Santori, da secretaria de desenvolvimento agrário, que confirmou para o próximo ano, que as políticas de crédito fundiário irão ter continuidade, atendendo a política de acesso à terra para a produção de alimentos e a sua comercialização	Publicação de 26 de setembro de 2016 - link de site desativado da CONTRAF. Pode ser consultado pelo filtro da página
Diálogo e negociação	out/2016	Lideranças da agricultura familiar, CONTRAF e movimentos do campo reuniram-se com o governo no início de outubro para tratar das políticas públicas	Publicação de 10 de outubro de 2016 - link do site desativado da FETRAF-RS. Pode ser consultado pelo filtro da página

		para a agricultura familiar. O diálogo, porém, foi insatisfatório e os movimentos falaram na possibilidade de retomar protestos	
Protesto, marcha e ação direta	nov/2016	<p>Junto a outras categorias (professores, estudantes e trabalhadores urbanos), a FETRAF-RS realizou marcha em Passo Fundo/RS contra a PEC 55, reforma da previdência e em defesa dos direitos. A marcha dirigiu-se até a agência local do INSS</p> <p>Em Pelotas, agricultores familiares ligados à FETRAF-RS também foram às ruas.</p> <p>OBS.: Estas ações do dia 11/11 foram antecedidas por Plenária Estadual da FETRAF-RS, com dirigentes e lideranças, para planejamento das ações</p> <p>OBS. 2: As ações também envolveram forte preparação e capacitação de dirigentes e lideranças sobre os impactos da PEC 55 e da Reforma da Previdência, com Seminários da região Sul, estaduais e regionais</p> <p>OBS. 3: Os protestos contra a PEC, pelo menos do que se acompanha pela página, aconteceram depois da aprovação na Câmara, antes de ir ao Senado.</p>	<p>Passo Fundo: https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid0dJQihuwpLrVQm1LcC5nxe4KCQ5kkmqSWeimMmg7spEJsTb1tzJP8ctSLCGt8hiJB1</p> <p>https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid02tfTG72Hje8dHaio g8Rnr8LRieik4bqxey3WVGEbapVeiyVvc4pp425XwRGzig8nSl</p> <p>Pelotas: https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid035eUa1Bf8pWaEp kbQ96BPSbVLMDRReL7gMzuuyYmJc635a6fz4vASYE9C8tn37hv2K1</p>
Protesto, marcha e ação direta	nov/2016	A regional Alto Uruguai participou, em Erechim, na tarde desta sexta-feira (25), da mobilização contra a PEC 55. A promoção do ato foi do Comitê Regional de Lutas contra a Pec > ato fez parte do Dia Nacional de Lutas, Greves, Paralisações e Protestos convocado pelas centrais sindicais e frentes	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid031CxanXdfZdiNy9SNfhpXdmZXWlFJDg9hxaejYC93UUbK33fCKKWX2LxDh7UX6ptG1
Protesto, marcha e ação direta	dez/2016	FETRAF-RS, através da regional Alto Uruguai, foi às ruas da cidade de Erechim em repúdio à PEC da Morte	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid0xWF5vvVEndrcHM6Rza3XwJwqCBDj4NKLoAtc5mxcyXw4GZXE CJVbG4NqUeazZh7DI
Articulação com o poder legislativo	fev/2017	Participação no lançamento da Frente Gaúcha em Defesa da Previdência Pública, na Assembleia Legislativa do RS. “Coordenada pelo deputado Altemir Tortelli, a Frente reúne as diferentes entidades, organizações e instituições do RS contrárias à proposta de Reforma da Previdência.	Publicação de 24 de fevereiro - pesquisa pelo filtro da página

Protesto, marcha e ação direta	mar/2017	“Agricultores familiares de São Lourenço do Sul bloqueiam BR116 contra a reforma da previdência, neste dia nacional de paralisação e mobilização (15/03). Conforme a coordenadora geral da FETRAF-RS, Cleonice Back que participa do ato, são mais de 100 tratores na rua, além dos agricultores têm a presença de professores, bancários, pescadores, polícia civil, aposentados da brigada militar dentre outras categorias”	https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid02hwwRzsjS8Ur58eqCX8mMsvvUAtWK6UaqVbtKYMUSXX6ZN4epdwaDe3a87FRnoZPyl
Protesto, marcha e ação direta	abr/2017	<p>Foram iniciados no final de abril pelo menos três acampamentos da FETRAF junto a outras organizações contra a reforma da previdência⁸¹. Nos chamados pela entidade, as regiões e datas foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Santo Augusto, Erechim, Sarandi e Lagoa Vermelha: 25 a 28 de abril • São Lourenço do Sul: 26 a 28 de abril • Fontoura Xavier: 27 a 28 de abril <p>Além dos acampamentos, os agricultores realizaram bloqueios de rodovias. Atos preparatórios para greve geral de 28 de abril</p> <p>Os manifestantes colocaram ao longo das rodovias placas com o rosto de deputados e senadores gaúchos que seriam favoráveis à Reforma</p> <p>Em diversos locais dos acampamentos e piquetes, participaram também deputados identificados com a causa, como Tortelli (PT). Os agricultores levaram tratores e alimentos para os piquetes, como forma de simbolizar sua luta.</p> <p>A maioria dos acampamentos foram realizados em conjunto com outros movimentos e sindicatos.</p>	<p>Santo Augusto https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid0NPaJGzCYazEheJYBWAH832dpP2HcdkKzLGVxz4w7eNd2UtkAN4sHQseK8618FXh5l</p> <p>Bloqueio entre Palmeira e Ijuí https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid034PCL9CEMtL9qES2kRV9AfwGpEDUQrr6UFdS2U1M8mRn6R5w7yfaTNfsywsmxpSKwl</p> <p>Erechim https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid01DBNVNwYHb1ExghEWHsvbkFZms8Bj2Z6ZtwPNpNngxDE6wjf1vL16JfwzVZibNZZRI</p> <p>São Lourenço https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid02HV5gbpDUkaXQMbickL9xXhLnmYVu6E5trZvKrk1VSRDRYxJPYc81yiL44RVxUtml</p> <p>Sarandi https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid02Q2NK5gQkyoP8JHfZeJdF8vLcKf83WwEGvUId78ZPUpCMPMKHvrHYV67u7L6q2mhl</p> <p>Lagoa Vermelha https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid0sJ4Pi98qzDWvD2UVxdhgQE7V4maTQJsjA35cUuiPE8NdfnAeNznLDYZu5GFHNFHFDI</p> <p>Fontoura Xavier https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid0CYBp1PnbWrfDEWuFPoMVAmDMJaXBDeLhkgPv4bawhLJKZs1kYsbK6i2DRfnUoJJrl</p>

⁸¹ Destaca-se que durante o período de mobilização contra a Reforma da Previdência, além dos protestos, foram realizadas diversas assembleias, audiências, formações, etc, tendo o tema e a mobilização como pautas. Ou seja, envolveu um processo intenso de discussão com a base e mobilização, além dos atos propriamente.

			Sananduva https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid02mJmbVCYGW4S TTaKkEXmMth4nCbl6SH77ZAUv8ySBPDv7i9ugRcK5Zp2MwAYcByCKl
Articulação com o poder legislativo - Sensibilização e vivência	27 mai/2017	No dia 7 de março de 2017, uma agricultora familiar de Selbach publicou em seu perfil no <i>Facebook</i> um vídeo demonstrando seu dia-a-dia de trabalho na propriedade enquanto falava de forma simples e direta sobre as dificuldades dos agricultores familiares. Em crítica à proposta de Reforma da Previdência, a agricultora provocou deputados e senadores a participarem de um dia de trabalho em sua propriedade. O vídeo tornou-se viral na rede social. Em 27 de maio do mesmo ano, o senador Paulo Paim (PT), acompanhado da coordenadora geral da FETRAF-RS, Cleonice Back, visitaram a propriedade e participaram das atividades laborais desde às 5h30 da manhã, reforçando as críticas à Reforma.	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid0356UgH3AGeVyxMieeqrzjxSRM5ayibCmaH6earUMRdoRjvjjuXh2YkdbMPvctSUjhl https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/videos/1386183941488773
Diálogo e negociação	jun/2017	FETRAF-RS entregou pauta de reivindicações para a SDR reivindicando ajuda para agricultores atingidos pelas chuvas	Publicação de 14 de junho de 2017 - link para site desativado da FETRAF-RS
Diálogo e negociação	jun/2017	Dias depois, a coordenadora Cleonice Back participou, juntamente com representantes das FETRAFs de SC e PR e do coordenador geral da CONTRAF, um deputado estadual e um assessor de deputado federal do PT, de diálogo com a Secretaria Especial da Casa Civil, esta representada por um assessor. Foi entregue pauta e feitas reivindicações, principalmente de crédito emergencial, referente aos estragos causados pelas fortes chuvas. As mesmas reivindicações foram entregues ao secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Caio Rocha, e ao secretário especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, José Ricardo Roseno. Um dos encaminhamentos foi o de levantamento de mais informações junto às Emater, no intuito de tentar uma audiência com o Ministério da Fazenda. A representante da FETRAF-RS classificou o encontro como “positivo para começar a construir um diálogo com o governo, em busca de soluções para os mais atingidos, que são os	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/photos/a.646013315505843/1414669488640218/

		agricultores”	
Diálogo e negociação	jul/2017	O secretário da SDR, Tarcísio Minetto, esteve no SUTRAF-AU, onde foi recebido pelo coordenador da FETRAF-RS, o coordenador do SUTRAF e representantes da COOPERHAF e Cooperfamília. Na ocasião, os agricultores relembrou da pauta entregue no mês anterior devido às fortes chuvas, e sobre o agravamento da situação com a estiagem. Apresentaram mais demandas e houve indicativo de nova reunião na capital.	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosu/photos/a.646013315505843/1450280521745781/
Protesto, marcha e ação direta - Protesto em feira	ago/2017	Agricultores familiares da FETRAF-RS realizaram ato na Expointer em protesto sobre a crise do leite	Link para site da CONTRAF, erro ao acessar.
Protesto, marcha e ação direta	out/2017	No dia 18 a FETRAF-RS realizou ato estadual em Erechim, com distribuição de leite para a comunidade, como forma de chamar atenção para os problemas da cadeia do leite. A reivindicação era por intervenção do governo federal e descontingenciamento de recursos para a agricultura familiar. No dia seguinte, houve negociação em Brasília.	https://contrafbrasil.org.br/noticias/fetrafr-rs-distribui-leite-em-defesa-das-politicas-publicas-e-contra-a-crise-c737/?fbclid=IwAR0p7gKyHU7VhHbOfGswRFcnCL32LInlfjnby_qsq92t93ja_QOFQTVw1nU
Diálogo e negociação	out/2017	Numa rodada de reuniões no dia 19, lideranças da agricultura familiar entregam pauta de reivindicações para ministros e secretários do Governo Federal. Governo não dá soluções, diz que não há recursos, e movimentos prometem ir às ruas. Participaram da reunião o ministro da agricultura e grande representante do agronegócio, Blairo Maggi, o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Caio Rocha e secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) Jefferson Coriteac	https://contrafbrasil.org.br/noticias/governo-nao-da-solucoes-para-crise-do-leite-e-movimentos-sociais-prometem-ir-as-9160/?fbclid=IwAR0L_mhj1bwfuazt4zvV_q5QV7PrX7N9TdSvL8gUcA4sQnYCbFL55qwnUN8
Protesto, marcha e ação direta	jan/2018	Realização de protestos e participação na vigília em Porto Alegre durante o julgamento de Lula no TRF-4	
Diálogo e negociação	fev/2018	FETRAF-RS juntamente com o Grupo de Trabalho do Leite protocola pedido de audiência com o governador Sartori	
Mobilização	mar/2018	Ato público de recepção à caravana de Lula antes de sua prisão. O evento reuniu milhares de pessoas numa propriedade da agricultura familiar em Ronda Alta, contando com a presença da	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosu/videos/1694326444007853

		ex-presidenta Dilma, Olívio Dutra, Miguel Rossetto, deputados estaduais, federais e diversas lideranças	
Mobilização	mar/2018	Realização do Mutirão em São João da Urtiga	
Posicionamento público	abr/2018	Nota de repúdio à prisão do Lula	https://www.facebook.com/fetrafriograndedodul/photos/a.646013315505843/1711712848935879/
Protesto, marcha e ação direta	abr/2018	Protestos com trancamento de rodovias referentes ao Dia Nacional de Luta, contra a prisão de Lula Na divulgação no dia anterior, noticiou-se que haveriam trancamentos em outras regiões de atuação da FETRAF, como Sananduva. Porém a única divulgação foi do ato em Erechim	Alto Uruguai https://www.facebook.com/fetrafriograndedodul/posts/pfbid06GBy7uFmG9kA4dc844bstaPbkzg7FFgei9huVCcn83qEcsrVRTiFsAS3zN4uRhuXI
Posicionamento público	mai/2018	FETRAF-RS publica nota em apoio à greve dos caminhoneiros, ao mesmo tempo em que demonstra preocupação com as perdas que a AgriFam está sofrendo devido à paralisação dos serviços, e atribui aos governos federal e estadual a responsabilidade	https://contrafbrasil.org.br/noticias/nota-da-fetrafr-rs-agricultura-familiar-nao-pode-pagar-a-conta-2cf8/
Diálogo e negociação	jun/2018	Audiência da FETRAF-RS com o secretário da SDR para entrega de pauta de reivindicações e discussão sobre os prejuízos causados à AgriFam em decorrência da paralisação dos caminhoneiros Na ocasião o SUTRAF-AU assinou contrato com a SDR para repasse de recursos para aquisição de sementes e forrageiras de inverno.	https://www.facebook.com/fetrafriograndedodul/posts/pfbid02g32vrNRdRvUyW6yieb5CJ3m58itScNSfzyk866pQSXgtbSYDvUvhkQ3nseBD8iKI
Caravana/articulação	jul/2018	FETRAF-RS junto a outras entidades realizaram Caravana da Agricultura Familiar com Miguel Rossetto, pré-candidato ao governo do RS pelo PT. A caravana iniciou em 19 de junho e foi encerrada em 25 de julho, com a entrega de 11 propostas elaboradas a partir da síntese das atividades nas regiões	https://www.facebook.com/fetrafriograndedodul/posts/pfbid0Kxas5LqW4byx5wfPEBoZuz4SSbRRTAXFDrf6F1J3ge6ijY6qwg7LyRRS7UkhbmVLI
Posicionamento Público	fev/2019	FETRAF-RS divulga nota pública de repúdio à nova medida sobre o fim da cobrança tarifária antidumping às importações de leite, publicada pelo Ministério da Economia	https://contrafbrasil.org.br/noticias/fetrafr-rs-repudia-medida-do-governo-federal-que-vai-acabar-com-a-producao-de-lei-95b2/?fbclid=IwAR2Jo6i-lgmLYqz6d_1iRDCYDpCjYoDJS5L_JMRpUT0da--4qcSIBld2YRI

Formação e organização	mar/2019	Realização de encontro do Dia Internacional da Mulher em Ipê, junto de ato de repúdio à Reforma da Previdência, no qual se elaborou um documento para encaminhar aos governos	https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid022JC8u6XLXHFYLPaHuAu2NmJVvHsawkN4k47kWjpFstpsjDFAWTzrERwNBcbrF1Y4I
Mobilização	mar/abr 2019	Divulgação de relatórios dos Mutirões em locais de atuação da FETRAF-RS	Divulgação de matéria vinculada ao site da FETRAF que, no entanto, não está mais disponível
Posicionamento Público	abr/2019	Nota pública da FETRAF-RS com relação aos 100 dias do governo Eduardo Leite, denunciando que este “esqueceu” a agricultura familiar. Crítica à ausência de políticas para a AgriFam, às promessas de privatizações e à extinção da SDR	https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid0MDs5W6dBA88X2radQdRuYZNPg68Ub6YB7xkWkv4YXRmbMZ6ZZbsnAn942drJuo4A1
Articulação com o Legislativo	mai/2019	Realização de ações de mobilização contra a Reforma da Previdência, como plenárias, assembleias, entrega de moção de repúdio contra a Reforma para o Senador Paim e aula pública com o ex-ministro da Previdência, Carlos Gabbas	Entrega de moção ao senador https://www.facebook.com/cleonicebackpt/photos/a.271285413616721/454512228627371/ Aula pública com ex-ministro https://www.facebook.com/fetrafriograndodosul/posts/pfbid0341MVafHSDD5sP3MbPhYaFogjUWFNsNBSqVsxNUBUXZxKWjbgHt5iP29raFcjPthSl
Articulação com o legislativo	jun/2019	FETRAF-RS entrega carta contrária à Reforma da Previdência para parlamentares federais	Publicação de 4 de junho de 2019
Protesto, marcha e ação direta	jun/2019	Reedição do Acampamento em Defesa da Previdência entre 11 e 14 de junho. No Alto Uruguai, agricultores realizaram trancamento de rodovia e posteriormente somaram-se aos trabalhadores urbanos em protesto no centro de Erechim Greve geral contra a Reforma da Previdência, com ações em Erechim e Mostardas	Ato em Erechim https://www.facebook.com/sutrafaltouruguai/posts/pfbid0Qry5u6AdXugBswwtNELo7i7LqKGCgK3aMsXXfmJgXxzUyoCxTk1CRZNBUIzFLmXtl
Diálogo e negociação	jun/2019	A direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul – FETRAF-RS/CUT – realizou uma audiência com o secretário da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, Covatti Filho. O objetivo do encontro foi entregar oficialmente ao secretário a pauta de reivindicações da Agricultura Familiar ao governo estadual para o ano de 2019.	https://contrafrasil.org.br/noticias/fetrafr-rs-entrega-pauta-ao-secretario-covatti-filho-b382/

Diálogo e negociação	nov/2019	Comitiva do RS reuniu-se em Brasília com o MAPA para apresentar medidas sobre a crise do leite. Participaram da reunião: Eduardo Sampaio Marques - secretário de Política Agrícola do MAPA; Fernando Mendes - coordenador da Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro); Bernardo Todeschini - superintendente do Ministério da Agricultura no RS; Luis Rangel - diretor do Departamento de Estudos e Prospecção do MAPA; Ana Amélia Lemos, representando o secretário Covatti Filho; deputado Federal Marcon (PT-RS); deputado estadual Edgar Pretto; Adelar Pretto - presidente da Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (Coceargs); Rui Valença - coordenador da Fetraf-RS	https://contrafbrasil.org.br/noticias/comitiva-do-rs-vai-ao-mapa-e-apresenta-medidas-para-crise-do-leite-3e1b/?fbclid=IwAR3xY0cyxu3X2V-KsS4F1eryPTVS23i7lmvXHFtxL8_hjRoob_ViRrpG8yM
Diálogo e negociação	mar/2020	A Fetraf-RS (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul) e a Unicafes-RS (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária) protocolaram no último dia 27 reivindicações para mitigar os prejuízos da estiagem e do coronavírus aos agricultores familiares. A pauta conjunta expressa o entendimento de que a função da agricultura familiar e do cooperativismo, nesse momento de dificuldade de coronavírus, é produzir alimentos para a sociedade.	https://contrafbrasil.org.br/noticias/fetrafrs-e-unicafes-rs-protocolam-reivindicacoes-a-secretaria-de-agricultura-41ba/
Diálogo e negociação	abr/2020	FETRAFs da região Sul e UNICAFES entregam pauta conjunta ao Ministério da Agricultura	Publicação do dia 03 de abril de 2020 - link do site não funciona
Diálogo e negociação	abr/2020	FETRAF, UNICAFES, FETAG e Via Campesina realizaram duas reuniões virtuais para tratar da estiagem e do coronavírus: a primeira com o MAPA, na presença da ministra Tereza Cristina e equipe, e a segunda com a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), na presença do secretário Covatti Filho e equipe.	https://www.facebook.com/fetrafriograndosul/photos/a.646013315505843/2932301793543639/
Posicionamento Público	abr/2020	Nota de repúdio ao governo estadual por compra de alimentos de empresa atacadista, desconsiderando a agricultura familiar	https://www.facebook.com/fetrafriograndosul/photos/a.646013315505843/2971509426289542/
Representação na justiça	abr/2020	O episódio rendeu reunião entre FETRAF-RS, UNICAFES-RS e	https://www.facebook.com/fetrafriograndosul/photos/a.646013315505843/298

		Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (COCEARGS) com o procurador-geral de Justiça do Ministério Público Estadual do RS, para apresentar representação contra o governo do estado	5133148260503/ https://sul21.com.br/ultimas-noticiaspolitica/2020/04/ministerio-publico-investigara-compra-de-cestas-basicas-pelo-governo-eduardo-leite/
Protesto, marcha e ação direta - Ato simbólico/Protesto e entrega de reivindicação	mai/2020	FETRAF-RS, UNICAFES, MPA, MST e CONSEA-RS realizaram protesto em frente ao Palácio Piratini, com entrega simbólica de carta que já havia sido enviada ao governador Leite, tendo como pauta estiagem e auxílios na produção. OBS.: Lembre-se que nesse momento, especialmente, as manifestações não buscavam envolver muitas pessoas, como pode ser visto nas fotos. Iam apenas alguns militantes, e mantidos em distanciamento	Divulgação FETRAF https://www.facebook.com/fetrafriograndadosul/posts/pfbid028chfbFQz8Z1ottNSFqspnEoneYesJ7VwXH8kaBQSFXXyqfr9JL9MVPggN4orikwql Divulgação Brasil de Fato https://www.brasildefatos.com.br/2020/05/08/movimentos-sociais-protestam-por-socorro-diante-da-seca-e-descaso-do-governo-leite?fbclid=IwAR2HoTMurYsbd5Zv3WGJ_9weqFIRVcfuEMB4XjZVvoYa-sO0ZqbyjSMdTfw Divulgação CUT https://cutrs.org.br/agricultores-familiares-protestam-contra-descaso-do-governo-leite-diante-da-estiagem-em-meio-a-pandemia/?fbclid=IwAR0zE40G_hV1MldWGOGKVCQBm4ThPIUqQlkhR8GidOnb-pcI-Yrdka7pb4
Protesto e Ação Direta - Mobilização virtual	jun/2020	Mobilizações virtuais (lives, cards, hashtags, etc) pela aprovação do PL 886/2020 (depois PL 735/2020), conhecida como Lei Assis Carvalho, que previa a criação de Crédito Emergencial para a Agricultura Familiar e o fomento à produção de alimentos. Praticamente todos os movimentos - incluindo o quilombola (CONAQ) - somaram-se na reivindicação. Em 5 de agosto o PL foi aprovado por unanimidade no Senado. Depois, foi vetado por Bolsonaro.	https://contrafrasil.org.br/noticias/camara-prepara-pl-para-apoio-a-agricultura-familiar-na-pandemia-e4c4/?fbclid=IwAR0ff3mnAnkyrSIuQ53_7pBI2W395j3A5_Qj0_q-FIgxG8ChujpNAGm0DU
Posicionamento Público	jun-ago/2020	FETRAF-RS e Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (FTIA-RS) junto à CUT-RS lançaram Campanha Unificada pela Valorização dos Trabalhadores da Alimentação e da Agricultura Familiar	https://www.facebook.com/fetrafriograndadosul/photos/a.646013315505843/3256252477815234/
Posicionamento Público	ago/2020	Entidades do Campo (FETRAF-RS, MPA, MST, UNICAFES) divulgam “Carta da Agricultura Familiar e Camponesa” aos “gaúchos e gaúchas”, em que denunciam o descaso do governo Leite frente à estiagem, impactos de um ciclone bomba e do coronavírus	Publicação do dia 03 de agosto de 2020

Articulação com o legislativo	ago/2020	Audiência pública na Assembleia Legislativa, puxada por deputados do PT	https://www.facebook.com/edegarpreto/videos/661964454668051
Protesto, marcha e ação direta - Ato simbólico/protesto	ago/2020	FETRAF-RS se une à mobilização nacional de denúncia às 100 mil mortes de COVID-19 OBS.: nos comentários, há um pró-Bolsonaro e que se identifica como agricultor familiar	
Posicionamento Público	set/2020	FETRAF-RS e UNICAFES lançam Carta sobre Reforma Tributária do Estado do RS, proposta pelo governador Leite, denunciando que a AgriFam será duplamente atingida	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid0oGZuGqWh8iqQLStjCqtKWGdgpni2ijZnfu35DWLhXYrUvtVJZM1BcJC3DLLwWEI
Negociação com cooperativas	nov/2020	Dirigentes da FETRAF-RS realizaram reunião com a direção da Cooperativa Triticola de Sarandi (COTRISAL) diante dos prejuízos na cultura do trigo causados pela geada e seca	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid0gza4PLyrsoEUhGEMY4Ax4REBTKixYqxPVWcWCWZ8GvmTgfMhbTUXFEq6xobTr3Gsl
Pedido de diálogo e negociação	nov/2020	FETRAF-RS junto às demais entidades da AgriFam protocolaram pedido de audiência com o secretário Covatti Filho e com o governador Eduardo Leite em função da seca	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/photos/a.646013315505843/3563738380399974/
Diálogo e negociação	nov/2020	Coordenador geral da FETRAF-RS, Rui Valença e a secretária-geral da CUT-RS, Cleonice Back, participaram de reunião virtual com a ministra Tereza Cristina, apresentando reivindicações referentes aos prejuízos causados pela estiagem	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/photos/a.646013315505843/3579844895455989/
Diálogo e negociação	dez/2020	FETRAF-RS, MST e UNICAFES participaram de reunião com o secretário da Agricultura Covatti Filho, tratando principalmente da estiagem	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/photos/a.646013315505843/3605019699605175/
Mobilização	jan/2021	FETRAF-RS inicia o ano com o lançamento do Programa Mutirão da Agricultura Familiar, “que consiste no trabalho de base por meio de visitas aos agricultores”. Na ocasião, foi lançada também uma cartilha da agricultura familiar (analisada na seção de documentos), cujo objetivos são o trabalho de base e o mutirão. Segundo consta na postagem, seriam realizadas visitas domiciliares, e as demandas levantadas serviriam de subsídio para formular o Congresso da FETRAF previsto pra março	Região Médio e Alto Uruguai e Região Ceileiro https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid02qikxDVH6SWxsCP4omFcsRcPLgLPd69vTEkBFb7uiWKExu1fQn3uFZUoPANUY6PRml Região da Serra https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid0CMp65Nj7AFzvJBBoyLmnZkBgWhj9kc8NDvJQaD9Zobn6R2Xdn3QF2RRkRgDFWs68l
Protesto, marcha e ação	mar/2021	Realização nas bases de atuação do	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/

direta - Ato simbólico		chamado “Lockdown pela Vida”, campanha nacional. Na ocasião foram espalhados cartazes e faixas. Em Tiradentes do Sul a FETRAF entregou pedido de apoio ao prefeito municipal solicitando vacina imediata para todos.	dedosul/posts/pfbid02yMw5duzXmBxo5a1HmbzvHaMMWJEz8oVY2WXFSSqNCZxYsGosPtZuKQ1CKkx7ghkpl
Articulação com os movimentos - Reunião de articulação e elaboração de pauta	abr/2021	Reunião de articulação entre FETRAF-SUL e RS, UNICAFES e Cresol para tratar sobre a pauta da agrifam a ser enviada para o governo federal	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosul/posts/pfbid035CV4LBfshxc4endMZ34EfGunDxtrYPsPoas7pPGoiibDRSdavRmYTPPqAtb5pPnJI
Diálogo e negociação	abr/2021	FETRAF-RS e outras organizações ligadas à cadeia leiteira do RS reuniram-se em audiência virtual com o governador Eduardo Leite	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosul/photos/a.646013315505843/3996127240494417/
Congresso da FETRAF-RS	abr/2021	Realização do III Congresso da FETRAF-RS de forma virtual e eleição da nova direção	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosul/posts/pfbid02zmWibJnBFgNWKkMDsMWmetdb2bHCTkCz6ygpqJr67A9DQ39kiuRUhouDxga85xcXl
Conquista	mai/2021	Anúncio pelo governo do estado de anistia das sementes de milho do programa Troca-Troca. A demanda havia sido apresentada no ano anterior pela FETRAF ao governo	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosul/posts/pfbid02K7sksjKraTuuMV7dvvxqPJ8afztxDhpnfz5iRumspVLWmZd77hmMmskiVy5rH5uXl
Conquista	jun/2021	Lei Assis Carvalho II (PL 823/201) foi aprovada na Câmara, depois da primeira versão da lei ter sido vetada integralmente por Bolsonaro. Proposta seguiu para o Senado	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosul/photos/a.646013315505843/4133085706798569/
Campanha de sindicalização	jul-ago/2021	Cards de campanha de sindicalização	
Conquista	ago/2021	Lei Assis Carvalho II aprovada no Senado. Projeto seguiu para sanção presidencial, tendo sido novamente vetado em setembro	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosul/photos/a.769675413139632/4355879207852550/
Diálogo e negociação	set/2021	FETRAF-RS, FETAG, MPA, UNICAFES, deputados Pepe Vargas e Edegar Pretto, presidente do Sistema Ocergs-Sescoop/RS e o líder do governo na ALERGS participaram de audiência com o chefe da Casa Civil do governo do estado, Artur Lemos, solicitando andamento da PL 155/2021, que cria Crédito Emergencial estadual para a AF	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosul/posts/pfbid02LC8GWVAVb37KHDvtSuE5Hd8qFwCqq43QMdv6NUcS7V9QujZLNZZgcEGLk5JsXoNxl
Articulação e proximidade	set/2021	Secretária da Agricultura, Silvana Covatti e comitiva da secretaria visitaram estande da FETRAF-RS na Expointer; no dia seguinte foi a vez do deputado federal Elvino Bohn Gass; no dia 7, o governador Leite, a secretária Silvana Covatti, o presidente da	

		ALERGS, Gabriel Souza (MDB) e o secretário chefe da Casa Civil participaram da cerimônia de abertura oficial do Pavilhão da Agricultura Familiar	
Diálogo e negociação	set/2021	FETRAF-RS participou de audiência pública com integrantes do governo para pedir por liberação de recursos e incentivo à AF. A reunião havia sido acordada na audiência anterior. Participaram representantes da Secretaria da Agricultura, o secretário chefe da Casa Civil, representantes da ALERGS, como Pepe Vargas, Zé Nunes, Edegar Pretto e outros 4 parlamentares	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid0vmfJNGNokr85Q2bc11c88cZH7BWCKbSbmqG2HiXBvoRoyodQZxjZ4rXs6SzQLp1Tl
Plebiscito	out/2021	Participação na campanha estadual Primavera da Democracia, Plebiscito Popular sobre as privatizações do patrimônio e serviços públicos do RS	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid02NLtv26wEPZAky3ekzb6vLkdQr1BitEbWuTxvHvB3dcRHeRqyDHCYXAhWzZe8aFl
Formação e organização	out/2021	Início de roteiro de visitas às regiões de base da atuação da FETRAF-RS, discutindo o trabalho de base, formação, comunicação, planejamento, coletivos, etc	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid0rq5rA5iWgPprv3rL55jDPZHnphgHMJyZKAUoP3H15xKcG4xS1gXn5xqHLUdW9ttPl
Ação de solidariedade	nov/2021	Ato de entrega de 23 mil cestas básicas com alimentos da agricultura familiar em Porto Alegre, por meio das escolas municipais. A aquisição se deu por meio de compra institucional da prefeitura de POA, realizada por meio das cooperativas da agricultura familiar ligadas à UNICAFES	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid02HKoJVphjgH78V4Zzu9GaromYidrNZ2h7pytWBrdm52BGGyKip7JH18oz8E5mknmcl
Diálogo e negociação	nov/2021	Audiência pública com movimentos do campo, deputados estaduais e representantes da secretaria da Agricultura e Casa Civil. Novamente o governo não deu respostas sobre o andamento do Crédito Emergencial	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid02fTte5ZEhclMUdwN3sdtJv6amJSZQ3g332StRnmSYih7XoiYFXnL91ycADGk3KkBl
Protesto, marcha e ação direta	nov/2021	FETRAF-RS e movimentos do campo ocuparam o pátio do INCRA para denunciar a ausência de políticas para a agricultura familiar. Em seguida, junto das cozinhas comunitárias, marcharam até o Palácio Piratini	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid02TRAYL85jjuH7fFMmoX3UrCDuRGjQuEETBdvonogfNtpYe3wyBhbPHxc9aSWqWLkl
Conquista	dez/2021	Congresso derruba veto de Bolsonaro à Lei Assis Carvalho II e agricultores familiares passarão a ter auxílio emergencial de R\$2.500	https://cuts.org.br/congresso-derruba-veto-de-bolsonaro-e-agricultor-familiar-ter-auxilio-de-r-2-500/?fbclid=IwAR2YqI0mdr8Q9UGHIFlgiozE8sz_N2QNFlcK4FUbRELS7mwVAN3QCRtuKw

Articulação com o Legislativo	jan/2022	FETRAF-RS e entidades do campo participaram de reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária Gaúcha sobre a estiagem OBS.: janeiro teve também diversas audiências públicas nas regiões de atuação da FETRAF para tratar do tema da estiagem	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosu/posts/pfbid02wDsSmgcZ8gAYggoJKF2qSpa5i9BKaRksFGBJSboVbYZhgGbfUmivBvud1RQ458pQl
Diálogo e Negociação - Articulação com executivos municipais	jan/2022	FETRAF-RS participou de reunião promovida pela Federação das Associações dos Municípios do RS (FAMURS) e Associação dos Municípios da Zona de Produção (AMZOP) sobre estiagem	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosu/posts/pfbid0mNvNwMky3x1V5TorRksoqVQv1xTmv6XcS61JÈguNACrafxqgTiBarciNhuH5PzV7l
Diálogo e negociação	jan/2022	FETRAF-RS, movimentos do campo e Frente Parlamentar Agropecuária Gaúcha reuniram-se com o governador Leite para cobrar ações emergenciais sobre a estiagem. O coordenador geral da FETRAF avaliou a reunião como positiva	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosu/posts/pfbid0m1xDSSrEocxmDVJDWuu7A6TW6Pby8wa1kWirPpMYs37hjcHtKbHZRJ5uy6bhgbovl
Articulações com o legislativo	jan/2022	FETRAF-RS realizou atividade com pré-candidatos à deputados estaduais e federais para debater os temas da agricultura familiar	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosu/posts/pfbid02aobXdxGVtq7MTiiqzuo5CkQe5A5fRbMAByi7NZ8Ztqf7FAwQh9tYYxrS8xKweiNl
Articulação com o legislativo	fev/2022	Realização de reunião com o novo presidente da ALERGS, deputado Valdeci Oliveira (PT) para tratar do tema da estiagem. A reunião foi solicitada e intermediada pelo deputado Edegar Pretto	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosu/posts/pfbid02hMDAGRj6uVvr16UaJPw3zSKC7Tp8XDmW5kgZBH4Nbw1djwp1fWjb3VkUZH4XhnF8l
Protesto, marcha e ação direta - Protesto e entrega de pauta	fev/2022	Agricultores familiares e camponeses protestaram em frente à Secretaria da Agricultura cobrando ações dos governos estadual e federal frente à estiagem. Após o protesto, uma comitiva das organizações foi recebida por representantes do governo do estado para negociar	Protesto https://www.facebook.com/fetrafriograndedosu/posts/pfbid02jzeh7B8TGSu8Re4sG5y4jpHWHp1izH9vzvZEC4VA9xbFce66iybw79kiY5soR35fl Protesto https://www.facebook.com/fetrafriograndedosu/posts/pfbid0ygVxBbCP1uJnWixLiY5ZG2csSXsXrsavdgygaWaGUo47cE53me5VX3vjKtyh2Wanl Negociação https://www.facebook.com/fetrafriograndedosu/posts/pfbid0KjhRuRn6WimkeakmoU3nKxpgExyYV3qtpKP2VUY7UZDxgJPpvgVmgGVmxTjvtd8bl
Diálogo e negociação	fev/2022	Governo do estado recebe entidades e anuncia medidas para agricultores atingidos pela estiagem	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosu/posts/pfbid02Mdz4uAJjaK9Be5jMwiApd1JhZkVySdqhmwMhfnXEJbaZwN3hoctmtwopvUZcd8MI

Protesto, marcha e ação direta	mar/2022	Mulheres do Campo ocupam a Secretaria da Agricultura em Porto Alegre no Dia Internacional da Mulher, cobrando medidas sobre a estiagem	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid0zzwt9TWcsiUkoa3F7KFW3LMKWuULJhzgoXnB5r54oqNijvVQjzP4FTFG3yVx1nL4l
Diálogo e negociação	mar/2022	Mulheres do campo se reúnem com a secretária da Agricultura Silvana Covatti um dia após a ocupação simbólica do pátio da Secretaria	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid02Q5s2mQCeXWQEVkYfEahcP8PQDjxk3GC38reH1Se9S51B4ctfHNH2SUbgAyH1VbW9l
Diálogo e Negociação - Espaços institucionais participativos	mar/2022	FETRAF-RS participa da primeira reunião do Fórum Permanente de Combate à Estiagem, com a presença da Casa Civil, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Obras, Defesa Civil, Deputados Estaduais	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid02y5zHkKoSDqp6wRe9niWS1vhB131p9ueyKy9s7PKtEm4M5iiTF4ndnYREczs8XMX9l
Diálogo e negociação - Encaminhamento de documento	mar/2022	FETRAF-RS e entidades do campo encaminham documento ao governo federal expondo contrariedade À alteração da legislação sobre biocombustíveis	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid02X1eUfnEQAAP2B2ShFKa5BYwGqESDHon4Piy4Y1W DJBSVDwk63D3eztRrfdAK3Ndl
Diálogo e negociação	mar/2022	FETRAF-RS e entidades do campo realizaram reuniões com representantes do governo estadual e ALERGS cobrando efetivação de anúncios sobre a estiagem	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/photos/a.769675413139632/5052660184841112/
Protesto, marcha e ação direta	mar/2022	Dirigentes das entidades do campo ocupam secretaria estadual da agricultura depois de reunião com a secretária Silvana Covatti e receber a notícia de que não houve nenhum avanço nas negociações	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/videos/1127685471410906
Articulação com o Legislativo	mar/2022	Dirigentes da FETRAF-RS visitaram os gabinetes dos deputados estaduais pedindo ajuda sobre a estiagem	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid036DTX3dEB2esSYX4ZoBTyn5ewuHxUtumsvMKihmc4ot649oDNv2eYkDnEVsGiKspXl
Diálogo e negociação	abr/2022	FETRAF-RS se reúne com o Secretário adjunto da Agricultura Familiar do MAPA para tratar do tema da estiagem e apresentaram pauta	https://www.facebook.com/photo/?fbid=360271956145108&set=a.345908597581444
Diálogo e negociação	abr/2022	FETRAF-RS participa de reunião com Secretaria de Educação sobre compra de alimentos da agricultura familiar	https://www.facebook.com/photo/?fbid=360406729464964&set=a.345908597581444
Articulação com o Legislativo	abr/2022	Dirigentes da FETRAF-RS pedem ajuda aos deputados federais e senadores em visitas em Brasília, entregando relatórios e fotos sobre a estiagem; entrega da pauta para o Plano Safra 2022/23 e cobrando comprometimento dos parlamentares	https://www.facebook.com/fetrafriograndedosal/posts/pfbid02nfQFybECcBDCEsjyZedx8aht7uCeVUkdLiDUzkZqBHyfJXEAb1irTACNJngr3UiZl
Diálogo e negociação	abr/2022	Na ocasião da ida à Brasília, representantes da FETRAF-RS	

		reuniram-se também com o Secretário de Políticas Agrícolas do MAPA	
Protesto, marcha e ação direta	mai/2022	<p>FETRAF-RS e entidades do campo realizam manifestação em frente ao Palácio Piratini para exigir ações do governo frente à pauta da estiagem</p> <p>Em seguida, as entidades foram recebidas pela Casa Civil</p> <p>No dia seguinte, nova manifestação e ocupação da secretaria da fazenda. Depois disso foram recebidos pelo secretário da fazenda e encerraram a mobilização</p>	<p>Mobilização https://facebook.com/fetrafriograndedodosul/posts/pfbid02zJRqf3c51x8MsfN4c89qYKEYe2Fba5ZYWL5UXK4nYiGKdLzfUQMKwdfHuPTyQpJxl</p> <p>Negociação https://www.facebook.com/fetrafriograndedodosul/posts/pfbid02PVu3quCY8GTSJMyGKamaZzPxJSkpkoyKFh2v1Jx75dRnR4s9psrV8LmPoWBLbpsl</p> <p>Ocupação da Sec. da Fazenda https://www.facebook.com/fetrafriograndedodosul/posts/pfbid02zJRqf3c51x8MsfN4c89qYKEYe2Fba5ZYWL5UXK4nYiGKdLzfUQMKwdfHuPTyQpJxl</p> <p>Negociação com o secretário da fazenda https://www.facebook.com/fetrafriograndedodosul/posts/pfbid02PVu3quCY8GTSJMyGKamaZzPxJSkpkoyKFh2v1Jx75dRnR4s9psrV8LmPoWBLbpsl</p>
Conquista	jun/2022	Governo do estado anuncia auxílio emergencial para os agricultores familiares	https://www.facebook.com/fetrafriograndedodosul/videos/698566364773980
Articulação com candidatos	jun/2022	FETRAF-RS entrega propostas da agricultura familiar para o ex-presidente Lula, com vistas à construção do plano de governo do pré-candidato à presidência	https://www.facebook.com/fetrafriograndedodosul/posts/pfbid02aqfsuocDXximLMx4GRCYRye1j6yEnysG2bLwxHDNAtaERx5rQQf11M2wJ2SafJGF1
Articulação com candidatos	jul/2022	FETRAF-RS entrega proposições da agricultura familiar ao pré-candidato ao governo do RS, Edegar Pretto	https://www.facebook.com/fetrafriograndedodosul/posts/pfbid0VU72uE5kvcPnHwaeMezWEvePw2jokDTcQCU1bpjrRaakS1yE8dhJP6bESutd8Dkol
Formação e organização	jun-jul-ago-nov/2022	Desde o início do ano, com ênfase nestes dois meses, a direção da FETRAF realizou visitas aos sindicatos de sua base, discutindo temas como avaliação do planejamento da federação, debate sobre ações em torno do tema da estiagem, processo de elaboração em andamento na federação, eleições gerais, coletivo de mulheres e campanha de sindicalização.	
Articulação com os movimentos	jul/2022	Como em outros momentos, desde 2020, os movimentos do campo FETRAF, MST, MPA, MMC e UNICAFES reuniram-se para discutir a elaboração de propostas para o governo do estado. A reunião contou também	https://www.facebook.com/fetrafriograndedodosul/posts/pfbid02ueTjN3uC64Yq5QHcW52PRWmrXuByfbMWytXyk1GWNSvUQeBBYwPct7HdQmJBtPGf1

		com a presença do pré-candidato Edegar Preto	
Diálogo e negociação	ago/2022	FETRAF-RS e entidades do campo reuniram-se com o secretário de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, Domingos Velho Lopes cobrando a efetivação do programa SOS Estiagem	https://www.facebook.com/fetrafriograndosul/videos/390871236481331
Conquista	out/2022	Governo do Estado publica decreto que regulamenta o pagamento do programa SOS Estiagem para agricultores familiares. Serão 69 mil famílias beneficiadas, com o valor de R\$1.000 cada	https://www.facebook.com/photo/?fbid=470112795161023&set=a.345908597581444
Posicionamento público	out/2022	FETRAF-RS, SINDICOPAS, MST, MPA, MAB e CONSEA lançaram nota sobre as eleições, em que fazem críticas ao governo Bolsonaro no tocante à agricultura familiar e outras questões, mas sem mencioná-lo, e relembram os grandes avanços de “um período anterior ao atual governo, de 2003 a 2016”, igualmente sem mencionar Lula, e pedem que “todos os agricultores e suas famílias reflitam sobre sua responsabilidade diante do voto”, mas sem indicar candidato. Note-se que sobre o primeiro turno há uma única publicação dias antes da votação, seguindo a mesma linha.	https://www.facebook.com/photo/?fbid=486938280145141&set=a.345908597581444
Diálogo e negociação	nov/2022	FETRAF-RS encaminha pauta de propostas da agricultura familiar para equipe de transição do governo Lula	https://www.facebook.com/photo/?fbid=508977767941192&set=a.345908597581444